



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Antonio José dos Santos Junior

A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso

Rio de Janeiro
2010

Antonio José dos Santos Junior

A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Azeredo

Rio de Janeiro
2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

S237 Santos Junior, Antonio José dos.
A indeterminação dos sujeito em português: do verbo ao discurso
/ Antonio José dos Santos Junior. –2010
250 f.

Orientador: José Carlos de Azeredo.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Sujeito e predicado – Teses. 2. Língua
portuguesa – Gramática – Teses. 3. Língua portuguesa – Voz passiva
– Teses. 4. Gramática cognitiva – Teses. 5. Linguística estrutural –
Teses. 6. Língua portuguesa – Verbos – Teses. 7. Análise do discurso
– Teses. I. Azeredo, José Carlos de. II. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-561.31

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

Assinatura

Data

Antonio José dos Santos Junior

A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em 24 de fevereiro de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques
Instituto de Letras da UERJ

Prof.^a Dr.^a. Vanise Gomes de Medeiros
Instituto de Letras da UFF

Rio de Janeiro
2010

*Dedico este trabalho à minha esposa,
Rosilane, aos meus pais, Antonio e
Neide, e à minha irmã, Camila Antonia*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador acadêmico, o Professor Doutor José Carlos Santos de Azeredo, as valiosas lições, a boa-vontade e o incentivo, indispensáveis à elaboração desta dissertação.

Aos professores Claudio Cezar Henriques e Vanise Gomes de Medeiros, meus mestres de graduação.

Ao professor André Valente, pelas valiosas noções de Semântica.

A todos os meus professores e colegas do curso de Mestrado e de Graduação.

A todos os funcionários da Secretaria de Pós Graduação em Letras, pelo imprescindível apoio administrativo.

A meus familiares e amigos, pelo apoio moral dado.

RESUMO

SANTOS JUNIOR. Antonio José dos. *A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso*. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Neste trabalho, estudamos as estruturas em língua portuguesa em que ocorre a chamada indeterminação do sujeito. A partir da análise de textos publicados em jornais de grande circulação nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, analisamos as principais características, sintáticas, semânticas e discursivas da indeterminação do sujeito, diferenciando-a da indeterminação do papel temático exercido pelo sujeito (de ordinário, agente). Ressalta-se a importância de analisar o verbo, com suas propriedades, para melhor apreciar o fenômeno da indeterminação. Levantamos as principais noções de sujeito e de indeterminação do sujeito, em diversos estudiosos da Língua Portuguesa. Cuidamos em compará-las e em verificar os critérios (sintáticos, semânticos, mórficos e discursivos) implicados na indeterminação do sujeito. Outrossim, buscamos em livros didáticos e em gramáticas escolares (Ensinos Fundamental e Médio) a forma como o assunto é introduzido, as definições, os exercícios, etc, de forma a podermos compará-las e refletir sobre elas.

Palavras chave: Indeterminação do sujeito. Verbo. Discurso.

ABSTRACT

In this work, we study the structures in Portuguese language where occurs the so called 'indetermination of the subject'. From the analysis of texts published in periodicals of great circulation in the states of Rio De Janeiro and São Paulo, we analyse the main syntactic, semantic and discursive characteristics of the indetermination of the subject, distinguishing it from the semantic role played by the subject (usually, agent). We emphasize the importance of analysing the verb and its properties to give a better account of the phenomenon of indetermination. We search the main concepts of subject and 'indetermination of the subject' in several scholars' works on Portuguese. We compare them and verify the criteria (syntactic, semantic, morphological and discursive) implied in the expression 'indetermination of subject'. Besides, we search in schoolbooks and grammars how the subject is introduced, its definitions, the exercises etc., in order to be able to compare them and to reflect on them.

Keywords: Indetermination of the subject. Verb. Discours.

SINOPSE

Processos sintático-semânticos de indeterminação do sujeito e do agente em português. Análise dos conceitos de indeterminação, indefinição e impessoalidade. A relação entre verbo e indeterminação. Efeitos discursivos da indeterminação. Funções de linguagem e indeterminação. A indeterminação do sujeito e o ensino da Língua Portuguesa. *Corpus*: análise de dados extraídos da seção cartas de leitor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O SUJEITO	13
1.1 Definição	13
1.2 O sujeito: categoria sintática ou semântica?	17
1.3 (In)Determinação <i>versus</i> (in)definição(.....	20
1.4 Indeterminação <i>versus</i> impessoalidade.....	23
1.5 Conclusão	23
2. O SUJEITO INDETERMINADO.....	25
2.1 A noção de sujeito indeterminado.....	25
2.2 Passiva sintética <i>versus</i> indeterminação do sujeito	33
2.3 Traços semânticos do sujeito indeterminado	35
2.3.1 <u>Papéis temáticos</u>	37
2.4 Filtragem e indeterminação.....	39
2.5 O caso de "tratar-se de"	40
2.6 Cancelamento do sujeito	42
2.7 Graus de indeterminação	42
2.8 Conclusão,	44
3. COMO SE INDETERMINA O SUJEITO EM PORTUGUÊS? PROCESSOS SINTÁTICO-SEMÂNTICOS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO	46
3.1 Introdução,	46
3.2 A interação semântica-sintaxe.....	46
3.3 A semântica	47
3.4 O sujeito indeterminado.....	47
3.4.1 <u>Indeterminação com infinitivo</u>	48
3.4.2 <u>Indeterminação com a terceira pessoa do plural (P6)</u>	52
3.4.3 <u>Indeterminação com SE</u>	54
3.4.4 <u>Indeterminação com a terceira pessoa do singular (P3)</u>	54
3.4.5 <u>Indeterminação com a primeira pessoa do plural (P4)</u>	55

3.4.6	<u>Indeterminação com gerúndio</u>	57
3.4.7	<u>Indeterminação com referência genérica</u>	58
3.4.8	<u>Indeterminação com pronome pessoal</u>	58
3.4.9	<u>Indeterminação com <i>você</i></u>	59
3.4.10	<u>Indeterminação com <i>a gente</i></u>	61
3.4.11	<u>Indeterminação com pronome indefinido</u>	62
3.4.12	<u>Indeterminação com pronome demonstrativo</u>	63
3.4.13	<u>Indeterminação com nominalização</u>	64
3.5	Conclusão	65
4.	COMO O VERBO ATUA NA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO?	67
4.1	Transitividade verbal e indeterminação do sujeito	67
4.2	Tipos de verbos transitivos	68
4.3	Vozes do verbo	68
4.4	O modo	68
4.5	O tempo	69
4.6	O aspecto	71
4.7	Pessoa	76
4.8	O conceito de modalização	77
5.	A ESTILÍSTICA E A INDETERMINAÇÃO	79
5.1	Introdução	79
5.2	O conceito de estilo	79
5.2.1	<u>Conclusão</u>	82
5.3	A indeterminação do sujeito e as funções da linguagem	82
5.3.1	<u>Função referencial</u>	82
5.3.2	<u>Função emotiva</u>	83
5.3.3	<u>Função conativa ou apelativa</u>	83
5.3.4	<u>Função fática</u>	83
5.3.5	<u>Função poética</u>	84
5.3.6	<u>Função metalinguística</u>	84
5.4	Os graus de indeterminação do sujeito e as funções da linguagem	84
5.5	Conclusão	87

6.	A LINGUÍSTICA COGNITIVA E A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO	88
6.1	Introdução	88
6.2	Fundamentos teóricos	88
7.	CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO: O DIALOGISMO, A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	91
7.1	Introdução	92
7.2	O conceito de enunciado	95
7.3	O conceito de dialogismo	101
7.4	A distinção entre unidades do discurso e unidades da língua: enunciado <i>versus</i> orações	102
7.5	Processos de indeterminação do sujeito em português	108
7.6	Conclusões e aplicabilidade ao ensino	108
7.6.1	<u>A indeterminação do sujeito em livros escolares e em gramáticas escolares</u>	109
7.6.1.1	Livros didáticos para o ensino fundamental	109
7.6.1.2	Gramáticas escolares e livros didáticos para o ensino médio	115
7.6.2	<u>Conclusão</u>	123
8.	OS EFEITOS DISCURSIVOS DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: DO VERBO AO DISCURSO.	124
8.1	Coesão, coerência e indeterminação	124
8.2	Análise do <i>corpus</i>	125
8.3	Conclusão	135
9.	CONCLUSÕES	139
9.1	Resultados de indeterminação por P4	139
9.2	Resultados de indeterminação por referência genérica	141
9.3	Resultados de indeterminação por infinitivo	142
9.4	Resultados de indeterminação por pronome indefinido	143
9.5	Resultados de indeterminação por P6	144
9.6	Resultados de indeterminação por SE	144
9.7	Resultados de indeterminação por pronomes pessoais	146
9.8	Resultados de indeterminação por nominalização	147

9.9	Resultados de indeterminação por você e a gente	147
9.10	Considerações finais	147
	REFERÊNCIAS.....	149
	ANEXO – <i>CORPUS</i> COMENTADO	153

INTRODUÇÃO

No presente trabalho exploramos o uso e o efeito discursivo do sujeito indeterminado, ou do papel temático por ele exercido, na variedade de português contemporânea praticada em quatro jornais representativos do jornalismo escrito no Brasil, procurando estabelecer o que caracteriza a categoria sujeito e que critérios se utilizam para atestar seu caráter determinado ou indeterminado.

Para fazê-lo, recorreremos a diversos autores que já estudaram o tema, bem como observamos sob que perspectiva estudam o sujeito, se sob uma visão sintática, ou se sob uma visão semântica. Pesquisamos o próprio conceito de sujeito, bem como os conceitos de indeterminação, de indefinição e de impessoalidade, segundo linguistas, gramáticos e filósofos.

Outro questionamento que tomamos em consideração diz respeito à chamada voz passiva sintética ou pronominal (verbo transitivo direto acompanhado da partícula *se* em construções do tipo “Alugam-se carros”), análise preferida da maioria dos gramáticos. Levantamos as principais posições a respeito dessa estrutura, seja a que a classifique como voz passiva sintética, seja a que a classifique como sujeito indeterminado.

Temos como corpus de nosso trabalho jornais de grande circulação no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os fluminenses são O Globo e O Dia; os paulistas, Folha de São Paulo e Diário de São Paulo. A seção escolhida foi a de 'cartas de leitor', de ordinário, não tão exaustivamente 'editadas' quanto as reportagens e os editoriais. As edições analisadas são, predominantemente, do período compreendido entre 08 de maio e 08 de junho de 2009.

O ponto de partida de nossa reflexão não poderia deixar de ser a descrição que nos é oferecida pelas obras tradicionais em que se expõe, quase sempre com viés normativo, a sintaxe do português dito padrão. Por essa razão, tomamos a chamada ‘Gramática Tradicional’ – e nesse conceito se inclui a concepção subjacente à Nomenclatura Gramatical Brasileira – como um corpo teórico. Alguns conceitos da Gramática Sistêmico-Funcional de MAK Halliday ajudaram-nos a lançar um olhar novo para a estruturação formal do enunciado, à Linguística Cognitiva tomamos o conceito de “mesclagem de vozes”, e a Estilística e a Análise do Discurso nos auxiliaram na interpretação dos efeitos de sentido que o uso do sujeito indeterminado pode acarretar.

1. O SUJEITO

1.1 Definição

As definições de sujeito encontradas nas gramáticas se baseiam, em sua maior parte, na Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante NGB). Como se pode inferir do título, é um simples compêndio de nomes para a gramática, sem trazer definições nem exemplos das categorias que nomeia. Ela se divide em três partes fundamentais: Primeira Parte: Fonética; Segunda Parte: Morfologia ; Terceira Parte: Sintaxe. É na Terceira Parte que se encontra a categoria “sujeito”, classificado como termo essencial da oração (juntamente com o predicado), sendo classificado em: sujeito simples, sujeito composto, sujeito indeterminado ou ainda “oração sem sujeito”.

É a partir desta nomenclatura (uma portaria ministerial de 11/05/1959) que muitas gramáticas têm tratado o assunto: sob uma visão basicamente sintática. A questão semântica tem sido preterida (coincidentemente, a NGB não cita a semântica).

A definição de sujeito é um dos temas mais problemáticos na gramática e na Linguística. Segundo Macedo (1991), a tradicional divisão da oração em sujeito e em predicado como termos essenciais é oriunda do grego clássico, mas não é necessariamente válida para o português.

Desta sorte, ele põe em xeque um dos aspectos que se usam para definir o sujeito: termo fundamental. A observação de Macedo se completa com o fato de que há orações ditas sem sujeito, ou de sujeito inexistente. Ora, como pode algo fundamental, essencial não existir? Então é um indício de que essa “essencialidade” não comparece em todos os casos, no português.

O problema é, sobretudo, o de conceituar, o que não é um privilégio dos estudos da linguagem, mas sim de todos os domínios do conhecimento. Pontes (1986) aborda esse assunto trazendo as três principais visões de “conceito”: a visão clássica, a probabilística, a exemplar e a prototípica.

A visão clássica de conceito (p.98) é oriunda de Aristóteles e reza que “todos os exemplos de um mesmo conceito partilham das mesmas propriedades, as quais são necessárias e suficientes para defini-los”. Pontes observa que tal idéia é aplicável perfeitamente nos domínios da matemática e da geometria, como por exemplo, para definir um quadrado (todos os quadrados possuem quatro lados iguais, quatro ângulos iguais e são figuras fechadas). No entanto, essa noção não é aplicável sem problemas à definição de sujeito, uma vez que se não

conhecem quais os traços comuns a todos os sujeitos que sejam também suficientes e necessários para classificá-los.

A visão probabilística (cf. Pontes, 1986,p.100), ao contrário, defende não haver traços necessários e suficientes para representar um conceito; há sim vários traços, uns com maior peso, outros com menor peso, sendo os traços de maior peso os responsáveis pela conceituação. A autora cita, por exemplo, que os traços mais característicos da categoria sujeito são: **posição e agente**.

A visão exemplar (cf. Pontes, 1986,p.113) defende que um conceito é representado pela soma de suas propriedades exemplares. Segundo esse critério, por exemplo, o conceito de sujeito seria obtido a partir de algumas opções onde se deveria dizer quais seriam sujeitos.

A visão de protótipos é uma junção da visão exemplar e da probabilística (cf. Pontes, 1986, p.115), ou seja, a definição não se baseia só em exemplos, nem só em traços característicos: traços principais e exemplos formam uma ideia chave, um estereótipo do conceito. Identificar-se-ia, por exemplo, o sujeito de uma oração comparando-o com esse estereótipo dos sujeitos da língua em questão.

Outra reflexão sobre o conceito de sujeito é de Ilari e Geraldí(1985). Discutindo as relações que se estabelecem dentro de uma oração entre sujeito e predicado, procuram estabelecer o significado do que seja ligar um sujeito a um predicado. Para tanto, recorrem a três visões, que julgam historicamente as mais importantes: A Lógica de Port- Royal, a análise de Frege e a “Gramática de Casos”.

Em princípio, Ilari e Geraldí iniciam sua exposição declinando aquela que seria a principal das definições de oração em nossas Gramáticas: a união entre sujeito e predicado. Partindo daí, começam a problematizar essa definição, apresentando exemplos em que a oposição sujeito-predicado não é aplicável para definir a oração; por exemplo, as orações impessoais, em que inexistente sujeito (“*choveu muito*”), bem como orações do tipo “*É o fim da picada*”, “*Assim não dá*”.

Desta sorte, os autores evitam definir o sujeito ou o predicado, mas tentam levantar características, em linhas gerais, desses conceitos. Para a noção de sujeito, levantam algumas características formais (o sujeito é uma forma nominal, com que o verbo concorda, é uma expressão referencial, identifica o assunto da oração e nomeia quem pratica a ação). No entanto, os autores afirmam que essas propriedades nem sempre ocorrem simultaneamente. Portanto, passam a analisar a oposição sujeito predicado não como uma definição de oração, mas como um molde, um estereótipo de como a maioria (e não a totalidade) das orações se constroem (isto é, a noção de protótipos vista acima).

A primeira das visões que Ilari e Geraldí (1985) trazem é a da *Logique de Port Royal*, isto é, a lógica de Port Royal, ou a arte de pensar, ou ainda a Gramática de Port Royal. Os autores deixam bem clara a correlação que esses teóricos faziam entre linguagem e lógica, ambas associadas à atividade de pensar: as palavras seriam sons distintos e articulados, de que se valeria o homem para expressar seus pensamentos. Por conseguinte, Port Royal classifica as palavras em classes análogas à da lógica fundamental: **nome, verbo e conjunção**, como as classes de palavras mais importantes, respectivamente relacionadas a conceber ideias, formular juízos e encadear pensamentos. Port Royal tem uma visão clássica acerca do conceito de sujeito.

Esses teóricos viam no verbo o componente mais importante da oração, sendo o verbo de ligação o verbo por excelência, aquele que não expressa ideias adjacentes como os intransitivos, apenas liga a primeira ideia (o sujeito) à segunda (o predicado). Assim, a relação sujeito predicado em Port Royal é diretamente ligada ao papel desempenhado pelo verbo de ligação.

Ilari e Geraldí (1985) deixam claro que esses teóricos viam a linguagem como algo perfeitamente analisável pela lógica, pela mesma teoria com que se analisavam os conjuntos, e concluem que essa visão só é satisfatória para sistematizar raciocínios baseados em proposição (como o exemplo da mortalidade de Sócrates: Sócrates é homem, todo homem é mortal, logo, Sócrates é mortal). Outrossim, os autores declaram o quanto essas ideias se estenderam, até mesmo aos dias atuais, com resquícios em nossas gramáticas escolares.

A ideia seguinte que é trazida pelos autores é a da análise fregeana. Frege faz as suas análises com relação a **estrutura semântica**, e não com a estrutura gramatical, o que o diferencia consideravelmente de Port Royal. Trazem-se conceitos importantes para a compreensão da análise fregeana, a principal a noção de predicado, que é diferente da tradição gramatical; para Frege, as orações são formadas de uma estrutura de caráter predicativo e de lacunas a serem preenchidas (por exemplo, orações do tipo: fulano é pai de sicrano, na qual “fulano” e “sicrano” são as lacunas que se podem preencher por qualquer outros nomes e “é pai de” é a estrutura predicativa). Outras noções que os autores declinam são os conceitos fregeanos de expressões referenciais (referem-se a indivíduos, por exemplo, Pedro, João, etc.) e expressões quantificacionais (exprimem uma ideia incerta, como por exemplo, todos, algum, etc.), as quais preenchem as lacunas, isto é, os predicados, e a cada vez que uma lacuna é preenchida se forma um novo predicado. Observe-se que a ideia de quantificacionais será muito útil na classificação e na análise da indeterminação do papel temático de um sujeito pleno.

Ilari e Geraldini (1985) concluem que o preenchimento das lacunas de um predicado tem efeitos semânticos mais sutis quando são preenchidos por expressões quantificacionais, do que quando por expressões referenciais. Citam ainda que ao se completarem todas as lacunas de um predicado, logra-se expressar um pensamento, o qual tem um valor de verdade (o fato de ser falso ou verdadeiro) e condições de verdade (condições que os fatos precisam satisfazer para que a oração seja verdadeira), sendo a busca das condições de verdade um dos carrochefs da análise semântica Fregeana.

A terceira visão que Ilari e Geraldini (1985, p. 26) declinam é a que eles chamam de “Gramática de Casos”, cuja idéia central é que há subjacente ao “*esquema sujeito-predicado das orações um esquema semântico composto por um verbo e um número determinado de expressões nominais, a cada uma das quais corresponde um determinado papel ou caso*”. Para essa gramática, as orações são formas de o falante reelaborar sua experiência vivida, em forma de pequenas cenas, sendo três os “ingredientes” fundamentais: um processo, os participantes e as circunstâncias, as quais correspondem respectivamente três classes de palavras: verbo, substantivo e advérbio. Na reelaboração dos acontecimentos, os participantes do processo podem assumir quatro papéis: **ator** (participante animado que desencadeia o acontecido), **beneficiário** (participante animado que se beneficia ou que se prejudica), **objetivo** (o que resulta do processo) e **instrumental** (o participante de que se serve ao ator para realizar o processo).

Ilari e Geraldini (1985, p.26) exemplificam essa análise demonstrando que vai mais além do que Frege ou Port Royal. Por exemplo, numa frase “*Ontem, João abriu a porta para sua mulher com a chave*”, na análise da “Gramática de Casos”, o ator é “João”, o objetivo é a “porta”, o instrumento é a “chave” e o beneficiário “sua mulher”, independentemente da função sintática que exerçam. Assim, as orações “a chave abriu a porta” ou a “porta abriu”, ou ainda “a porta abriu com a chave”, têm sujeitos e predicados diferentes, mas os papéis temáticos exercidos pelos ‘atores’ “porta” e “chave” são sempre os mesmos. Na análise da Gramática Tradicional (inspirada em Port Royal, como realçam Ilari e Geraldini), analisar-se-iam as orações separadamente e a cada uma dar-se-ia uma classificação própria, isto é, elas não se relacionariam. Em Frege, a análise limitar-se-ia a, em cada caso isoladamente, estabelecer os predicados que se poderiam completar. Ilari e Geraldini (1985) destacam, pois, que Port Royal e que Frege lidam com sujeitos superficiais (estruturais) e que a gramática de casos lida com casos profundos. Ainda no que tange a “Gramática de Casos” os autores dizem que há dois tipos de processos : os relacionais e os mentais, devendo haver adaptação dos papéis.

Ilari e Galdi (1985) concluem sua exposição realçando os méritos da Gramática de Casos”, a qual, segundo eles, ao operar com papéis profundos, consegue explicitar relações entre verbos diferentes, como por exemplo em (a) João vendeu a casa para Pedro e (b) Pedro comprou a casa de João, onde as duas frases, com verbos e sujeitos distintos exprimem um mesmo acontecimento, o que não aconteceria numa análise de Port Royal ou de Frege, que operam apenas com sujeitos superficiais.

1.2 O sujeito: categoria sintática ou semântica?

Conforme dissemos, há uma nítida preferência por se ver o sujeito como uma categoria fundamentalmente sintática, como que em conformidade com a NGB. No entanto, noções de semântica costumam entrar nas definições de sujeito.

Em consulta a Macambira (1987), pudemos verificar sua posição de ver no sujeito uma categoria fundamentalmente sintática, refutando os que tentam classificá-lo como entidade semântica.

Macambira (1987, p.166 et seq.) levanta algumas das principais definições de sujeito que se baseiam em critérios semânticos, tentando refutá-las. A primeira delas é a que diz ser o sujeito “o termo a respeito do qual se afirma alguma coisa”. O professor Macambira cita um exemplo para problematizar essa definição: “João prometeu a Maria um relógio de ouro”, na qual segundo ele “o homem da rua dirá que há três coisas sobre as quais se afirma algo e que todas, isto é, João, Maria e relógio, podem ser sujeitos” (p.166).

Outra definição “semântica” para o sujeito que ele traz é a que classifica o sujeito como “termo da oração que funciona como ator ou como suporte do predicado”. Por exemplo, em *A vida passa*, o sujeito e ator; já em *a vida é passageira*, o sujeito seria suporte para o predicado. Macambira lança mão do seguinte exemplo, pondo em xeque essa definição: “*Um pequeno arranhão arrebatou a existência do presidente*”, na qual, segundo ele, “*um pequeno arranhão seria o ator, relegando presidente a um segundo plano, o que não parece fácil convencer*”.

Macambira (1987, p.167) problematiza a definição de que o sujeito é o agente, aquele que pratica ação, o que segundo ele é fácil de demonstrar, em muitos casos, na voz ativa; mas nem sempre. Por exemplo, em “*O enteado apanhava muito da madrasta*”, o autor cita que o sujeito (mesmo com a oração na voz ativa) sofre a ação. Outrossim, ele cita que nem sempre, na voz passiva, o sujeito é paciente. O exemplo que ele dá é o seguinte: “*Pedro está sendo visto por Paulo*”. Segundo Macambira, Pedro está emitindo raios luminosos que

impressionam a retina de Paulo; Pedro é agente; João e que sofre a ação.

Uma vez expostas algumas das principais definições semânticas para o sujeito, Macambira (p.168) conclui que é na sintaxe que se devem buscar elementos para definir e classificar o sujeito. Ele propõe “as cinco provas ou definições que servem para identificar o sujeito”. São elas : a **prova do vínculo**, a **prova da substituição**, a **prova da pergunta**, a **prova da substituição** e **prova da apassivação**.

A prova do vínculo, ou prova da concordância (p.168) se baseia na concordância numérica e pessoal entre sujeito e predicado. Como diz Macambira, “o sujeito e o predicado estão matrimonialmente unidos pelos vínculos da concordância”. A prova consiste em levar os diversos substantivos para o plural ou singular, isto é, alterar o número. “Se o verbo solta o seu grito ciumento de protesto [isto é, erro de concordância] achamos o sujeito” (p.169)

A prova da substituição (p.169) só é aplicável às terceiras pessoas. Para aplicá-la basta substituir os termos não preposicionados por ele(s) ou ela(s); aquele em que for possível tal substituição seria o sujeito.

A prova da pergunta (p.171) consiste em fazer a pergunta “quem?” ou “o quê?” ao verbo antes e não depois. Por exemplo, em *O carro caiu*, dever-se-ia perguntar *Quem caiu?*

A prova da posição (p.173) se baseia no fato de que “normalmente, o sujeito é o termo sem preposição que se antepõe ao verbo”. Desta sorte, bastaria antepor os termos não preposicionados ao verbo e ver qual seria o sujeito.

A prova da apassivação (p.173) só atinge orações em que há objeto direto: “*O sujeito é o agente da passiva disfarçado*”. Macambira dá o seguinte exemplo: “*Flemming descobriu a penicilina*”, que, se submetida à prova da apassivação, fica: *a penicilina foi descoberta por Flemming*.

Ao findar de sua exposição Macambira afirma (p.173): “nenhuma delas tem valor absoluto: é preciso, em certas ocorrências, que o analista utilize habilmente as cinco para estar seguro do que faz e livrar-se de possíveis enganos”.

Após acompanharmos passo a passo o raciocínio do professor Macambira, podemos verificar que sua “definição sintática” de sujeito não se baseia em critérios absolutos. Ele oferece cinco provas, para que verifiquemos “*habilmente*” qual a melhor para cada caso que venhamos a analisar.

Semelhante condescendência, porém, não se nota para com os aspectos semânticos. Macambira refuta a semântica como critérios “seguro” para classificar o sujeito, pelo fato de as definições semânticas que ele trouxe não se aplicarem a todos os casos. Podemos afirmar que, ao analisar os critérios semânticos para definir o sujeito, Macambira assume nitidamente

uma “visão clássica de conceito”. Existiriam assim, como já vimos, propriedades necessárias e suficientes; se uma propriedade qualquer não for necessária **em todos os casos** ela não serve para definir. Eis a postura de Macambira para com a semântica.

Não obstante, quando ele trata da sintaxe, assume uma visão prototípica de sujeito: “ O sentimento linguístico do sujeito – sentimento que se possui com relativa plenitude, sujeito que se maneja com grande habilidade!” (p. 173), aproximando-se bastante do conceito chomskiano de competência.

Embora concordemos com a posição de que o sujeito é um lugar sintático, a postura de Macambira, ao assumir duas visões diferentes sobre o conceito, torna contestável sua argumentação. Outrossim, quando ele afirma, na “prova da pergunta”, que se deve perguntar quem ou o quê realizou a ação, esta apelando para um critério claramente semântico: **agente**.

De forma a podermos analisar o sujeito também sob uma perspectiva semântica, recorreremos a Rodrigues (2004). No seu estudo sobre “*Implicações dos Papéis Semânticos*”, à página 27 (et seq.), a autora estabelece os papéis semânticos atribuíveis ao sujeito. São eles: **sujeito agente, sujeito paciente, sujeito instrumento, sujeito local, sujeito recipiente, sujeito neutro, sujeito experienciador, sujeito fonte**.

O sujeito agente teria os traços [+ ANIMADO] e [+HUMANO], isto é, e animado e pode ser humano ou não. É de quem parte a ação ou autorização para que ela ocorra. Por exemplo, *Rosa limpa a casa e Rosa fez o cabelo no salão*.

O sujeito paciente pode ser animado ou não ([± ANIMADO]); sobre ele e que incide a ação. Por exemplo, *O animal foi preso* ou *o vaso quebrou com o vento*.

O sujeito instrumento é “*uma entidade não animada que significa o material utilizado na execução da ação*”. Como exemplo, temos: *Esta chave abre a porta da sala*. Este tipo de sujeito tem um traço [-ANIMADO] e, portanto, [-HUMANO].

O sujeito local expressa idéia de lugar e não é animado [-ANIMADO]. Por exemplo, *O Nordeste produz cana de açúcar*. O sujeito recipiente [- ANIMADO] expressa a idéia de conteúdo. Por exemplo, *A garrafa contém muita água*.

O sujeito neutro pode ser animado ou não [± ANIMADO], com movimento nulo por força do significado do verbo por exemplo: “*O carro parou no sinal vermelho*”. O sujeito experienciador é animado ou humano [+ANIMADO], [+ HUMANO] serve para expressar experiência psicológica ou emocional. Por exemplo, “*João teme o chefe*”. O sujeito fonte sempre não animado ([-ANIMADO] e, pois, [- HUMANO]) exprime correlação abstrata de quem parte a ação. Não se confunde com local. Por exemplo, “*Sua grosseria espantou o rapaz*”.

Desta forma, podemos notar que Rodrigues adota uma postura de analisar o sujeito sob uma perspectiva semântica, valendo-se de uma visão prototípica de conceito. Em nosso trabalho, analisaremos o sujeito como lugar sintático, que exerce determinado papel temático (ou semântico). Nossa postura baseia-se em Azeredo (2009). Dessa forma, classificaremos como ‘sujeito indeterminado’ aquele que não estiver materializado na oração e que tiver sua ‘identidade’ indeterminada, vaga, imprecisa ou genérica, consoante critérios à frente expostos. Caso haja sujeito materialmente expresso, ou caso seja retomável sintaticamente no texto, não o classificaremos como indeterminado. Nesses casos, indeterminado será o papel temático (ou semântico) exercido pelo sujeito (por exemplo, indeterminação do agente, indeterminação do paciente, etc.).

Todavia, sucede que o próprio conceito de ‘indeterminação’ não é tão simples de estabelecer. Milanez (1982, p. 21-22) afirma que a gramática normativa tradicional (GNT) não distingue claramente os conceitos de indeterminação, impessoalidade, indefinição, etc. Muitas dessas gramáticas tomam esses conceitos como dados; afirmam que se trata de processos distintos, mas não os definem com clareza. Se considerarmos que são livros voltados para o ensino, é de imaginar que a expressividade dessa falta de clareza.

Dessa sorte, nos itens próximos, analisa-lo-emos, recorrendo a filósofos, linguistas e gramáticos, confrontando os conceitos de indeterminação, indefinição e impessoalidade, a fim de estabelecer as características principais de cada um desses conceitos.

1.3(In)Determinação *versus* (in)definição

Os conceitos “indeterminado” e “indefinido” são assaz próximos. Realizamos consultas a dicionários de filosofia para averiguarmos quais distinções se têm feito entre esses dois conceitos.

Japiassu (1996, p.141) declina que **indefinido** (do latim, *indefinitus*) é o que não tem definição, o que é **indeterminado**. Essa só definição já basta para demonstrar o problema de separar um conceito do outro (se e que isso é possível). Indefinido é o que não tem limites espaciais, temporais, é o que não tem forma nem características precisas. Note-se que o autor sequer traz um conceito do que seja indeterminado.

Mora (1988, p.771) defende que determinar (do latim, *determinatio*) é precisar a natureza de um objeto mediante “suas características essenciais”. Já o conceito de definir (do latim, *de finitio, determitatio*) (p.731) é trazido como delimitar, indicar os limites conceituais. Observe-se que o autor atribui estreita ligação entre os conceitos, ao atribuir etimologicamente

determinatio como raiz de determinar e de definir. Outrossim, “precisar características essenciais” se relaciona muito proximamente com delimitar as características.

Inwood (1997, p.92) traz a visão de Hegel sobre esses conceitos. Determinar (em alemão, *bestimmen*) significa delimitar, demarcar ou definir um conceito de sorte a se estabelecerem as características que o diferenciam dos demais. Determinar seria, pois, um ato de diferenciar um conceito dos demais. Traz-se o conceito hegeliano de *Bestimmtheit*, significando aquilo que é definido ou determinado. Perceba-se que há explicitamente a idéia de determinar como sinônimo de definir.

Caygill (2000:93) traz a visão de Kant a respeito de “definição” (em alemão, *Erklärung*). Kant traz “definir” como palavra oriunda do latim *definito*. Para ele, definir é delimitar com precisão o número de características de um conceito. Já a determinação (p.94) (em alemão *Bestimmung*) se dá pelo estabelecimento de um predicado com exclusão de seu oposto, idéia que Hegel desenvolveria, estabelecendo que a “determinação é a soma total de predicados [isto é, propriedades, características] da coisa”.

Câmara Jr. (1986) afirma que há diferença entre indeterminação e indefinição , propondo indiferente em substituição a indeterminado. Para ele, indiferenciado (indeterminado) é o sujeito de caráter indiferenciado, não individualizado, que se refere à massa humana indiferenciadamente; o sujeito indiferenciado deve ser um intermediário entre a frase impessoal e a de sujeito nítido; ao passo que indefinição aplica-se ao caso dos pronomes que destacam o indivíduo, sem, no entanto, identificá-lo (os pronomes indefinidos, por exemplo).

Câmara Jr. Justifica-se com o seguinte exemplo: “Se meu vizinho me informa que comprou uma casa, eu nada sei a respeito dela, mas meu espírito esta pronto para concebê-la como real, isto é, diferente de todas as outras”. Nesse exemplo, ele cita “uma casa” como sujeito, no qual “uma” é artigo indefinido, afirmando não se tratar de sujeito indeterminado.

Segundo Neves (2000), “indefinido é ser não particularizado, não restrito, ao passo que indeterminado é ter uma extensão não-fixa, não determinada”. Neves exemplifica sua definição com o raciocínio sobre a mortalidade de Sócrates (“Todo homem é mortal”), afirmando que, nesse exemplo, a palavra homem é determinada, visto que “tomada em toda sua extensão”, porém é indefinida, porque não particularizada.

Como se pode notar, a distinção não é tão fácil. Maia (1997) lembrando a classificação proposta por Said Ali, em sujeito definido ou sujeito indefinido está a indicar a visão do filólogo sobre essa complicada diferenciação.

Milanez (1982, p. 37-43) discorre acerca da distinção entre os conceitos de

'(in)definido e de '(in)determinado'. A autora aponta as principais distinções entre eles. A primeira distinção (p. 38) é o fato de a indefinição poder possuir tanto o traço [+HUMANO], quanto o traço [-HUMANO]. A segunda distinção afirma que a indefinição se estrutura em torno de itens lexicais exclusivos da terceira pessoa (os pronomes indefinidos), ao passo que a indeterminação pode referir-se a duas ou mesmo às três pessoas do discurso (p. 38). O terceiro critério de distinção é 'generalização'. Milanez (1982, p.39) afirma que:

O que deve ser ressaltado é que, mesmo quando se generaliza, a indefinição distingue-se da indeterminação pela natureza *limitada* dessa *generalização*. Ou seja, os recursos de indefinição *sempre* pressupõem um conjunto “fechado” de elementos que pode ser expresso ou na sua totalidade (através das ocorrências de *todos, tudo*), ou no seu esvaziamento (através de *nenhum, nada*) ou parcialmente (através dos indefinidos (através de *alguns, uns*, etc.). Os recursos de indeterminação, ao contrário, não apresentam esse aspecto quantitativo em relação a um conjunto, mesmo quando ocorrem nos contextos com referências explícitas a um grupo social.

Milanez (1982, p.40) aponta como outro critério de distinção a neutralização entre singular e plural, na indeterminação, pois neste processo, não há quantificação de unidades, ao contrário do que sucede na indefinição. Para Milanez (1982, p. 41), a indeterminação é um generalização não-limitada, ao passo que a indefinição é limitada. A indeterminação seria o processo pelo qual se atribui um determinado fato, de maneira precisa, a alguma das três pessoas do discurso. Já a indeterminação seria caracterizada por colocar esse mesmo fato em um plano genérico, não-limitado, em referência às três pessoas do discurso indistintamente. Portanto, segundo essa visão, a indefinição seria um mecanismo de determinação, pois que se pode distinguir, precisamente, as pessoas do discurso envolvidas (de ordinário, a terceira pessoa).

Note-se que a visão de Milanez (1982), em se tratando de distinguir 'definição' de 'determinação' assemelha-se a de Neves (2000)

Todavia, apesar de reconhecermos a pertinência de se distinguir certas nuances entre indefinição e indeterminação, não adotaremos essa 'oposição' entre os esses conceitos. Se imaginarmos a seguinte oração:

Se alguém avança o sinal, é multado.

Nela não se 'limita', necessariamente, a informação à terceira pessoa. Se o enunciador avançar o sinal, também será multado, e assim por diante. Comprovam-no, também, as paráfrases a baixo:

Se você avança o sinal, você é multado;

Se eu avanço o sinal, eu sou multado.

Baseando-nos em Milanez (1982) analisaremos o aspecto quantitacional como um redutor do grau de indeterminação.

Portanto, nesta dissertação, consideraremos a indefinição como um certo grau de indeterminação. Assim, palavras em referência genérica, vagas, imprecisas e pronomes indefinidos serão analisados como casos de indeterminação. Como, nesses casos, há sujeito expreso, serão casos de indeterminação do papel temático exercido pelo sujeito (normalmente, o papel de agente).

1.4 Indeterminação *versus* impessoalidade

Os autores 'contemporâneos' que pesquisamos são unânimes em mencionar que as orações com verbos referentes a fenômenos da natureza são orações sem sujeito (com verbos impessoais). Nada obstante, há controvérsias em outros casos.

Câmara Jr. (1986) diferencia o sujeito indeterminado (indiferenciado) de sujeito inexistente. Mattoso cita que as chamadas passivas sintéticas ou pronominais não possuem sujeito indeterminado, mas sujeito inexistente. Ele concorda que a classificação de voz passiva não é apropriada, mas julga não haver menção a qualquer sujeito, mas sim ao próprio processo verbal. Portanto, o que caracteriza, segundo ele, a impessoalidade é focar-se o próprio processo verbal.

Milanez (1982, p. 12), analisando a distinção entre impessoalidade e indeterminação considera que “o conceito de indeterminação foi, até 1960, confundido com o de impessoalização. Desde então, tem sido feita uma distinção, embora de forma não satisfatória.” A autora enumera alguns estudiosos da Língua Portuguesa 'pré-60' que superpõem os conceitos de impessoalidade e de indeterminação, classificando como 'sujeito indeterminado' o sujeito dos verbos impessoais (a partir da NGB, classificados como 'oração sem sujeito' ou 'sujeito inexistente'). São eles: Pereira (1940, p.335), Bueno (1944, p.287 e 295), Góis (1947, p. 84), Lima (1945) e Jucá Filho (1954). Tais exemplos nos permitem compreender melhor a proposta de Câmara Jr. (1986).

Nesta dissertação, consideraremos que a indeterminação implica sempre no traço [+HUMANO], ao passo que a impessoalidade, no [-HUMANO]. Dessa sorte, não adotaremos a proposta dos autores 'pré-60', mas sim a proposta de classificação atual, que diferencia os processos de indeterminação dos de impessoalidade.

1.5 Conclusão

Após a análise das informações trazidas acima, fica nítida a importância de levar em

conta aspectos semânticos para que se classifique o sujeito como indeterminado. Todavia, o sujeito será tratado, neste trabalho, como categoria sintática.

Uma vez que já analisamos os conceitos de 'indeterminação', 'indefinição' e 'impessoalidade', controversos e não definidos claramente pela maioria de nossas gramáticas, passemos à análise do sujeito indeterminado propriamente dito, visando coletar informações sobre essa estrutura em diversos estudiosos do português.

2.0 SUJEITO INDETERMINADO

Neste capítulo, analisaremos diferentes posições a respeito do sujeito indeterminado em português, seu conceito, exemplos, critérios predominantes para sua caracterização (sintáticos ou semânticos), sua polêmica oposição à chamada passiva sintética, bem a oposição do conceito de indeterminado aos de indefinido e impessoal.

2.1 A Noção de Sujeito Indeterminado

A classificação “sujeito indeterminado”, para a maioria dos gramáticos é de ordem predominantemente sintática, o que encontra respaldo na própria NGB, a qual apresenta a classificação do sujeito como item exclusivamente sintático (aliás, como já dissemos a NGB não cita a semântica). Desta sorte, se observarmos as principais posições a respeito notaremos: quase sempre se faz referência à forma verbal conjugada na 3.^a pessoa do plural sem referência ao pronome pessoal (eles) ou verbo intransitivo ou transitivo indireto na 3.^a pessoa do singular acompanhado do índice de indeterminação do sujeito (“se”). Outrossim, sempre se aproveita a oportunidade para se fazer referência à passiva sintética (verbo transitivo direto acompanhado da partícula apassivadora “se”).

Antes de discutirmos a polêmica passiva sintética *versus* sujeito indeterminado, atenhamo-nos mais ao próprio conceito de sujeito indeterminado. Quase todos os autores desprezam o fator **semântico** na questão do sujeito indeterminado. Uma importante exceção é Macedo (1991), que exprime: “A grande dificuldade é que a noção de sujeito propriamente dita é, por sua natureza, semântica. [...] A noção de simples é estrutural, a noção de indeterminado é semântica”. Macedo vai mais longe ao dizer que a própria noção de sujeito é semântica. Claro também que a indeterminação possa se manifestar através do nível morfossintático, mas isso é, segundo ele, apenas uma consequência de um outro fenômeno, o qual é semântico. Para o autor, ao contrário de nossa posição, é a indeterminação (aspecto semântico) que leva o verbo para a terceira pessoa do plural (sem referência a qualquer pessoa citada alhures) ou que lhe “acopla” a partícula (pronome) “se” (aspectos morfossintáticos); não é a flexão verbal na terceira pessoa do plural (sem menção a pessoa citada alhures) ou a partícula “se” junto ao verbo intransitivo ou transitivo indireto (e também com o transitivo direto, conforme veremos adiante) –fenômenos morfossintáticos - que tornam o sujeito indeterminado, apenas expressam a indeterminação (plano semântico) através do plano morfossintático.

Uma observação que cabe fazer é que Macedo (1991) vê a indeterminação apenas como questão semântica e não como questão semântico-estrutural. “Não se trata de um enfoque semântico-estrutural, como seria de desejar. Trata-se de um enfoque num caso semântico e noutra estrutural”, afirma ele em referência à classificação do sujeito, como visto alhures.

Ainda em relação a Macedo (1991), é importante destacar que, para ele, a indeterminação se pode expressar não só pela terceira do plural ou pela partícula ‘se’, mas também pelo uso de pronomes indefinidos no sujeito. Desta forma, uma frase como *alguém chegou*, tem sujeito indeterminado. Uma outra visão, porém, mais arrojada ainda é trazida por ele ao afirmara haver “graus de indeterminação”. Isso significa que não só os pronomes indefinidos indeterminam o sujeito, mas também “um substantivo comum que, por ser comum tem maior extensão que compreensão, assume, sob certo aspecto, um grau de indeterminação”. Tal raciocínio amplia a visão sobre o sujeito indeterminado; ao se dizer *a gente paga os impostos então tem serviços públicos de qualidade, Eu vou lá, faço o meu trabalho e não sou recompensado, O pessoal vê as cenas de violência e não fica com medo, podem segundo esse critério expressar sujeitos indeterminados, com diferentes graus de indeterminação. Ideias* semelhantes se podem observar também em outros autores como Resende (2004), Neves (2000), Hawad (2002) Rodrigues (2004), os quais citam unanimemente o exemplo de *você*, quando usado em referência genérica, na língua falada, como sujeito indeterminado.

Nada obstante, a opinião de Macedo, ainda que com pontos de contato com outros autores, é antes exceção que regra, no que tange a indeterminação do sujeito pelos indefinidos ou substantivos genéricos (pessoal, a gente, o cara, eu, etc.). Crítica à sua posição de ver indeterminação através dos pronomes indefinidos se pode observar num grande cânone da nossa linguística: Câmara Jr (1986) (conforme demonstramos no item 2.3 , página 19, desta dissertação)

Aqui se tem uma controvérsia entre Câmara Jr e Macedo. Este afirma que “no que tange ao sujeito indeterminado há discordâncias[...] porque na visão semântica entra uma parcela de subjetivismo que não pode ocorrer num enfoque estrutural” (Macedo, 1991). Ainda que Câmara Jr diferencie indiferenciado (indeterminado) de indefinido, não deixa de reconhecer que não são sujeitos “nítidos”; logo, algum grau de indeterminação /indefinição existe.

Câmara Jr faz ainda uma importante referência (ainda que histórica) sobre a indeterminação do sujeito em português arcaico através do pronome indefinido “homem”, a

exemplo do que atualmente ocorre em outras línguas, como o alemão (através do pronome *man*) e o francês (através do pronome *on*). Ele cita o seguinte exemplo: “ *ca naquel logar homem ouvir falar de pescado maior*”.

Outra visão que trazemos é a de Kury (1997), segundo a qual o sujeito indeterminado é oriundo da impossibilidade ou do desinteresse em expressar o sujeito da oração. Ele cita os dois recursos tradicionalmente aceitos para caracterizar o sujeito indeterminado (verbo na terceira pessoa do plural, ou ainda na terceira do singular com o pronome “se”). No entanto faz referência a “autores que apontam como caso de sujeito indeterminado o que é constituído materialmente por pronomes indefinidos”, referindo-se a Gladstone Chaves de Mello. Não obstante, Kury diz tratar-se de “análise antes lógica do que sintática”, deixando explícita sua preferência exclusiva pelos aspectos sintáticos, isto é, estruturais e não pelos aspectos semânticos. Kury prende-se, nesse ponto, à visão de Câmara Jr, citando-o para justificar que os pronomes indefinidos não caracterizam sujeito indeterminado, porém sujeitos indefinidos, por “ não esclarecerem quanto à identidade do agente”. Assim, como Câmara Jr, observa que, nesses casos, o sujeito é nítido sintaticamente, mas não semanticamente; como a estrutura é o fundamental em sua consideração, não vê indeterminação do sujeito. Kury reflete, ainda, sobre a questão da indeterminação do sujeito com o pronome “se”, citando autores que veem caso de sujeito inexistente, opinião da qual não compartilha, pelo menos didaticamente.

Ribeiro (2006) ao referir-se ao sujeito indeterminado, assume também de forma explícita sua preferência pela análise sintática (estrutural), não levando em conta os aspectos semânticos. Ele chega a citar a ideia de que os pronomes indefinidos caracterizariam sujeito indeterminado, refutando-a com o argumento de que seriam sujeitos indefinidos, e não indeterminados. Ribeiro afirma que, de acordo com uma visão semântica, ter-se-ia de admitir como de sujeito indeterminado orações como “*um desconhecido entrou aqui*”. Outrossim, traz uma importante contribuição ao dizer (1995, p. 240) que o infinitivo impessoal indetermina o sujeito (visão contrária a de Câmara Jr, que considera, aí, impessoalidade), pois é usado de maneira vaga, geral, indeterminada, não se sabendo (e, pois, não se podendo expressar) quem é o sujeito.

Lima (1959), também afirma a ideia de análise estrutural e não semântica do sujeito indeterminado, uma vez que em havendo sintagma nominal explícito (ou implícito) na função de sujeito ele é determinado. Outrossim, ele faz menção à inexistência de sujeito em certas orações, em oposição ao sujeito indeterminado. Define que a inexistência do sujeito se dá quando se refere ao processo verbal em si mesmo, ao passo que a indeterminação se deve ao desejo ou à necessidade de ocultar o sujeito.

Henriques (2003) menciona os processos de indeterminação do sujeito pelo verbo na terceira pessoa do plural ou na terceira do singular com a partícula “se”. Menciona também a posição de Macedo (1991), relativa à indeterminação do sujeito por pronomes indefinidos (por exemplo, alguém morreu); entretanto, discorda da posição de Macedo (o qual a classifica como oração de sujeito simples e indeterminado), por julgar esta classificação composta por duas denominações mutuamente exclusivas.

Macambira (1987) defende que há indeterminação do sujeito em orações com verbo na terceira pessoa do plural com significação indefinida e em verbos na terceira pessoa do singular juntos da partícula “se”, desde que não-transitivos diretos. Por significação indefinida Macambira entende as formas verbais de terceira pessoa com as quais seja *impossível expandir o verbo mediante ele-ela-eles-elas*. Tal observação o leva a considerar que não há diferenças significativas entre sujeito impessoal e indeterminado: uma vez que haja sujeito indeterminado na oração, o verbo não poderia “expandir-se” para as formas pronominais “ele-eles”, ou seja, não se cogita falar em pronomes sujeitos, o sujeito é impessoal. Ainda de acordo com este autor, orações do tipo “eles estão roubando muito carro por aí”, não possuem sujeito indeterminado, mesmo que esse “eles” não represente ninguém determinadamente, ou seja, faça referência genérica.

Sua ideia é que o sujeito indeterminado é um sujeito inexistente, correspondendo à oração impessoal. Ressalta, outrossim, que só cabe diferenciar indeterminado de inexistente em razão da nomenclatura vigente, a saber, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Entretanto, Macambira considera que uma oração como: “ eles estão roubando muito carro na Pavuna” é de sujeito determinado, uma vez que há um sujeito exposto, determinado (se não há impessoalidade, não há indeterminação). Pensamento contrário já vimos em Neves (2000), a qual considera que, se “eles” estiver sendo usado em referência genérica, caracteriza sujeito indeterminado. A proposta de Macambira, tornando indissociáveis os conceitos de inexistente e de indeterminado, limita a análise dos processos de indeterminação, visto que desconsidera a existência dos papéis temáticos exercidos pelo sujeito, destacando-se na indeterminação do sujeito o traço [+HUMANO], incompatível com a impessoalidade que se pode deduzir de ‘sujeito inexistente’. prende a indeterminação (que é semântica) a um critério sintático (a inexistência de um sujeito gramatical).

Posição contrária encontraremos em Neves (2000), a qual, em sua *Gramática de usos do português*, define sujeito indeterminado como aquele que faz referência genérica, ou seja, que tem uma extensão não-fixa, não-determinada. Ela diferencia indeterminado de indefinido, chamando de indefinido o que é não-particularizado. Desta sorte, não considera o sujeito, cujo

núcleo seja pronome indefinido, como indeterminado, o que vai ao encontro do proposto por Milanez (1982). Não obstante, considera como “*expressões de referência genérica*”, isto é, constituintes de sujeito indeterminado, os pronomes de tratamento, quando não se referindo à pessoa do discurso, mas quando em referência genérica.

Neves, em sua análise, vai ao encontro de Macedo (1991), ao referir-se a graus de indeterminação; ela considera como de sujeito maximamente indeterminado as construções que possam abranger todas as pessoas do discurso, e de caráter parcialmente indeterminado as que apenas abrangem algumas pessoas do discurso; esse o critério de estabelecimento dos graus de indeterminação. Desta sorte, ela traz os seguintes pronomes de tratamento como maximamente indeterminados: *você, eu, a gente*, bem como as estruturas com verbos transitivos indiretos ou intransitivos conjugados na terceira pessoa do singular acompanhados da partícula “se”. Como parcialmente indeterminados, os pronomes *nós* e *vós*, pois se referem respectivamente à primeira e à segunda pessoas do plural, excluindo as demais.

Um detalhe assaz importante é que Neves considera como de sujeito indeterminado orações do tipo: *se você deixar a casa aberta, eles vão lá e roubam; a gente tem muitos problemas sociais; eu pago impostos, eu cumpro meus deveres, mas não eu recebo meus direitos* (quando em referência genérica) [exemplos meus]. Segundo ela, estas várias formas de indeterminação do sujeito são muito correntes na linguagem coloquial. Observemos as justificativas de Neves para cada um dos exemplos acima.

O uso de *você* como sujeito indeterminado, embora se refira a segunda pessoa do discurso é fortemente indeterminado, pois “você” significa, aí, qualquer pessoa. O uso do pronome “eu”, chama a atenção, pois é altamente determinado, referindo-se à primeira pessoa do discurso. Neves explica esse uso como uma forma de o falante se colocar como sujeito de enunciado que possa ser aplicado a qualquer pessoa. Esse recurso da linguagem por ela observado muito nos interessa, pois o falante se considera como sujeito do que é genérico, o que pode ser importante para uma análise discursiva ou estilística de sua fala, como veremos no capítulo seguinte, que trata da estilística.

O uso do pronome da terceira pessoa do plural (*eles*) é trazido por ela como o recurso de indeterminação mais citado. Observe-se que ela também faz menção à forma verbal conjugada na terceira pessoa do plural, sem menção ao pronome, a exemplo das gramáticas tradicionais. Porém, ela cita o próprio pronome “eles”, sintaticamente determinado, em referência genérica como sujeito indeterminado. Uma observação que faz a respeito desse recurso de indeterminação é que é uma indeterminação parcial, pois como já dito, exclui, segundo ela, as demais pessoas do discurso. O uso da forma pronominal “nós” também se

enquadra na categoria de parcialmente indeterminado, porque, diz ela, há uma referência determinada, porque o falante “eu”, já está incluso.

Neves cita ainda o uso de “a gente” como pronome de tratamento na linguagem coloquial, com possibilidade de ser usado em referência genérica, ou seja, na indeterminação do sujeito, referindo-se a todas as pessoas do discurso; no entanto, não é maximamente indeterminada pois deixa implícito o envolvimento do falante ‘eu’.

Maximamente indeterminada são as construções com verbo (intransitivo ou transitivo indireto) na terceira pessoa do singular acompanhados da partícula “se”, pois se podem referir a todas as pessoas do discurso, sem, no entanto, deixarem determinado o envolvimento de determinada pessoa, a exemplo da inclusão do falante (“eu”), nos exemplos acima. Neves, entretanto, defende a noção de que com verbos transitivos diretos, a companhia da partícula “se” indica voz passiva sintética, no que está em conformidade com as análises tradicionais. Outro recurso de indeterminação que ela cita, mais comum no registro popular, é o uso do verbo conjugado na terceira pessoa do singular, sem a partícula “se”, como neste exemplo que ela dá: “*Lá tira título de eleitor*”, o que, num registro culto, seria “*lá se tira título de eleitor*”. Ao contrário de Câmara Jr, ela não vê aí impessoalidade, mas sim indeterminação do sujeito.

Outro recurso de indeterminação do sujeito que Neves traz é o uso de sintagmas nominais, cujo núcleo é um substantivo, como por exemplo, o sintagma “a pessoa”, o qual não figura apenas em registro popular, mas também em textos escritos. Ressalta, outrossim, que se podem combinar o uso de sintagmas nominais com o de pronomes, ambos em referência genérica, para indeterminar o sujeito, como no exemplo: “*Você tem de chegar cuidadoso, ver sem ser visto; a pessoa não pode descobri-lo*”. Trata-se da **co-ocorrência** de processos de indeterminação.

Embora, no que tange a questão da passiva sintética, Neves repita o discurso tradicional, nota-se que nas suas análises há uma forte ruptura com o esquema tradicional de classificação do sujeito, uma vez que considera sujeito indeterminado aquele que é expresso formalmente na oração através de um pronome de tratamento. Basta que recordemos a posição de Henriques (2003), que considera mutuamente exclusivas as classificações simples e indeterminado para o sujeito, ou seja, o sujeito formalmente (sintaticamente) expresso não poderia ser indeterminado. Cabe ratificar, contudo, nossa preferência pela análise de Henriques à análise de Neves..

Cabe ressaltar que o critério de Neves baseia-se no **uso** da língua escrita e não da oral, o que ela faz questão de ressaltar na Introdução da sua *Gramática de Usos do Português*. Naturalmente, há registros do nível informal da linguagem, popular da linguagem, mas

também há em seu *corpus* obras literárias modernas, jornais, entre outros. Em nosso *corpus*, pudemos encontrar exemplos que ratificam as proposições de Neves.

Maia (1997, p.56-60) estudando as análises de Said Ali sobre a língua portuguesa, cita que o grande filólogo admite duas classificações para o sujeito: sujeito definido e sujeito indefinido, e que para classificá-lo, devem-se considerar aspectos semânticos e sintáticos. Portanto, Said Ali propõe a existência de um sujeito sintático e de um sujeito semântico. O sujeito definido seria aquele em que se pode identificar a presença de um nome ou pronome ocupando a posição de sujeito. O sujeito indefinido corresponde ao tradicional sujeito indeterminado. Nada obstante, a classificação de sujeito indefinido não coincide perfeitamente com a tradicional de sujeito indeterminado. Said Ali considera de sujeito indefinido (indeterminado), não só as construções com verbo na terceira pessoa do plural (em referência genérica) ou com verbo transitivo indireto ou intransitivo acompanhados da partícula “se”. Ele considera que os verbos transitivos diretos acompanhados da partícula “se” constituem sujeito indeterminado (e não voz passiva sintética, como veremos adiante). Outrossim, considera que pronomes indefinidos possam indeterminar o sujeito (“alguém chegou”). Nesse caso, embora haja pronome ao qual o sujeito se refira (alguém), Said Ali classifica o sujeito como indeterminado(indefinido) do ponto de vista semântico; isto é, o sujeito semântico é indeterminado(indefinido), ao passo que o sujeito sintático é determinado. Mas ali prioriza o aspecto semântico. Ainda segundo ele, “ qualquer análise que privilegie a forma com prejuízo da significação é absurdo e quando os dois planos de análise não puderem se fundir devem ao menos correr paralelamente” (cf. Maia, 1997, p. 60).

Hawad (2002) faz um estudo específico sobre a questão da voz passiva sintética em português. Ela admite o sujeito como função semântica, isto é, ser sujeito significa algo. Segundo ela, os verbos transitivos diretos acompanhados da partícula “se” constituem sujeito indeterminado e não uma voz passiva sintética ou pronominal (2002,p.66). Para ela (2002, p.66) o sujeito inexistente, no português, quando indeterminado pela partícula “se”. Nesse caso, (2002, p.67) ela diz que há “sujeito zero” , constituindo-se o “se” em índice de indeterminação do sujeito. O sujeito é inexistente já que se opõe à presença de outros sujeitos possíveis. A indeterminação do sujeito, representada pela indefinição máxima de pessoa é um significado específico da chamada voz passiva sintética (cf. Hawad, 2002, p.131). Hawad também observa (2002, p.131) que não se deve confundir não identificação do agente com indeterminação do sujeito, pois o sujeito nem sempre exerce o papel semântico de agente, embora essa não-identificação do sujeito seja relevante na indeterminação, na maioria dos casos, mas não sempre.

Rodrigues (2004,p.74), contudo, reconhece que o sujeito indeterminado é caracterizado fundamentalmente pela ocultação semântica do agente. No entanto, sintaticamente, ele pode vir expresso através dos termos: *alguém, a maior parte, quem, você*, entre outros, os quais, segundo ela, indeterminam o sujeito.

Bechara (2006, p.34) afirma que o sujeito indeterminado é “um sujeito indiferenciado, referido à massa humana em geral”. Para Bechara, há duas formas de indeterminar o sujeito em português: com o emprego de verbo na terceira pessoa (singular ou plural) ou no infinitivo, desde que não façam referência a pessoas determinadas; ou com o emprego do pronome SE junto ao verbo, de forma que, se parafrasearmos a oração, poderemos obter outra equivalente cujo sujeito seja alguém ou a gente. (cf. Bechara, 2006, p. 34-35).

Todavia, o professor Bechara ressalta que 'ninguém' e 'a gente' não constituem sujeitos indeterminados, visto que não fazem “referência à massa humana indiferenciada, traço fundamental à noção de indeterminação do sujeito” (cf. Bechara, 2006, p.35). Segundo Bechara, indetermina-se o sujeito ou por não se querer ou não se saber determinar, precisamente, o sujeito da oração; além disso, a indeterminação do sujeito pode ser “manha inteligente de linguagem, quando não nos interessa torná-lo patente àquele com quem falamos”. Bechara dá o seguinte exemplo: “Pedro, *disseram-me* que você falou mal de mim”, na qual se omite a 'identidade' do acusador, por questões de natureza pragmática e discursiva.

Bechara (2006, p.35) afirma também que, segundo a tradição literária no Brasil preferem-se as construções do tipo “cumprer uma pessoa guardar-se de” às do tipo “cumprer guardar-se de”. Segundo Bechara, no caso de verbos pronominais, “é impossível o uso de *se se*”. Ele o exemplifica com os seguintes exemplos: “sem *se se* enganar” e “sem uma pessoa *se enganar*”. Note-se que o autor realiza uma paráfrase, substituindo a indeterminação por 'INFINITIVO + SE' pela indeterminação por 'referência genérica' (“uma pessoa”).

Consoante visto neste item, há contradições entre os autores quanto ao conceito de sujeito indeterminado e suas características, devido em parte, ao fato de uns terem uma visão predominantemente sintática, ao passo que outros levam em consideração fatores semânticos. Antes, porém, de concluirmos este capítulo, concluindo a partir das noções estudadas com que noção de sujeito indeterminado trabalharemos, é mister detenharmo-nos ainda um pouco mais nas seguintes contradições: impessoalidade *versus* indeterminação, indefinição *versus* indeterminação e voz passiva sintética *versus* indeterminação do sujeito, o que em muito alargará a visão sobre o sujeito indeterminado em português, bem como fomentará nossas discussões do capítulo seguinte, que trata da indeterminação como recurso estilístico.

2.2 Passiva Sintética versus Indeterminação do Sujeito

Um tema bastante controverso na língua portuguesa é a chamada passiva sintética. Tem-se considerado que verbos transitivos diretos conjugados na terceira pessoa do singular acompanhados da partícula “se” caracterizam a voz passiva sintética. Por exemplo, na frase “vendem-se ovos”, segundo a idéia tradicional, ocorre a voz passiva sintética, classificando-se o “se” como partícula apassivadora e “ovos” é classificado como sujeito. Tal abordagem é respaldada por uma análise diacrônica, considerando-se o português como uma língua neolatina e que deve, pois, manter uma estreita relação de lógica com o latim.

A simples ideia de buscar no latim um fenômeno do português moderno não é bem vista pelos linguistas. Saussure, no *Cours*, defende que uma língua deva ser abordada sob um ponto de vista sincrônico, nada obstante a possibilidade de se estudá-la sob uma ótica diacrônica. Note-se que aqui se fala de uma análise sincrônica ou diacrônica de uma certa língua; o que a gramática tradicional faz é comparar duas línguas diferentes, o que é ainda mais contestável.

Evidentemente, essa postura das gramáticas tradicionais, isto é, normativas, é estabelecer o certo e o errado e não a de analisar o que de fato ocorre na língua portuguesa.

Câmara Jr (1986) chama a voz passiva sintética de médio-passiva, defendendo que há impessoalidade, ou seja, ocorre o que ele chama de “degradação da função sujeito em proveito da ação verbal”. Ele observa que a concordância com o que a gramática chama de sujeito (no nosso exemplo, “vendem-se ovos”, ovos seria o sujeito) é inexistente na língua popular, sendo meramente artificial a concordância com o dito “sujeito”. Mattoso afirma não haver sujeito; entretanto, um senão de sua análise é levar em conta aspectos do latim, qual seja, apela, como fazem os gramáticos normativos ao latim para legitimar sua ideia de impessoalidade na voz médio-passiva (ou passiva sintética). Lembra ainda haver teóricos que consideram essas orações como de sujeito indeterminado, embora não se aprofunde mais no assunto.

Neves (2000) defende a ideia de haver deveras a chamada voz passiva sintética, afirmando não haver sujeito indeterminado em orações compostas de verbo transitivo direto mais partícula “se”. Macedo (1991) e Macambira (1987) não trazem também visão diferente sobre o assunto.

Henriques (2003) aponta a existência das passivas sintéticas; porém, cita que a concordância com aquilo que a gramática normativa chama de sujeito muitas vezes não ocorre, até mesmo em “grandes escritores”, devido, principalmente, ao que ele chama de

“supremacia da intenção indeterminadora”.

Bagno (2002) traz com bastante nitidez a incoerência de defender, no português do Brasil, o fenômeno das passivas sintéticas. Sua ideia, retomando Said Ali, é que o sujeito seja indeterminado. Em princípio, começa por verificar (2002:126) que a gramática tradicional não leva em conta os aspectos semânticos; portanto, os gramáticos prescritivos ignoram que as passivas sintéticas tenham sujeito indeterminado, o qual seria a partícula “se”. Apenas essas ideias de Bagno já são suficientes para uma reflexão mais meticulosa. O primeiro “rompimento” que Bagno faz com a tradição gramatical é considerar as passivas sintéticas, que ele chama de pseudopassivas sintéticas (2002:125), como orações de sujeito indeterminado; o segundo, quicá mais ousado, é considerar o “se” como o próprio sujeito indeterminado e não como índice de indeterminação do sujeito. Ora se a partícula “se” é sujeito indeterminado, Bagno concorda com a ideia de que possa haver sujeito indeterminado sintaticamente expresso na frase. Outro caso de sujeito indeterminado segundo Bagno (2002, p.131) é o uso do pronome “se” entre uma preposição e um infinitivo (“lugar bom de se morar”), condenado pelos gramáticos normativos. Mas Bagno não se limita a atribuir apenas ao pronome “se” o estatuto de sujeito indeterminado nesses casos; expressões como “a gente”, “o cara”, “você” também podem ser usadas para indeterminar o sujeito.

Maia (1997:56) também recorre a Said Ali, citando o artigo *O Pronome Se* do livro *Dificuldades da Língua Portuguesa* (citado anteriormente). Nesse trabalho, o grande filólogo defende não haver a chamada “voz passiva sintética”, classificando o pronome “se” como índice de indeterminação do sujeito.

O estudo de Hawad (2002), específico sobre este tema vai ao encontro da visão de Said Ali, no que se refere à inexistência da dita voz passiva sintética ou pronominal, conforme já vimos.

Ribeiro (2006, p.253) reconhece que na dita voz passiva sintética há indeterminação do sujeito, não sendo condenável, linguisticamente, embora tal padrão não seja aceito pela norma culta.

Desta forma, pode-se verificar que, atualmente, há muitas análises em que o sujeito indeterminado se dá, também, com os verbos transitivos diretos juntos com o pronome “se”, em detrimento do conceito de passiva sintética (ou pronominal) que soa um tanto artificial.

Baseando-nos nos estudos de Hawad (2002), sob perspectiva sistêmico-funcional, não consideraremos em nossa análise a chamada 'voz passiva sintética', no português atual. Tais estruturas serão classificadas e analisadas como 'sujeito indeterminado'.

2.3 Traços Semânticos do Sujeito Indeterminado

Em análise a Hawad (2002), a Pontes (1986) e a Rodrigues (2004), podemos coletar traços semânticos característicos do sujeito indeterminado e também da dita voz passiva sintética (ou pronominal).

A principal observação que Pontes (1986) faz sobre o sujeito indeterminado é

Como vimos alhures, Hawad (2002) faz questão de salientar que não-identificação do agente não implica em sujeito indeterminado, já que nem todo sujeito é agente, e nem todo agente é sujeito. Para ela (2002:66) a 3.^a pessoa, quer do singular, quer do plural é a ideal para **realizar o significado** “sujeito indeterminado”, como sucede nas construções com o clítico “se”. Isso posto, levantaremos quais os papéis semânticos que ela atribui ao sujeito indeterminado, bem como à voz passiva sintética.

Hawad (2002, p.85), analisando construções da chamada voz passiva sintética (VPS), na voz ativa (VA) e na voz passiva (VP), relacionou essas construções com os papéis semânticos de tematização do objeto e de desfocamento do agente.

Segundo as observações de Hawad, a voz ativa caracteriza-se por não tematizar o objeto, nem desfocar agente: ela focaliza o agente da ação (por exemplo, uma frase como *O carteiro chegou*, em que se focaliza o agente, *carteiro*, e não há tematização do objeto, que aliás, nem existe nesse exemplo)

Já na voz passiva, tematiza-se o objeto e desfocaliza-se o agente. Naturalmente, pois a voz passiva tem como tópico o agente da passiva, isto é aquele que sofreu a ação, ou seja, o objeto (semântico). Por exemplo: *O carro foi levado pela enxurrada*, em que o objeto da ação é tematizado, é dele que se fala; o agente pode até mesmo ser omitido, sem prejuízo para a compreensão da frase, ou seja, ele não é focalizado.

Na chamada voz passiva sintética, não há tematização do objeto e há desfocalização do agente. Numa frase como *vende-se uma casa*, o agente não é tematizado, por ser posposto; o agente não é sequer mencionado, ou melhor, esse tipo de construção não tolera a determinação do agente, o qual não pode comparecer na oração. Essa é uma característica da voz passiva sintética que leva Hawad a vê-la como de sujeito inexistente, porque indeterminado pela partícula “se”. Não interessa saber quem fez; interessa apenas o que foi feito.

Cabe aqui uma reflexão sobre essa idéia de Hawad, de, a exemplo de Câmara Jr, ver nesse tipo de construção de sujeito indeterminado pela partícula “se”, caso de sujeito inexistente. É patente que não se pode identificar o sujeito da oração,mas dizer que ele não

existe é controverso. Como já vimos, Bagno, atualmente, retoma o que Massimino Maciel (cf. Jucá Filho, 1971, p.52), já defendia no início do século XX, ou seja, “teoria do “se” sujeito”, nas palavras de Jucá Filho.

Hawad (2002, p.108) prossegue sua análise semântica das construções com voz passiva analítica (VPA), com voz passiva sintética (VPS), agora as relacionando com os tipos de processos (extraídos da gramática sistêmico funcional de M. A. K. Halliday), segundo a percentagem em que ocorrem, num *corpus* de textos de jornal.

Segundo seus resultados a voz passiva analítica ([+TO], [+DA]) ocorre na maioria das vezes em processos materiais, muito pouco em processos verbais, raramente em processos mentais e não foram registradas ocorrências em processos relacionais. Já a voz passiva sintética ([-TO], [+DA]) ocorre na maioria das vezes em processos materiais, razoavelmente em processos mentais, muito pouco em processos verbais e é escassa em processos relacionais. Podemos assim notar semelhanças, sob um aspecto semântico entre elas e começar a refletir o quanto a VPS pode se aproximar semanticamente de um sujeito indeterminado, bem como os contextos em que ocorre um sujeito indeterminado com VPA.

Hawad (2002, p.119) analisa o traço semântico identificação do agente [IA] na voz ativa, na voz passiva sintética, na voz passiva analítica sem agente da passiva, na voz passiva analítica com agente da passiva e na voz ativa. Segundo os seus dados, o agente é identificado [+IA] na voz ativa, e na voz passiva com agente da passiva, ao passo que não é identificado [-IA] na voz passiva analítica sem agente da passiva e na passiva sintética. Desta sorte, fica bem clara a importância do traço [+IA] nas orações com voz ativa. Se voltarmos a Pontes (1986), veremos mais um argumento favorável à noção de que a característica *agente* é muito importante para o sujeito na voz ativa. Nada obstante, Hawad explicita que *agente* e *sujeito* não devem ser confundidos.

Hawad (2002, p. 120) trata da dicotomia indeterminação do sujeito *versus* não identificação do agente. Como já dito, ele separa estes dois aspectos. É claro que agente e sujeito não coincidem sempre, mas agente é um traço importante para caracterizar o sujeito. Ela reporta-se a outros autores que pesquisaram o sujeito indeterminado. Sua primeira referência é a Ikeda (1980), a qual defende que a indeterminação do sujeito se dá: com o clítico “se”, com o verbo no infinitivo, com nominalização, com o uso dos pronomes “você”, “alguém” e “a gente”, “nós” em referência genérica e com a terceira pessoa do plural. Ikeda ainda menciona o fato de o clítico “se” incluir as mesmas pessoas do discurso que “a gente”, “alguém”, “nós” ou seja, representa a indeterminação máxima.

Um detalhe nessa descrição de Ikeda é que ele inclui “nós” e “a gente” como de

indeterminação máxima. Hawad (2002) observa, porém, que o uso da segunda pessoa do plural (*nós* ou *a gente*) pode ter sentido de se convidar o interlocutor a fazer algo sem se incluir. Por exemplo, cita um exemplo de uma mãe se dirigindo à filha: “*vamos tomar um remedinho*”, onde a mãe não se inclui.

Nada obstante, um traço do sujeito indeterminado que Hawad (2002, p.123) aponta (talvez, um dos mais importantes para compreender semanticamente o sujeito indeterminado) é o traço [+HUMANO] ao sujeito indeterminado pelo clítico “se”. Outra observação que faz é sobre a posição de Naro (1976, apud Cavalcante, 1999) que considera o traço [+GRUPO] como pertinente a indeterminação do sujeito com o clítico “se”.

Estes dois traços podem nos dar uma visão bem mais ampla sobre o sujeito indeterminado, uma vez que se considera que o pronome “se” compareça na indeterminação de sujeitos humanos.

2.3.1 Papeis temáticos

Os papes temáticos, isto é, semânticos, são de suma importância para uma análise do sujeito. Ainda maior é sua importância para o sujeito indeterminado, visto que o conceito de indeterminação é também semântico.

Convém citar, desde já, que o sujeito indeterminado é caracterizado por um traço fundamental: [+HUMANO]. De fato, soaria como insólita uma leitura de sujeito indeterminado para a frase abaixo:

(1) Latiram muito alto.

Naturalmente, o falante da língua portuguesa entende que se trata de cães. Entretanto, com muita ironia e esforço da imaginação poderíamos entender que se trata de um comentário maldoso acerca de alguém. Neste caso, poderíamos ter um sujeito indeterminado; naquele, não.

Esse traço é muito importante, pois que não basta que o sujeito indeterminado seja [+ANIMADO]; ele deve também e, necessariamente, ser [+HUMANO].

Diga-se, aliás, que esse traço se aplica a todos os casos de indeterminação do sujeito:

(2) Latiu-se muito alto.

(3) Alguém latiu muito alto

Em (2) temos uma construção típica de indeterminação do sujeito; em (3), temos um caso de indeterminação segundo Macedo(1991), Duarte e Lopes(2002), Ikeda(1980), Neves(2000). Em todo caso, contudo, as frases acima são, no mínimo, inusitadas.

No item 2.2 desta dissertação, já expusemos a análise de Rodrigues quanto aos papéis temáticos dos sujeitos em português. Com base nessa análise e de posse do conhecimento de que só se indeterminam sujeitos que possuam o traço [+HUMANO], podemos descartar, incontinenti, os seguintes tipos de sujeito: instrumento, local e fonte (visto possuírem o traço [-ANIMADO] e, por consequência [-HUMANO]).

Analiseemos, pois, os sujeitos agente, paciente, neutro e experienciador. Todos admitem o traço [+HUMANO]. Contudo, o sujeito paciente admite um sujeito [-HUMANO]. Vejamos se é possível indeterminar esse último tipo de sujeito, partindo-se de paráfrases de: ‘Um cidadão foi extorquido por PMs’

- (4) Extorquiram um cidadão.
- (5) Extorqui-se um cidadão.
- (6) *Foram extorquidos por PMs.

As frases (4) e (5) indeterminam o agente (PMs), não o paciente (um cidadão). Só em (6) é que se indetermina o paciente. Porém, tal construção não é prototípica de indeterminação do sujeito. Cabe, portanto, investigar se ocorrem indeterminações do sujeito paciente. Já o sujeito experienciador é plenamente indeterminável:

- (7) Temem o chefe
- (8) Teme-se o chefe

Azeredo (2008a, p.172-173) também analisa as funções temáticas que o sujeito pode possuir. Para o autor “o sujeito não se caracteriza por seu papel semântico na frase, mas por ser um lugar sintático de preenchimento obrigatório junto aos verbos pessoais, apto, portanto, a abrigar qualquer noção compatível com o conteúdo do verbo em questão”.

Azeredo (2008a, p. 173-174) tece importantes considerações sobre verbos que admitem um ser humano como sujeito, já que esses verbos são relevantes “em certas decisões discursivas do enunciador”. São verbos que possuem “uma interessante particularidade” que é a “possibilidade de seu sujeito não vir materialmente representado na frase”. Entre esses casos, temos a indeterminação com a terceira do plural (doravante, indeterminação com P6) (“Quebraram-lhe a asa”) ou a indeterminação com infinitivo (“Acordar cedo faz bem à saúde”). Azeredo também levanta, dentre os casos de sujeitos não expressos materialmente, o uso do SE (“Precisa-se de pedreiros”), o silenciamento do agente pelo uso de substantivo no lugar do verbo (“o roubo da carga surpreendeu a polícia”), ou ainda o uso de substantivos ou pronomes sem referência concreta no mundo real, “usual no discurso em que se representam situações imaginárias” (“Se uma pessoa quer ajudar a gente nós aceitamos”, “Quando você pensa que chegou a sua vez, aí vem um cara e diz que as senhas acabaram”).

Estes são exemplos de meios que a língua oferece para indeterminar, dissimular ou mesmo ocultar a identidade do ser humano a que o sujeito da oração se refere. Muitas vezes, a finalidade do enunciador é dar ao que diz um certo tom genérico e de neutralidade; outras vezes o ocultamento da identidade tem um viés malicioso. No uso mais coloquial, as construções com SE dão lugar aos enunciados com um você indeterminado (cf. o exemplo acima). Nos casos exemplificados por Quebraram -lhe a asa e Precisa-se de pedreiros, a análise oficial manda que se classifique o sujeito da oração como **indeterminado**. (AZEREDO, 2008a, p.174).

Efetivamente, quando se indetermina o sujeito, a noção que se tem é que se trata de um ser humano como o seu agente. Por conseguinte, não se pode usar um sujeito indeterminado em referência a animais. Por exemplo: “morderam a Maria” ou “picaram o Rafael”, exceto nos casos de sujeitos já expressos anteriormente, podem ter animais como agentes (sujeitos). Se Maria for atacada por um cão feroz, provavelmente se dirá que “um cachorro mordeu Maria”; se ela for atacada por um maníaco, ou ainda se envolver em um briga, poder-se-á dizer que “a morderam”. No entanto, dificilmente o “morderam” será usado para indeterminar o cão que a mordeu, pois é não-habitual (ou mesmo agramatical) se fazer referência genérica a sujeitos animais, através de construções que indeterminam o sujeito.

2.4 Filtragem e indeterminação

Perini (1994) aborda a noção de filtragem semântica, tecendo mais detidamente no tem 2.3.4.3 “Filtragem Semântica” (pág. 88 et seq.), comentários acerca da “indeterminação do sujeito” (ou, como prefere ele, “agente indeterminado”).

Consoante se pode perceber no próprio título, o item trata de questões semânticas que se relacionam com a aceitabilidade, ou inaceitabilidade, de construções com sujeito indeterminado na terceira pessoa do plural. Cita ele o seguinte exemplo: *morreram. Ora, diz Perini que tal construção é inaceitável como sujeito (ou agente) indeterminado. Se usada anaforicamente, nenhum problema há; todavia, trata o autor de usos não-anafóricos (pág. 83). Os demais filtros declinados alhures pelo autor (filtro da terceira pessoa do singular, filtro de posposição e filtro de tópico (pág. 82-85) não se aplicam a esse caso.

Perini aponta as condições que julga necessárias para a possibilidade de ocorrência da indeterminação do sujeito / agente, com a terceira pessoa do plural. Elenca ele os três principais ingredientes da interpretação semântica da construção com sujeito (agente) indeterminado com a terceira do plural. Ei-los: “(A) o agente não é conhecido, ou seja, sua referência é deixada propositalmente em aberto; (B) o agente é humano; e, como consequência da existência de um agente, (C) a oração exprime uma ação de algum tipo”.

Sublinhamos o fato de esses ingredientes serem principais porque não são absolutos; digamos, sejam prototípicos.

O autor declina ainda (p. 87-88) casos em que se não pode dar a indeterminação com a terceira do plural. (*parece-se doente). Nesse caso, pode-se pensar no fato de que não se trata de **verbo de ação**, o qual implicaria a presença (prototípica na indeterminação) de um agente.

Sucedo, todavia, que há um caso assaz interessante: * chegaram aí. Pode-se pressupor a presença de um agente (alguém chega). No entanto, para Perini, é inaceitável tal construção. Inclusive, coloca o autor essa como uma das questões a se pesquisarem em Língua Portuguesa.

Outra questão por Perini (1994, p.88) levantada é a relação da indeterminação do sujeito/ agente com a terceira do plural com a indeterminação com SE:

Seria o caso, então, de se investigar mais cuidadosamente os traços da interpretação semântica da construção com -se, para ver como as diferenças entre essa construção e a de terceira pessoa do plural explicam essas diferenças de julgamento.

Assinala Perini (p. 88) que se “*parece-se doente” é tão inaceitável quanto “* parecem doente”, “morre-se de gripe no verão” é aceitável, em oposição a “* morrem de gripe no verão”.

Cabe, por conseguinte, dessa preliminar leitura de Perini (1994), verificar detalhadamente a sintaxe das construções com indeterminação do sujeito (em especial as com terceira do plural e com SE) e sua relação com a semântica. Cabe, pois, verificar a relação com o VERBO, com suas propriedades semânticas e sintáticas, através de exaustivo levantamento de dados.

2.5) O Caso de “tratar-se de”

Kury afirma que quando se não deseja , ou se não interessa indicar o sujeito de uma oração, pode-se ter o sujeito indeterminado (1986, p. 22).

Declina ele os casos 'tradicionais': (a) verbo na terceira pessoa do plural e (b) verbo na terceira do singular com o pronome SE. (p. 23). Declina ele, ainda, que, apesar de as orações 'tradicionalmente' com sujeito indeterminado se poderem permutar com as em que haja pronome substantivo (exemplo: 'Bateram à porta' e 'Bate-se à porta' por ' Alguém bate à porta'), nas equivalentes (no nosso exemplo, a equivalente é 'alguém bate à porta') “não existe na oração [dos casos (a) e (b)] nenhum termo para exprimir o sujeito” (KURY, 1986, p. 23)

Ratifica ele nossa premissa do sujeito como 'lugar sintático'. Outrossim, cita ele casos como o de “Trata-se de”. Construções com o verbo 'tratar-se de' soem ser classificadas como possuidoras de 'sujeito indeterminado'. Contudo, alerta Kury para a “impessoalidade que há em “trata-se de uma estranha confusão etimológica” (p. 25). Discorre ele sobre exemplo, “Aqui se tem em mente apenas o predicado, não se atribuindo o processo verbal a nenhum ser” (p.25). Propomos, então, os seguintes exemplos:

- (1) O Brasil é um grande País. Trata-se do maior país da América do Sul.
- (2) Trata-se de um homem de bem.
- (3) Trata-se do processo em que ele é réu.
- (4) A reunião da diretoria já começou. Agora, trata-se de um assunto muito delicado.

Em (1), (2) e (3) temos a leitura impessoal como a mais natural. Não é necessário que se leve em conta que um agente esteja tratando do assunto 'Brasil'. Todavia, em (3), se consideramos os referentes, pode haver, sim, indeterminação. Vejamos:

- (3') Os advogados estão reunidos com o governador. Trata-se do processo em que ele é réu.

Nesse exemplo, novamente apelando para a contextualização da frase, poderíamos ter a leitura de indeterminação.

Em (4), o próprio antecedente, expresso, contextualizando, ainda que minimamente, torna a leitura de indeterminação como a mais natural.

Note-se, todavia, que, de ordinário, a leitura de 'impessoalidade' para construções com 'tratar-se de' é 'prototípica'. Veja-se, por exemplo, o item (34) de nosso *corpus*:

Trata-se de absoluta inversão de valores morais, éticos e financeiros, porquanto esse **país**, conforme a errônea expressão adverbial de um presidente que sente azia quando lê, **deixa** à mingua a educação, a saúde e a segurança, em verdadeira agressão ao **povo** que efetivamente **trabalha** e se **sacrifica** para **manter** os seus os seus empregos cada vez mais escassos.(JORNAL O GLOBO 02 /02/ 2009)

No excerto acima, não há menção ao fato de que alguém trata do assunto 'inversão de valores'.

Interessa-nos, em se falando de impessoalidade, o comentário de Kury sobre as “Orações sem sujeito” (pp. 24-25), bem como seu comentário “Conjugação pronominal de sujeito indeterminado com verbos transitivos diretos” (p. 37), nos quais Kury não aceita como pertencente à “norma vigente na boa linguagem literária” expressões como “Aluga-se apartamentos” (p.38).

Importa ressaltar que, em nosso corpus, não encontramos qualquer ocorrência de construções do tipo 'tratam-se de' em orações impessoais, como as analisadas neste item. Podemos supor que se trate de uma sorte de edição, mesmo em se tratando de 'cartas de leitor'.

De todas as considerações acima expostas, ressalta, mais uma vez, a importância do estudo da relação do sujeito com o verbo para se compreender melhor a indeterminação dos sujeitos ou dos agentes em língua portuguesa.

2.6 Cancelamento do sujeito

Em nossa análise, utilizar-nos-emos desses dois conceitos. O conceito de cancelamento do sujeito é assim apresentado por Azeredo (2008b, p.225): “Um sujeito cancelado é o que já não conta sequer com as pistas desinenciais do verbo, mas pode ser recuperado no contexto”. Esse fenômeno sói acontecer com o infinitivo dito impessoal, ou não-flexionado e distingue-se da elipse do sujeito (tradicionalmente chamado de 'sujeito oculto'), pois nesta há marcas flexionais no verbo que nos permitem identificar o sujeito.

Outrossim, o cancelamento se distingue da indeterminação do sujeito, já que, neste caso, o “não preenchimento deve-se à “impossibilidade de se estabelecer qualquer correspondência entre o sujeito da oração e qualquer item léxico da língua”.(Azeredo, 2008b, p. 224)

2.7 Graus de indeterminação

A indeterminação do sujeito (ou do papel temático por ele exercido) é passível de graus. Pode-se também falar em força indeterminadora, ou em força da indeterminação.

A partir de Neves (2000), Macedo (1991) e Milanez (1982) notamos a importância de analisar os graus de indeterminação.

Primeiramente, mister se faz esclarecer que ao se falar em 'graus de indeterminação', consideram-se aspectos discursivos e não somente sintáticos. Portanto, a força indeterminadora só será estabelecida a contento a partir do discurso, das referências e das generalizações que nele se façam. Pode-se dizer que quanto maior a capacidade de generalização, maior a indeterminação.

Quanto maior o universo de indivíduos inclusos na generalização que se faz, maior é o grau de indeterminação. Não adotaremos aqui o critério de referência a todas as pessoas do discurso como indispensável à indeterminação; esse critério servirá para estabelecer o grau de indeterminação. Assim, consideraremos, ao contrário de Neves (2000) e de Milanez (1982), a indefinição como um subtipo da indeterminação. Nossa postura se baseia no fato de que a indeterminação do agente por pronomes indefinidos pode-se permutar, por paráfrase, com a

indeterminação por SE, considerada como de máxima indeterminação por Milanez (1982) e por Neves (2000).

Podemos dizer que as indeterminações em que se fale em tese, em princípio, isto é, em referência generalizante, possuem a maior força de indeterminação. Vejamos alguns exemplos:

- a) No Brasil, vive-se bem.
- b) No Brasil, a gente vive bem.
- c) No Brasil, nós vivemos bem.
- d) No Brasil, vivem bem.
- e) No Brasil, as pessoas vivem bem.
- f) No Brasil eu vivo bem, mas pago impostos altos.

Nas frases acima, se consideradas em referência genérica, notamos essa fala 'em tese'. Contudo, se precisarmos 'subdividir' os exemplos elencados, deveremos recorrer ao potencial de cada um em referir-se a todas as pessoas do discurso. A indeterminação por SE, no caso, apresenta, por definição, essa capacidade. A indeterminação (do papel temático exercido pelo sujeito) por palavra em referência genérica (no caso, “as pessoas”) também possui essa capacidade, posto que menos 'formal' que o SE. Já os itens (b), (c) , e (f), apesar de poderem plenamente se referir a todas as outras pessoas do discurso, deixam implícita a participação necessária de pelo menos uma delas. É assim que em todas elas o enunciador se faz presente, se inclui no grupo a indeterminar. Já em (d) indeterminação pela terceira pessoa, excluem-se, pelo menos a princípio, o enunciador e seu coenunciador (1ª e 2ª pessoas).

Dessa sorte, propomos os seguintes critérios para estabelecer os graus e indeterminação (na ordem):

1. Capacidade de referência generalizante;
2. Capacidade de incluir o maior número possível de pessoas do discurso;

Por referência generalizante, entendemos a capacidade de referência a toda uma coletividade. Observem-se os seguintes exemplos.

- g) As pessoas estão se conscientizando da questão ambiental.
- h) As pessoas no Brasil estão se conscientizando da questão ambiental.
- i) As pessoas no Rio de Janeiro estão se conscientizando da questão ambiental.

Nota-se uma ordem decrescente, que pode englobar toda a humanidade (g), a população de um país (h), a população de uma cidade (i), e assim por diante. Vale ressaltar que sintaticamente os adjuntos adnominais (exceto os artigos) contribuem para reduzir a força

da indeterminação. É por esse motivo que (h) e (i) tem menor força indeterminadora do que (g). Contudo, não há como estabelecer uma hierarquia do grau de indeterminação entre (h) e (i) de um ponto de vista estritamente sintático. É o conhecimento de mundo que possuímos que no-lo permite: 'Brasil' refere-se a um maior número de pessoas do que 'Rio de Janeiro'.

Ressaltamos que os artigos não contribuem necessariamente para reduzir a força de indeterminação. De fato, se em vez de 'as pessoas' disséssemos 'pessoas', não alteraríamos necessariamente a força da indeterminação (inclusive, a forma com artigo é a mais natural).

Reafirmamos nossa posição: o estabelecimento dos graus de indeterminação deve-se ater, fundamentalmente, ao discurso.

2.8 Conclusão

Na conclusão deste capítulo, definimos com que noção de sujeito indeterminado trabalharemos. Após analisarmos diferentes perspectivas sobre o sujeito indeterminado e conceitos correlatos (indeterminação, impessoalidade e voz passiva sintética), concluímos que a noção de sujeito indeterminado é fundamentalmente sintática.

O conceito de indeterminação pode ser abordado sintática ou semanticamente. Sob o prisma semântico, leva-se em consideração apenas o 'significado' de 'referência genérica'. Sob o prisma sintático, trata-se de ser possível identificar um item lexical presente na oração, que exerça a função de sujeito. Por conseguinte, quando há um sujeito na oração, cujo sentido seja, por exemplo, de referência genérica, este não deve ser classificado como indeterminado; indeterminado é, no caso, o papel temático exercido pelo sujeito. Logo, pode-se ter o agente indeterminado (caso mais comum), o paciente indeterminado, etc.

Classificaremos como sujeito indeterminado:

a) o sujeito do infinitivo impessoal, desde que não-cancelado ('É fácil **viver** em um país organizado');

b) o sujeito de verbo na terceira pessoa do plural, em referência genérica, sem sujeito expresso ou retomável ('**chamaram** o aluno na secretaria');

c) o sujeito de verbo na terceira do singular junto ao pronome "se", seja o verbo transitivo (direto ou indireto) ou intransitivo ('**vendem-se** ovos aqui'; '**precisa-se** de motoristas'; '**vive-se** bem aqui');

d) o sujeito de verbo na terceira do singular sem o pronome "se" ('aqui **conserta** máquinas de lavar');

e) o sujeito de verbo na primeira do plural em referência genérica, sem ser possível

retomá-lo (‘**vivemos** em mundo muito dinâmico’);

f) O sujeito de verbo no gerúndio, desde que não-cancelado (‘**estudando**, tudo se consegue’);

Classificaremos como agente (ou outro papel temático exercido pelo sujeito) indeterminado:

h) aquele em que o sujeito esteja empregado em referência genérica, expresso formalmente, através de um substantivo, como, por exemplo, o pessoal, o cara, a pessoa, etc.(‘se **a pessoa** não exige seus direitos, pode ser lesada’);

i) aquele em que o sujeito seja um pronome pessoal do caso reto em referência genérica, de ordinário, 'nós', 'eles' ou 'eu' (‘**nós** precisamos participar mais da vida política de nosso país’; ‘aqui é muito perigoso: **eles** estão roubando carros’; ‘se **eu** não puder andar tranquilamente pelas ruas, não posso me sentir um verdadeiro cidadão’);

j) aquele em que se o pronome ‘você’ esteja em referência genérica (‘se **você** compra um serviço, **você** tem direito a garantias’);

k) aquele em que a expressão ‘a gente’ esteja em referência genérica (‘se **a gente** se organiza, **a gente** alcança nossas metas’)

l) aquele cujo núcleo seja um pronome indefinido (‘**ninguém** vive aqui’);

m) aquele cujo núcleo seja um pronome demonstrativo (‘o Estado deve amparar **aqueles que** não podem trabalhar’);

n) aquele em que o sujeito seja um substantivo abstrato, derivado de um verbo, podendo-se atribuir um agente à ação verbal nominalizada (‘a **construção** das passarelas começará amanhã’).

3. COMO SE INDETERMINA O SUJEITO EM PORTUGUÊS? PROCESSOS SINTÁTICO-SEMÂNTICOS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

3.1. Introdução

No presente capítulo, analisaremos os processos sintático-semânticos responsáveis pela indeterminação do sujeito em Língua Portuguesa. Para tal mister, levantaremos as possíveis construções que indeterminam o sujeito, tendo como referência diversos estudiosos da nossa língua. De nosso corpus selecionamos os jornais O Dia e o Globo .

O objetivo deste trabalho é analisar como a interface Semântica-Sintaxe concorre para produzir a indeterminação do sujeito em Português. Dessa sorte, cuidaremos em refletir sobre os conceitos de semântica, sintaxe, relações semântico-sintáticas, bem como o próprio conceito de sujeito indeterminado. Refletiremos também sobre o conceito de voz passiva sintética, confrontando a definição teórica com os dados concretos da língua obtidos no corpus.

A importância de refletir sobre esse assunto é patente pela importância da interação sintático-semântica no processo de elaboração das construções da Língua Portuguesa. Tais reflexões servirão de subsídio para futuras pesquisas, quer teóricas, quer aplicadas ao ensino, em Português.

Quanto ao corpus, ressaltamos que selecionamos, em algumas das edições pesquisadas, as ocorrências de indeterminação do sujeito. Não focamos, neste capítulo, uma seção específica do jornal, visto que desejávamos recolher dados mais abrangentes sobre essa construção lingüística.

3.2. A interação Semântica-Sintaxe

Apesar de se constituírem em campos de estudos lingüísticos tradicionalmente distintos, a semântica e a sintaxe, podem (e devem) ser aliadas nas análises lingüísticas, fornecendo, assim, elementos valiosos para uma melhor compreensão da linguagem. A princípio, refletindo sobre essa ‘pareceria’.

Franchi (2006) mostra como uma análise estrutural da língua deve levar em conta a semântica. As construções ambíguas em que dificilmente nos damos conta de sua multiplicidade de sentido, por exemplo, mostram que é muito produtiva a análise dos

fenômenos sintáticos à luz das noções que a semântica pode oferecer.

3.2.1 A Semântica

De ordinário, define-se semântica como a parte dos estudos linguísticos responsável pelo estudo do significado das expressões linguísticas. Contudo, o estudo do significado, historicamente, tem-se limitado ao estudo do significado dos itens lexicais; ou seja, estuda-se o léxico, não a sintaxe. Daí, os tão conhecidos conceitos de antonímia, sinonímia, polissemia, hiperonímia, hiponímia, meronímia, holonímia e campo semântico, todos rotineiramente aplicados ao estudo do léxico.

Câmara Jr.(1986, p.215-216) define semântica como “o estudo da significação das formas linguísticas. Em regra, assim se focaliza apenas a significação externa das palavras, concentrada no radical”. Observemos que é ao léxico que Mattoso se refere ao falar de significado externo das palavras.

Neste trabalho, basear-nos-emos na proposta de Franchi (2006) em estabelecer uma Teoria Gramatical, na qual os conceitos de semântica irão além do léxico: irão até a organização dos itens lexicais entre si, produzindo enunciados organizados segundo regras bem definidas e portadores, portanto, de significado. Essa organização é devida à sintaxe.

Franchi (2006, p.102) afirma que “A teoria gramatical visa a estabelecer a relação entre a forma das expressões e sua significação; em outras palavras, a construção de uma teoria gramatical deve mostrar as correlações entre a estrutura sintática e a estrutura semântica”. A essa relação entre sintaxe e semântica podemos nomear interface sintático-semântica.

Como nosso objetivo é o estudo da indeterminação do sujeito, recorreremos a noções semânticas para a análise dessa construção sintática que permite a indeterminação do agente de um verbo.

Franchi (2006,p.107) afirma, sobre a interação sintaxe-semântica que, no estabelecimento da relação sintaxe-semântica, um primeiro passo é:

ser capaz de descrever as relações sintáticas das expressões de modo a mostrar como os constituintes se estruturam nas orações. Desse modo, pode-se entender as diferenças de interpretação que podem não decorrer de elementos isolados, mas do modo pelo qual esses elementos se compõem e se estruturam na oração.

3. 3. O Sujeito Indeterminado

A indeterminação do sujeito, segundo nossa tradição gramatical, se dá, como vimos, em dois casos: (1) verbo transitivo indireto ou verbo intransitivo acompanhado da partícula SE; (2) verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito expresso (sujeito nulo) e sem a possibilidade de se retomar pelo contexto um sujeito. A chamada voz passiva sintética (doravante, VPS), caracterizada por um verbo transitivo direto acompanhado da partícula SE não é arrolado como caso de sujeito indeterminado.

Contudo, há autores que consideram a VPS caso de sujeito indeterminado. Além disso, alguns defendem que pode haver indeterminação de sujeito materialmente expresso (seja por pronome indefinido, seja pela presença dos pronomes *eles* e *você*, pelo uso de *a gente*, bem como de nominalizações). Dentre esses autores, destacamos Ikeda (1980), Macedo (1991) e Neves (2000)

Segundo Ikeda(1980:115-118), há, pelo menos, sete processos de indeterminação do sujeito em Língua Portuguesa: indeterminação com o pronome SE, indeterminação com o infinitivo, indeterminação com nominalização, indeterminação com *você*, indeterminação com *alguém*, indeterminação com *a gente*, indeterminação com a terceira do plural.

Neste capítulo, estudaremos os diversos processos de indeterminação do sujeito ou a indeterminação do papel temático exercido pelo sujeito (de ordinário, agente). Analisemos detidamente cada um com base em dados de nossa pesquisa, **sob o prisma da interação sintaxe-semântica**.

3.3.1 Indeterminação com o infinitivo

O infinitivo é uma das chamadas formas nominais do verbo. Com ele, também é possível indeterminar o sujeito de uma oração. Ribeiro (2006) sinaliza em sua gramática essa como uma das possíveis construções com indeterminação do sujeito; (1980) também cita essa possibilidade.

Para que isso ocorra, o infinitivo impessoal deve referir-se a um processo cujo agente (ou qualquer outro papel temático que o sujeito venha a exercer) tenha os traços [+HUMANO] e [+GENÉRICO]. Cabe, pois, distingui-lo de construções em que haja a chamada “impessoalidade”, em que comparece o traço [-HUMANO].

Câmara Jr. (1986) tece importante comentário acerca dessa distinção. Para ele, o processo em que se focalize a ação, ou o processo, em si, sem cogitar sobre quem possa realizá-la, ou mesmo sem cogitar sobre sua realização é caracterizado como “impessoal”. Dessa sorte, não faria sentido a classificação por nós adotada.

Mantemos a mesma posição de Ikeda (1980), Ribeiro (2006), Neves (2000), Macedo (1991), entre outros, pois o uso do infinitivo, nessas circunstâncias, possui as características prototípicas da indeterminação do sujeito em português. Além disso, apesar de, em construções com infinitivo impessoal focar-se o processo verbal em si, o traço [+HUMANO] desponta. De fato, é possível dizer que não se cogita a ‘identidade’ de quem vai praticar a ação; todavia, intui-se que a ação será praticada por um ser humano. Vejamos o exemplo extraído de nosso corpus.

a) Gente, agora é bobagem, perda de energia e de neurônios, **protestar** e se **aborrecer** porque esta ou aquela capital brasileira ficou de fora da Copa do Mundo de 2014. (O Dia, 04/06/09).

Nesse excerto, os verbos protestar e aborrecer-se não possuem um sujeito formal; da mesma forma, não se sabe quem será o sujeito (o que não é importante, qualquer que seja o sujeito enquadra-se no que é proposto pelo enunciado).

A característica discursiva que desponta dessa propriedade de o infinitivo focalizar o processo verbal em si é um grau máximo de indeterminação do sujeito. De fato, o infinitivo possui um grau tão intenso de apagamento da identidade do sujeito que é a forma de entrada de verbos escolhida por dicionaristas.

Analisemos, ainda, o seguinte exemplo:

b) Que dificuldade para se **colocar** uma CPI investigando a Petrobrás.(Folha de São Paulo, 24/05/2009)

Esse é um caso muito interessante, porque aglutina as indeterminações por SE e pelo infinitivo impessoal. Faz lembrar a ‘teoria do SE sujeito’, defendida por Said Ali (cf. Maia, 1997).

Ikeda (1980:115-116) tece breves considerações acerca da indeterminação com o infinitivo impessoal. Em nosso corpus encontramos a seguinte passagem:

É fácil **concorrer**. Basta **recortar** a cartela que sai aos domingos em O DIA, **preenchê-la** com seis selos idênticos e **responder** à pergunta (...) Depois é só **enviar** para (...), ou **depositá-la** em uma urna (...) Para **assistir**, é só **levar** a identidade(...)(O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 02) (grifos meus).

Para melhor analisarmos-as, vamos desmembrá-las, fazendo algumas adaptações:

(2A) É fácil **concorrer**

(2B) Basta **recortar** a cartela, **preenchê-la** e **responder** à pergunta

(2C) Depois é só **enviar** ou **depositar** em uma urna.

(2D) Para **assistir**, é só **levar** a identidade

Em (2A) temos uma oração subordinada substantiva subjetiva, na qual o infinitivo introduz uma oração que exerce o papel de sujeito (o dito sujeito oracional). Nada obstante, esse tipo de construção, ao contrário do que Câmara Jr(1986). defende, não constitui impessoalidade, visto que qualquer falante da língua portuguesa é capaz de atribuir a esses verbos um sujeito [+HUMANO]. Não se trata de uma ação impessoal. Se se argumenta que não se cogita quem exercerá a ação, não é porque haja impessoalidade, mas sim porque é indiferente quem a exerça (daí justifica-se falar em indeterminação do sujeito).

Pra melhor aprofundarmos nossa reflexão, podemos recorrer ao mecanismo semântico da paráfrase:

(2A-1) Pode-se concorrer com facilidade

(2A-2) Concorre-se com facilidade

A correspondência com a oração com o SE indeterminador vem ao encontro de nossa visão de que há uma agente [+HUMANO] que realizará a ação.

Ainda em relação a essa oração podemos ver que as paráfrases abaixo alteram, parcialmente, o sentido da construção original:

(2A-3) Concorrem com facilidade

(2A-4) Concorremos com facilidade

(2A-5) A gente concorre com facilidade

As sentenças acima mostram que nem sempre é indicado (ou mesmo possível) permutar entre si os recursos de indeterminação do sujeito. Naturalmente, as sentenças acima trazem consigo a noção de realizar-se algo com facilidade; todavia, no texto transcrito, que é jornalístico, soariam estranhas, já que (2A) se estrutura como uma convocação, um convite (função conativa ou apelativa da linguagem). O uso do infinitivo impessoal transmite a noção de “tese”, princípio geral”, por não se referir explicitamente a nenhuma pessoa do discurso, mas a todas. Este é um dos efeitos de sentido da indeterminação do sujeito: a generalização [+GENÉRICO].

A sentença (2B) obriga-nos a recordar o conceito de coordenação. Observando as orações do trecho, notamos que estão coordenadas entre si, através do processo de adição, transmitindo ainda a noção de gradação: primeiro recortar, depois preencher e a seguir enviar. De fato, podemos imaginar que:

(2B1) É preciso recortar a cartela

(2B2) É preciso preenchê-la

(2B3) É preciso responder.

Entretanto, como se trata de um convite (função apelativa) a seleção vocabular pede que se use o verbo *bastar*, que não transmite imposição, obrigatoriedade, necessidade, mas sim uma ação simples, suficiente. Coordenam-se as três orações, com o verbo *bastar* estando na oração principal. Esse comentário é importante, pois a indeterminação do sujeito serve, normalmente, a um propósito: indeterminar o agente. Porém, não basta indeterminar de qualquer forma. É preciso realizar uma indeterminação de acordo com os propósitos discursivos, o que implica também em seleção vocabular, em buscar um campo semântico apropriado. Observe-se, novamente, a importância de se considerar a semântica aplicada à análise das construções gramaticais (sintáticas)

Notemos ainda que, conforme Fillmore (1968), só se coordenam sujeitos atribuíveis a um mesmo papel semântico (no caso, o de agente). Observe-se que falamos em mesmo papel semântico. Embora insólito, podemos conceber que uma pessoa recorte, outra preencha e uma terceira responda. Entretanto, todas exerceriam a mesma função semântica : a função de agente da ação expressa pelo verbo. Cabe ressaltar, porém, que , dada a função conativa, é natural que compreendamos a ação como praticada por uma só pessoa (até porque se trata de um sorteio!), para o emissor da mensagem que sejamos nós, e todos que tenham lido a convocação.

(2C) nos dá também exemplo de coordenação: agora alternativa. A idéia é a mesma: basta enviar ou depositar. Entretanto, para não repetir o verbo *bastar*, usou-se a construção “é só” , em que um verbo aparece acompanhado de um advérbio. Nota-se aí certo tom de informalidade, que dá noção de facilidade (é só). E essa facilidade é aplicável a qualquer um , dado o infinitivo impessoal.

Em (2D) temos a presença da subordinação. Segundo Azeredo(1990:49)a subordinação é que cria funções sintáticas; a coordenação apenas liga termos com a mesma função sintática. (2D) pode ser parafraseada da seguinte forma:

(2D- 1) Deve-se levar a identidade para assistir ao sorteio.

Na paráfrase acima, continua indeterminado o sujeito. Porém, nossa paráfrase não é conseqüente com os propósitos da matéria. A construção com “é só” contribui para atenuar a mensagem: na verdade, está impondo-se uma condição para que se possa assistir ao sorteio – levar um documento de identidade. No entanto, repetimos, não basta usar construções equivalentes apenas do ponto de vista dos papéis temáticos ou sintáticos envolvidos: aspectos pragmáticos devem ser considerados.

Nossa análise acima demonstra que a análise de uma construção como de sujeito indeterminado não deve se restringir a um aspecto puramente teórico. Precisamos,

inicialmente, identificar o verbo –núcleo da oração- e os papéis temáticos que exige ou permite. A seguir, analisar a seleção vocabular, cōnscios de que não há sinonímia perfeita. Outrossim, considerar aspectos pragmáticos que motivem a seleção vocabular e a presença ou ausência dos papéis temáticos na estrutura superficial.

Cabe ainda ressaltar que, como forma nominal, o infinitivo não carrega consigo as noções de tempo, nem de pessoa, nem de modo. É o verbo principal das locuções, quando há, que permite que se reconheçam essas noções.

A partir do trecho acima, podemos analisar como ocorre a indeterminação com o infinitivo impessoal. A princípio, pode-se verificar que as afirmações acima pretendem-se válidas para qualquer um. Logo é indiferente quem as leia. Contudo, também aqui é importante ressaltar que o traço [+HUMANO] é característico. Todos os verbos acima são capazes de admitir um sujeito [+HUMANO]. Note-se, outrossim, que há verbos transitivos diretos, transitivos indiretos e intransitivos na passagem acima.

3.3.2 Indeterminação com a terceira pessoa do plural (P6)

Eis um dos tipos mais conhecidos e prototípicos da indeterminação do sujeito. Como visto alhures, essa construção pode ser parafraseada por “alguém”. Contudo, dá a idéia de plural, bem como de ausência do falante e de seu interlocutor (pelo menos em princípio!)

(7A) O embaixador classificou o episódio como “incidente sério”. “ Não **reconheceram** minhas credenciais(...),” afirmou. “Entre na sala e me **pediram** rudemente para sair. Tendo me identificado como embaixador, não **quiseram** conversar comigo(...)”(O DIA, 19 07 2008 MUNDO, p. 13) (grifos meus)

A indeterminação aqui é do sujeito, por não haver nenhum expresso formalmente. Acontece que o sujeito pode vir expresso, preservando-se, contudo, a idéia de indeterminação do agente: (grifos meus)

(7B) A impunidade que impera no País não pode passar despercebida como se não fosse problema nosso. Quando **fraudam** os cofres públicos, o reflexo se dá no cotidiano da população (O DIA, 21 07 2008 OPINIÃO- Artigo de Tico Santa Cruz, p. 06)

Eles contam com a apatia do povo que se esforça para conseguir pagar as contas e dedica o tempo livre a esquecer o mal que lhes aflige. **Eles** conhecem o gado que estão

criando faz tempo. **Eles** identificam uma classe intelectual que cansou de lutar e uma classe artística preocupada somente com seus brilhantes umbigos. (IBDEM)

Os pronomes eles, sujeito pleno, realizam o sentido de indeterminação do sujeito. Como, porém, há uma sujeito formalmente expresso, preferimos falar em indeterminação do agente, embora reconheçamos a semelhança entre as construções:

(7B-1) Contam com a apatia do povo (...) Conhecem o gado que estão criando(...) identificam uma classe intelectual(...)

Considerando-se ainda a tendência do Português em ter o sujeito pleno, tem-se mais um argumento em defesa da sinonímia entre essas construções.

3.3.3 Indeterminação com SE

Este tipo de indeterminação merece atenção especial, pois há uma grande polêmica entre nossos gramáticos entre o SE índice de indeterminação do sujeito e o SE partícula apassivadora. Defendem os tradicionalistas que, quando o SE se liga a um verbo transitivo direto, caracteriza-se como partícula apassivadora, ao passo que quando se liga a verbo intransitivo ou transitivo indireto caracteriza-se como índice de indeterminação do sujeito. Por conseguinte, de acordo com essa posição, teríamos VPS (voz passiva sintética) em formas cristalizadas como: *vende-se*, *compra-se*, *aluga-se*, *amola-se*, etc. Em contrapartida, teríamos sujeito indeterminado com as seguintes construções: *precisa-se* (de), *necessita-se* (de), *vive-se*, etc.

Dessa sorte, os casos de VPS deveriam obedecer à concordância: os verbos deveriam ir para o plural, já que o sintagma que lhes sucede é sujeito (e o verbo deve concordar com o sujeito). Portanto, ter-se-ia: *vendem-se casas*, *vendem-se ovos*, *compram-se carros*, *alugam-se apartamentos*, etc. Já as construções de sujeito indeterminado, permanecem com verbo sempre na terceira pessoa do singular. Ressaltamos, contudo, que é possível e, mesmo, mais coerente, dizer que a norma padrão preconiza uma concordância desses verbos com seu objeto direto.

Sucedo, todavia, que tais construções não são observadas no cotidiano (salvo em registros escritos formais, ou em atos de fala artificiais). Prova disso são os vários estudos que se tem feito acerca desse fenômeno.

Um primeiro estudo que se pode citar é o de Said Ali, que já no século passado,

denunciava o artificialismo da dita VPS (cf. Maia 1997:56-60). Recentemente, Bagno(2003) tem retomado as ideias de Ali, principalmente a “teoria do SE sujeito”.

Ikeda (1980,p.112-113) defende que o SE da VPS e o SE índice de indeterminação do sujeito são de fato um único SE. Por consequência a noção de VPS é contestada. Para a autora, o SE caracteriza-se, nos casos em análise, como recursos de indeterminação do sujeito “não se justificando a distinção que se faz entre ambos” . A seguir, continua ela: “não aceitar essa tese implica dizer que verbos transitivos diretos não podem ter o sujeito indeterminado em construções com SE, a não ser em registro informal”.

Outros argumentos são mencionados por ela são o fato de nem sempre haver equivalência entre a passiva analítica e a construção com SE, bem como a não correspondência entre a indeterminação do sujeito com SE e a indeterminação do sujeito com *a gente, alguém*, ou pela terceira do plural. Outrossim, ressalta a linguista que o dito SE apassivador levaria a necessidade de considerar duas passivas com funções diferentes (cf. “Aluga-se este apartamento” e “Este apartamento é alugado”) (Ikeda, 1980, p. 113). Notemos que dizer que ‘pode não haver correspondência entre o a indeterminação com SE e outros casos de indeterminação’ implica em considerar a interface sintaxe-semântica, através do recurso da paráfrase.

O SE como indeterminador do sujeito (estamos considerando tanto o SE apassivador quanto o SE índice de indeterminação do sujeito como um mesmo SE, cuja função é a de indeterminar o sujeito – conforme Ikeda, (1980, p.113)) pode indeterminar o agente, desde que represente um ente humano [+HUMANO].

Aqui cabe uma importante consideração: a indeterminação do sujeito com SE implica sempre em verbo que “possa tomar ou que exija uma frase nominal com traço (+ HUMANO)” (Ikeda, 1980, p.114)

Duarte e Lopes (2002) também afirmam a identidade entre o SE dito apassivador e o SE dito indeterminador do sujeito, pois, de acordo com os dados de sua pesquisa: “nas sentenças finitas com SE a não concordância entre verbo e argumento interno no plural era significativa, legitimando na época o uso de SE indeterminador com verbos transitivos diretos”.

3.3.4 Indeterminação com a terceira do singular (P3)

Assim denominamos os processos de indeterminação do sujeito pela flexão verbal em terceira pessoa do singular, sem o pronome SE, em referência genérica. Veja-se o exemplo

(57) de nosso corpus:

57) Com relação às tesouradas na Infraero, essa palavra moralização é que é a grande diferença. Se realmente **tivesse** vontade de **moralizar**, **teria** que **tirar** esse partido de base aliada, mas como entre **fazer** política e **fazer** linguíça não existe diferença sem essa “carne” não **se governa**. (O GLOBO, 06/05/2009)

É a indeterminação por P3 que se dá em “Se realmente tivesse vontade de moralizar, teria que tirar...”. Poderíamos parafraseá-la, perfeitamente por: 'Se realmente SE tivesse vontade de moralizar, ter-SE-ia que moralizar...’

3.3.5 A Indeterminação do Sujeito pela primeira pessoa do plural (P4)

Uma forma de indeterminar o sujeito, ausente das gramáticas escolares (talvez, porque ausente da NGB), é a indeterminação do sujeito pelo uso do verbo conjugado em primeira pessoa do plural, sem ter por sujeito (elíptico) qualquer termo presente no texto. É, de fato, muito semelhante à indeterminação por P6 .

Acontece que esse tipo de indeterminação inclui a primeira pessoa do discurso, o ‘eu’ que assume a palavra, o enunciador, inclui-se formalmente no sujeito. Portanto, não se classificam essas construções com ‘sujeito indeterminado’.

Entretanto, a inclusão do enunciador não é analisada, neste trabalho, como impedimento à indeterminação, embora se possa dizer que se trata de um menor grau de indeterminação. Ratificamos, ainda, que não pode haver um sujeito ‘oculto’ (caso em que, mesmo ocorrendo indeterminação, não será do sujeito, mas do papel temático por ele exercido). Vejamos, a seguir, alguns exemplos de Indeterminação por P4, extraídos de nosso corpus, como forma de ilustrar o fenômeno.

a) Agora **vamos aguardar** mais uma decisão do nosso Supremo Tribunal, por ocasião do julgamento do pedido que esse “inocente” diz que fará para mudar de partido. (O Globo, 10/02/2009 p.5)

b) O que **estamos vendo** não é filme , é real e está acontecendo com o povo brasileiro. (O Globo, 13/05/2009, p.5)

Tanto no exemplo ‘a’, quanto no ‘b’, há exemplos da indeterminação por P4. Observe-se que o indispensável traço [+HUMANO] está presente em ambos os exemplos; recorrendo ao mecanismo semântico da paráfrase, têm-se:

a1) Agora se vai aguardar mais uma decisão do nosso Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do pedido que esse “inocente” diz que fará para mudar de partido.

b2) O que se está vendo não é filme, é real e está acontecendo com o povo brasileiro.

Fizemos a paráfrase da indeterminação por P4 pela indeterminação por SE. Nota-se a correspondência do significado de indeterminação. Outrossim, não há quaisquer termos nos períodos acima que possam exercer o papel de sujeito dos verbos em p4.

A indeterminação por P4 permite ao enunciador colocar-se no universo possível dos seres humanos indeterminados que possam ser sujeitos do verbo. Isso confere ao enunciador uma proximidade maior em relação aos ‘coenunciadores’, além de reduzir, pelo menos um pouco, o grau de indeterminação (é certo que se pode incluir o próprio enunciador e seus coenunciadores, ao contrário da indeterminação por SE, por exemplo, em que não se pode incluir, nem excluir o enunciador, pelo menos em tese).

Nota-se, na indeterminação por P6, o tom de ‘denúncia’ em relação a outrem (o enunciador exclui-se). Na indeterminação por P4 também pode ocorrer a ‘denúncia’, embora com uma estrutura distinta. Vejamos os exemplos ‘c’, ‘d’, ‘e’ e ‘f’, abaixo, todos extraídos do nosso corpus, do jornal O Dia, 07/06/2009.

c) Em primeiro lugar, **soubemos** que uma grande área de nosso litoral não é coberta por radares.

d) Depois **vimos** um navio da marinha ser enviado do Rio de Janeiro porque não havia outros mais perto

e) Em seguida, **fomos informados** que os helicópteros da força naval brasileira não têm autonomia para ir além de 500 km da costa

f) Por fim, **assistimos** ao espetáculo circense, com desculpas aos artistas de circo, encenado pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que envergonhou o Brasil perante o mundo.

Os trechos acima são parte de uma carta de leitor, desmembrada para melhor analisarmos-la. Trata o texto da queda de avião que partia do Rio para Paris; pode-se notar o tom de ‘denúncia’ em relação às condições precárias de nossos equipamentos tecnológicos de Defesa, além de ironia em relação ao então Ministro. Nesse tipo de indeterminação, o enunciador coloca-se, junto com seu coenunciador numa condição de observador crítico que pode constatar certos fatos e denunciá-los. Não há apenas a denúncia, há uma informação ‘pressuposta’ no enunciado de que enunciador e coenunciadores, qualquer um, enfim, que tenha acesso ao texto, são capazes de verificar o que ocorre.

Esse recurso de ‘envolvimento’ é típico da primeira pessoa do plural (P4). Até mesmo nas construções com o chamado ‘plural de modéstia’ pode-se observá-lo. Gustavo Bernardo afirma que esse tipo de construção, longe de denotar humildade, aponta para uma arrogância do enunciador, que se apresenta como portador de uma universalidade, ou seja, o que ele faz,

pensa ou diz assume ares de universalidade, travestido de simplicidade.

Surge, ainda, uma questão: distinguir o uso indeterminado de P4 com o seu uso indeterminado, bem como a distinção entre eles e o “plural de modéstia”. Cabe esclarecer, inicialmente, que a indeterminação se dá em referência não-circunscrita, não-delimitada pelo texto. Nos excertos acima há essa referência generalizante (o que se pode notar no próprio texto). Se contudo, houvesse menção anterior a um determinado grupo de indivíduos que conversavam sobre o assunto, poderíamos supor um uso determinado de P4. Examinemos a seguinte situação. Em uma empresa, o presidente está em reunião com sua equipe de executivos e diz: “Nossa firma está atravessando um momento muito difícil; portanto, não é o momento de pleitearmos aumento na participação dos lucros”. Ora, aqui cabe a leitura determinada do sujeito do verbo ‘pedir’: trata-se, muito provavelmente, do presidente e de sua equipe.

Entretanto, se o presidente falasse a respeito de um pedido ‘coletivo’ de participação no lucro, isto é, todos os setores da empresa pediram essa participação, poderia haver a interpretação de ‘indeterminação por P4’, com o presidente e equipe incluindo-se também.

Importa analisar como a indeterminação por P4 se comporta, em termos sintáticos, semânticos e morfológicos.

Sintaticamente, é importante não haver qualquer sujeito expresso (ou mesmo elíptico) para o verbo em P4, de forma a haver sujeito indeterminado (se houver sujeito, tratar-se-á de indeterminação do papel temático exercido pelo sujeito – sendo o mais comum a ‘indeterminação do agente’).

Semanticamente, cabe averiguar a classificação possível dos verbos. Em nosso corpus, obtivemos um total de 219 ocorrências. Predominaram as ocorrências com presente do indicativo.

3.3.6 Indeterminação com o gerúndio

Forma nominal do verbo, a exemplo do infinitivo, o gerúndio também pode comparecer em estruturas indeterminadoras do sujeito. A exemplo do infinitivo, não expressa tempo, nem pessoa, mas sim aspecto, o que faz com que se crie o sentido de uma ação de agente indeterminado que se prolonga no tempo.

(8A) Estudando, tudo se consegue.

Note-se que esse tipo de indeterminação costuma aparecer com um correferente (no caso, indeterminação por SE).

3.3.7 Indeterminação por referência genérica

Assim chamamos a indeterminação que se dá a partir de um **SN**, singular ou plural, com ou sem determinantes, masculino ou feminino, usado de forma generalizante, de forma muito abrangente. Um exemplo muito recorrente em nosso corpus é o SN “o povo”. Veja-se o exemplo (102) de nosso corpus.

102) Como moram na Barra, não sabem o que o povo **sofre** nos ônibus na Via, que além dos engarrafamentos é feia e suja. (O DIA, 24/05/2009)

Note-se que 'o povo' refere-se a toda à massa populacional. Poderíamos, recorrendo à paráfrase, ter a seguinte construção:

102') Como moram na Barra, não sabem o que se sofre nos ônibus na Via, que além dos engarrafamentos é suja.

A permuta com a 'indeterminação por SE' (apontada por Neves (2000) e Milanez (1982) como maximamente indeterminada, por referir-se, potencialmente, de forma indistinta às três pessoas do discurso, demonstra a força da indeterminação que se obtém com essa construção.

Note-se que o uso da expressão “o povo”, apesar de conter em si uma referência a milhões de seres humanos, opõem-se, no próprio **discurso**, à terceira do plural, a qual está, aí, indeterminando, provavelmente, uma minoritária elite, que não precisa se utilizar de transportes públicos de massa. Note-se ainda que se usássemos a indeterminação por SE, essa limitação da força indeterminadora também sucederia (o grupo representado por SE e o grupo representado pela terceira do plural). Portanto, a noção de 'graus de indeterminação' não pode prescindir do discurso, o qual apontará eventuais limitações da força da indeterminação. (Ver item 4.3.13)

3.3.8 Indeterminação com pronome pessoal

Constitui-se em indeterminação do agente, visto que há um item lexical exercendo o papel sintático de sujeito. A indeterminação com pronomes pessoais é um recurso em que se fala em tese, em hipótese, normalmente.

Milanez (1982, p.39) afirma que, nesse procedimento de indeterminação, “itens que

marcam usualmente uma referência específica[...] podem, em alguns contextos, prestar-se a uma referência *abrangente* às três pessoas”.

É assim, por exemplo que, em nosso corpus, temos:

(52) **A maioria dos moradores de comunidade** tem ar condicionado, e **eu não posso ligar** o meu, pois a conta vai para o espaço.

Este foi um exemplo coletado em que o “EU” faz uma referência genérica, pois o enunciador fala em tese. Ele se inclui no grupo dos que 'não podem ligar o ar condicionado'. Sua presença nesse grupo é certa, o que pode reduzir, de um certo ponto de vista, o grau de indeterminação dessas construção (pois se sabe que o enunciador pertence ao grupo), contudo, há generalização, abrangendo mais de uma pessoa do discurso.

Contudo, em nosso corpus, o uso mais frequente de indeterminação por pronomes pessoais se dá com o pronome NÓS.

3.3.9 Indeterminação com *você*

A indeterminação com *você* é muito frequente no registro coloquial. Recorramos a algumas ocorrências em nosso corpus para melhor ilustrá-la. (Os grifos são meus)

(4A) “ A Alessandra (mãe de João Roberto) está apenas no início do sofrimento. A ausência é algo desesperador. Voltar para casa e ver as coisas arrumadas é a maior dor do mundo. **Você** vive a ilusão de que seu filho vai chegar a qualquer momento (..) (IDEM)

(4B) “Tem que começar do zero, mudar a formação e mexer com quem está na ativa. Para **você** comprar em uma loja, passa até por um raio-X. E para entrar na PM, é só deixar a digital. (IDEM)

(4C) “Se **você** não pechincha, eles se ofendem”, ensina (O DIA, 20 07 2008 Revista TDB, p. 08)

A indeterminação com o pronome *você* refere-se ao agente, ou seja, não há indeterminação do sujeito, mas do agente que pratica a ação. Examinemos, contudo, detalhadamente, esse caso, que muitos arrolam como indeterminação do sujeito (cf. Neves, Ikeda, Macedo, etc.)

A indeterminação com *você* se dá pela generalização. De fato, nos exemplos acima, não se está fazendo referência ao interlocutor. Está-se falando **em tese**. Portanto, trata-se, efetivamente, de indeterminação do agente. Atente-se, ainda , para o fato de o uso de *você*

indeterminador possuir um grau de indeterminação distinto do de indeterminação com infinitivo e com nominalização.

A indeterminação com o pronome *você* tece um comentário em tese, que se aplicaria a qualquer um. Contudo, fica marcada formalmente a ausência do falante. É como se a primeira pessoa não estivesse “suscetível” de enquadrar-se na situação. Essa opinião comparece em Ikeda (1980).

Apesar disso, analisando-se o contexto em que (4A) ocorre, pode-se perceber que o falante pode estar incluso sim. Trata-se de uma mãe que perdera seu filho e agora tece comentários acerca de situação idêntica que outra mãe está a viver. É como se falasse com a autoridade de quem passou pela experiência. Assim, a indeterminação com *você* marca formalmente a ausência do falante, mas, discursivamente, sua presença pode estar implícita. Pode ocorrer de essa indeterminação estar de alguma forma vinculada ao desejo de o falante se excluir de uma situação a todos aplicável, em princípio, quiçá por lhe ter sido desagradável, ou mesmo por querer distinguir-se dos demais.

Da mesma forma que aparenta excluir o falante, inclui formalmente o interlocutor, chegando mesmo a assemelhar-se com a chamada função conativa ou apelativa. Há distinção do uso do *você* indeterminador para o *você* pronome de tratamento? Naturalmente. A distinção reside no fato de que naquele caso fala-se em sentido geral, ao passo que neste se fala diretamente a determinada pessoa. Comparemos os exemplos acima com:

(4D) Governador Sérgio Cabral, como **você** pode ser tão cínico a ponto de perguntar: “Que cidade é essa?”?

Aqui, notadamente, dirigem-se ao governador. Um marcador formal é a presença do vocativo. Nos casos de indeterminação, o uso do vocativo não apareceu em nenhum momento em nosso corpus. Eis aí um ponto importante a detalhar: que processos sintático-semântico-discursivos permitem ao falante da Língua Portuguesa distinguir esses dois usos de *você*?

Recorrendo a Franchi (2006,p. 108-110), encontramos o recurso da construção de cenários. Com esse procedimento podemos compreender nossas intuições acerca das nossas intuições sobre o significado das expressões da língua portuguesa. O falante do português reconhece em 4A, 4B e 4C uma indeterminação do agente; em 4D, reconhece um pronome de tratamento, referindo-se ao interlocutor. Tudo isso porque o cenário em que *você* funciona como indeterminador do agente é diverso daquele em que se refere ao interlocutor.

Em se comparando esse processo de indeterminação com os demais, pode-se, com facilidade, substituí-lo por SE:

(4E) Vive-se a ilusão de que o filho chegará a qualquer momento

Aqui foi necessário omitir o pronome possessivo *seu*, já que , em (4A) exerce papel coesivo, retomando *você*. Contudo, na indeterminação com SE, por se tratar de máxima indeterminação, não se deve usar pronome para retomar SE. O uso do pronome *seu* implicaria em outra leitura. Observe-se:

(4F) Vive-se a ilusão de que seu filho chegará.

Nesse caso, indeterminou-se maximamente o agente do verbo viver. Contudo, o pronome *seu* não se refere a esse agente indeterminado. Pode referir-se ao filho da pessoa com quem se fala ou ao filho de uma pessoa qualquer (o filho do agente indeterminado por *você*, como em (4A)).

Outrossim, a indeterminação com *você* marca formalmente o número singular do agente, o que já não sucede com infinitivo, muito menos com SE.

3.3.10 Indeterminação com a gente

A exemplo do que ocorre com *você*, *a gente* pode ser usado como indeterminador do agente. Difere-se do mecanismo de indeterminação por *você*, na medida em que inclui o falante. Cabe a ressalva de que essa indeterminação é também uma fala em tese, em princípio, não se tratando de uma afirmação enfática de que é às pessoas envolvidas no discurso que se faz referência (a exemplo do item anterior). Vejamos alguns exemplos: (grifos meus)

(5A-1) “**A gente** se esquece dos outros filhos, do marido, de **nós** mesmas. O único foco da vida é o filho que se foi(...)“Disseram que haviam matado um traficante, colocaram coisas na roupa dele. Meu filho não era isso. Quando **a gente** vai confiar de novo em um policial? Que seja feita a justiça”, lamentou a evangélica Sandra de Souza Marins, que em maio perdeu o filho(..) (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 16)

O uso de *a gente* inclui formalmente o falante na indeterminação, que se dá por generalização. Note-se a permuta entre *a gente* e *nós* (linha 1), comum à linguagem coloquial. Essa construção indeterminadora é permutável por *você* e por SE, sem maiores adaptações:

(5A-2): Você se esquece dos outros filhos(...) Quando você vai confiar de novo em um policial?

Mudaram-se, naturalmente, as pessoas inclusas formalmente, com a ausência do falante, embora continue sendo uma afirmação em tese.

(5A-3) : Esquece-se dos outros filhos (...) Quando se vai poder confiar de novo em um

policial?

Aqui a indeterminação é mais ampla, com a inclusão de todas as pessoas, pelo SE.

(5A-5) Esquecer-se dos outros filhos (..) Quando vai poder confiar de novo em um policial?

Dessa forma, só há indeterminação do sujeito pelo uso do infinitivo na primeira oração; na segunda, só se pode pensar na indeterminação pela terceira do singular, derivada da indeterminação com SE, não em indeterminação pelo infinitivo impessoal.

Podemos dizer que há indeterminação com a primeira pessoa do plural. Sabe-se que *a gente* costuma substituir *nós* no português corrente do Brasil. Logo, exceção feita a aspectos sociolinguísticos, pode-se falar em sinonímia entre as indeterminações com *a gente* e com *nós*, por referirem-se às mesmas pessoas do discurso. Observe-se (grifos meus)

(5B) “Se é para fazer, **vamos** fazer direito” (O DIA, 20 07 2008 Revista TDB, p. 07)

(5C) Quando **nascemos**, **encontramos** um mundo em que os padrões de comportamento masculino e feminino já estão claramente definidos. (O DIA, 20 07 2008 SAÚDE, p. 25)

Pode-se parafrasear (5C), com facilidade, com a indeterminação com *a gente* :

(5C-1) Quando **a gente** nasce, (**a gente**) encontra um mundo em que os padrões...

Analise-se agora o exemplo a seguir:

(5B-1) Se é para fazer direito, que a gente faça direito

Foi preciso introduzir um *quê* antes do verbo para utilizar o presente do subjuntivo, já que não há um imperativo para *a gente* (só nalguns registros, em que a forma *vamos*, da primeira pessoa do plural –*nós*- também se refere a *a gente*).

Note-se, além disso, a alternância em (5B), entre as formas com *a gente* e com o infinitivo impessoal. Este ocorre na primeira oração; aquele, na segunda.. É como se houvesse um grau de indeterminação maior na primeira oração- infinitivo englobando a todas as pessoas, por não se referir a nenhuma especificamente- e um menor na segunda. Pode-se dizer que se trata de uma ‘indeterminação dedutiva’- do geral para o particular.

3.3.11 Indeterminação com pronome indefinido

O caso de indeterminação com *alguém* é, de fato, prototípico. Trata-se, antes de qualquer coisa, de indeterminação por pronome indefinido. Isto é, quando um pronome indefinido é o núcleo ou modificador do núcleo do SN sujeito da oração, interpreta-se como

indeterminado o sujeito. Ratificamos, porém, que em nossa visão, trata-se de indeterminação do papel temático exercido pelo sujeito (normalmente, é o agente). Vejamos alguns exemplos: (grifos meus)

(6A) De repente, **alguém** desceu e falou: ‘Selma, vai lá ver o Lucas’ (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 16)

(6B) “**Algumas pessoas** me criticaram por eu sair muito” (O DIA, 20 07 2008 Revista TDB, p. 04)

O exemplo de (6A) é prototípico, devido à presença de *alguém*. Entretanto, em (5B) o pronome indefinido *algumas* ratifica o sentido indeterminado do substantivo plural *pessoas*. Pode-se dizer que o pronome *algumas* é que indetermina o agente. Válida tal assertiva. Contudo, é preciso ressaltar que SNs sujeitos preenchidos por substantivos plurais acompanhados de artigos ou pronomes indefinidos, ou mesmo com a ausência de artigo ou pronome determinante trazem consigo idéia de indeterminação do papel temático exercido pelo sujeito. Analisaremos mais à frente esse caso.

Notemos que esse tipo de indeterminação não é, em princípio, “parafraseável” pela indeterminação com *você*. Veja-se:

(6A –1) De repente, você desceu e falou: “Selma, vai lá ver o Lucas”

Nesse caso, a tendência é interpretar-se que *você* dirige-se ao interlocutor, dada a citação da fala, sendo, no mínimo, original a leitura de indeterminação para (5A –1). Vejamos agora:

(6A –2) De repente, desceu-se e falou-se: “Selma, vai lá ver o Lucas”.

O uso de SE não soa natural para o falante, principalmente pela ausência do LOCATIVO do verbo descer (desceu-se do morro, desceu-se da escadaria, etc).

Uma substituição pelo infinitivo impessoal, agora:

(6A -3) De repente, descer e falar: “Selma, vai lá ver o Lucas”

Esse exemplo poderia ser usado para indeterminar em tom de ordem, comando, ou instrução, mas não para indeterminar um agente de um fato narrado.

(6A-4) De repente, desceram e falaram: “Selma, vai lá ver o Lucas”

Acima, percebe-se uma paráfrase aceitável, podendo-se mesmo dizer tratar-se de sinonímia entre as construções de indeterminação em (5A-1) e (5A-4) – salientando-se haver diferenças, já que não há, em absoluto, “sinônimos perfeitos”. Retomaremos essa discussão adiante, ao tratarmos da indeterminação com a terceira pessoa do plural:

3.3.12 Indeterminação com pronomes demonstrativos

A indeterminação por pronomes demonstrativos, de ordinário, se dá com as construções 'aquele(s) que' ou 'o(s) que'. A introdução da oração adjetiva pelo transpositor pronome relativo QUE contribui de algum modo para reduzir a força da indeterminação, pois que restringe, através de uma oração adjetiva, tradicionalmente chamada de 'restritiva', o universo de sua referência. Trata-se de indeterminação do papel temático exercido pelo verbo, visto que o pronome QUE é sujeito sintático da oração, retomando um antecedente pronome relativo de extensão imprecisa, vaga. Observe-se o excerto (113) de nosso corpus:

113) Não vamos permitir que **aqueles que** deveriam representar as nossas aspirações usem o poder a eles delegado pelo voto para alijar os eleitores, os reais donos do poder, da responsabilidade e do direito de definir os rumos do país. (FOLHA de S PAULO de 12/05/09)

Note-se que 'aqueles que' aponta para um universo delimitado, posto que impreciso de seres humanos. Assim, temos uma indeterminação do papel temático exercido pelo sujeito, em um menor grau de indeterminação, visto que nesse grupo só se incluem os que têm o seguinte atributo: dever representar as nossas aspirações.

3.3.13 A Indeterminação com nominalização

Ikeda cita (1980, p.116) exemplos de construções em que se apaga o agente através do que ela chama de uma nominalização. Entretanto, não tece maiores comentários acerca desse processo peculiar de indeterminação do sujeito. Buscamos em nosso corpus tais ocorrências: (os grifos são meus)

(3A) Lei é Seca, **Fiscalização** é frouxa (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 03) –
Manchete

(3B) A **construção** de uma UPA e de uma delegacia não condiz com a vocação daquele ponto (O DIA, 20 07 2008 OPINIÃO, p. 10)

(3C) **Investimentos, melhorias** salariais (...) e **uso** de armas não letais ou menos-que-letais estão na agenda. (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 13)

Dos exemplos acima transcritos, podemos inferir que esse tipo de indeterminação

exige muito cuidado ao ser analisado. Primeiramente, devemos recordar a noção de sujeito indeterminado. Aqui trabalhamos com a noção do sujeito como lugar sintático (cf. Azeredo (2008, p.113)) capaz de exercer determinados papéis temáticos (de ordinário, o de agente – cf. Pontes (1986) Logo, os sujeitos acima são determinados. Sucede, no entanto, que o agente da ação é indeterminado, através do uso de **substantivos abstratos**.

O falante do português sabe, intuitivamente, que em (3A) alguém realizará a fiscalização, ou seja, há uma agente [+HUMANO] encarregado de fiscalizar. O uso do abstrato fiscalização (derivado de fiscalizar) tenta apagar o agente, omitir ao máximo os eventuais responsáveis por fiscalizar. O mesmo comentário é aplicável a (3B) e (3C).

Cabe observar que esses abstratos que apagam o agente, levam-no a um grau muito alto de indeterminação, de forma a quase não se cogitar deles. Outrossim, é notável que os verbos das orações em que aparecem, nos exemplos acima, os verbos *ser* e *condizer*, não precisam de uma agente [+HUMANO]. O verbo *ser* é mesmo, pode-se dizer, um verbo gramatical. Tal fato se justifica porque o substantivo abstrato, por ser derivado de um verbo, já traz consigo a idéia de ação. Há aí um processo de indeterminação do AGENTE., que poderia ser parafraseado com as seguintes construções:

(3A-1) Fiscaliza-se frouxamente

(3A-2) Fiscalizam frouxamente

Nota-se que essas construções representam o mesmo fato “no mundo”. No entanto, o grau de apagamento (indeterminação) do agente é diverso. Novamente, noções de semântica são mister para compreender as construções com indeterminação do sujeito ou do agente. Uma leitura desatenta desses recursos lingüísticos pode levar a comportamentos alheios, alienados. Por exemplo, nesse caso, por não haver ninguém chamado “Fiscalização”, por ser uma abstração, pode haver indução, tentativa de acobertar responsabilidades. Este efeito discursivo e pragmático da indeterminação do sujeito ou do agente é de grande relevância.

Poder-se-ia perguntar sobre a relação entre as indeterminações com infinitivo impessoal e com nominalização, visto como o infinitivo é uma forma dita nominal do verbo. Importa esclarecer que só há indeterminação do sujeito no caso do infinitivo impessoal. No caso da nominalização, só há indeterminação do agente. Outra diferença reside no fato de o infinitivo ser uma forma verbal e como tal suscitar a noção de agente e dos demais papéis temáticos, porque ele é verbo. Ao passo que no infinitivo impessoal se apaga o agente, na nominalização, busca-se apagar a própria noção de agente.

3.4 Conclusão

Os processo de indeterminação do sujeito implicam sempre uma indeterminação do agente; porém, a indeterminação do agente na o implica em indeterminação do sujeito. Tal distinção é importante, pois o sujeito é um lugar sintático, cujo papel semântico é determinado pelo verbo ao qual se liga (cf. Azeredo, 2008).

Devemos perceber, conforme sinalizam Ranauro (1988, p. 50-54) e Milanez (1982, p. 75), a possibilidade de co-ocorrência de processos de indeterminação do sujeito. O excerto (102) de nosso corpus demonstra esse fenômeno:

102) Como **moram** na Barra, não sabem o que o povo **sofre** nos ônibus na Via, que além dos engarrafamentos é feia e suja. (O Dia, 24/05/2009)

De fato, em havendo a necessidade de se oporem dois grupos, ambos indeterminados, podemos demarcá-los claramente, utilizando-nos de distintos processos de indeterminação. Podemos nos colocar num ou noutro grupo, ou, ainda, mantermo-nos relativamente distanciados de ambos.

Em 102, por exemplo, a indeterminação por referência genérica e por P6 não incluem explicitamente o enunciador em nenhum dos grupos. Esse fenômeno é também um recurso discursivo da indeterminação: introduzir a noção de que o enunciador é isento, imparcial, está 'de fora' da situação narrada (daí se recomendar o uso da terceira apessoa em textos dissertativos, que, vastas vezes, expressam uma visão particular, disfarçada de universal, objetiva, impessoal, etc). Todavia, em se recorrendo ao discurso, nota-se claramente a postura de crítica do enunciador de (102) àqueles que pertencem ao grupo da terceira pessoa, posicionando-se a favor do 'povo'.

Ressaltamos também que, alguns dos casos de indeterminação estudados aqui são típicos da oralidade, não do registro padrão escrito. Podemos citar, como exemplos de construções típicas da oralidade, as indeterminações com 'você', com 'a gente', com 'gerúndio' e com 'P3'.

Outrossim, notamos o quão imprescindível é analisar as construções gramaticais à luz da semântica. As relações de paráfrase e de construção de cenários (processos semânticos) permitem que analisemos com profundidade as construções gramaticais, permitindo-nos relacioná-las entre si; permitindo-nos compreender nossa intuição de falantes, aptos a distinguir, ainda que intuitivamente, entre construções análogas e construções que não se relacionem quanto ao significado.

4. COMO O VERBO ATUA NA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO?

O verbo é o elemento central da oração. Em torno dele é que as demais partes da oração se vão organizando. Segundo a NGB, a oração é dividida em termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios. Os termos essenciais são o sujeito e o predicado

Azeredo (2008A, p.159) afirma, no entanto, que só o predicado é essencial, já que pode haver oração sem sujeito, mas não sem predicado. E o predicado estrutura-se em torno do verbo; é ele, o verbo, que define quais e quantos são os argumentos que participarão da frase. E esses argumentos exerceram determinado papel temático, por ocupar determinada posição.

4.1 Transitividade verbal e indeterminação do sujeito

Cabe determinar se há alguma relação entre transitividade verbal e indeterminação do sujeito com a terceira do plural. Já se viu que os sujeitos agentes, pela possibilidade de apresentar o traço [+HUMANO] , bem como por ser o sujeito prototípico, é indeterminável com facilidade. Analisemos, pois, a transitividade verbal .

Os verbos intransitivos normalmente possuem um sujeito, podendo ter (ou não) uma circunstância, a depender da natureza do verbo . A existência de um sujeito que, pela natureza semântica do verbo exerça um papel de agente, já é capaz de facultar, teoricamente, a indeterminação do sujeito.

(8) Chegaram e foram embora logo

(9) Estão vivendo muito pouco hoje em dia, por causa do estresse de nossos dias.

Os verbos transitivos, além de um sujeito, pedem um complemento como um de seus argumentos, podendo também haver argumentos que introduzam circunstâncias. Os verbos transitivos podem ser verbos transitivos diretos (VTD), verbos transitivos indiretos (VTI) ou verbos transitivos diretos e indiretos(VTDI), segundo a NGB.

(10) Comeram muito (VTD)

(11) Estão precisando de motoristas naquela firma (VTI)

(12) Precisam de motoristas naquela firma (VTI)

(13) Mandaram uma carta para ti.(VTDI)

Cumpramos verificar como a transitividade verbal comparece nos processos de indeterminação do sujeito com P6

4.2 Tipos de verbos transitivos

Azeredo (2008a, p.180) levanta nove classificações para o verbo, de acordo com as relações semânticas que se estabelecem entre o sujeito e o objeto do verbo transitivo, as quais são variadas. A classificação do autor baseia-se na de Cano Aguilar, para o Espanhol. Ei-las:

- A) verbos de ação resultativa: fazer, construir, etc.
- B) Verbos de objeto afetado: destruir, desfazer, cortar, quebrar, etc.
- C) Verbos de movimento: pôr, levar, dirigir, conduzir, etc.
- D) Verbos com objeto de extensão ou escala: atravessar , percorrer, abraçar, presidir, preencher, durar, etc.
- E) Verbos de posse: ter, possuir, guardar, deter, manter, perder, etc.
- F) Verbos de atitude: permitir, deixar, proibir, obrigar, etc.
- G) Verbos de percepção: aprender, entender, perceber, ver, ouvir, etc.
- H) Verbos de vontade, emoção, sentimento: sentir (saudade, raiva), querer, amar, odiar,etc.
- I) Verbos de comunicação verbal: dizer, declarar, perguntar, avisar, denunciar, pedir, mandar, etc.

4.3 Vozes do verbo

Azeredo (2008a,p. 174) define VOZ ou DIÁTESE como o nome que se dá “à estruturação do predicado por meio da qual se indica o papel semântico do sujeito”. O autor levanta três tipos de vozes verbais: voz ativa, voz passiva e voz média ou reflexa. Uma nota interessante que Azeredo faz é sobre a chamada voz reflexa com agente indeterminado (aceita-se aterra, ainda não se emitiram os recibos). Cumpre observar se a indeterminação do sujeito com a terceira do plural está vinculada a alguma voz em particular, confirmando nossa análise de (6).

4.4 O modo

Os modos verbais, segundo a tradição gramatical são três: modo indicativo, modo subjuntivo e modo imperativo.

Azeredo (2008A,p.130) define modo como uma categoria gramatical que se caracteriza pela variação da forma do verbo para expressar a atitude do enunciador. O modo é,

pois, uma atitude do enunciador perante o seu próprio enunciado. Se o enunciador tem uma relação de certeza, trata-se de modo indicativo; se tiver uma relação de dúvida ou de suposição, trata-se do modo subjuntivo.

O modo indicativo **indica** fatos de “existência objetiva”, ao passo que o subjuntivo representa “fatos que dependem do ponto de vista pessoal do enunciador”(cf. Azeredo(2008a,p.131)

Há ainda um terceiro modo verbal: o modo imperativo, que se caracteriza por expressar ordens ou pedidos.. O autor (p.131) enumera as diferenças entre o modo imperativo e os outros dois. A primeira distinção é o intervalo de tempo(IT); As formas imperativas são temporalmente invariáveis, enquanto as formas indicativas e subjuntivas se flexionam na categoria tempo. Outra forma de distingui-los é referente às funções da linguagem . O modo imperativo só se aplica na função interpessoal- quando o enunciador se dirige explicitamente a seu interlocutor. Já os modos indicativo e subjuntivo se empregam em todas as funções da linguagem. (cf. Azeredo, 2008A, p.131)

Verificamos em nosso corpus uma predominância das indeterminações do sujeito em P6 no modo indicativo (ver tabelas 4, 5 e 6).

4.5 O Tempo

Costa (1990, p.16) define tempo como a categoria linguística que “marca na língua, através de lexemas, de morfemas, de perífrases, a posição que os fatos referidos ocupam no tempo, tomando como ponto de partida o ponto dêitico da enunciação”. A autora salienta que o tempo é uma categoria dêitica, como a categoria de pessoa, ou seja, suas referências são o enunciador.

A categoria de tempo é um traço característico do verbo. De fato é a única palavra que admite a flexão de tempo, através de suas desinências número-pessoais. Há algum tempo verbal que favoreça a indeterminação do sujeito com a terceira pessoa do plural? Verificamos que a incidência com a terceira do plural é maior com o pretérito perfeito (cf. Mataram um homem, Assaltaram a joalheria, etc.)- ver Tabela 1. No caso do presente do indicativo, pode-se notar o uso de locuções verbais (cf. estão chamando você lá no portão em vez de chama você lá no portão) em vez do uso do tempo simples. Para a análise desse fato, precisamos recorrer à noção de aspecto, que veremos no item a seguir.

Analisar o verbo traz à tona as categorias morfossintáticas que realiza. Temos o tempo, o modo, o aspecto e a pessoa como categorias morfossintáticas realizáveis na flexão

verbal. Neste item analisaremos a noção de tempo.

Azeredo (2008a,p.352 et seq.) reflete acerca dos marcos temporais ou pontos de referência (PR), tendo por base o fato de o ser humano poder afastar-se do aqui e agora da enunciação. O autor (2008a,p.353-354) comenta as três variáveis das relações de tempo expressas na língua portuguesa: o momento da enunciação (ME), o ponto de referência (PR) e o intervalo de tempo (IT).

O ME refere-se ao “agora” da enunciação, o momento em que o ato de falar ou de escrever sucede.

O PR “é cada uma das etapas” em que se pode dividir a linha do tempo, de modo que se situem os acontecimentos expressos pelo verbo. Esse ponto de referência pode ser o passado, o presente ou o futuro. Através desses pontos de referência pode o enunciador fazer “deslocamentos mentais” através do tempo (v. Azeredo, 2008B,p.353).

O IT se estabelece em relação ao PR. Segundo Azeredo (ibidem,254) “é o segmento da linha do tempo representado como anterior, contemporâneo ou posterior ao PR”. Os fatos expressos pelo verbo situam-se sempre em determinado intervalo de tempo (IT).

São três os pontos de referência (passado, presente e futuro); a cada um desses pontos de referência associa-se um conteúdo temporal que lhe é anterior, outro que lhe é simultâneo e ainda outro, que lhe é posterior. Sucede, todavia, que não há, em português, nove formas distintas para cada uma dessas nove noções temporais. As distintas formas verbais existentes em português cobrem espaços na linha do tempo, cuja extensão depende de fatores discursivos (ibidem, 358).

Abaixo, fazemos uma espécie de escala crescente, do conteúdo mais anterior ao mais posterior, associando-lhes a um tempo verbal dos modos indicativo e subjuntivo. Vejamo-la:

PR – Passado – IT anterior: IND: pretérito mais que perfeito (simples e composto); futuro do pretérito composto. SUBJ: pretérito mais –que-perfeito composto

- IT simultâneo: IND: pretérito imperfeito / futuro do pretérito; pretérito imperfeito

- IT posterior: IND: futuro do pretérito; SUBJ: Pretérito imperfeito

PR – Presente – IT anterior: IND: pretérito perfeito (formas simples e composta); futuro do presente composto; futuro do pretérito composto; SUBJ: pretérito perfeito composto/ Pretérito-mais-que-perfeito composto/ futuro composto

- IT simultâneo: IND: presente/ futuro do presente /futuro do pretérito. SUBJ:

presente / futuro

- IT posterior: IND: futuro do presente; SUBJ: presente / futuro

PR – Futuro – IT anterior: IND: pretérito imperfeito, futuro do presente (simples ou composto) SUBJ: pretérito perfeito composto; futuro composto

- IT simultâneo: futuro do presente

- IT posterior: futuro do presente (simples e composto)

Ressalva-se que o pretérito imperfeito do modo subjuntivo pode referir-se a universo hipotético, caso no qual terá IT indefinido. Veja-se o exemplo:

(a) Vivem dizendo que milagres acontecem, como se existisse um Deus e que fosse capaz de burlar a natureza.

É de destacar também que o modo imperativo não possui IT, daí não ter sido citado no esquema acima.

4.6 O Aspecto

Costa (1990, p. 19) afirma que:

Aspecto e tempo são ambas categorias temporais no sentido de que têm por base referencial o tempo físico. Distinguem-se, contudo, do ponto de vista semântico, basicamente a partir da concepção do chamado tempo interno (o aspecto) diferente do tempo externo (o tempo).

Por tempo externo, a autora entende a referência que se faz ao tempo em que a ação ocorreu em relação ao momento da fala, ao momento da enunciação, o que é a expressão da categoria de tempo. Temos, assim, as noções de presente, de pretérito e de futuro.

Por tempo interno, defende ela o aspecto, qual seja, “as noções de duração, instantaneidade, , começo, desenvolvimento e fim. Portanto, o aspecto refere-se ao tempo compreendido entre o começo e o fim de uma ação, donde falar-se em tempo interno.

Azeredo (2008a, p. 132,133) define aspecto como uma categoria que se refere “à *duração do processo verbal independentemente da época em que esse processo ocorre*”. Azeredo defende que há duas formas de conceber o processo expresso pelo verbo: concluído ou não concluído. Ambos ainda podem ser especificados como progressivo ou não-progressivo. Os processos concluídos progressivos podem ainda ser analisados como cursivos ou iterativos.

Os processos concluídos ou completos são representados pelo conteúdo perfectivo. O perfectivo, segundo Costa (1990, p. 30):

expressa o fato enunciado como global, sem parcializá-lo ou marcar de alguma forma sua temporalidade interna”. Em português, temos o pretérito perfeito do indicativo como um tempo perfectivo. Já imperfectivo expressa “essa temporalidade interna, ou considerando-a como um fragmento de tempo que se desenrola (expressão de cursividade), ou selecionando fases desse tempo interno (expressão das fases inicial, intermediária ou final), ou expressando, ainda, estados resultativos que deem relevância linguística à constituição temporal interna de um processo que os antecedeu.

Azeredo(2008a, p.132) afirma que há três meios de se representar a categoria do aspecto em português:

A) a distinção entre conteúdo perfectivo e conteúdo imperfectivo (o perfectivo é representado pelos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito, ao passo que o imperfectivo é representado pelo pretérito imperfeito);

B) “ a oposição entre as formas perifrásticas “estar+gerúndio” e as respectivas formas simples (joga X está jogando)”;

C) “a oposição entre as formas compostas de “ter+particípio” e as formas imperfectivas simples (joga X tem jogado)”

A noção de aspecto é assaz relevante para o estudo do verbo e, pois, da oração. As ideias de duração, começo, interrupção, etc. dão-nos subsídios para uma análise mais acurada da estrutura oracional. Azeredo (2008a,p.136) cita o aspecto como uma das categorias morfossintáticas do português, ao lado do tempo, do modo, pessoa, número e gênero.

Azeredo (2008b, p. 206) faz importante observação: “a categoria do aspecto refere-se(...) à duração do processo verbal, independentemente da época em que esse processo ocorre”. Segundo ele, os processos verbais podem ser analisados, inicialmente, em concluídos ou não-concluídos. Os não- concluídos podem subdividir-se em progressivos (Estão batendo à porta) ou não-progressivos (Batem à porta). Já os processos concluídos subdividem-se também em progressivos e não progressivos (Bateram à porta). Os processos concluídos progressivos podem ser subdivididos em cursivos (Estiveram batendo à porta) ou em iterativos (Têm batido à porta).

Ressalte-se que podemos chamar de perfectivos aos processos concluídos, ao passo que podemos chamar imperfectivos aos não-concluídos. A perfectividade e a imperfectividade são os únicos conteúdos aspectuais que se exprimem por mecanismo flexional (comeu, comera, comia) (v. Azeredo, 2008b,p. 358). Ao analisarmos os verbos, associando tempo e modo, no esquema acima proposto, não declinamos o conteúdo modalidade de cada tempo verbal. Fa-lo-emos agora.

Formas perfectivas:

IND: pretérito perfeito simples, pretérito mais-que-perfeito, pretérito perfeito composto, pretérito mais-que-perfeito composto, futuro do presente composto, futuro do pretérito composto;

SUBJ: pretérito perfeito composto, pretérito mais-que-perfeito composto, futuro composto.

Formas Imperfectivas:

IND: presente, pretérito imperfeito, futuro do presente, futuro do pretérito,

SUBJ: presente, pretérito imperfeito, futuro.

Outrossim, afirma ele (idem):

É importante que não nos esqueçamos de que o tempo e o modo são categorias centradas na figura do enunciador, elas expressam relações desse enunciador com a situação comunicativa. O aspecto, por sua vez, é uma categorização da extensão do fato na linha do tempo, e nada tem a ver com o ponto de vista do enunciador.

É relevante a noção de que o aspecto não é uma posição do enunciador. Dessa forma, hemos de analisar a categoria aspecto, na indeterminação (do sujeito ou do agente), cômicos de que o “foco” é a extensão do acontecimento na linha do tempo. Naturalmente, o enunciador pode até manipular dados, ser insincero, tendencioso... Contudo, ao construir um enunciado, focalizando de alguma forma o aspecto, o efeito discursivo passa a ser de “objetividade”, de uma (pretensa) representação do “real”.

Analise-se os seguintes exemplos:

(A) Continuam votando errado.

(B) A gente continua votando errado

(C) Continua-se votando errado.

Podemos considerar a indeterminação do sujeito como “natural” em (C); a depender do contexto em que se produzam, teremos indeterminação do sujeito em (A) e do agente em (B). Consideremos, porém, para efeito de análise, que em todos os casos haja indeterminação. A noção de que se votava erradamente passa a ser pressuposto, porque marcada linguisticamente. Não se pode furtar a esta conclusão: Votava-se errado, num momento anterior ao momento da enunciação, e continua-se, neste mesmo, momento a votar errado.

Note-se que o aspecto introduzido pelo verbo continuar independe da posição do enunciador; é como se fosse “um fato”. Pode-se até desmentir o enunciador, afiançar ser falsa a sua assertiva; no entanto, aceitando-se como verdadeira a proposição, a noção de continuidade soa impessoal (porque atrelada ao aspecto verbal). Um enunciador hábil pode,

indubitavelmente, manipular essas construções construindo um discurso mais eficaz.

O conceito de pressuposição traz, de ordinário, à baila, o conceito de subentendido. É importante distingui-los. Ao contrário dos pressupostos, os subentendidos não são marcados linguisticamente, isto é, podemos nos esconder atrás deles, protegemo-nos. Trata-se das informações implícitas (cf. Ilari; Geraldi, 1985).

Para analisar um caso de subentendido, construiremos uma cena.(v. Maingeneau, 2005). Em uma sala fechada, com vários indivíduos tossindo, um indivíduo, temeroso de se contaminar com alguma doença, exclama: “Deve-se manter os ambientes arejados, com portas e janelas abertas” (não realizamos a flexão artificial da suposta VPS). Como resposta, outro indivíduo, constituindo-se em interlocutor seu, diz: “Está ventando muito forte lá fora; se abrir a janela, fico gripado”. O primeiro enunciador poderá reafirmar sua posição, dizendo que o interesse da coletividade sobrepuja o da individualidade, por exemplo. Contudo, poderá sentir-se pressionado e resolve dizer que falava em tom genérico, em tese; todavia, ressalva que naquela circunstância específica dever-se-ia mesmo manter as janelas fechadas. Por mais que se intuisse, que se concluísse que fora uma “indireta”, ninguém teria provas cabais de que insinuara a abertura das janelas.

O que justifica esse efeito de sentido é a modalização. Como diz Azeredo (idem) a modalização, ao contrário do aspecto, é uma categoria centrada no enunciador.

Após essa brevíssima reflexão, que demonstra que a análise do verbo e da oração culminam na análise do próprio discurso, cabe averiguar como o processo de indeterminação, quer do sujeito, quer do agente, comparece com verbos modais e que informações implícitas acaso realizem.

Se considerarmos que a indeterminação do sujeito (ou agente) é, necessariamente, um processo de apagamento semântico, que pode ocultar, dissimular, simular, denotar falta do conhecimento de quem é o agente, etc, podemos intuir ser um mecanismo fecundo de que a língua dispõe para a segurança do falante, em se tratando de construções com subentendidos.

No entanto, não faz sentido, pelo menos a priori, vincular indeterminação a subentendidos. Os pressupostos também se podem valer da indeterminação (cf. (A), (B) e (C), acima)

Interessa, pois, observar como a indeterminação do sujeito ou do agente comparece com a noção de aspecto e como isso interfere na construção do discurso. Outro conceito que mister também se faz analisar é o de modalização.

O aspecto é, pois, muito importante para se analisar o funcionamento da oração. Cumpre considerá-lo, visto que poderá fornecer importantes subsídios para analisarmos a

indeterminação com a terceira do plural. Será que o uso da locução verbal no presente do indicativo, não está indicando que para se indeterminar o sujeito com a terceira do plural, nesse tempo, mister se faz introduzir a noção de aspecto? Retornemos a (30):

A espera de quatro horas aumentou ainda mais o sofrimento da mulher, Graciela Aparecida Bernardo. “Quero apenas enterrar meu marido. Isso é o mínimo. Não **estão liberando** o corpo dele no IML porque **querem liberar** os dois PMs primeiro (...)”, disse . (O DIA, 18 07 2008 Geral, p. 05) (grifos meus)

No excerto acima há duas locuções verbais em negrito, ambas com sujeito indeterminado em P6 no presente do indicativo. Note-se que, na primeira delas, pelo gerúndio, há noção de aspecto: processo progressivo [+DURATIVO]. Trata-se de uma “forma perifrástica”, constituída de ESTAR + GERÚNDIO. Já a segunda vale-se de locução 'verbo auxiliar + verbo principal no infinitivo' para expressar a indeterminação. É de notar que a primeira locução marca a “temporalidade interna” da ação, que se nos afigura como analisável em partes, é como se o pudéssemos ver transcorrer etapa a etapa (cf. Costa 1990, p. 20). A segunda locução refere-se apenas ao tempo em que se sucedeu a ação, tendo-se por referência o momento da enunciação. De fato, nesta locução, o que há é o fenômeno da modalização, ou seja, o enunciador toma uma posição acerca do que diz.

Com a passagem seguinte também ocorre a presença da categoria aspecto.:

(...) disse ele [Fábio Gordo], que garantiu ser promotor de eventos e alegou inocência da acusação de homicídio. “Não matei ninguém, como **estão dizendo**. Eu ia me apresentar na delegacia esta semana”. (O DIA, 23 07 2008 GERAL, p. 05)

Também na passagem acima se pode notar o uso do gerúndio antecedido do verbo ESTAR no presente do indicativo. Novamente, seria possível dizer: ‘ Não matei ninguém, como dizem por aí’ . No entanto, essas duas ocorrências, citações em discurso direto estão a demonstrar que há uma construção composta do VERBO ESTAR +VERBO PRINCIPAL(gerúndio) participou da elaboração sintática da indeterminação do sujeito com P6, no presente do indicativo.

Note-se que é um comentário de um enunciador tido como assassino. Tal comentário, tal como foi colocado pela construção acima dá a noção de tratar-se de um boato, de um mexerico, de algo que “está na boca do povo”, citado persistentemente; portanto, há referência à sua temporalidade interna.. No trecho anterior “Não estão querendo liberar o corpo dele” também se nota a noção aspectual de processo concluído progressivo iterativo, configurando um tom de persistência de alguém que sofrendo uma perda insiste para que se libere o corpo, mas as autoridades, insistentemente, negam. Ou seja, em ambos os casos, a indeterminação do sujeito com P6 no presente do indicativo se fez acompanhar de construções com representação do aspecto verbal progressivo. O presente do indicativo

simples com aspecto não-progressivo não parece ser típico da indeterminação do sujeito com P6 em entrevistas (como as obtidas na seção GERAL).

O pretérito perfeito (conteúdo perfectivo) predomina na indeterminação do sujeito com P6. Portanto, essas construções possuem aspecto concluído não-progressivo. Merece análise essa relação da indeterminação do sujeito com P6 com o aspecto, já que predominam, em nosso corpus, indeterminações no pretérito perfeito (aspecto concluído não-progressivo); contudo, o presente do indicativo simples (aspecto concluído progressivo cursivo) não costuma indeterminar o sujeito com P6, sendo preferida a construção com ESTAR + GERÚNDIO (aspecto concluído progressivo iterativo). A distinção entre iterativo (“ação que se repete desde um ponto no passado até o presente”) e a noção de cursivo (ação de “duração contínua”) deve, pois, ser considerada na indeterminação do sujeito com P6, no tempo presente.

4.7 Pessoa

Azeredo (2008 A, p. 121) define a categoria gramatical de pessoa como “a propriedade que tem a linguagem de permitir que o enunciador se refira a si próprio e aos personagens do ato comunicativo, não como indivíduos, mas apenas como participantes do discurso”.

A indeterminação do sujeito com a terceira do plural é o objetivo deste estudo. Entretanto, é importante ratificar que o sujeito indeterminado tradicionalmente é de sujeito nulo; no caso de sujeito pleno, não é coerente falar em indeterminação do sujeito; deve-se falar em indeterminação do agente, pois, nesse caso, a indeterminação é semântica, referindo-se apenas ao papel temático que o sujeito exerce. Com sujeito nulo é que podemos falar, com propriedade, de indeterminação do sujeito, já que este é uma categoria sintática e, se está presente na oração, sintaticamente está determinado (cf. Lima, apud Leitão 2007, p.134)

Tal fato é relevante, pois que no português usado no Brasil a tendência é o sujeito pleno, sendo marcadas as construções com sujeito ‘oculto’. Assim eles mataram e mataram podem realizar o mesmo sentido de indeterminação do agente, apesar de a segunda forma ser marcada, dada a ausência do pronome sujeito.

Notamos em nosso corpus que predomina a mesclagem de vozes nas citações em que ocorreram sujeitos indeterminados por P6. Efetivamente, a indeterminação do sujeito com P6 predominou em citações do chamado discurso direto. Chiavegatto (2001, p. 235) analisa a mesclagem de vozes no discurso jornalístico. Para ela o jornalista seria o EGO 1, enquanto os

demais enunciadores, “embutidos” por EGO 1 são representados por EGO 2, EGO 3, etc. A autora tece o seguinte comentário Chiavegatto(2001,p.235)

“Conforme o modo de discurso escolhido, os ouvintes e leitores processam inferências – tal qual juízos de valores acerca do conteúdo dos enunciados que os sujeitos discursivos importam para os seus – a partir da decodificação dos elos que a forma discursiva escolhida ativa em relação aos domínios cognitivos que acessa. É a forma que o jornalista (ou outro falante qualquer) escolhe para integrar a outra voz à própria voz que aciona, nos observadores avaliações sobre seu comprometimento para com o conteúdo que veiculam”.

Notamos em nosso corpus que os verbos dicendi escolhidos pelo jornalista (E1) procura insinuar uma determinada leitura perante os enunciados de E2, E3, etc. Prova disso são os verbos *revoltar-se*, *indignar-se*, *reclamar*, entre outros, substituindo o comum *dizer*.

4.8 O Conceito de Modalização

Azeredo (2008b), citando os estudos tradicionais acerca da modalidade, distingue o modus do dictum. O modo é, em suma, a posição do enunciador sobre seu próprio enunciado. Dentre os principais verbos “modais” em língua portuguesa podemos destacar: poder, dever, saber, duvidar, supor, precisar, etc. São verbos que revelam a atitude ou ponto de vista do enunciador (o modus) sobre o objeto da informação que dá (o dictum).

Conforme Azeredo (2008b, p. 209), classicamente, a modalidade tem sido analisada em quatro pares básicos: possível ou impossível; certo ou contestável; obrigatório ou facultativo; permitido ou proibido. Nada obstante, o autor amplia, por exemplo, a noção de “contestável”, introduzindo as ideias de dúvida ou suposição em oposição a “certeza” (p.210). Tal distinção corresponde às noções dos modos subjuntivo e indicativo, respectivamente.

O terceiro modo verbal é o imperativo. Azeredo (p. 211) afirma que este modo distingue-se daqueles dois outros por não se situar em nenhum intervalo de tempo (IT), além de ser usado apenas na função conativa ou apelativa.

Ao falante cabe adequar sua fala a seus propósitos enunciativos, de acordo com a situação em que esteja inserido. Há nuances, por vezes sutis, por vezes mais ostensivas. Observe-se:

(D) Deve-se amar ao próximo.

(E) Tem-se que amar ao próximo.

Note-se que em (E) há um tom mais sutil, mais delicado, ao passo que em (D) sobressai o tom impositivo. Naturalmente, os propósitos do falante, o contexto em que se

insere, o nível da relação hierárquica com seu interlocutor, a ascendência moral, social, interferirão na escolha do modal. Escolher-se-á, da mesma forma, se a indeterminação é pertinente ou não e, se for, que tipo de indeterminação é mais adequada: a do sujeito ou a do agente.

Observe-se ainda:

(F) Sabe-se que os políticos têm pouca credibilidade.

(G) Sei que os políticos têm pouca credibilidade.

O verbo saber, em ambos os casos realiza seu papel de modal, qual seja, a posição do enunciador sobre seu próprio enunciado. Em (G), a modalização é explícita, visto como o enunciador se coloca (EU- enunciador- sei). Todavia, em (F) há também uma modalização; o enunciador, falando em nome da “massa indiferenciada de seres humanos”(cf. Bechara, 2006) confere um tom modalizador a seu discurso. Deveras, não se contenta ele em dizer: “os políticos têm pouca credibilidade”, como se um fato fosse. O enunciador de (F) prefere dizer que é um fato sabido, conhecido, expressando assim uma posição sua, o modus. Além de constatar a pouca credibilidade dos políticos, constata que isso é um fato sabido.

Dessa sorte, podemos dizer que a indeterminação do sujeito ou a do agente pode contribuir para um apagamento, ou melhor, para um quintessenciamento da própria modalização.

Surge, pois, como inevitável, a necessidade de analisar aspectos pragmáticos ou discursivos que modalidade, aspecto, tempo e indeterminação possam ter entre si.

5. A ESTILÍSTICA E A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

5.1. Introdução

Neste capítulo, analisaremos a relação entre a Estilística e a Indeterminação do Sujeito em Língua Portuguesa. Para tanto, levantaremos critérios seguros para a classificação do sujeito, a fim de relacioná-lo com as funções da linguagem predominantes. Outrossim, analisaremos o conceito de estilo, as principais correntes da estilística, os diferentes estudos estilísticos, bem como sua relação com a indeterminação do sujeito.

5.2 O conceito de estilo

Câmara Jr (1986, p. 179) define estilo como transgressão à norma padrão que tem o intuito de causar um efeito “estético”; portanto, estilo é desvio. Outra observação que ele faz é que o estilo não é algo totalmente individual, pois se o fosse, seria ininteligível para os demais.

Câmara Jr. (1986, p. 181) arrola as divisões da estilística em: estilística fônica, estilística sintática, estilística léxica (estilística semântica). Outrossim, adota as funções primordiais da linguagem estabelecidas por Karl Bühler, na *Sprachtheorie* (Teoria Lingüística). Segundo Bühler, a linguagem teria três funções: representação (*Darstellung*), expressão (*Kundgabe*) e apelo ou representação social (*Appell* ou *Auslösung*).

A estilística fônica, tratando de utilização do material sonora da língua com um fim estético, aparentemente pouco importaria ao nosso trabalho; nada obstante, em outro trabalho de Câmara Jr. (1978, p. 68,69) pudemos encontrar uma análise do autor sobre a questão estilística da colocação pronominal proclítica (típica do português, no Brasil) como um fenômeno de estilística fônica. A próclise do pronome oblíquo “átono” (digo, subtônico) realça a própria pessoa, ao passo que a ênclise realça o processo verbal em si.

Câmara Jr. relaciona nesse estudo o uso da espontâneo da ênclise “com o pronome da terceira pessoa (mormente quando se trata de **se como índice de sujeito indeterminado**), o qual é em regra um objeto de pouco interesse para nele se concentrar” nossa atenção. A próclise oferece maiores recursos à *Kundgabe* (*impressão*) e à *Appell* (*apelo*), centrando-se no agente do processo, ao passo que a ênclise volta-se para o processo, desfocando o agente (ideal para os casos de sujeito indeterminado) (cf. Câmara Jr:1978,69).

Podemos desdobrar as observações de Câmara Jr para os casos de “voz passiva

pronominal” (ou “sintética”). Frases como “aceita-se encomenda”, “vende-se pipa”, etc., são, de fato, tão comuns quanto “precisa-se de empregados”, de sujeito indeterminado (obviamente, referimo-nos à linguagem escrita), onde há ênclise do pronome *se*. Estilisticamente, temos mais uma semelhança entre essas duas construções, que a gramática normativa insiste em diferenciar, semelhança que reside no desfocamento do agente [+DA].

Quanto à estilística sintática, é trazida por Câmara Jr, como a que mais recursos oferece no português (1978, p. 182), os quais residem na grande possibilidade de colocações. O recurso sintático-estilístico mais usado é o de usar uma colocação oposta à que seria de esperar (isto é, a colocação automatizada, comum).

Já a estilística Léxica, para Câmara Jr, se subdivide em estilística de composição e derivação de palavras e na estilística semântica; aquela, se volta para usos expressivos ou afetivos do diminutivo ou do aumentativo (o que já se liga ao aspecto semântico); esta se refere principalmente à significação externa das palavras, a saber, a conotação. Câmara Jr. Defende ainda a visão de que “em princípio, não há sinônimos perfeitos (a mesma denotação não importa a mesma conotação). Tal é a divisão da estilística que mais de perto nos há de interessar neste trabalho (naturalmente, relacionando-se às outras divisões, a fônica e a sintática). Podemos, a esse respeito, levantar algumas questões.

Considerando-se a classificação do sujeito como “indeterminado”, sob um prisma semântico, poder-se-ia perguntar que diferenças semântico-estilísticas residem na variação de uma mesma mensagem intelectual (*Darstellung*) como nas seguintes sentenças (consideradas em referência genérica): *falaram de você, eles falaram de você, alguém falou de você. Eles e Alguém*, em referência genérica remeteriam a todas as pessoas do discurso (máxima indeterminação). Porém, a diferença em usar uma preferentemente a outra e os diferentes efeitos que causam, são questões que necessitam do apoio da Estilística para uma melhor reflexão. No nosso questionamento acima, segundo a visão de Câmara Jr., não seriam idênticas, produziriam efeitos diferentes, ainda que gozem de traços semânticos iguais para a indeterminação semântica do sujeito (cf. Hawad, 2002). Nada obstante, “eles” dá a idéia de plural para um ato cometido, talvez, por apenas uma pessoa; o agente, além de omitido, é imerso na multidão da grande massa: o pronome *eles* indica que o agente pode ser qualquer um no meio de muitos, focaliza-se a multidão e apaga-se o indivíduo, “desanimando” o interlocutor de querer saber quem foi que fez. Já o uso de “alguém” dá idéia numérica menos imprecisa; é indeterminado, pois não se diz nada a respeito de quem agiu, mas se não se focaliza o agente na multidão. O “desânimo” do interlocutor é menor, pois se não evoca toda a humanidade.

Outra questão: a indeterminação do sujeito pelo infinitivo impessoal e pelo gerúndio. Por exemplo: “para vencer é preciso lutar”. Sintática e ‘Semanticamente’, o sujeito é indeterminado (cf. Ribeiro, 2006),. “Lutando é que se vence”. Mais uma vez os sujeitos são indeterminados (tanto o do gerúndio, como o do verbo vencer). Podemos notar que ambos tem os traços semânticos [+animado], [+grupo], [+humano], [+DA], o que indica tratar-se de sujeito indeterminado. Ora, o gerúndio traz consigo efeito de ação continuada; o infinitivo não, trazendo consigo a noção de “retrato” do que deve ser feito.

Só por essas duas breves colocações já podemos sentir a grande importância da estilística para a própria conceituação de sujeito semanticamente indeterminado.

Em todos os exemplos, considerados individualmente, temos, no dizer de Karl Bühler (cf. Melo), a mesma Darstellung (representação). Mas diferentes Kundgabe (impressão) e Appell (apelo).

Retomemos a questão de o sujeito indeterminado referir-se normalmente a um agente humano. Como dito, não é comum encontrar um sujeito indeterminado referindo-se a animais. Na ocasião nem citamos os fenômenos da natureza, os quais, em todas nossas referências foram tratados como de sujeito inexistente.

Poder-se-iam colocar as seguintes questões.. Pode-se estilisticamente indeterminar sujeitos animais? Ou seria um recurso ininteligível? A construção pode parecer estranha, incomum; razão demais para recorrermos à estilística. A pergunta nos faz pensar em uma prosopopéia do sujeito indeterminado. Apesar de levantada por Naro, não houve menção a pesquisas do assunto.

De acordo com os próprios dados levantados na nossa pesquisa, podemos ratificar a ideia de que a indeterminação do sujeito (ou dos papéis temáticos exercidos pelos sujeitos) não pode prescindir do traço [+HUMANO]. Sem dúvida, podemos fazer referências indiscriminadas a animais, ou a plantas. Por exemplo, no adágio ‘o cão é o melhor amigo do homem’, podemos pensar que não se fala de um cão, mas da espécie em si. Todavia, não há indeterminações do sujeito com animais, no máximo de papéis temáticos por ele exercido. Seria, no mínimo, inusitada a construção “latem alto todos os dias” (sem qualquer possibilidade de se retomar um sujeito anteriormente Expresso). Se ouvíssemos essa construção, tenderíamos a interpretá-la como uma possível ironia a alguém, um comentário depreciativo.

Por conseguinte, não há como incluir nos casos de ‘indeterminação’ ora analisados, seres com o traço [- HUMANO].

5.2.1. Conclusão

Após as análises do sujeito indeterminado, sob diversas perspectivas, conforme diversos autores, tendo por *corpus* jornais de grande circulação nas maiores metrópoles de nosso país, pudemos verificar que uma ótica semântica é importante para estabelecer a indeterminação, ressaltando-se que o sujeito é categoria sintática. Outra importante ferramenta para analisá-lo é o estudo da estilística e da Análise do Discurso

Através do levantamento dos traços semânticos característicos do sujeito indeterminado e dos recursos estilísticos e discursivos que possam advir de seu uso, estamos mais aptos a compreender e classificar o sujeito na língua portuguesa.

Como pudemos verificar, os traços semânticos e estilísticos da chamada voz passiva sintética são os mesmos do sujeito indeterminado. Outra importante questão é a respeito da “teoria do se sujeito”, isto é, admitir a partícula ‘se’, não como índice de indeterminação do sujeito, nem como pronome apassivador (conforme o caso) , mas sim como o próprio sujeito indeterminado.

5.3 A indeterminação do sujeito e as funções da linguagem.

Podemos supor que os processos de indeterminação do sujeito ou a indeterminação do agente (ou qualquer dos papéis temáticos realizados pelo verbo) podem se dar na predominância de quaisquer das funções de linguagem. Abordaremos as “clássicas” funções, levantadas por Roman Jakobson.

5.3.1 Função referencial

Trata-se da função da linguagem cujo foco está no assunto, no conteúdo da mensagem a transmitir(cf. Azeredo, 2008b, p. 69) A indeterminação do sujeito caracteriza-se por apagar a identidade do sujeito. Em princípio, não haveria incompatibilidade entre quaisquer das construções indeterminadoras do sujeito e essa função.

Contudo, se associarmos “centralização no referente” com “objetividade e clareza”, podemos associar essa função com a indeterminação do sujeito ou do agente com o pronome SE, com a indeterminação por nominalização, pelo infinitivo e pelo gerúndio. O “apagamento” do sujeito , nesses casos é mais forte do que nas indeterminações (do agente)

por pronomes (pessoais ou indefinidos), .

6.3.2 Função emotiva (ou expressiva)

Centrada no emissor, “*dá vazão aos sentimentos e singularidades afetivas do emissor*” (Azeredo, 2008b, p. 69). Nada impede que se indetermine o sujeito (ou o agente) na predominância dessa função. Podemos conceber que o EU é paciente, sofre ações cometidas por outrem:

“Injustiçaram-me”

“Fizeram-me sofrer”

“Dizer-me isso agora não resolve o problema.”

Entretanto, o emissor pode colocar-se como sujeito agente de uma oração, com certo grau de indeterminação:

“**A gente** se esquece dos outros filhos, do marido, de **nós** mesmas”

“Eu pago a conta, cumpro as leis e sou destrutado pelas autoridades”.

Em ambos os casos acima, pode haver o efeito estilístico de indeterminação, no qual o emissor fala de si mesmo em tese, em princípio. O que vale para ele, ou para o grupo em que está incluído, valeria para qualquer.

5.3.3 Função conativa ou apelativa

Nessa função, a mensagem está centrada no receptor, no interlocutor. Ela “realça a interlocução” (Azeredo, 2008b, p. 6). O processo de indeterminação que mais fortemente se liga a essa função é a indeterminação com “você”, por referir-se ao receptor em tese; o que vale para o receptor vale para qualquer um.

Contudo, a indeterminação por “você”, tão comum na coloquialidade, pode assumir um tom mais formal com o infinitivo, ou mesmo com o pronome SE. Vejamos:

“Cumpra-se a Lei”

“Cumprir a Lei é questão de cidadania”

“Você tem de cumprir a Lei, para ser um Cidadão pleno”.

5.3.4 Função fática

Centrada no canal de comunicação, “elege o meio de contato utilizado como objeto da

atenção” (Azeredo, 2008B, p. 6). Não impede, em absoluto, a indeterminação do sujeito:

-“Quem está lá?” (ao atender o telefone)

5.3.5 Função poética

Centrada na própria mensagem, “transfere para a organização mesma da mensagem a atenção dos interlocutores” (idem, idem), pode valer-se o eu-lírico, nessa função, de qualquer forma da indeterminação do sujeito.

5.3.6 Função metalinguística

Centrada no próprio código, isto é, a língua, colocando-a em evidência (ibdem) também pode utilizar-se de todos os recursos de indeterminação do sujeito.

5.4. Os graus de indeterminação do sujeito e as funções da linguagem.

Macedo (1991) chama a atenção para a existência de graus de indeterminação do sujeito: “um substantivo comum que, por ser comum tem maior extensão que compreensão, assume, sob certo aspecto, um grau de indeterminação”. Tal raciocínio amplia a visão sobre o fenômeno da indeterminação; as seguintes frases: *a gente paga os impostos então tem serviços públicos de qualidade*, *Eu vou lá, faço o meu trabalho e não sou recompensado*, *O pessoal vê as cenas de violência e não fica com medo*, **podem, segundo esse critério, expressar agentes (ou qualquer outro papel temático exercido pelo sujeito) indeterminados, com diferentes graus de indeterminação.**

Neves (2000) Neves, em sua análise, vai ao encontro de Macedo (1991), ao referir-se também a graus de indeterminação; ela considera como de sujeito maximamente indeterminado as construções que possam abranger todas as pessoas do discurso, e de caráter parcialmente indeterminado as que apenas abrangem algumas pessoas do discurso; esse o critério de estabelecimento dos graus de indeterminação. Desta sorte, ela traz os seguintes pronomes de tratamento como maximamente indeterminados: *você, eu, a gente*, bem como as estruturas com verbos transitivos indiretos ou intransitivos conjugados na terceira pessoa do singular acompanhados da partícula “se”. Como parcialmente indeterminados, os pronomes *nós* e *vós*, pois se referem respectivamente à primeira e à segunda pessoas do plural, excluindo as demais.

Um detalhe assaz importante é que Neves considera como de sujeito indeterminado orações do tipo: *se você deixar a casa aberta, eles vão lá e roubam; a gente tem muitos problemas sociais; eu pago impostos, eu cumpro meus deveres, mas não eu recebo meus direitos* (quando em referência genérica) [exemplos meus]. Segundo ela, estas várias formas de indeterminação do sujeito são muito correntes na linguagem coloquial. Observemos as justificativas de Neves para cada um dos exemplos acima.

O uso de *você* como sujeito indeterminado, embora se refira a segunda pessoa do discurso é fortemente indeterminado, pois “você” significa, aí, qualquer pessoa. O uso do pronome “eu”, chama a atenção, pois é altamente determinado, referindo-se à primeira pessoa do discurso. Neves explica nestes termos esse uso: “pode-se pensar num enunciado em que o falante imagine o que qualquer pessoa pode vir a fazer, ou o que pode acontecer, em um determinado lugar, e construa um enunciado de atribuição genérica colocando-se como sujeito do enunciado”.

Esse recurso da linguagem por ela observado muito nos interessa, pois o falante se considera como sujeito do que é genérico, o que pode ser importante para uma análise discursiva, ou estilística, de sua fala.

O uso do pronome da terceira pessoa do plural (*eles*) é trazido por ela como o recurso de indeterminação mais citado. Observe-se que ela também faz menção à forma verbal conjugada na terceira pessoa do plural, sem menção ao pronome, a exemplo das gramáticas tradicionais. Porém, ela cita o próprio pronome “eles”, sintaticamente determinado, em referência genérica como sujeito indeterminado. Uma observação que faz a respeito desse recurso de indeterminação é que é uma indeterminação parcial, pois como já dito, exclui, segundo ela, as demais pessoas do discurso. O uso da forma pronominal “nós” também se enquadra na categoria de parcialmente indeterminado, porque, diz ela, há uma referência determinada, porque o falante “eu”, já está incluso.

Neves cita ainda o uso de “a gente” como pronome de tratamento na linguagem coloquial, com possibilidade de ser usado em referência genérica, ou seja, na indeterminação do sujeito, referindo-se a todas as pessoas do discurso; no entanto, não é maximamente indeterminada pois deixa implícito o envolvimento do falante “eu”, a exemplo do que sucede com “nós”.

Maximamente indeterminada são as construções com verbo (intransitivo ou transitivo indireto) na terceira pessoa do singular acompanhados da partícula “se”, pois se podem referir a todas as pessoas do discurso, sem, no entanto, deixarem determinado o envolvimento de determinada pessoa, a exemplo da inclusão do falante (“eu”), nos exemplos acima. Neves,

entretanto, defende a idéia de que com verbos transitivos diretos, a companhia da partícula “se” indica voz passiva sintética, no que está em conformidade com as análises tradicionais. Outro recurso de indeterminação que ela cita, mais comum no registro popular, é o uso do verbo conjugado na terceira pessoa do singular, sem a partícula “se”, como neste exemplo que ela dá: “*Lá tira título de eleitor*”, o que, num registro culto, seria “*lá se tira título de eleitor*”. Ao contrário de Câmara Jr, ela não vê aí impessoalidade, mas sim indeterminação do sujeito.

Outro recurso de indeterminação do sujeito que Neves traz é o uso de sintagmas nominais, cujo núcleo é um substantivo, como por exemplo, o sintagma “a pessoa”, o qual não figura apenas em registro popular, mas também em textos escritos. Ressalta, outrossim, que se podem combinar o uso de sintagmas nominais com o de pronomes, ambos em referência genérica, para indeterminar o sujeito, como no exemplo: “*Você tem de chegar cuidadoso, ver sem ser visto; a pessoa não pode descobri-lo*”.

Embora, no que tange a questão da passiva sintética, Neves repita o discurso tradicional, nota-se que nas suas análises há uma forte ruptura com o esquema tradicional de classificação do sujeito, uma vez que considera sujeito indeterminado aquele que é expresso formalmente na oração através de um pronome de tratamento. Basta que recordemos a posição de Henriques (2003), que considera mutuamente exclusivas as classificações simples e indeterminado para o sujeito, ou seja, o sujeito formalmente (sintaticamente) expresso não poderia ser indeterminado.

Se, à análise de Neves, juntarmos os subsídios que as funções de linguagem de Roman Jakobson nos fornecem, podemos relacionar os graus de indeterminação com determinada 'intenção' discursiva (ou estilística) do enunciador.

A função fática apenas testa o canal. Nela não se querem transmitir ideias, apenas se quer certificar-se da viabilidade da comunicação. Portanto, a indeterminação do sujeito ou do agente, por si, não é tão relevante nessa função.

Na função metalinguística o foco está no código. Nessa função pode-se usar a língua para falar de si mesma; os significados das próprias estruturas linguísticas ganham relevância.

As funções emotiva e conativa estão no mesmo patamar no que se refere à indeterminação do sujeito ou do agente. Ambas se prestam a essa construção; a diferença entre elas está na centralização no emissor ou no receptor.

As funções Referencial e Poética são as que mais força dão, em potencial, à indeterminação do sujeito. A função referencial, centrada na informação a transmitir, ou a receber, na objetividade, na clareza, dá grande força a indeterminação do sujeito, com o apagamento máximo dos agentes. A função poética, centrada na mensagem, permite também,

a máxima indeterminação (bem como a máxima determinação) do sujeito, à critério dos propósitos estilísticos do eu-lírico.

5.5 Conclusão

Dessa sorte, supomos, em princípio, que a força da indeterminação do sujeito seria crescente na seguinte escala, composta de quatro níveis :

1. Função fática
2. Função metalinguística
3. Função emotiva/função conativa
4. Função poética/função referencial.

6. LINGUÍSTICA COGNITIVA E INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

6.1 Introdução

Neste capítulo, analisaremos os processos de indeterminação do sujeito/ do agente em Língua Portuguesa com base em fundamentos da Linguística Cognitiva. Recorreremos não só às Gramáticas Escolares, mas principalmente a estudos em Linguística acerca dessa construção. Interessa-nos não apenas a visão das ciências cognitivas, mas também as contribuições que possam dar ao Ensino da Língua Portuguesa.

Cuidaremos em analisar a ocorrência dessa estrutura considerando que as **estruturas gramaticais** têm íntima relação com o **uso** e com o **significado** (pressupostos básicos da Linguística Cognitiva). Assim, procuraremos analisar qual o significado da indeterminação do sujeito/ do agente, bem como o significado de se escolher uma forma específica de indeterminá-lo. Trata-se, por conseguinte de uma análise da interface sintaxe-semântica.

6.2. Fundamentos teóricos

A Linguística Cognitiva não é um “movimento unificado”. Contudo, os estudos desses 'paradigma' tem alguns pressupostos: (A) a linguagem não é algo à parte na cognição, mas antes é parte integrante da cognição (distintamente da 'modularidade' do Gerativismo); (B) processos sócio-interacionais e culturais influenciam a própria organização das línguas; (C) a linguagem deve ser estudada em seu uso e em seu contexto de conceptualização, categorização e processamento. (Silva,2002).

A Linguística Cognitiva não considera a língua como “autônoma”, isto é, não considera a existência da “faculdade da linguagem” gerativista, segundo a qual há um módulo específico para a linguagem; para a Linguística Cognitiva, a linguagem é mais um dos recursos da cognição humana, relacionado aos demais. Outrossim, não se pode falar em 'autonomia' da linguagem dentro da linguística cognitiva pelo fato de ela não estudar a língua em si mesma (ao contrário de escolas estruturalistas e gerativistas).

É indiscutível, contudo, que a linguagem ocupa posição de destaque dentro da cognição humana. Sem a ‘tecnologia’ da linguagem não teríamos recursos para interpretar a realidade, tal qual fazemos. Azeredo (2008) protesta a existência do Homo Lóquens, termo mais enfático para caracterizar o ser humano do ‘homo sapiens’.

Porém, assim como a linguagem permite que interpretemos a realidade, que façamos

leituras do mundo e do 'real', a própria realidade, as relações entre indivíduos, etc. podem influenciar, a seu turno, a linguagem. Trata-se de uma 'via de mão dupla'.

Por conseguinte, utilizar subsídios da linguística cognitiva significa sair de uma análise estritamente lógica, formal, computacional da linguagem; significa atentar para o fato de que as estruturas sintáticas em si estão relacionadas ao uso que delas se faz e ao contexto 'social' em que são produzidas (os processos sócio-interacionais e culturais citados acima) e ao 'contexto de conceptualização' (os processos cognitivos que ocorrem na mente do falante).

Por exemplo, em se tratando de “conteúdo conceitual” (cf. Langacker) podemos dizer que “João foi intimado” e “Intimaram João” são correspondentes, encerram um mesmo “evento no mundo”. Contudo, há diferenças no uso de cada uma delas, determinadas pela voz verbal (ativa ou passiva). Para Langacker apud Silva (2002) haveria distinção entre trajetor e marco. O trajetor seria o sujeito; o marco, seria o objeto. O marco é como um plano de fundo; o trajetor é o elemento de maior proeminência. No caso, conforme se queira dar maior proeminência a um elemento ou a outro, muda-se o seu papel ‘temático’, o que se faz através de um procedimento gramatical: a mudança de voz. Por consequência, a análise da estrutura da oração mostra-se mais produtiva (principalmente em se falando de ensino) quando se abordam questões de significação: “interface sintático -semântica” (Franchi, 2006).

Uma forma mais didática de encarar o problema seria recorrer à 'gramática de casos', da qual Filmore é um dos maiores expoentes. Relacionar papéis sintáticos com papéis semânticos leva o aluno a compreender melhor tanto um quanto o outro. Isso se deve ao princípio de que a linguagem é um sistema integrado forma-significado, em que a forma, o significado e o uso estão constantemente associados para permitir-nos uma categorização do real.

Gasser (2006) cita os papéis semânticos principais e suas definições prototípicas. Eilos: agente, paciente, experienciador, possuidor, tema, causador, fonte/origem/meta, recipiente, instrumento, beneficiário, localização/tempo.

Um dos fundamentos da linguística cognitiva é a noção de protótipos. Essa noção faz com que extraiamos “traços” caracterizadores de determinado conceito. Há protótipos de animais, de objetos, de temperamentos, etc. Enfim, para todos os conceitos que existem, há protótipos que os identificam. O mesmo sucede com as construções gramaticais. As noções de sujeito, sujeito indeterminado, predicado, objeto direto, e as demais possuem também seus protótipos.

No nosso trabalho, interessa especificamente a indeterminação do sujeito/ do agente. Sobre esse assunto, Pontes (1986) considera os traços que constituem prototipicamente o

sujeito, qual seja, o que permite se reconheça o sujeito em uma oração: posição inicial e papel temático de agente.

No que se refere ao Ensino, temos como base que o ensinar da língua portuguesa, bem como de qualquer outra língua materna, deva basear-se nos textos. O ensino deve dizer respeito à realidade do aluno, fazer-lhe sentido, ser-lhe útil, ter-lhe aplicações práticas. Falar de Gramática em termos abstratos, técnicos, não interessa certamente ao alunado, pelo menos à maioria. Contudo, deve-se refletir sobre a própria língua. A Gramática deve ser ensinada ao aluno aplicada à sua realidade, isto é, nos textos. Outrossim, não é necessário dar ao aluno conceitos prontos e acabados (sujeito é isso, predicado é aquilo) conceitos baseados numa visão clássica de conceito (“condições necessárias e suficientes”). Essa forma deve ser substituída pela noção de protótipos, que os estudos cognitivos clarearam e aprofundaram.

Contudo, a noção de protótipos requer vivência, compreensão, raciocínio crítico e autônomo, abstração, coisas às quais a escola é pouco afeita. O ideal não é, na escola, rotular artificialmente construções gramaticais, mas reconhecer-lhes os traços caracterizadores e sua significação no contexto de uso concreto.

7. CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO: O DIALOGISMO, A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

7.1. Introdução.

Neste capítulo, analisaremos como o conceito bakhtiniano de dialogismo é importante para uma compreensão mais ampla de linguagem e, por conseguinte, para um Ensino mais reflexivo da Língua Portuguesa.

Ao lado do conceito de dialogismo, analisaremos outros conceitos-chave em Bakhtin, como polifonia, compreensão responsiva ativa e gêneros. Nosso objetivo é vincular esses conceitos às estruturas de língua portuguesa conhecidas como ‘sujeito indeterminado’, expandindo a análise para outras estruturas de indeterminação (dos papéis temáticos).

Em Bakhtin, encontramos uma compreensão de linguagem que considera a interação social, a presença do outro no discurso, a presença de um “tu”, no discurso do “eu”. A análise bakhtiniana distingue-se da de Saussure por não analisar a língua apenas do ponto de vista estrutural, do sistema. Bakhtin não nega (cf. Fiorin, 2006) o estudo do sistema, como muitos insistem em dizer. Não; o estudo das unidades da língua é importante, contudo, o estudo da linguagem não se lhe deve limitar. Bakhtin visa ao estudo do funcionamento real de linguagem, isto é, visa ao estudo da produção de enunciados, que são a unidade do discurso.

Dentro de sua visão de discurso, Bakhtin tem como pressuposto fundamental, como premissa, que um discurso nunca é ‘autônomo’, que um discurso sempre se liga a outros, produzidos e ainda por produzir. E essa relação dos enunciados entre si faz com que vozes de outrem entrem do enunciado. Daí, temos o conceito de polifonia.

“O ato de falar é sobretudo um ato de repetir” (cf. Azeredo). Não há como diz Bakhtin, um discurso totalmente inovador, totalmente original; tal discurso, conforme Bakhtin, só seria atribuível ao Adão mítico (no mito bíblico, Adão seria o primeiro homem, não tendo recebido de nenhum outro ser humano “contribuições” para seu discurso).

A polifonia faz-se presente em todos os discursos. Todo discurso é, por assim dizer, uma sorte de resposta a outros discursos proferidos alhures por outrem. Quando alguém diz “O Brasil é uma nação sem personalidade”, está posicionando-se contra uma voz que teria dito “O Brasil é uma nação com personalidade”.

Antes de aprofundarmos a discussão, é importante esclarecer, brevemente, os conceitos de “enunciado”, “unidades do discurso”, “unidades da língua”, “polifonia”, “gêneros”, fundamentais numa perspectiva bakhtiniana de análise.

7.2. O Conceito de enunciado.

É importante detalhar, a princípio, o conceito bakhtiniano de ‘enunciado’. Segundo Fiorin (2006, p.20) afirma, para Bakhtin, “os enunciados são as unidades reais da comunicação (...) são irrepetíveis, uma vez que são acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação próprios”.

Tal comentário resume o que se encontra no Adendo “ O enunciado como Unidade da comunicação discursiva”, na “Estética da Criação Verbal”, de Bakhtin.

Bakhtin (2003, p. 270 -335) tece valiosas observações acerca da “real unidade da comunicação discursiva – o enunciado” (cf. Bakhtin, 2003, p.274). Inicialmente, o filósofo russo procura distinguir as unidades da língua (do sistema linguístico) das unidades do discurso.

Sua primeira crítica às teorias linguísticas então vigentes (Bakhtin, 2003, p. 271), inspiradas muitas delas no Cours de Saussure, se baseia no que chama de “ficções científicas” da linguística, como os conceitos de “ouvinte” e de “entendedor” (ou receptor, no esquema saussureano).

Sem desmerecer o Mestre de Genebra, Bakhtin mostra o quão ficcional é atribuir ao suposto receptor um papel totalmente passivo na comunicação. Na verdade, esse esquema ‘ficcional’ desconsidera a interação entre aqueles que dialogam; o ‘emissor’ não é o único personagem ativo, nem seu enunciado é independente do ‘outro’, do ‘receptor’. Ao contrário, seu enunciado visa a provocar uma resposta no outro (ver. conceito de dialogismo e de responsividade). Da mesma forma, o ouvinte assume uma posição responsiva ativa perante o enunciado que se lhe dirige: pode concordar, discordar, completá-lo, etc. “Toda compreensão é prehe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (Cf. Bakhtin, 2003, p.271)

Com tal observação, Bakhtin introduz o conceito de responsividade: todo enunciado requer uma resposta e, segundo ele, “para o homem, não existe nada mais terrível que a irresponsividade” (Bakhtin, 2003, p.333). Ou seja, o homem, com seu caráter social, histórico, não pode prescindir do ‘outro’ em seu discurso. O discurso não é, por natureza, monológico; o discurso pressupõe e necessita da responsividade, a saber, precisa de uma ‘resposta’.

Na continuidade de sua análise acerca do real funcionamento da linguagem, Bakhtin (2003, pp. 279-282) enumera as peculiaridades do enunciado, isto é, fatores que o caracterizam como enunciado:

A alternância dos sujeito do discurso;

A conclusibilidade; e

Os gêneros do discurso

O item (A) – alternância do sujeitos – se caracteriza pela rigorosa delimitação de enunciado em relação aos demais. Como se sabe, segundo Bakhtin, um enunciado sempre se constroi em relação a outros. Todavia, cada enunciado é claramente delimitado dos demais enunciados, sendo essa propriedade uma das que o caracterizam como um enunciado. Cada enunciado tem marcado o seu início e o seu final. A despeito de se vincular a enunciados anteriores, é distinto deles; a despeito de visar provocar a responsividade, é distinto dos enunciados que deflagra como resposta e ele.

O item (B) – a conclusibilidade – refere-se à noção de concluído. Tal peculiaridade liga-se à alternância dos sujeitos. “A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos; essa alternância pode ocorrer porque o falante disse (ou escreveu) tudo o que quis dizer sob dadas condições.” (Bakhtin, 2003, p.280).

Efetivamente, o primeiro critério apontado pelo filósofo para caracterizar a conclusibilidade é a possibilidade de “*responder a ele*”. Isso caracteriza a “*inteireza do enunciado*”. (idem).

A inteireza do enunciado é que possibilita a possibilidade de se responder a ele, ou seja, a compreensão responsiva. São três os elementos que determinam essa inteireza:

(B1) exauribilidade do objeto e do sentido;

(B2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante;

(B3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento.

O item B1 refere-se a conclusibilidade do tema do enunciado. Essa conclusibilidade é muito variável. Pode-se tê-la quase plenamente (como em pedidos, em ordens) ou apenas muito relativamente (como no campo da criação). O que determina essa exauribilidade é o item (B2), ou seja, “a intenção de discurso, ou vontade discursiva do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e suas fronteiras” (Cf. Bakhtin, 2003, p.281).

Segundo Bakhtin, esse ‘projeto’ do falante é percebido por seu ‘interlocutor’, ou, como diria Maingueneau, por seu “coenunciador” (Maingueneau, 2005, p.54).

Continuando a análise da conclusibilidade do enunciado, diz-nos Bakhtin:

Por isso os participantes imediatos da comunicação, que se orientam na situação e nos

enunciados antecedentes, abrangem fácil e rapidamente a intenção discursiva, a vontade do falante, e desde o início do discurso percebem o todo em desdobramento.(Bakhtin, 2003, p.282)

Tal asseveração de Bakhtin reafirma a não-passividade do ‘interlocutor’ ou ‘coenunciador’. Durante todo o enunciado, o ‘interlocutor’, o ‘ouvinte’ interage com o enunciado do outro, de sorte que percebe o propósito discursivo e a completude do discurso alheio.

Nada obstante, poder-se-ia questionar tal afirmação de Bakhtin, afirmando-se que se não pode ter acesso à mente e às ‘intenções’ do outro. Todavia, Bakhtin esclarece o tópico, retomando os itens (B3) e (C): os **gêneros do discurso** são o mecanismo que permite se reconheça os ‘propósitos discursivos’ do enunciador, pela relativa previsibilidade composicional: “A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na escolha de gênero do enunciado”(Bakhtin, 2003, p.282)

É certo que não há como falar de intenções e propósitos numa concepção de desejos, volições subjetivas do coenunciador. Porém, se consideramos a proposta bakhtiniana de gêneros do discurso, sociais, relativamente estáveis, podemos entender perfeitamente o mecanismo pelo qual o coenunciador ‘percebe’ o projeto discursivo e a conclusibilidade do enunciado. Não se trata de um mecanismo místico de adivinhação , mas sim de um mecanismo social: “Os gêneros são, pois, tipos de enunciados relativamente estáveis, caracterizados por um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo(...) O gênero estabelece, pois, uma interconexão da linguagem com a vida social”(Fiorin, 2006, p. 61).

Podemos dizer que um gênero determinado, conhecimento social, costuma veicular determinado conteúdo, determinado assunto, isto é, costuma possuir uma temática predominante. Fiorin (2006, p.62) cita, como exemplo de conteúdo temático das cartas de amor, as relações amorosas. Tal observação é importante, porque o gênero não é circunscrito a um dado assunto, mas a uma temática (sendo esta bem mais abrangente do que aquele).

No que tange a construção composicional do gênero, Fiorin (idem) define que é o modo de organização e estruturação textual. O autor exemplifica com o fato de uma carta ter, necessariamente de possuir elementos dêiticos que a ancorem no tempo, no espaço e na relação de interlocução (indicação de lugar, de data e nome de quem escreva a carta). Trata-se de embreantes (cf. Maingueneau, 2005, p.108). Contudo, há gêneros que não têm tamanha necessidade desses embreantes. Por exemplo, um tratado científico, que se arvora propriedades de ‘verdadeiro’ e ‘impessoal’. No entanto, essa menor necessidade dos embreantes é um traço que é caracterizador desse gênero.

Firoin (2006, p.62) ainda cita o “estilo”, como uma das propriedades do gênero discursivo. O estilo é por ele definido como “seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa no enunciado”. Mais uma vez se nota a não-passividade do interlocutor. Quanto ao estilo, vale ressaltar que pode ser íntimo, familiar, oficial, etc. Depende o estilo do contexto, das relações hierárquicas que eventualmente existam entre os coenunciadores, do ambiente em que se esteja, etc. Dessa sorte, em um cerimonial militar, a pompa, a extrema formalidade, o rigoroso respeito à hierarquia, a obrigação de aparentar uma postura disciplinada (física e moralmente) se impõe e desponta no discurso: que palavras usar, que entonação usar, etc.

É a partir desses dados que se pode “prever” o ‘propósito discursivo’ do coenunciador. Não se trata de partir das intenções do coenunciador para chegar a seu enunciado. Trata-se antes de, reconhecendo o gênero de que se utiliza, chegar às suas ‘intenções discursivas’. Ao tratar de determinado assunto, em determinado contexto, o enunciador escolhe determinado gênero – o que lhe pareça mais apropriado. Como os gêneros são de domínio coletivo, o seu coenunciador pode reconhecer o gênero de que se está utilizando e, a partir disso, ‘reconhecer’, como diz Bakhtin, os propósitos de seu coenunciador.

Ressalte-se, porém (cf. Fiorin, 2006, p. 63) que Bakhtin não visa catalogar todos os gêneros, suas peculiaridades, seus conteúdos temáticos, estrutura composicional, seu estilo. Bakhtin visa analisar a forma como se constroem, os contextos de produção deles.

A partir desses conceitos, podemos iniciar nossas reflexões acerca do conceito bakhtiniano de dialogismo, detendo-nos nele um pouco mais.

7.3. O Conceito de Dialogismo

Fiorin (2006) discorre sobre o conceito Bakhtiniano de dialogismo. Dialogismo “são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados” (Fiorin, p.19, 2006).

Para Bakhtin, é através da linguagem que temos “acesso à realidade”. A percepção de mundo é semiótica, mediada por signos lingüísticos.

Importa esclarecer que os objetos do mundo são-nos apresentados por meio de discursos, não havendo “neutralidade” neles. A neutralidade só é encontrável nas unidades da língua (ver item 4). Assim, ao pensarmos em “computador” como palavra (pertencente ao plano da língua) temos neutralidade. As palavras estão à disposição de todos, não pertencem a

ninguém. Contudo, se fizermos de “computador” um enunciado (por exemplo, “O computador é a marca dos tempos modernos”) ele passará a pertencer ao seu enunciador, passará a pertencer ao domínio do discurso e perde sua neutralidade.

Dessa forma, podemos analisar o enunciado acima, verificando que vozes perpassam por ele. Pode-se tratar de um discurso pró-informatização ou contra-informatização. Essas são vozes possíveis de tomar para si o enunciado “O computador é a marca dos tempos modernos”. São vozes sociais de que o sujeito se apropria.

Dessa forma, patenteiam-se a autonomia do sujeito, a heteroglossia e o dialogismo (cf. Fiorin, p.28, 2006). O sujeito bakhtiniano não é totalmente passivo, assujeitado aos discursos que circulam na sociedade. Embora a maioria das opiniões individuais sejam sociais (Ibidem, 27), os indivíduos, por suas ideologias, por suas vivências, por suas individualidades historicamente constituídas, podem assumir uma postura crítica, negando ou reafirmando os valores que circulam socialmente. Acresce ainda que a sociedade é heterogênea, constituída por classes distintas, não havendo consenso, unanimidade, perfeita concordância universal de crenças, valores e ideias.

Por conseguinte, sobre um mesmo conceito (por exemplo, “computador”) podem circular inúmeros discursos, cada qual com valores próprios, podendo chocar-se uns contra os outros, negar-se, reafirmar-se, etc. Assim, a partir dessa multiplicidade de discursos, forma o indivíduo sua visão de mundo, seus conceitos. Dá-se, aí, a influência do social sobre o individual: indivíduo constituído historicamente.

Entretanto, se os conceitos que circulam, os discursos, os enunciados estão impregnados de ideologias, o mesmo não se dá com as unidades da língua. Por unidades da língua podemos compreender os morfemas, os fonemas, os sintagmas, etc. Tais unidades do sistema lingüístico são neutras, pois não pertencem a ninguém em particular, mas a todos da comunidade lingüística. “Computador”, enquanto unidade da língua, é um substantivo comum, singular, masculino, por exemplo. Se quisermos seu plural, em português, deveremos acrescentar-lhe um “s”, morfema de número plural, precedido por uma vogal epentética /E/. O uso desses recursos comumente chamados de “gramaticais” não é dependente dos discursos que se façam a partir das palavras que eles formem.

No caso de “computador”, não como unidade da língua, mas como unidade do discurso, como enunciado, isto é, portador de um sentido, é inegável que haja por trás de si toda uma sorte de ideias acerca desse conceito. Ao se fazer de “computador” um enunciado, estar-se-á, necessariamente, veiculando conteúdos subjacentes; poder-se-á veicular a noção positiva da era da informação e das comunicações, de ferramenta imprescindível da era

moderna, dos tempos atuais. Contudo, poder-se-ia também associar-lhe a ideia pejorativa, negativa, de aprisionamento e acomodação do homem às máquinas.

Tal distinção entre unidades do discurso (os enunciados) e unidades da língua mereceu grande atenção de Fiorin em sua *Introdução ao Pensamento de Bakhtin*. Primeiramente, Fiorin cita o conceito de translinguística, traduzido, de ordinário, por metalinguística. Por influência talvez do conceito jakobsoniano de “funções da linguagem”, pensou-se em estudo das unidades da língua. Todavia, translinguística, para Fiorin seria uma noção bakhtiniana de estudar não o uso potencial da língua, mas sim seu uso real.

Dessa sorte, podemos dizer que os estudos por assim dizer gramaticais, tratam das unidades potenciais da língua (os morfemas, as combinações sintáticas, etc.). Já a translinguística estudaria a materialização dessas unidades da língua em situações concretas de discurso, produzindo enunciados, veiculando sentidos, promovendo a interação social, isto é, participando do mecanismo dialógico.

O conceito de dialogismo mostra-se com toda a sua força em Bakhtin. Um enunciado nunca é totalmente original. Só o “Adão mítico” teria tido um discurso totalmente autêntico. Nós outros, seres não-míticos, concretos, que interagimos, desde o nosso aparecimento até nossa extinção, com outros homens, temos nossos atos concretos de linguagem, nos enunciados baseados em enunciados já produzidos e por serem produzidos.

A primeira condição acima exposta para o estabelecimento dos enunciados é se basearem eles em enunciados de outros que já foram produzidos, que já circularam e/ou ainda circulam. Um exemplo atual, podemos obter com a atual “Operação Lei Seca” que, alega-se, possui o objetivo de reduzir o índice de acidentes de trânsito causados pela “mistura álcool e direção”. Note-se que “Lei Seca” é permeado de polifonia. Há uma Lei Eleitoral, a ser decretada nas vésperas das eleições, à critério da autoridade eleitoral competente, que proíbe o consumo e/ou a venda de bebidas alcoólicas. O termo “Operação” é polifônico com as diversas operações policiais .

Ora, inúmeros carros há que circulam pela Cidade do Rio de Janeiro com um adesivo de proporções relativamente grandes com os dizeres “Operação Lei Seca. Eu Apoio.”(ONG trânsito amigo). Dialogando com esse cartaz, reforçando-o, porém, com uma complementação nada ingênua, podemos observar em ônibus desta cidade: “Operação Lei Seca. Vá de Ônibus”. Nos trens, vê-se o mesmo adesivo, em proporções muito maiores, “Operação Lei Seca. Vá de Trem.”. Nos táxis, vemos : “Operação Lei Seca. Vá de Táxi”. Observe-se que há um nítido diálogo entre estes textos. Eles dialogam entre si. Todos convergem, concordam em pelo menos um ponto: a apologia à chamada “Operação Lei Seca”.

Não obstante, apesar da convergência quanto o apoio à “Operação Lei Seca”, surgem sutis divergências na forma de apoiar a operação. O primeiro caso citado (cartaz da Ong em carros de passeio) manifesta seu apoio à operação. É como se o motorista do carro em que está colado o adesivo (ou seu proprietário) assumisse uma postura ativa pró-operação. Já os meios de transporte (ônibus, trem e táxi) deixam implícito seu apoio, apontando como uma solução para a interdição de dirigir após o consumo de álcool os seus serviços.

Se se trata de uma polifonia com o cartaz da Ong, não deixa de ser com o de uma antiga campanha “Se for beber, não dirija. Se for dirigir, não beba”. Contudo, os meios de transporte referido aproveitam a oportunidade para se colocarem como opção (ou como A opção) para se poder beber tranquilamente.

Cabe, ainda, observar o superdestinatário, outro conceito assaz relevante na análise bakhtiniana. O superdestinatário (super: posição superior; superdestinatário é um que tenha uma certa proeminência, uma certa superioridade) é uma referência, consciente ou inconsciente, em que qualquer enunciador se baseia para produzir seus discursos. Quer que ele tenha uma compreensão responsiva perante seu enunciado; e que essa compreensão responsiva aprove seu enunciado. O superdestinatário varia espacial, social e temporalmente. Cada sociedade, com seus hábitos e valores, materializados em seus discursos, possui seus superdestinatários. Fiorin (p.27) enumera alguns: a Igreja, a “correção política”, a ciência, o partido, etc. No caso do nosso exemplo, temos como um dos possíveis superdestinatários a “Correção Política”. Dessa forma, ao se ler o dito adesivo, poder-se-á relacionar ao condutor ou proprietário do veículo (ou dono da frota de ônibus, trens ou táxis) a noção de cidadão responsável, cômico de seus deveres para com a sociedade, consciente dos “perigos” de dirigir sob efeito de álcool, cumpridor das leis.

Outro superdestinatário é o próprio Poder Público que organiza e promove a “Operação Lei Seca”. É uma forma de se “enquadrar”, mostrar-se ao lado da “Lei e da Ordem”.

Este apoio é, no dizer bakhtiniano (cf. Fiorin, 2006), um discurso centrípeto. Todo discurso se estabelece no seio da sociedade; ora, como ela é composta por jogos de poder, por relações de poder entre “classes” e membros, há uma hierarquia nela. Todo discurso que se pretenda centralizador, unificador, conformador, está permeado dessas forças centrípetas. Da mesma forma, todo o discurso que se rebela, que questiona de alguma forma o poder dominante, que põe em xeque a opinião da maioria, que segue por caminhos outros que não os “oficiais” está permeado de uma força centrífuga.

Um exemplo de força centrífuga, ainda em polifonia com o cartaz de apoio à Operação

Lei Seca é o seguinte, encontrado em alguns (não poucos) carros: “Operação Asfalto Liso. Eu Apoio.”. A polifonia com o cartaz de apoio à Lei Seca é nítida na própria estrutura do enunciado. É uma espécie de paródia do outro adesivo, pois que lhe contesta o conteúdo, utilizando-se de uma estrutura formal bem semelhante (cf. Fiorin, 2006, p.42). O conhecimento de mundo dos habitantes da Cidade do Rio de Janeiro torna público e notório que muitas vias da cidade estão em péssimas condições de conservação. Falta de sinalização, pistas escorregadias, irregulares, bueiros sem tampa, inúmeras crateras “lunares” no asfalto, etc. O caso dos “buracos” é o mais comum e que mais indigna a população. Fala-se muito: “pagamos os impostos (IPVA) e as ruas continuam esburacadas”; “Cadê o dinheiro do meu IPVA?” Dessa sorte, a “Operação Asfalto Liso” é uma crítica ao descaso de nossas autoridades, à sua negligência. É como se o enunciador desse segundo tipo de adesivo dissesse: “em vez de só fiscalizarem os motoristas beberrões, fiscalizem também as condições dos pavimentos”.

Ora, esse discurso constrói-se em oposição ao outro. Em momento algum, é bem verdade, diz que a “Operação Lei Seca” é errada. Apenas diz que há outras urgências, outras necessidades. É um discurso de resistência: não basta fiscalizar o povo e punir o transgressor, pois esse mesmo Estado que fiscaliza, transgride a Lei, ao não dar boas condições de circulação – o que também atenta contra a vida. Esse discurso de resistência ao discurso oficial, do Poder Público, da “Correção Política” é permeado de forças centrífugas, descentralizadoras.

Analisando-se os três conceitos bakhtinianos de dialogismo (cf. Fiorin, 2006) podemos dizer que todos perpassam pelo exemplo acima. Vejamos cada um deles.

O primeiro conceito de dialogismo que Fiorin aborda é o que chama ele de “dialogismo constitutivo”. Tal dialogismo se caracteriza pelo fato de as diversas vozes que constituem determinado discurso não vêm à tona, ficam subjacentes ao discurso. Trata-se da relação que todo discurso tem em relação a outros discursos. No caso do primeiro grupo de adesivos, temos discursos subjacentes, tais como, “é importante seguir a lei”, “ não se deve dirigir e beber em seguida”; “eu apoio a lei, porque sou um cidadão de bem”, etc. Já no segundo adesivo, temos as vozes subjacentes de rebeldia, de contestação do poder, ou mesmo de uma posição crítica contra os aparelhos repressores do Estado.

O segundo conceito de dialogismo que Fiorin traz é o que se pode chamar de um dialogismo composicional. A noção de composicional é oriunda do fato de o enunciador incorporar em seu discurso, de forma nítida, a fala de outro enunciador. “São maneiras externas e visíveis de mostrar outras vozes no discurso” (Fiorin, p. 32, 2006).

Para Bakhtin, o dialogismo composicional é de concepção estreita, pois que o dialogismo vai mais além das formas composicionais. O dialogismo é da própria natureza da linguagem. Todos os enunciados são dialógicos. Há, ainda segundo Bakhtin, dois modos de incorporar de forma mais nítida, o discurso do outro no próprio enunciado: o discurso objetivado e o discurso “bivocal”.

O discurso objetivado cita de forma explícita o discurso alheio, demarcando-o, separando do discurso citante o discurso alheio; o enunciador cita outra voz em seu discurso, mas delimita-a. Poder-se-ia exemplificar esse tipo de discurso com os conhecidos “discurso direto” e “discurso indireto, uso de aspas e negação (cf. Fiorin, pp. 33-38, 2006).

O discurso “bivocal” ou discurso alheio não-demarcado (Ibidem 38 et seq.) não apresenta, como se pode inferir, fronteira demarcada entre a voz do enunciador e a voz que se cita. Nesse tipo de discurso, as duas vozes se misturam, posto que se possam distinguir. Daí o chamar-se “bivocal” (duas vozes). Os recursos que Fiorin declina, a exemplificar tal tipo de discurso são o conhecido discurso indireto livre, a polêmica clara, a polêmica velada, a paródia e a estilização.

No nosso exemplo acima, dos adesivos acerca da Operação Lei Seca, notamos claramente uma polêmica velada entre os dois grupos de adesivos. O adesivo da “Operação Asfalto Liso” institui uma polêmica (isto é, contradiz) o adesivo da “Operação Lei Seca”. Note-se, todavia, que não diz ser inválida a operação Lei Seca; mas induz a pensar que é uma manobra política, espalhafatosa, para chamar a atenção e dar uma satisfação à sociedade; dessa maneira, polemiza com a validade de se fazer uma operação de fiscalização do uso de álcool antes de cuidar das condições de segurança da via.

Fiorin (ibidem, p.55 et seq.) discorre acerca do que chama de terceiro conceito de dialogismo. Tal acepção de dialogismo aborda as múltiplas vozes que compõem a consciência do sujeito. Tal conceito baseia-se no fato de que o homem age em relação aos outros.

Interessante também notar que a sociedade é heterogênea. Há várias vozes, muitas delas em flagrante contradição, a circular pela sociedade. O sujeito, em sua consciência, assimila essa multiplicidade de vozes em sua consciência. Isso confere incompletude ao homem.

A consciência do sujeito é sociossemiótica. Ele incorpora ao longo de suas vivências inúmeras vozes. Ora são vozes de autoridade, de adesão incondicional, centralizadoras, centrípetas; ora são vozes “persuasivas”, que não se colocam como absolutas, mas como relativas, como uma versão, não como um fato, não como uma “verdade”. Estas últimas são centrífugas, permeáveis, abertas à mudanças, à reformulações por influência de outras vozes.

Se predominam as vozes centrípetas, a consciência será monológica, ptolomaica (O mundo é inerte e centro do universo; as coisas são; a Verdade é). Se, entretanto, predominam as vozes centrífugas a consciência será dialógica, galileana (O mundo é dinâmico, move-se, as coisas mudam, as verdades podem mudar).

Para além das noções de galileano e ptolomaico que Fiorin bem elucida, Bakhtin (2003, p.332) analisa sob um perspectiva da “Teoria Quântica” a relação que se estabelece no enunciado:

(...) O entendedor (inclusive o pesquisador) se torna participante do diálogo ainda que seja em um nível especial(...) Analogia com a inclusão do experimentador no sistema experimental (como parte dele) ou do observador no mundo observável da microfísica (a teoria quântica). Um observador não tem posição *fora* do mundo observado, e sua observação integra como componente o objeto observado (...) Isto se refere inteiramente aos enunciados plenos e às relações entre eles. Eles não podem ser entendidos de fora.

Assim, ficam sucintamente enumerados alguns dos principais conceitos bakhtinianos, como polifonia, gêneros do discurso, enunciado, unidades da língua. A partir dessas noções partiremos para breve análise de nosso corpus, considerando sempre o enunciado como real unidade de comunicação.

7.4 A distinção entre unidades do discurso e unidades da língua : enunciados *versus* orações.

Merece destaque este item: a oposição entre enunciados e orações. Já citamos alhures, com base em Firoin (2006), a distinção entre unidades da língua e unidades do discurso. Na ocasião, declinamos a noção bakhtiniana de que as unidades da língua não possuem sentido, só significação, e que não são propriedades de ninguém. Já os enunciados, unidades do discurso, possuem sentido e possuem também um “proprietário” – o seu enunciador.

Para o estudo de Língua Portuguesa e de suas orações, de sua sintaxe, enfim, é muito relevante esta distinção proposta por Bakhtin. Normalmente, as gramáticas (principalmente as escolares) oferecem exemplos descontextualizados de orações subordinadas, de apostos enumerativos, de sujeitos indeterminados, de predicativos do objeto, etc.

Trata-se a análise da língua sob a premissa de que a oração é o nível máximo de análise. Todavia, como nos assevera Bakhtin, a oração é uma unidade da língua, não uma unidade do discurso. Uma oração tem significado, não sentido (a exemplo de todas as demais unidades da língua) (Bakhtin, 2003, p.287).

Observemos atentamente o comentário de Bakhtin acerca da distinção oração versus enunciado:

A oração enquanto unidade da língua é desprovida da capacidade de determinar imediata e ativamente a posição do falante. Só depois de tornar-se um enunciado pleno, uma oração adquire essa capacidade(...) completada por uma série de elementos muito substanciais de índole não-gramatical, que lhe modificam a natureza pela raiz. E é essa circunstância que serve de causa a uma aberração sintática especial: ao analisar-se uma oração isolada, destacada do contexto, intenta-se promovê-la a um enunciado pleno(...) ela atinge o grau de conclusibilidade que lhe permite suscitar resposta (Bakhtin, 2003, p.287)

Por conseguinte, ao se analisarem orações, em se pretendendo instituir uma postura dialógica na análise gramatical, não devemos trabalhar com orações soltas, mas sim, contextualizá-las, de forma a se tornarem enunciados, e não “aberrações sintáticas”. É indicado que o ensino da língua trabalhe com enunciados, pois estes produzem compreensões responsivas; as orações, não, pois são apenas estruturas da língua.

Outrossim, a oração não representa um todo, ou seja, não tem conclusibilidade, não delimita a alternância dos sujeitos e não suscita resposta.

7.5. Processos de indeterminação do sujeito em português.

Recordemos a noção de indeterminação do sujeito. Em consulta a alguns dos principais tratados de gramática em língua portuguesa (Bechara, 2006; Azeredo, 2008; Macedo; Neves, 2000), notamos que a ideia de indeterminação do sujeito liga-se a um enunciado em que não se explicita a identidade do agente que pratica a ação, ou por não se querer, ou por não ser relevante, ou mesmo por ignorância.

No entanto, como sucede em muitas gramáticas, a questão dialógica não é abordada. Numa visão bakhtiniana, um enunciado se constitui em relação a outro(s). As construções com indeterminação do sujeito não são apenas o “intuito” de ocultar a identidade desse agente. São uma resposta a outro enunciado em que se oculta ou se divulga essa identidade. É muito importante, mesmo nas gramáticas escolares, essa análise dialógica, trazendo para o discurso, para a concretização da linguagem, para o uso real da linguagem a questão da análise gramatical.

Explicitar que se trata de um enunciado que se constrói a partir de outro(s) amplia a própria condição do aluno em compreender melhor o funcionamento da linguagem. Não apenas analisar a estrutura, a relação entre os sintagmas. Analisá-las sim; mas analisá-las com vistas ao fato de que os sintagmas produzem orações que, ao serem apropriados (isto é,

produzidos) pelo falante, comparecem na produção de um todo, veículo real de comunicação, isto é, um enunciado.

Como já dito, ainda segundo Bakhtin, um enunciado, em relação a outro sempre, não só responde outro enunciado; visa a que outros enunciados surjam a partir de si. Um enunciado não é apenas uma unidade passiva, responsiva. Ele visa a que outros enunciados venham respondê-lo, seja afirmando-o, seja questionando-o, ou mesmo negando-o. Em suma, o enunciado quer que se produza uma compreensão responsiva ativa.

Por compreensão responsiva ativa, entende-se, em análise bakhtiniana, o efeito que enunciado visa de fomentar a produção de outros enunciados que lhe venham responder, que continuem sua temática de alguma forma.

No caso de indeterminação do sujeito, podemos analisar em cada caso dos selecionados acima, com que possíveis enunciados já produzidos ele se refere, ou os possíveis enunciados que venha deflagrar, através do processo de compreensão responsiva ativa.

O primeiro caso que vamos analisar é o da indeterminação com a terceira pessoa do plural (item A). Esse tipo de indeterminação (cf. Azeredo, 2009) é típico de uma estrutura de denúncia. Um mecanismo de denúncia é, necessariamente, dialógico. Denunciar algo ou alguém, é referir-se a outros enunciados, que expressem determinada conduta, determinado acontecimento.

Todavia, não é um mecanismo exclusivo de denúncia. Pode-se, perfeitamente, dizer: “Estão te chamando lá fora”. Pode tratar-se de uma simples constatação, de um aviso sem qualquer denúncia. Contudo, como qualquer enunciado, há polifonia. Este enunciado é deflagrado pelo ‘chamamento’ feito ao portão.

No que se refere ao fato de um enunciado visar a produção de outros, temos que, ao fazer a denúncia, ou a simples observação de uma fato, quer-se que um co-enunciador “responda”, seja produzindo um outro enunciado, seja tendo determinado comportamento (por exemplo, atender –ou não- o chamado ao portão).

Quando esse tipo de construção se dá como mecanismo de denúncia, o dialogismo vem à tona com toda a sua força, tornando-se claro, patente. Se se denuncia algo ou a conduta de alguém, está-se fazendo referência explícita a outros discursos. Exemplifiquemos com a seguinte construção: “Tomaram minha cerveja”. Consideremos que esse enunciado tenha sido produzido por alguém que deixou sua cerveja na geladeira e, ao ir procurá-la, não a encontra. Denuncia o ‘desaparecimento’, já emitindo um juízo de crítica (é implícita a crítica aos que a beberam, sem seu prévio consentimento). Outro exemplo que se poderia dar, relativamente comum em turmas de Escolas Municipais, é: “Professor, roubaram minha caneta”. Aqui o tom

de denúncia é altamente marcado. Mais do que comunicar a perda de sua caneta, o aluno já acusa alguém de tê-la roubado. Na verdade, tratar-se-ia de furto, de uma apropriação indébita, às escondidas, segundo o discurso do aluno. Já em outros casos, há uma espécie de eufemismo “Minha caneta sumiu”.

Em todo caso, ao dizer que “tomaram minha cerveja” ou que “roubaram minha caneta”, está-se produzindo um enunciado que visa de outrem uma compreensão responsiva ativa. Quer-se que se diga quem bebeu a cerveja inadvertidamente; ou se está alertando para que tal não volte a suceder. Não se produz esse enunciado, em tom de denúncia, apenas pelo “prazer de produzir um enunciado”. O que se intenta é que haja uma resposta de outrem; quer-se que esse enunciado dê origem a outros enunciados. Por exemplo, Pode-se afixar na geladeira, se se tratar de ambiente coletivo (uma sala de professores, por exemplo), um aviso: “Favor não mexer nos produtos que não lhe pertençam”. Houve aí uma compreensão responsiva ativa, isto é, tomou-se uma atitude de sorte a combater a atitude condenável (mexer e consumir produtos alheios sem autorização devida).

No caso da denúncia da aluna ao professor, a compreensão responsiva ativa que ela espera é o professor cuidar em descobrir quem teria roubado, ou quem teria achado, encontrado a caneta. Em se confirmando o furto, espera-se uma postura enérgica do professor e da própria escola no sentido de assumir um discurso que ratifique os valores morais que norteiam a sociedade e devem ser fortalecidos, ensinados na escola: “Não se deve pegar os pertences dos colegas”; ou ainda “Roubar é feio, é errado, é crime, etc.”.

Vejamos uma “Carta de Leitor” extraída do Jornal O Dia, de 06/05/2009, p.18:

Ouvidoria é surda no Rio de Janeiro

Afirmam que a justiça é cega. Nem sempre se pode acreditar nisso, visto que aparentemente deve ter problemas de locomoção, em função de sua morosidade. Agora descobri que a Ouvidoria da Prefeitura do Rio também é surda. Fizemos diversas queixas sobre poluição ambiental causada por um restaurante em Padre Miguel e a poluição sonora oriunda de carros de som na mesma região, mas parece que o poder político e econômico determinam a surdez, deixando a população à própria sorte. É realmente lamentável. (Aridalton Pinto de Oliveira, Bangu).

Uma análise estritamente gramatical diria que se indetermina o sujeito do primeiro ‘período’ do texto, por meio da flexão verbal em terceira pessoa do plural. Todavia, se formos além, isto é, se partirmos desta válida e imprescindível observação gramatical, indo em direção às noções de enunciado e de dialogismo, faremos análise mais profícua. Por exemplo, notaremos o tom de denúncia que se supõe haver em muitos dos casos em que há essa indeterminação (não se está dizendo tratar-se de regra, mas de um fenômeno observável com frequência (ver Azeredo, 2008b). Contudo, esse tom de denúncia só é afiançável se

consideramos o todo, a saber, o enunciado. Outrossim, pode-se notar o dialogismo: esta carta dialoga com o silêncio da Ouvidoria. O fato de denunciar demonstra que espera responsividade daqueles que a leiam. Como se pode notar, não ficaríamos restritos à análise daquela oração com sujeito indeterminado, mas antes partiríamos dela para uma compreensão do texto: a análise gramatical é um meio e não um fim em si mesma.

Se as gramáticas escolares mostrassem nesse tipo de construção, um potencial da língua para, normalmente, denunciar determinadas situações, de modo que o enunciador não acuse a ninguém diretamente já se teria um ganho na análise da língua portuguesa. Não se ficaria num plano taxionômico estéril no Ensino. Far-se-ia refletir sobre o real funcionamento da linguagem. Contudo, se além de demonstrar esse recurso da construção, se fizesse o aluno compreender o diálogo deste enunciado com outros existentes, além de mostrar que ele visa a produzir outros enunciados com uma compreensão responsiva ativa, o ganho, inegavelmente, seria maior.

A razão para tal é bem simples: como diz Bakhtin (cf. Fiorin, 2006) o estudo das estruturas da língua é importante; mas não são suficientes – é necessário estudar o funcionamento real da linguagem, a saber, a produção de enunciados. Atualmente, preconiza-se o estudo da língua portuguesa com o fim de se formarem leitores e produtores de textos. Assim, dentro de um radicalismo, reduziu-se ao máximo o estudo das estruturas gramaticais e passou-se a fazer “interpretação” de textos. Todavia, essa ‘interpretação’ se dá, muitas vezes, num plano por demais intuitivo, sem o apoio de uma reflexão teórica prévia. Naturalmente, não se quer que alunos estudem a teoria bakhtiniana na escola, todos os seus conceitos filosóficos. Entretanto, podem perfeitamente analisar um texto procurando relacionar os enunciados (ou as ‘frases’) veiculados no texto, com outros enunciados, de outros textos, ou do mesmo do texto. Além disso, fazê-los notar que os enunciados (‘as frases’) procuram causar um efeito, não são feitas ao léu, à toa. Visam produzir outros enunciados que as respondam, seja as ratificando, ou as retificando, total ou parcialmente.

Esse exercício faria com que o aluno tivesse uma compreensão mais precisa da linguagem, que usa a cada instante da sua vida. Sucede, todavia, que a análise gramatical não deve ser abolida (Cf. Azeredo, 2008b, p. 257). Se ela não deve ser o centro da atividade em sala, deve ao menos ser subsídio para “interpretar-se” um texto.

Outro caso muito citado em nossas gramáticas como indeterminação do sujeito é o item (B), qual seja, a indeterminação com verbo na terceira do singular com o pronome “SE”. Como se sabe, as gramáticas escolares, em sua maioria normativistas, preconizam que só há indeterminação do sujeito, nesse tipo de construção, quando os verbos são transitivos

indiretos ou intransitivos. Segundo essa análise artificial e errônea, considera-se a existência de uma suposta voz passiva sintética, em havendo verbo transitivo direto.

Decididamente, a transitividade verbal não interfere na indeterminação, nesse caso. O artificialismo é tamanho que recorrem ao latim, para justificar tal artificialismo descritivo (cf. BAGNO, 2000). De positiva para nossa análise, só a polifonia do discurso dos gramáticos com o dos gramáticos latinos, embora alguns dos nossos se apropriem de forma sofismática desses discursos do passado, dado o anacronismo da comparação.

Podemos analisar todas as construções, com bastante segurança, como indeterminação do sujeito, independentemente da transitividade verbal. Vejamos alguns exemplos:

Em uma empresa de ônibus, afixa-se uma placa com o seguinte enunciado: “Precisa-se de mecânicos”;

Em uma conversa telefônica, um cidadão fluminense diz a seu amigo capixaba: “Vive-se perigosamente no Rio”;

Um médico, em depoimento lacônico diz: “Está-se morrendo de gripe suína”;

Placa de anúncio em um apartamento: “Vende-se este apartamento”;

Placa de anúncio em uma casa do subúrbio: “Vende-se pipas”;

Idem: “Vende-se sacolés”;

Idem: “Consertam-se geladeiras”.

Nos exemplos acima, de (1) a (3), há consenso dos gramáticos de que se trata de indeterminação do sujeito, pois sua condição da transitividade verbal está satisfeita. Nos exemplos de (4) a (7) há o que muitos gramáticos insistem em dizer que se trata de voz passiva sintética. Para eles, estes exemplos poderiam ser parafraseados da seguinte forma:

(4A) Este apartamento é vendido;

(5A) Pipas são vendidas;

(6A) Sacolés são vendidos;

(7A) Geladeiras são consertadas.

Os exemplos (4) e (7) estão conformes a norma culta, concordando-se o verbo com o pretense sujeito da “voz passiva sintética”. Já os itens (5) e (6) são tidos por “desvio” da norma padrão gramatical, pois que se comete o erro “crasso” de não se concordar o verbo com seu “sujeito”.

Convém assinalar, no entanto, que o sentimento do falante, do enunciador que se utiliza da língua portuguesa em situações concretas, reais, não considera a tal da voz passiva sintética. As construções como (7) são no mínimo incomuns. O normal é a não-realização da

concordância, por se considerar tal sujeito indeterminado.

Poderíamos limitar nossa investigação ao fato de que a gramática prescritiva determina certa estrutura e que os falantes da língua portuguesa, espontaneamente, não costumam usar. No entanto, há falantes que realizam a concordância como se a VPS existisse de fato.

Esse grupo de falantes é o daqueles que querem adequar a construção de seu enunciado à norma padrão, de sorte a obter status, aprovação, ou de não ridicularizado ou mesmo apenado (por exemplo, em uma prova). Situações de formalidade favorecem a VPS, mas não a determinam inexoravelmente. Note-se que, nesse grupo, a realização da concordância predomina no registro escrito; no oral, já não é tão comum a VPS.

Se nos recordarmos do conceito de superdestinatário, poderemos supor que a “correção gramatical” é um dos inúmeros superdestinatários que existem. Quer-se sempre que o superdestinatário aprove o enunciado produzido. Assim, quer-se a aprovação da gramática, do bem falar, do falar “correto”.

Como se disse, a maioria dos falantes do português não considera a existência da VPS. É notória a falta de concordância. Se observamos atentamente placas, cartazes, anúncios de jornais, etc. percebemos nitidamente essa falta de concordância, independentemente da classe social. Porém, pode-se perceber que alguns cartazes, panfletos, placas, etc. usam a norma padrão gramatical. Por ser incomum, pode-se notar aí, como já dito, o superdestinatário “correção gramatical”. É uma forma de marcar-se, pelo modo diferente de expressar-se um diferencial em relação aos demais. Dizer “consertam-se computadores”, além da ‘aprovação’ do superdestinatário já citado, pode provocar no outro, no receptor da mensagem, no co-enunciador uma compreensão de que, por se ter um português ‘correto’, o serviço poderá ser melhor.

Os exemplos citados, em que predomina a função conativa, de Jakobson, que se caracteriza por ter seu ‘foco’ no receptor/ co-enunciador, querem dele uma compreensão responsiva ativa. Assim, no último exemplo, estão sendo oferecidos serviços de conserto de computadores. Tal enunciado quer promover os negócios da empresa e, para lograr êxito, precisa provocar compreensão responsiva ativa nos que o vejam. Uma adequação a norma padrão pode ser decisiva em certos contextos (mais formais, com maior índice de escolaridade- em suma, variáveis sociolinguísticas), ou ser irrelevante em outros (também determinados por variáveis sociolinguísticas).

O item (C) citado alhures, trata do infinitivo impessoal. No seguinte enunciado, exposto em uma placa fixada em muro de um terreno baldio, lê-se: “Favor não jogar lixo”. O

infinitivo impessoal (jogar) refere-se a qualquer agente humano. Poder-se-ia parafrasear o enunciado da seguinte maneira: “Não se jogue lixo” – mais formal e típico do discurso judiciário e legislativo- ou ainda “não joguem lixo”. O uso do infinitivo impessoal produz efeito peculiar por ser uma forma dita ‘nominal’ do verbo. É como se apagasse ainda mais a noção de que haja um agente humano por trás da ação de jogar o lixo (cf. graus de indeterminação, Neves, 2000).

Quanto ao recurso (D) podemos associá-lo a um registro coloquial ou menos formal. A ausência do pronome “SE” não seria vista com bons olhos pelo superdestinatário “correção gramatical”. Entretanto, quem o produz não está em um contexto em que esse superdestinatário seja relevante (um contexto de informalidade, por exemplo).

7.6. Conclusões e Aplicabilidade ao Ensino

À guisa de conclusão, podemos avaliar a pertinência de se adotar uma postura dialógica no Ensino da Língua Portuguesa. Tal dialogismo não se coloca apenas como recurso didático, na interação face a face entre professor e aluno, promovendo a participação do aluno na atividade em sala.

Trata-se de usar os conceitos bakhtinianos de dialogismo, compreensão responsiva ativa e superdestinatário na análise dos enunciados, por ocasião das atividades de interpretação de textos. Em vez de se fazer uma interpretação puramente intuitiva, pode-se fazê-la embasado nestes conceitos bakhtinianos. Obviamente, esses conceitos devem comparecer de forma subjacente. Não se trata de ensinar nomes da teoria bakhtiniana a alunos, mas de ensinar-lhes a analisar os enunciados à luz destes conceitos.

Outrossim, mostra-se importante a análise das estruturas gramaticais. Não se deve renegá-las ou fingir que simplesmente não existem. Ao contrário, ensinar a análise gramatical, aplicada à análise dos enunciados realmente produzidos, favorece uma formação mais autônoma e mais crítica por parte dos alunos. O conhecimento de análise de estruturas da língua favorece uma visão mais profunda acerca do funcionamento da linguagem, ainda que o objetivo do Ensino não deva ser a língua em si, enquanto sistema abstrato e puramente formal.

É possível ensinar ao aluno analisar a gramática (isto é, as estruturas, e não apenas a gramática normativa) de sua língua, favorecendo-lhe um melhor ler e produzir textos, sem que tenha de decorar rótulos, mas sim refletir sobre os enunciados com que se depara, relacioná-los a outros enunciados já existentes, tentar compreender que enunciados ele poderá formar,

que resposta ele espera e de quem. Assim, dar-se-á uma melhor formação a nossos alunos a partir do Ensino da Língua Portuguesa.

7.6.1 A Indeterminação do sujeito em livros didáticos e em gramáticas escolares

Neste item, analisaremos como se aborda a indeterminação do sujeito em livros didáticos e em gramáticas escolares dos Ensinos Fundamental e Médio, no Brasil. Serão focalizados os conceitos de ‘sujeito’, de ‘sujeito indeterminado’, e correlatos, bem como alguns dos exercícios propostos. Cabe esclarecer que a maioria dos exemplares aqui examinados é composta por ‘livros do professor’, ou ‘exemplares do professor’.

7.6.1.1 Livros didáticos para o ensino fundamental

Hailer; Massoni; Aranha (2009b, p. 21-23) expõe o conceito de sujeito, no item a que chama de “ Hora da Gramática. Revisão de sujeito. A observação e o conceito”. Coerentemente com o título, propõe, inicialmente, a observação de uma frase “O vestido dificultava os movimentos de Dora” (2009, p. 21). Na margem direita, encontra-se uma ilustração de uma menina trajando um vestido. É de notar, pois, a tentativa de concretizar a interação de elementos verbais com não-verbais, como estratégia didática de apresentação do assunto.

A primeira pergunta que faz “Qual é o verbo dessa oração?”; a seguir: “A qual elemento dessa oração esse verbo se refere?”; por fim: “È possível dizer que, nessa oração, declara-se algo sobre o vestido?”. Analisando-se as perguntas acima, pode-se notar uma estratégia de raciocínio indutivo, levando o aluno a uma sequência lógica: primeiro descobrir o verbo da oração; em seguida, descobrir o termo a que o verbo se refere; finalmente, concluir que sobre o sujeito se declara algo.

Logo após o exercício, aparece o conceito de sujeito, em um quadro de fundo verde: “Sujeito é o elemento da frase sobre o qual se faz uma declaração. É o termo da frase com o qual o verbo concorda.”

Parece-nos muito pertinente a utilização do raciocínio indutivo, levando o aluno a observar e ser capaz de formular conceitos gradativamente, ou seja, do particular para o geral, em vez de apresentar um conceito pronto e, a seguir, propor exercícios em que se apliquem os conceitos (método dedutivo). Da mesma forma, destacamos a apresentação da relação verbo-

sujeito, levando o aluno a compreender o verbo como elemento principal da oração (conceito citado textualmente pelos autores), ponto de partida para a análise sintática.

Apresenta-se uma definição de sujeito que é, de fato, dupla. A primeira definição é semântica; a segunda, sintática. Em se considerando o público-alvo (alunos de 8º ano do ensino fundamental), sua definição parece ser adequada, não se constituindo em problema a mistura de conceitos semânticos com sintáticos. De fato, admitindo-se uma visão prototípica de conceito, é melhor apresentar diversas propriedades da categoria sujeito a esses alunos.

Prosseguindo sua exposição, (Idem, 2009: 22-23), apresenta-nos as classificações do sujeito: simples, composto, oculto e indeterminado. Sua análise prende-se, pois, à NGB.

O conceito de sujeito indeterminado é assim apresentado: “Quando não é possível deduzir o sujeito pelo contexto ou identificá-lo no texto tem-se um **sujeito indeterminado**”. Cabe ressaltar que à apresentação do conceito antecede um exercício com dois itens; ei-lo:

5. Leia as orações e indique o sujeito.

a) Deram as calças a Barandão numa casa da cidade alta.

b) Falavam muito sobre o bando de Pedro Bala.

Ora, os exemplos dados não são pertinentes à definição proposta. Como se falar em “contexto” e em “texto”, abordando-se frases estanques?

A exposição é complementada com uma espécie de alerta: ter cuidado para não confundir o sujeito oculto (“Quando o sujeito não aparece expresso, mas é possível deduzi-lo pelo contexto e descobri-lo por meio da desinência verbal”, Idem, 2009:22) com o indeterminado. É de observar que a definição de oculto e a de indeterminado, são próximas, pois que se pode dizer que a indeterminação pela terceira do plural é ‘sujeito oculto’, dada a desinência verbal.

Para distingui-los, o livro aponta a seguinte solução (p.23):

a) Ana e Pedro estavam apaixonados. Pretendiam casar-se rapidamente.

b) Reclamaram que o casamento de Ana e Pedro era precipitado.

Em a – “Pretendiam casar-se rapidamente” -, o sujeito é Ana e Pedro” e essa informação é recuperável pelo contexto, lendo a primeira oração. Trata-se, assim, de um **sujeito oculto**.

Já em b, não é possível saber quem é o sujeito da frase “Reclamaram que o casamento de Ana e Pedro era precipitado.”; logo, trata-se de um **sujeito indeterminado**.

Pode-se notar que a exemplificação é um tanto artificial. De fato, não é incorreta, mas trabalha com frases isoladas, proposta assaz semelhante às das ‘gramáticas normativas’. O que é de estranhar, haja vista a declaração do autor: “Consideramos que o signo lingüístico

originário é o texto e não a frase”(p.07). Por conseguinte, seria desejável que a exposição de um texto, a partir do qual se extraíssem exemplos de indeterminação do sujeito e de ‘sujeito oculto’, concretizando a proposta teórica.

Em Hailer; Massoni; Aranha (2009a, p.191) diz-se que “sujeito indeterminado é aquele que não pode ser inferido pelo contexto”, além disso, afirma-se que “o verbo que se refere a um sujeito indeterminado aparece sempre na terceira pessoa do plural”, ressaltando que a recíproca não é, necessariamente válida.

Nota-se a afirmação improcedente que vincula a indeterminação do sujeito apenas ao caso da terceira pessoa do plural. Tal postura, aparentemente visando simplificar, trará dificuldades futuras aos aprendizes, caso o professor não ‘complemente’ o livro, citando a indeterminação por SE, admitida pelas ‘gramáticas’ e pela própria NGB.

Beltrão; Gordilho (2007, p. 176-181) abordam a indeterminação do sujeito, comparando-a, também, ao sujeito “implícito” (nomenclatura preferida pelos autores).

A introdução dá-se por meio de exercícios em que se apresentam tiras de HQ. Nota-se a interação entre elementos verbais e não-verbais. Os autores também se valem de uma abordagem indutiva, sendo notável a mescla, em um mesmo exercício de questões que se referem ao sentido global do texto e de como as estruturas da língua o constroem. Apesar de a parte verbal ser pequena, é compreensível, considerando-se o público-alvo.

A seguir (p. 178-179) apresenta os conceitos de sujeito de sujeito implícito (“aquele que não está expresso na oração, mas é facilmente identificado pela terminação verbal ou pelo contexto”). Além disso, afirma-se que há as nomenclaturas ‘oculto’ e ‘elíptico’ para o sujeito indeterminado. Complementando a abordagem, é citado um pequeno texto, junto a uma imagem (novamente, interação entre imagem e texto). Faz-se menção a textos da seção anterior, cujo título é “Testamento”, do mesmo capítulo, em que é predominante a construção com ‘sujeito implícito’.

O sujeito indeterminado é explicado logo em seguida (p.179): “é aquele que não está expresso na oração, porque não se quer ou não se pode determinar quem ele é. Uma das formas de reconhecê-lo é quando o verbo está na 3ª pessoa do plural”. A exemplo de Hailer; Massoni; Aranha (2009a, p.191), a indeterminação pela terceira do plural é mencionada, como um dos processos de indeterminação do sujeito. Há, ainda, uma nota (dirigida ao professor), citando que o estudo da indeterminação por SE ocorrerá em volume posterior, o que não sucede em Hailer; Massoni; Aranha (2009a, p.191). Notamos, pois, um maior cuidado com as afirmações contidas na obra, bem como uma interação mais intensa com o professor. Nota-se, ainda, o fato de não afirmar que o sujeito indeterminado não pode ser

recuperado pela desinência verbal.

Outrossim, Beltrão; Gordilho (2007, p. 179) apresentam um quadro intitulado de “O sujeito indeterminado e a oralidade”, em que se comenta os efeitos de sentido que a indeterminação do sujeito pode acarretar; o livro cita dois: a “sensação de dúvida, já que não se defini quem fez a ação” e a “sensação de curiosidade, já que não se define quem foi o responsável pela ação”.

Para o primeiro efeito, o exemplo citado é “Falaram de você ontem na festa”; para o segundo, “Mandaram flores para a professora”. É de notar a menção a verbo que exijam um ‘agente’, já que se fala em ‘responsável pela ação’ e em ‘quem fez a ação’. Por razões de adequação ao nível dos alunos, não se introduziu o conceito de ‘agente’, embora nas propostas de correção (exemplar do professor, p.181) se mencione que a indeterminação do sujeito se deve “porque, apesar de haver um agente responsável pela ação verbal, não há uma identificação desse agente na oração”. Note-se ainda o uso de verbos no pretérito perfeito do indicativo em tom de ‘denúncia’, típico da indeterminação com a terceira do plural; é esse tom de denúncia que desencadeia as ‘sensações’ de dúvida e de curiosidade.

Na comparação de suas referências, notamos em Beltrão; Gordilho (2007) a presença dos gramáticos Bechara, Cunha e Cintra, além do lingüista Mário Perini, reconhecidos estudiosos da estrutura gramatical do português, ausentes em Hailer; Massoni; Aranha (2009a) (nestes últimos, não há qualquer referência a nenhum estudo da gramática tradicional, que, no entanto, é abordada – superficialmente).

Costa et. al.(2008a) (exemplar voltado para alunos do 7º ano do ensino fundamental) a exemplo de Gordilho (2007) e de Hailer; Massoni; Aranha (2009a), aborda a indeterminação do sujeito. Sua abordagem é semelhante às duas outras, em se tratando do raciocínio indutivo: apresentação de texto, levando o aluno a perceber que há orações em que o verbo em terceira pessoa do plural não faz referência a um sujeito específico, que sequer pode ser retomado do texto ou do contexto, ou da própria desinência verbal. (cf. Costa et. al., 2008, p.200). Eis sua definição:

Quando o sujeito de uma oração não pode ser identificado pelo **contexto** em que a oração aparece nem pela **desinência verbal**, ele recebe o nome de **sujeito indeterminado**. Ele é usado porque não se conhece quem executa a ação verbal ou porque não se quer revelar quem a executa.

Nota-se, como em Hailer; Massoni; Aranha (2009a), a insistência em dizer que o sujeito não pode ser identificado pela desinência verbal. Contudo, distingue-se por apresentar ao aluno, já neste volume, os dois tipos de indeterminação do sujeito: verbo na terceira do

plural e verbo na terceira do singular com o pronome SE. Outra diferença na abordagem, é apresentar em contraponto ao sujeito indeterminado a oração sem sujeito: “as **orações sem sujeito** apresentam verbo impessoais”. (cf. p.201)

Penteado et. al. (2008, p.20-23), faz sua “Revisão: sujeito. Índice de indeterminação do sujeito”. Nesta seção, revisa a classificação do sujeito, reapresentando detalhadamente o conceito de sujeito indeterminado. Nota-se o uso do método indutivo, com recurso à interação entre linguagem verbal não-verbal (HQ) e à poesia.

A seguir (cf. p.21) apresenta o “índice de indeterminação do sujeito” SE, acompanhando verbos intransitivos, de ligação ou transitivos indiretos em terceira pessoa do singular. Apesar de não mencionar ao aluno o porquê de os verbos transitivos diretos terem sido ‘excluídos’, na versão do professor, pede ao professor que dê destaque ao fato de que, com verbos transitivos diretos, o SE é, no caso, partícula apassivadora. O exemplo citado é “Aqui se está feliz”, em que o verbo ser é classificável como ‘de ligação’, uso não muito frequente na indeterminação do sujeito com SE.

As páginas 22 e 23 (idem) contém vários exercícios em que se exploram usos do sujeito indeterminado, fazendo o aluno reconhecê-lo. Outrossim, nas “orientações didáticas” (exemplar do professor), sinaliza que a indeterminação pode ser necessária para “a omissão de responsabilidades” e que “**a omissão de um termo** implica o destaque de outro” (idem, p.22). Na página 23, “efeitos de sentido da indeterminação do sujeito”, a exposição atinge seu clímax, levando a compreender as intencionalidades discursivas, os “efeitos de sentido” da indeterminação do sujeito:

Nos textos, a indeterminação do sujeito pode ser motivada por mais de um fator. Ela pode estar relacionada ao efeito de desconhecimento de quem executa a ação; à falta de interesse em mencionar um agente (quer para proteger sua identidade, quer para provocar surpresa posterior ao leitor); a um discurso que pretende fazer generalizações a respeito da sociedade ou de um grupo social. Sua utilização provoca, portanto, **efeito de sentido**.

Além disso, as “orientações didáticas” sugerem que o professor leia Duarte (1993), para aprofundar seus conhecimentos acerca do assunto.

Em Marchetti et. al. (2008, p.152-155), em seção que trata da concordância verbal, fala-se da (suposta) voz passiva sintética em oposição ao sujeito indeterminado. Nas “orientações didáticas” (idem, p.154) chama-se a atenção do professor para retomar “o conteúdo da **transitividade verbal**, para mostrar-lhes [aos alunos] que os verbos da voz passiva sintética são verbos *transitivos diretos*.”

Na seção “Concordância verbal e variação linguística”, apresentam-se casos em que a

concordância verbal não segue a norma padrão da língua portuguesa (idem, p.155). O exercício 2, traz uma construção (muito comum) retirada de um classificado, na Internet: “Aluga-se vagas para rapazes”. Faz-se uma abordagem que enfoca o preconceito linguístico, explicando sinalizando a existência das “**variedades da língua pouco prestigiadas**”. Para o professor, (idem, p.155) sugere-se comentar que mesmo falantes que dominam a norma padrão “tendem a não seguir certas regras” (idem). Além disso, solicita que o professor “discutir os preconceitos sociais, que passam pelos **preconceitos linguísticos**. Convém enfatizar que muitas pessoas falam dialetos de menor prestígio social exatamente por falta de oportunidade de acesso à escolarização”.(idem).

Nota-se, por consequência, que a passiva sintética é tomada como dada, como certa, como existente de fato na Língua Portuguesa. Em momento algum, foi sequer aventada a hipótese de ser sujeito indeterminado. Poderia haver, ao menos nas “orientações didáticas”, algum comentário nesse sentido. Contudo, preferiu-se admitir que o falante, mesmo o que domina a norma culta, não realiza a concordância adequadamente. Todavia, o problema não parece residir na concordância verbal, até porque, nas construções com ‘voz passiva sintética’, considerando-se o português atualmente usado no Brasil, a concordância seria com o objeto direto, pois o falante não vê aí um sujeito expresso.

Nada obstante a isso, podemos notar uma sólida proposta de relacionar o sentido gramatical ao texto, ao uso real e concreto da linguagem; observamos também uma interessante abordagem dos efeitos discursivo e semântico da indeterminação, o que pode auxiliar a interpretação e a produção textuais. Acresce ainda que, nas referências bibliográficas, encontram-se Bechara (2001) e Cunha (2001).

Tersariol (1971, p.47 – 48) analisa os termos essenciais da oração, em uma análise plenamente fundamentada na NGB. Ao exibir as classificações do sujeito, limita-se, apenas, a apontar exemplos; no caso do sujeito indeterminado, cita o seguinte exemplo: “Imploraram misericórdia” (IDEM, p.48). É de notar a ausência de definições para as classificações do sujeito, além de só apontar o caso da indeterminação pela terceira pessoa do plural. A construção indeterminadora com SE é apresentada no item “Funções da palavra “SE”” (IDEM, p.84-85): “O pronome “se” pode ser sinal de indeterminação do sujeito, com verbos intransitivos ou transitivos indiretos.” (IDEM, p.85). Distingue-se do “pronome “se” apassivador de um verbo. Nesses casos, o verbo irá para o singular ou plural se o sujeito estiver no singular ou no plural” (IDEM, p.84). Em ambos os casos, apontam-se apenas exemplos em terceira pessoa do singular, posto que não se expresse formalmente, essa necessária flexão verbal.

7.6.1.2 Gramáticas e livros didáticos para o ensino médio

Nesta seção, examinaremos algumas gramáticas e alguns livros didáticos, voltados para a Língua Portuguesa no Ensino Médio. Em linhas gerais, seguiremos a mesma estratégia adotada no item anterior.

Terra e Nicola (1999, p.190-193) realizam sua explanação teórica acerca do “ser de quem se declara algo” (idem, 190), ou seja, o sujeito. Inicialmente, classificam o sujeito em dois subtipos principais: sujeito determinado e sujeito indeterminado. Vejamos as definições (idem): “Quando podemos identificá-lo [o sujeito], dizemos que ele é **determinado**. Quando o falante não pode (ou não quer) identificar o sujeito, dizemos que ele é **indeterminado**”.

Na definição acima, conceitos são abordados sob um prisma sintático, não semântico. Determinado seria o sujeito formalmente expresso (na oração, ou anteriormente, no texto), ao passo que indeterminado seria aquele que, além de não estar materialmente expresso, não se pudesse (ou não se quisesse) identificar. Importa observar que a indeterminação é, sutilmente, apresentada como um recurso sintático discursivo, através do qual o “falante” manipula os recursos da linguagem, a fim de construir certo efeito de sentido. Importa, ainda, notar que a distinção entre determinado e indeterminado não está presente na NGB.

Dentre os subtipos de “sujeito determinado”, encontram-se o sujeito determinado simples e o sujeito determinado composto, de cujos respectivos exemplos, citamos: “reformaram-se as **casas** da vila” (idem, 190) e Vendem-se **bois, vacas e bezerros** (idem, 191)”, exemplos da chamada ‘voz passiva sintética’.

Os autores citam ainda, dentre os sujeitos simples determinados, o “sujeito simples subentendido na desinência do verbo”, que “nesses casos, será sempre um pronome pessoal do caso reto” (idem, 191). Para esses sujeitos, declinam-se as usuais nomenclaturas “desinencial”, elíptico”, ou “oculto” (idem).

A seção que trata dos sujeitos indeterminados (idem, 191-192) aponta as duas formas de indeterminação: verbo na voz ativa, flexionado na terceira do plural, desde que não se refira a nenhum termo expresso que lhe possa servir de sujeito, e com o verbo na terceira do singular seguido do índice de indeterminação – SE.

Quanto à primeira definição, os autores deixam implícito o traço prototípico [+AGENTE] do sujeito indeterminado por P6. Citam os seguintes exemplos: “**Mataram** o meu carneiro” e “**Esqueceram** um guarda-chuva na sala”. (idem, 192). Nesses exemplos, nota-se o uso do pretérito perfeito do indicativo, em tom de denúncia, frequente nas

indeterminações com a terceira do plural.

A seguir, apresenta-se a seguinte observação:

Na oração *Mataram o meu carneiro*, analisada assim, isoladamente, temos sujeito indeterminado. Mas você deve estar sempre atento ao texto inteiro para não confundir sujeito determinado que está oculto com sujeito indeterminado. Se o sujeito já foi citado em outra oração do texto, ele não será, evidentemente, indeterminado. (idem, 192)

A passagem parece insinuar uma possível associação entre indeterminação do sujeito pela terceira do plural com frases isoladas. Na verdade, conforme podemos observar em nosso corpus (e, sobretudo, na nossa ‘intuição’ sobre a língua, legitimada pelo uso concreto e real da língua portuguesa todos os dias) a indeterminação do sujeito não está associada a frases isoladas.

Primeiramente, podemos recorrer a Bakhtin (2003), aos conceitos de dialogismo e de compreensão responsiva ativa, que, como visto, limitam à abstração teórica a existência de enunciados isolados. Além disso, um enunciado devidamente contextualizado, evidentemente, pode possuir sujeito indeterminado por P6. Assim não fosse, as indeterminações por P6 não poderiam ocorrer em textos com mais de um período.

Chama a atenção, contudo, os exemplos citados para discernir um sujeito oculto de um indeterminado (idem, p.192):

Ao abrir a porta do curral, não pude segurar um grito de horror:

- Mataram o meu carneiro.

O exemplo acima denota sujeito indeterminado; abaixo, exemplo de sujeito determinado oculto:

“Os ladrões chegaram com a lua e nada respeitaram. Roubaram as galinhas, incendiaram o curral e mataram o meu carneiro”.

Como se nota, em ambos os casos, não há oração “analisada, assim, isoladamente”. Não obstante, o exercício 12 (idem, p.200) pede que se classifiquem os sujeitos de orações, ironicamente, “analisadas, assim, isoladamente”. Veja-se:

12. Nas orações que seguem, classifique o sujeito.

- a) Naquela empresa, trabalha-se durante a noite.
- b) Viajavam mãe, filhos e companheiros pela estrada da vida.
- c) Eles sempre se houveram com dignidade.
- d) Deve ainda haver muitos conhecedores de Grego.
- e) Alfredinho, ontem no clube falaram muito mal de você.
- f) O orador troveja ameaças.
- g) “Nos anos 60, o vão livre do Museu de Arte de São Paulo foi um prodígio da engenharia. Hoje, com os novos materiais, uma construção como essa seria quase trivial” (Globo Ciência, fev. 1998, p.28)

A análise da indeterminação pela terceira do singular com SE é bem sucinta,

apresentando os seguintes exemplos: “**Acredita-se** em marcianos” e “**Apela-se** para os mais favorecidos”.(idem, p.192). Através desses exemplos demonstra-se que “não há como confundir o sujeito indeterminado com sujeito de uma oração na voz passiva sintética” (idem, 192), pois “o sujeito nunca virá introduzido por preposição”.(idem) Ratificamos nossa discordância com essa argumentação, pelos motivos alhures declinados.

Em consulta a Terra (2006, p.252-255) notamos em linhas gerais o mesmo raciocínio de Terra e Nicola (1999, p.190-193), em se tratando do sujeito, de sua classificação (mantém a distinção determinado versus indeterminado) e dos processos de indeterminação.

Todavia, percebemos um maior detalhamento da distinção entre 'voz passiva sintética' e sujeito indeterminado, no item “A palavra se” (Terra, 2006, p. 254). Aborda-se a transitividade verbal como elemento fundamental na distinção entre aquelas construções.

Outrossim (idem, 254), há um quadro de advertência, a fim de explicar que o sujeito cujo núcleo seja um pronome indefinido não deve ser classificado como indeterminado. Nas palavras do próprio autor:

Cuidado com os casos em que o sujeito é representado por um pronome substantivo indefinido. **Do ponto de vista semântico**, esse sujeito não pode ser identificado. Isso não significa que estamos diante de um sujeito indeterminado, mas de um sujeito determinado simples, pois, **do ponto de vista gramatical**, há uma palavra expressa na oração exercendo [em negrito] a função de sujeito:
Alguém roubou minha caneta **Algo** nos preocupa

Na passagem acima, nota-se uma nítida oposição entre semântica e gramática. Seria mais coerente afirmar 'do ponto de vista sintático', em vez de “do ponto de vista gramatical”, pois a semântica é um dos componentes da análise gramatical: as estruturas sintáticas da língua produzem significados. Todavia, podemos abstrair que o autor define como fundamentalmente sintático o critério para identificar, definir, classificar e analisar o sujeito.

Outra observação de Terra (2006, p.254) que diz respeito à nossa pesquisa é o item “o sujeito é sempre termo regente”. Nesse item, o autor aponta o fato de um sujeito ser “termo regente, por isso, não pode vir introduzido por preposição”. A partir dessa observação, ensina que não se deve contrair preposições que regem verbo no infinitivo com o artigo do sujeito subsequente (“Chegou o momento de **o filme** começar”).

Contudo, ainda no mesmo item assevera que “Há casos em que o sujeito pode vir introduzido por preposição”. Seus exemplos são: “Naquela loja, vende-se **de tudo**”, “Encontram-se **destes erros** até mesmo em bons autores”, “**Até o papa** manifestou sua indignação”. O autor põe em negrito os termos que exercem a função sintática de sujeito.

Observe-se que dois dos três exemplos dados são casos da chamada voz passiva sintética. Entretanto, de acordo com nossa análise, haveria aí indeterminação do sujeito, sendo

“de tudo” e “destes erros”, complementos verbais e não sujeitos. Além disso, no terceiro exemplo, poder-se-ia dizer, a palavra “até” comporta-se, mais precisamente, como uma partícula de ênfase. Assim, o conceito de o sujeito não vir preposicionado poderia vir apresentado sem a exceção apresentada, a qual complica o processo de aprendizagem, além de não descrever, fidedignamente, a realidade da língua portuguesa.

Mesquita (1996, p. 386-392) analisa o sujeito, fundamentando sua análise, ao longo de todo o livro, na NGB. O sujeito indeterminado (idem, p.389) é assim conceituado: “Quando não se pode ou não se quer identificar o agente, o autor da ação indicada na oração, diz-se que o sujeito é **indeterminado**.” Da definição acima, podemos extrair o traço semântico (predominante) do sujeito indeterminado: [+AGENTE]. Sua definição assemelha-se às definições tradicionais. Além disso, aponta os casos 'clássicos' da indeterminação: “verbos na 3ª pessoa do plural, sem fazer referência a nenhum substantivo anteriormente expresso no plural, nem ao pronome **eles**”(MESQUITA, 1996, p. 389) e “verbos intransitivos ou transitivos indiretos, na 3.ª pessoa do singular, acompanhados da partícula SE” (IDEM, p.390)

A seguir, o autor apresenta dois quadros. O primeiro apresenta “A partícula SE” (IDEM,p.390), distinguindo a “partícula apassivadora **se**” do “índice de indeterminação do sujeito”, remetendo ao item em que trata das “vozes do verbo ‘Passiva Sintética’”. Vejamos o que diz:

Observe que, tanto na forma analítica quanto na forma sintética, apenas os verbos **transitivos diretos** e **transitivos diretos e indiretos** vão para a voz passiva. Em orações com verbos **intransitivos** ou **transitivos indiretos** ou **de ligação**, a voz passiva não ocorre. Veja as frases a seguir:

Precisa-se de encanador.
Vive-se bem lá.
Duvida-se dos garotos.
Trata-se de bons livros.
Está-se muito feliz nesta casa.

Nessas frases, o sujeito é indeterminado e a partícula **se** não é pronome apassivador, mas, sim, índice de indeterminação do sujeito. (MESQUITA, 1996, p. 251)

Dos exemplos acima apontados pelo autor, além de uma construção pouco comum, posto que gramatical, constituída de “verbo de ligação” com pronome indeterminador SE (“Está-se muito feliz nesta casa”), ocorre o contestável “tratar-se de”. Esta construção é mais adequadamente classificada como 'impessoal' (cf. Kury, 1986, p.22).

Outrossim, Mesquita (1996, p.390) distingue a “indeterminação psicológica” da indeterminação “gramatical”. Exemplifica-o com o uso do pronome indefinido como sujeito. Essa passagem lembra a de Terra (2006, p.254), citada anteriormente, em que se distinguia um ponto de vista semântico de um gramatical.

Torralvo e Minchillo(2008. p. 363-374) desenvolvem explanação acerca da linguagem

impessoal, na seção “Interpretação e Gramática” desenvolvendo assuntos como “ a voz passiva” (IDEM, p.367) e a “indeterminação do sujeito” (IDEM, p.369).

A abordagem inicia-se retomando um texto da própria unidade, que fora objeto de exercícios de interpretação, caracterizado por ser um texto de divulgação científica. Explica-se a característica principal que torna um texto científico frio: a linguagem impessoal, caracterizada por dar “mais relevo a ação em si e não a quem a praticou” (IDEM, 365).

Dessa forma, (IDEM, p.367) apresenta-se a voz passiva como um dos recursos de que a língua dispõe para realizar a linguagem impessoal, seja a voz passiva analítica, seja a voz passiva sintética. Outro recurso de linguagem impessoal apresentado é “a indeterminação do sujeito” (IDEM, p.369). É de notar que o termo impessoalidade aparece em negrito, neste item da indeterminação do sujeito, “na voz ativa”, assim definida:

Em muitas circunstâncias, o sujeito de uma oração na voz ativa pode não ser precisamente identificado. Sabe-se que alguém praticou a ação, mas não se quer ou não se tem informação suficiente para determinar o agente verbal.

Nesses casos, constroem-se orações com sujeito indeterminado. [...]

Este procedimento de impessoalidade é bastante usual em certos gêneros textuais (relatórios de pesquisa e outros textos de divulgação científica, editoriais de jornais e revistas, nas dissertações acadêmicas, em manuais de introdução e folhetos explicativos, anúncios), nos quais nem sempre interessa enfatizar os agentes da ação verbal.

É de notar a importância que se atribui à aplicação gramatical na construção de sentido do texto, o que é de elogiar. O conceito de “impessoalidade” atribuído às construções com sujeito indeterminado não nos parece o mais adequado, embora, considerando-se os propósitos da obra, não seja completamente equivocado. Em se considerando como “linguagem impessoal” a em que se omite o “agente”, “o sujeito”, não se faz referência à pessoa, poder-se-ia falar em impessoalidade; todavia, essa nomenclatura é, no caso, pouco pertinente, se considerarmos que há um agente (implícito) que pratica a ação expressa pelo verbo. Outro aspecto positivo, é citar o sujeito indeterminado como 'agente', relacionado essa construção com a 'voz ativa' (prototípica do sujeito indeterminado).

Todavia, a exposição das construções indeterminadoras do sujeito recai no inconveniente das análises costumeiras: verbo na terceira do plural, sem referente expresso e “verbo [intransitivo, transitivo indireto ou de ligação] na terceira do singular+se” (IDEM,369), distinguindo ainda a existência da 'voz passiva sintética' verbos transitivos diretos na terceira do singular + se) (IDEM, 369).

Outro item do capítulo analisado é “A indeterminação do agente verbal em textos ficcionais” (IDEM, p.372-373). Novamente, percebe-se a relação texto-gramática. O texto analisado é “Procura-se”, de Rubem Braga, pertinente ao assunto estudado.

Finalizando a exposição (IDEM, p.374), expõem-se “as regras de concordância

consagradas pela norma culta” , em que se aponta a importância de observar a concordância adequada à voz passiva sintética:

O resultado é que na linguagem do dia-a-dia muitos falantes misturam essas duas estruturas e também não flexionam os verbos das orações na voz passiva sintética, produzindo frases consideradas inadequadas pela norma culta, como “Vende-se casas” (em vez de “Vendem-se casas”) e “Tratam-se de medidas excepcionais”.(Em vez de “Trata-se de medidas excepcionais”).

Ferreira (2008, p.333-339) expõe sua classificação do sujeito. A exemplo de Terra (2006) e de Terra e Nicola (1999), propõe a subdivisão entre sujeito determinado e indeterminado. Os sujeito determinado pode ser: simples, composto ou elíptico (oculto). Quanto ao sujeito indeterminado (Ferreira, 2008, p.334) diz que: “Uma oração tem sujeito indeterminado quando o falante que a constrói não quer – ou não pode – fixar com exatidão o sujeito.” O autor aponta os dois casos 'clássicos' de indeterminação: pela terceira do plural sem referente e pela terceira do singular com o pronome se.

Interessa, contudo, observar a distinção entre voz passiva sintética e sujeito indeterminado. Ferreira (2006, p.335) diz que o SE é índice de indeterminação do sujeito quando está associado a uma forma na terceira do singular, além de ser impossível passar a oração para a voz passiva analítica. Ele exemplifica-o com o seguinte exemplo: “Confiava-se nos amigos”. Essa oração possui sujeito indeterminado, segundo autor, pelo fato de “Nos amigos era confiado” ser “estrutura frasal inexistente no idioma”.

Quanto ao SE como pronome apassivador, Ferreira (2006, p.336) diz que ele ocorre acompanhando verbos no singular ou no plural que admitem passagem para a voz passiva. Nota-se a omissão do fato de o verbo dever estar na terceira pessoa, o que se pode notar apenas nos exemplos, não na definição. Eis um dos exemplos dados: “Não *se* fariam tais acordos”, parafraseável por “Tais acordos não seriam feitos”.(IDEM, p.336)

Percebe-se, por conseguinte, na abordagem de Ferreira, além de uma ruptura parcial com a NGB, ao introduzir a subdivisão determinado versus indeterminado para a classificação do sujeito, uma estratégia de não usar o critério transitividade verbal para distinguir a indeterminação do sujeito da suposta voz passiva sintética; apela o autor para a possibilidade de conversão para a voz passiva analítica. Essa postura tomo como natural a construção da voz passiva sintética.

Paschoalin e Spadoto (2008, p.240-241) classifica o sujeito com base nos mesmos critérios de Ferreira (2006), Terra (2006) e Terra e Nicola (1999), ou seja, subdividindo-o em determinado e indeterminado. A análise da indeterminação prende-se aos critérios típicos da análise normativa, apontando os dois casos, o da terceira do plural e o do pronome SE com

verbos transitivos diretos, desde que o SE seja índice de indeterminação do sujeito (contudo, só se explica o que seja índice de indeterminação do sujeito mais à frente, sem qualquer referência).

Uma observação que os autores fazem sobre a indeterminação com a terceira do plural é que “Nesse caso, não cabe o pronome *eles*, que somente será sujeito se estiver explícito na própria oração” (IDEM, p.241). No entanto, ocorre o uso do pronome *eles* realizando indeterminação do agente.

O item “Distinção entre voz passiva sintética e sujeito indeterminado”(IDEM, p.269-270) aponta as distinções entre aquelas duas construções, apresentadas como possuidoras de “estruturas bem próximas” (IDEM). Segundo os autores, a voz passiva sintética possuiria “verbo transitivo direto”; “sujeito determinado e explícito”; “verbo no plural concordando com o sujeito”; o SE exerceria a função de “pronome apassivador”; seria passível de conversão para a voz passiva analítica. Já o sujeito indeterminado teria “outro tipo de verbo” (entenda-se intransitivo, transitivo indireto e deligação); “não tem sujeito determinado”; o verbo sempre apareceria conjugado na terceira pessoa do singular; o SE exerceria a função de índice de indeterminação do sujeito; seria impossível a conversão para a voz passiva analítica.

Notamos nos comentários acima a fiel reprodução da prescrição normativa. Note-se, contudo, a falta de clareza ao afirmar que a suposta voz passiva sintética possui “verbo no plural, concordando com o sujeito”, visto que o mais exato seria dizer que 'pode ter verbo no plural ou no singular, concordando com o sujeito'. Os exercícios apresentados baseiam-se, como de praxe, em orações isoladas.

Bechara (2006, p.21-22) estuda a indeterminação do sujeito. Sua apresentação inicia-se com os pronomes indefinidos sujeitos (“ *Alguém* veio á minha procura”, “*Todos* são meus desconhecidos”, “Nem sempre *a gente* é compreendido”) (IDEM, p.21).

Aprofundando sua explanação diz:

Aproximando-se dessas orações de sujeito explícito constituído por pronomes ou outras expressões indefinidas, mas delas sintaticamente diferentes, estão as orações ditas de sujeito indeterminado. Estas não apresentam nenhuma unidade linguística para ocupar a casa ou função de sujeito; há uma referência a um sujeito, no conteúdo predicativo, só de maneira indeterminada, imprecisa.(BECHARA, 2006, p.21)

Dessa sorte, o Professor Bechara sinaliza claramente que as construções cujo sujeito seja representado por um pronome indefinido estão próximos às orações de sujeito indeterminado, no que tange os aspectos semânticos. Contudo, ele declina que são sintaticamente distintas: as orações de sujeito indeterminado não possuem qualquer termo que possa preencher o lugar sintático do sujeito.

Os recursos apontados por Bechara (2006, 21-22) são os seguintes:

verbo na 3.^a pessoa do plural sem referência a qualquer termo que, anterior ou seguinte, lhe sirva de sujeito[...] “verbo no infinitivo ou na terceira do singular com valor de terceira do plural, nas mesmas circunstâncias do emprego anterior. Este último uso do singular é menos frequente que o do plural [...]verbo na 3.^a pessoa do singular acompanhado do pronome se, originalmente reflexivo, não seguido ou não referido a substantivo que sirva de sujeito do conteúdo predicativo; trata-se de um sujeito indiferenciado, referido à massa humana em geral; dizemos, neste caso, que *o se é índice de indeterminação do sujeito* ou *pronome indeterminador do sujeito*.”

Nota-se que Bechara sinaliza dois outros casos de indeterminação, ignorados nas outras fontes aqui consultadas: a indeterminação com o infinitivo e a indeterminação com a terceira do singular sem o pronome SE. Bechara (idem, p.22) esclarece ainda que, para alguns estudiosos, a indeterminação com SE se constitui em oração sem sujeito. Da mesma forma (idem).

Outrossim, a análise estuda alguns recursos discursivos da indeterminação do sujeito. Para Bechara (idem) a indeterminação pode denotar não apenas nosso desconhecimento sobre a identidade do sujeito, mas “serve também de manobra inteligente de linguagem, quando não nos interessa torná-lo conhecido”. O exemplo que Bechara cita para explicar essa “manobra inteligente” é o seguinte: “Pedro, disseram-me que você falou mal de mim”. Certamente, o enunciador sabe quem foi o informante da suposta injúria de Pedro. Todavia, prefere omiti-lo, ou para não comprometer a outrem, ou para averiguar junto a Pedro a veracidade da informação, etc.

Outro mecanismo discursivo da indeterminação que Bechara (idem) declina é sobre a indeterminação pela terceira do plural. Afirma ele que o “saber de mundo”do enunciador permite saber “que se trata de uma só pessoa a praticar a ação verbal, mas se usa o plural por ser a norma frequente da indeterminação do sujeito”(IDEM). O exemplo que dá é: “Estão batendo à porta”. Normalmente, há uma só pessoa batendo à porta, sendo possível, ainda que incomum, duas ou mais pessoas batendo à porta (diferentemente de 'batendo na porta'). Note-se que Bechara admite ser a indeterminação pela terceira do plural a mais frequente para realizar a indeterminação do sujeito.

Bechara (2006, p.148) faz observações acerca do uso do SE, analisando a indeterminação do sujeito em oposição à suposta voz passiva sintética. Segundo o autor, o uso de SE como índice de indeterminação do sujeito era, a princípio, uma construção exclusiva de verbos que não eram acompanhados do objeto direto. Num estágio posterior da língua, passou a referir-se também a verbos com objeto direto, o que fez com que a interpretação passiva (até então aplicada a esse tipo de verbo seguido de SE) passasse a impessoal; portanto, 'alugam-se casas' teria passado de 'casas são alugadas' a 'alguém aluga casas'. Outrossim, segundo Bechara, o SE em sentido indeterminado passou a ligar-se também a verbos de ligação. Dessa

forma, passou-se a não mais fazer a concordância do verbo com o sujeito da 'voz passiva sintética', pois que se passou a ver aí não mais um sujeito, mas sim um objeto direto do verbo. (Cf, Bechara, 2006, p.148)

Bechara (idem) ainda esclarece que “*vende-se casas e frita-se ovos*”, apesar de pertencerem a um registro antiliterário, veem ser multiplicadas as suas ocorrências. Ressalta ele, o que é mais surpreendente, que “ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução”.(BECHARA, 2006, p. 148).

7.6.2 Conclusão

Podemos notar que os conceitos ora abordados são apresentados pela maioria das gramáticas e livros didáticos como dados, ou seja, pressupõe-se que os alunos (ou leitores) já saibam o que é 'indeterminação', 'indefinição', 'impessoalidade'. Nota-se que não muita clareza nesse sentido.

Quanto ao desenvolvimento do assunto, notamos que o Professor Bechara, notável gramático de nosso idioma, é o que mais avança, se comparado com as outras fontes analisadas neste item, no emprego discursivo do sujeito indeterminado. Note-se, ainda, que ele aventa outras duas possibilidades de indeterminação. Além disso, sua postura de considerar “ambas as sintaxes corretas”, a da concordância ou não, na chamada 'voz passiva sintética', vendo nelas dois diferentes estágios da língua, supera, em muito, alguns autores que, supostamente imbuídos de um espírito não-normativo do ensino da Língua Portuguesa, limitam-se a repetir, de forma acrítica e insuficiente, o padrão da gramática normativa.

8. OS EFEITOS DISCURSIVOS DA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: DO VERBO AO DISCURSO

Neste capítulo, analisamos exemplos extraídos de nosso corpus. Nossa abordagem visa relacionar a construção do sentido de indeterminação, seja através dos recursos sintáticos, seja através de mecanismos discursivos. Selecionamos a indeterminação por P6 como objeto de análise deste capítulo. Tal escolha se deve ao fato de ser um processo de indeterminação presente em todos os manuais de Língua Portuguesa, além de ser um fenômeno ainda não muito bem esclarecido.

Cumpramos observar se há verbos que favorecem esse tipo de indeterminação, que tempos verbais predominam, como as noções de aspecto podem contribuir para sua interpretação, etc.

O sujeito indeterminado com a P6 é uma forma marcada, não só pela ausência do sujeito, como também por sua indeterminação do agente.

Diz-se que é uma forma de se dizer algo quando não se quer ou não convém expressar o agente. Leitão (2007:134) cita a faceta ‘maliciosa’ da indeterminação, principalmente com a P6. Podemos pensar também em um tom de denúncia. Outrossim, em nosso corpus, notamos uma predominância de ocorrências no discurso direto. A voz do narrador só utilizar a indeterminação com P6 predominantemente na seção de cartas aos leitores, como a indicar o traço de coloquialidade dessa construção. Efetivamente, em textos acadêmicos, em artigos de política, de economia, entrevistas com autoridades, intelectuais, etc. a predominância é por indeterminação com SE, ou com o uso da voz passiva.

8.1 Coesão, coerência e indeterminação

A indeterminação com P6 não pode ser compreendida sem se recorrer ao texto. Uma vez que o sujeito pode estar ‘oculto’, por se já lhe ter feito referência alhures, através de um mecanismo de coesão por retomada, valendo-se de uma elipse, é mister retornar ao texto, sempre, para sabermos se estamos diante de um sujeito indeterminado ou não. Isso é muito natural, pois o texto é a unidade básica de sentido (cf. Azeredo, 1999, p.29). Classificar um sujeito como indeterminado com P6 implica em compreender se, no texto, realiza ele o papel de indeterminação do agente.

Conseqüentemente, a coesão é um fator importante para se estabelecer a indeterminação do sujeito. Quando o verbo conjugado em P6 não retoma, nem antecipa um referente expresso que lhe possa ser sujeito (sintaticamente falando), e há o sentido de

indeterminação do agente, estamos diante de uma caso de indeterminação do sujeito

São declarações absurdas e mentirosas. Há muito tempo a Rocinha controla os vapores (vendedores de droga). Como **poderiam planejar** invasão de uma área de sua própria facção?(...), desabafou uma moradora (O DIA, 18 07 2008 Geral, p. 05) (grifos meus)

Evidentemente, o enunciador se refere a Rocinha. Porém, Rocinha é um lugar, no singular. A locução em negrito retoma Rocinha, mas já com P6 de sujeito nulo. Interessa notar que o sujeito está indeterminado (sujeito nulo), bem como o agente da ação.

8.2 Análise do *corpus*

Neste capítulo, à guisa de ilustração preliminar, selecionamos como corpus o Jornal O Dia, do Rio de Janeiro.

O papel temático dos sujeitos indeterminados por P6 foi, **em cem por cento** dos casos, o papel de AGENTE. Isso vai ao encontro do que Pontes (1986) defende: o SN que ocupa a posição sujeito em uma oração, de ordinário, exerce o papel de agente. Por conseguinte, esses dados nos autorizam supor que a indeterminação do sujeito com P6 possui um protótipo: sujeito nulo cujo papel temático é o de agente.

Iniciaremos nossa análise agrupando os verbos cujo sujeito está indeterminado por P6 de acordo com os tempos verbais em que se encontram flexionados. Tal atitude se deve ao fato de o pretérito perfeito simples do indicativo ter sido predominante, totalizando mais de cinquenta por cento das ocorrências. Vejamo-las:

(479)“Por que **atiraram** na nossa direção?”, revoltou-se a viúva (IBDEM)

(480)“ Era uma pessoa íntegra e o que mais me machucou foi ver o jeito como ele foi tratado: **arrancaram** meu filho do carro como se fosse um saco de lixo. Nunca vou esquecer aquela cena triste que me fez perder meu bem mais precioso. **Fizeram** uma covardia com ele” desabafou Lindalva, com uma foto do casamento na mão (O DIA, 18 07 2008 Geral, p. 06)

(481) “ Quando **detectaram** o problema, passei a fazer três sessões de hemodiálise por semana(..)” disse (O DIA, 18 07 2008 Saúde, p. 14)

(482) “ (..) Comprei banana e me **entregaram** laranja”, reclamou o administrador Ruymarra. (O DIA, 21 07 2008 Geral, p. 03)

(483) “ Ouvia conversas, mas nada disso foi discutido na associação. **Fizeram** tudo às escondidas(...)”, ponderou o dirigente (O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 08)

(484) Lindalva Francisca da Silva, 77 anos, também se emocionou ao falar do jeito com que o filho foi retirado do carro. “Só assisti àquelas imagens porque não acreditaria se me contassem. **Arrancaram** ele [SIC] do carro, **jogaram** no chão. Era um homem maravilhosos e foi tratado como bicho, o que é doloroso para uma mãe (...)” (O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 14)

(485) “ O salário que **ofereceram** foi muito bom em termos de Brasil(...)” (O DIA, 17 07 2008 ATAQUE, p. 06)

(486) O embaixador classificou o episódio como “incidente sério”. “ Não **reconheceram** minhas credenciais(...),” afirmou. “Entrei na sala e me **pediram** rudemente para sair. Tendo me identificado como embaixador, não **quiseram** conversar comigo(...)” (O DIA, 19 07 2008 MUNDO, p. 13)

(487) “**Fizeram** tanta propaganda que os preços estavam baixos e agora **querem** puxar nosso tapete” (O DIA, 19 07 2008 ECONOMIA, p. 15)

(488) “Defendo o projeto há quatro anos. É legítimo, não é eleitoreiro. O presidente Lula falava do Bolsa Família em 2006, e não o **acusaram** de nada”, disse o senador (O DIA, 19 07 2008 PAÍS, p. 20)

(489) (...) Natalino entrou no plenário descontrolado, com as mãos levantadas exibindo as algemas. “Sou inocente, **fizeram** uma covardia”, gritou ele(...) (O DIA, 24 07 2008 GERAL, p. 14)

(490) Ao lado do senador, estavam, além da vereadora Lílian Sá, eleita com 5 mil votos na comunidade, os candidatos Nilo e Tânia Bastos (PRB), que resumiu o espírito da campanha: “Já que **abriram** espaço, a gente vai subindo...” (O DIA, 24 07 2008 PAÍS, p. 26)

(491) Ao comprar um medicamento na Drogaria Pacheco do Largo do Machado, fiquei constrangido quando o vendedor pôs o remédio a ser comprado numa bolsa vermelha da rede, fechada por um mecanismo que só poderia ser aberto no pagamento. **Disseram** que era norma da casa. (O DIA, 23 07 2008 OPINIÃO- CARTAS, p. 08)

(492) “**Disseram** que haviam matado um traficante, **colocaram** coisas na roupa dele. Meu filho não era isso. Quando a gente vai confiar de novo em um policial? Que seja feita a justiça”, lamentou a evangélica Sandra de Souza Marins, que em maio perdeu o filho(..) (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 16)

(493) “Me **empurraram**, me **chamaram** de tudo quanto é nome. O sargento que matou meu filho já está solto, apesar de ter sido condenado a 12 anos”, diz. (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 16)

(494) Hoje a cidade me aplaude. Até museu **fizeram** para preservar a minha história”,

disse certa vez a humorista [Dercy Gonçalves] (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 14)

Em todas elas, observamos os verbos em negrito no pretérito perfeito do indicativo. Tal observação sugere uma preferência acentuada por esses tempo. Para a indeterminação com P6. 16, 20, 25 e 29 distinguem-se das demais pelo fato de serem uma constatação, com valor argumentativo, ao passo que as demais possuem um tom de **denúncia**.

(481) refere-se a um diagnóstico, possivelmente médico, em que não há necessariamente um efeito de crítica. Mas tão-somente de relato. O mesmo raciocínio pode-se aplicar a (485) e a (494). Já (490), apesar de poder enquadrar-se o mesmo caso, faz sutilmente uma denúncia, visto que se pode entender que havia uma interdição qualquer. Contudo, a denúncia não se faz sobre o conteúdo do verbo conjugado em P6, qual seja, não se denuncia a abertura dos caminhos, mas sim seu estado anterior, em que se encontrava fechado.

A observação que se fez sobre (494) é esclarecedora quanto às demais doze ocorrências. Nestas a denúncia incide sobre a significação do verbo. Vejamos. Em (479), a viúva denuncia a ação de atirar. Observe-se, também, o verbo revoltar-se, cujo papel é de um verbo ‘dicendi’(aquele que introduz um ato de fala, típico do discurso direto; segundo a classificação de cano Aguilar é um verbo de comunicação verbal), que se poderia substituir por *dizer, afirmar, falar*, etc. O uso de “revoltou-se” ratifica o tom de inconformidade, de indignação, que permeiam a denúncia expressa pela indeterminação com P6. Atribui-se facilmente o traço [+HUMANO] ao agente que efetuou os disparos, embora se não saiba quem os praticou. Note-se que há uma citação através do discurso direto, na qual ocorre o sujeito indeterminado com P6.

Em (480) a denúncia incide sobre os verbos arrancar e fazer. Também há um ‘dicendi’ conseqüente com a denúncia: “desabafou”. Além desse verbo, há os verbos *machucar* e *perder*, além do adjetivo *triste*. Observe-se ainda: “**arrancaram** meu filho do carro como se fosse um saco de lixo”. O verbo *arrancar*, transitivo direto, tem o argumento sujeito indeterminado; seu objeto direto é o SN *meu filho*. Entretanto, ele solicita um outro argumento *do carro*. A oração com sujeito indeterminado em P6 é principal em relação à conformativa “*como se fosse um saco de lixo*”. O conteúdo semântico desta oração marca negativamente a ação de “arrancaram”. Como se pode notar a denúncia introduzida por sujeito indeterminado por P6 é frequentemente reforçada por outros elementos do texto.

(482) possui a estrutura de um adágio popular, conferindo-lhe aspecto de expressão cristalizada. Denuncia-se a *entrega* de algo que não fora combinado, através de uma metáfora (laranja). O verbo ‘dicendi’ *reclamar* reforça a denúncia de ter se sentido lesado. Há uma oposição entre um EU que fala e um agente indeterminado, representados pelas ações de

comprar e entregar. Note-se que se trata de verbo transitivo direto.

Em (483) percebe-se uma denúncia sobre o ato de *fazer*, verbo transitivo direto, cujo argumento objeto direto é representado pelo pronome indefinido TUDO, fortalecendo a idéia de indeterminação, não só do agente, mas também do que o agente fez. O verbo fazer, cujo sujeito está indeterminado por P6, retoma o conteúdo “nada disso”, referido a uma passiva, cujo agente é indeterminado. A expressão “ouvi conversas” é mais um elemento que dá o tom indeterminador do discurso, o qual protege o enunciador. Já o dicendi é “ponderar”, cujo valor semântico é mais tênue que os dos verbos das passagens anteriores (trata-se de uma afirmação ‘ponderada’, em que não necessariamente há indignação ou revolta).

Em (484) a denúncia se faz sobre os atos de *arrancar e jogar*, ambos transitivos diretos. O verbo *emocionar-se* citado anteriormente, a conformativa “[foi tratado] como bicho” e o adjetivo *dolorosos* denotam uma carga de reprovação, mágoa, como conseqüentes das ações de arrancar e de jogar. Note-se ainda a ocorrência de duas passivas (“foi retirado” e foi tratado”) as quais também realizam o papel de indeterminação do agente, produzindo, contudo, outros efeitos discursivos, visto que focalizam o paciente, não o agente. Contudo, o dicendi *falar* traz consigo uma aparente neutralidade. É de notar o pronome ELE como complemento do verbo, condenado pela norma padrão, mas corrente e gramatical no português (do Brasil), o que está a indicar uma certa informalidade, uma certa coloquialidade na construção com sujeito indeterminado com P6.

Em (486) a denúncia se dá em trono das ações de *reconhecer, pedir e querer*. O dicendi é o verbo *afirmar*, de aparentemente neutralidade, o que, aliás, condiria com um diplomata. Os verbos cujo sujeito está indeterminado por P6 são todos transitivos diretos. O primeiro possui um SN como objeto direto (“minhas credenciais”); outro possui complemento na forma de oração: o objeto direto de *pedir* é a reduzida de infinitivo “para sair”. Já *querer* é verbo modal, que indica uma apreciação do enunciador sobre seu próprio enunciado; é no modal que recaem as marcas morfológicas da indeterminação.

Em (487) há dois verbos com sujeito indeterminado em P6: *fazer e querer*. Ambos transitivos diretos, o primeiro possui um SN objeto direto, ao passo que o segundo integra uma locução verbal *querem puxar*, na qual exerce valor modalizador. A conjunção E, neste caso, possui nítido valor adversativo, opondo duas ações do agente indeterminado, o que confere a sua denúncia um tom argumentativo, ao expor as contradições do agente. A expressão “puxar nosso tapete” faz lembrar a coloquialidade, a frase feita do dia-a-dia, metaforicamente denunciando um ato sorrateiro, desonesto, uma trapaça.

Em (488) o tema político é notável. A denúncia estrutura-se em torno do verbo *acusar*.

Acusar é um verbo cuja carga semântica é semelhante à de *denunciar*, ambos, inclusive, muito pertinentes ao campo semântico de *política*. Ao indeterminar o sujeito com P6, o enunciador focaliza o agente indeterminado responsável pela denúncia, jogando para segundo plano o paciente, isto é, o alvo da denúncia, construindo um raciocínio que tenta retirar o denunciado do centro das atenções, colocando os acusadores em primeiro plano, julgando-os parciais e incoerentes, por não denunciarem – segundo o senador – caso análogo. Aqui a indeterminação do sujeito não é simplesmente um desabafo, uma constatação indignada, mas também e, principalmente, parte de um raciocínio, de uma argumentação persuasiva, conforme um político acusado deve proceder.

(489): Aqui o tom de denúncia é forte. Não há efeito discursivo que busque persuadir por meio de raciocínios elaborados, mas sim uma atitude desesperada (patente pelo adjetivo *descontrolado*, atribuído ao enunciador 2) de bradar a todos sua inocência, de afirmar, aos gritos (veja-se o dicendi *gritar*) ter sido vítima de perseguição. O verbo *fazer*, como transitivo direto, tem seu SN OD (objeto direto) materializado pelo SN “uma covardia”, o qual é coerente com o intuito de persuadir a outrem de sua condição de injustiçado.

Em (491) o verbo com sujeito indeterminado em P6 é o transitivo direto *dizer*. Seu complemento objeto direto está na forma oracional (oração subordinada substantiva objetiva direta). Denuncia-se o dito pelo(s) funcionário(s). Aliás, aqui, fica nítido que pode tratar-se de um único funcionário que disse ser norma da casa; mas, o plural contribui para aumentar o grau de indeterminação. A ausência do verbo dicendi deve-se ao fato de ser um texto da seção de cartas dos leitores. É a fala do enunciador (E1), não uma citação alheia em discurso direto (E2)

(492): Aqui há três ocorrências de indeterminação com P6, quer com o verbo *dizer*, quer com o verbo *colocar*, quer com o verbo *haver* (auxiliar na locução verbal haviam matado).

A denúncia recai sobre o ato de dizer, ou seja, denuncia-se, contesta-se de alguma forma o que foi dito pelo agente que está indeterminado. A seguir, há um uso do **pretérito mais que perfeito composto do indicativo** (ver adiante), no qual o auxiliar indica a indeterminação do agente/ sujeito. Note-se que, provavelmente, a referência é ao mesmo agente, que está indeterminado em ambos os casos.

O ato de “colocar coisas” é também denunciado, já que serviria como uma espécie de tentativa de incriminação, servindo de álibi. Observe-se o dicendi “lamentou”, induzindo à leitura de que havia um pesar no ato de denunciar (o que se ratifica pela informação de que perdera o filho). Quanto à transitividade verbal, há um transitivo direto, que como em (26)

tem seu OD em forma oracional. O verbo *haver*, como auxiliar, introduz as noções de pessoa e tempo, estando o núcleo significativo da locução no principal *matar* (é o que se denuncia – o assassinato de alguém). O verbo *colocar*, também transitivo direto, tem seu OD (objeto direto) representado pelo SN *coisas*, um autêntico ‘coringa’, capaz de substituir quase todos os SNs que tenham o traço [-ANIMADO]. Há outras indeterminações do agente, como o uso de “*a gente*” (processo em que o enunciador se coloca entre o universo dos possíveis agentes), bem como na passiva “*que seja feita justiça*”, não importando quem a faça, mas que ela seja feita; aqui se indetermina o agente do processo pelo uso da passiva.

Em (493) há mais duas ocorrências de indeterminação do sujeito com P6, estando envolvidos os verbos *empurrar* e *chamar*, ambos com seus ODs materializados, ambos, através do pronome ‘oblíquo’ “*me*”. O verbo *chamar* – cá, na acepção de *nomear* – é transitivo direto e indireto, admitindo também um OI (objeto indireto), que é o de que se chamou o ‘reclamante.’ Note-se a próclise em início de frase, condenada pela norma padrão. Tal uso indica um nível coloquial, com pouca formalidade. O dicendi é o verbo *dizer*, aparentemente neutro. Há uma passiva “*ter sido condenado*” em referência a um sargento. As denúncias recaem na ação de *empurrar* e de, digamos, ser difamado; o enunciador E2 foi paciente desses processos verbais, cujo agente optou por indeterminar.

Apesar de predominante, a indeterminação do sujeito com P6 no pretérito perfeito do indicativo não é exclusiva, porquanto ocorrem com outros tempos e outros modos verbais.

O presente do indicativo possui a segunda maior incidência, totalizando seis ocorrências, a saber:

Em (487) a denúncia da ‘traição’ já foi estudada anteriormente, devendo-se notar o uso do presente do indicativo em oposição ao pretérito perfeito do indicativo.

(495) A espera de quatro horas aumentou ainda mais o sofrimento da mulher, Graciela Aparecida Bernardo. “Quero apenas enterrar meu marido. Isso é o mínimo. Não **estão liberando** o corpo dele no IML porque **querem liberar** os dois PMs primeiro (...)”, disse. (O DIA, 18 07 2008 Geral, p. 05)

Em (495) temos duas locuções verbais, sendo a primeira portadora da noção de aspecto (ver adiante). Note-se que ambos os verbos principais das locuções acima são transitivos diretos, com ambos os ODs expressos por SNs (sintagmas nominais). Note-se ainda o verbo modal *querer*, no qual se realiza a indeterminação do sujeito com P6. A denúncia ocorre não só sobre a não-liberação, mas também sobre a falta de vontade em efetuar-se a liberação. Há uma denúncia sobre o fato em si e outra sobre a atitude dos que não querem realizá-la, o que se constrói pelo modal *querer*.

(496)A impunidade que impera no País não pode passar despercebida como se não fosse problema nosso. Quando **fraudam** os cofres públicos, o reflexo se dá no cotidiano da população (O DIA, 21 07 2008 OPINIÃO- Artigo de Tico Santa Cruz, p. 06)

Eles contam com a apatia do povo que se esforça para conseguir pagar as contas e dedica o tempo livre a esquecer o mal que lhes aflige. Eles conhecem o gado que estão criando faz tempo. Eles identificam uma classe intelectual que cansou de lutar e uma classe artística preocupada somente com seus brilhantes umbigos. (IBDEM)

Em (496) há indeterminação do sujeito com P6 do verbo *fraudar*. Note-se que se trata de verbo transitivo direto com SN OD materialmente expresso (“os cofres públicos”), paciente da ação de *fraudar*. Há também uma nominalização que apaga o agente através do substantivo abstrato “impunidade”.

É de perceber que o uso do pronome “eles” como sujeito de orações do segundo parágrafo da citação também realiza o sentido ‘indeterminação do agente’. Dentre os verbos envolvidos há um transitivo indireto (contar (com)) e dois transitivos diretos. Porém, há um sujeito materialmente expresso. Pode-se supor tal indeterminação, haja vista que o português falado no Brasil tem preferência pelo sujeito pleno. Dessa forma, muitas construções com um sujeito pleno ‘eles’ podem realizar a indeterminação do agente. Desnecessário apontar o tom de denúncia do colunista. O uso do presente do indicativo denuncia uma prática que ocorre no momento, algo atual; interessante também observar que o presente do indicativo nesse exemplo como nos anteriores não aparece isolado, mas acompanhado, seja de um verbo auxiliar, seja de um pronome sujeito, seja mesmo de uma conjunção (confronte-se com 480, 484, 489 e 492, em que o pretérito perfeito do indicativo inicia a oração).

Podemos supor que o sujeito pleno em P6, com agente indeterminado, permite o conteúdo de aspecto concluído progressivo cursivo. Note-se que não estamos falando de indeterminação do sujeito, mas de indeterminação do agente (sujeito pleno “eles”). No caso do presente simples do indicativo, a indeterminação do sujeito (sujeito nulo) se deu com o aspecto concluído progressivo iterativo.

(497) (...) disse ele [Fábio Gordo] , que garantiu ser promotor de eventos e alegou inocência da acusação de homicídio.“Não matei ninguém, como **estão dizendo**. Eu ia me apresentar na delegacia esta semana”. (O DIA, 23 07 2008 GERAL, p. 05)

A indeterminação se faz com o verbo *estar*, mas se denuncia o conteúdo do verbo *dizer*, bem como o aspecto do processo.

(498) Venho constantemente reclamando ao Disque –Luz sobre uma poste na rua Coimbra da Luz que está com a lâmpada queimada há quase um ano! Uma funcionária disse que era melhor reclamar com a ouvidoria. Acontece que lá não **atendem** o telefone. Como ficam os moradores? (O DIA, 23 07 2008 GERAL, p. 04)

Aqui a indeterminação do sujeito do verbo *atender* no presente do indicativo simples também não é o primeiro termo da oração: há os advérbios “não” e “lá”, antecedendo-o. O verbo aparece como transitivo direto (a norma padrão prescreve o uso com transitivo indireto – mais uma vez, a indeterminação com P6 envolve algum ‘desvio’ da norma padrão, comum no Português cá do Brasil) numa oração subordinada substantiva subjetiva, denunciando algo que é praxe (“venho reclamando” – mas não “atendem o telefone”), que é apresentado como uma espécie de rotina (cínica) da ouvidoria : um órgão que era para receber queixas (ou sugestões) simplesmente se recusa a atender as chamadas que se lhe dirigem.

(499) O delegado Marcus Neves, que investiga milícias na Zona Oeste, acredita que só em Campo Grande grupo do vereador Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho, fature R\$ 2 milhões por mês. “Nem todo dinheiro vai direto para o cofre. **Têm** que pagar os funcionários e as propinas para servidores”, afirma. (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 20)

O dicendi *afirmar* é aparentemente ‘isento’. Indetermina-se o verbo *ter*, da locução *ter que pagar*, que funciona como um modal. O delegado ‘afirma’, ou melhor, denuncia, a existência de grupo de milicianos que suborna “servidores”. Atribui-se o agente de *ter* a um ou mais dos integrantes do “grupo”. Porém, sintaticamente, não se pode relacionar o sujeito de *têm* a *grupo*. Cognitivamente, pode-se associar o verbo no plural ao grupo (que dá a idéia de plural – coletivo). Porém, a ausência de um sujeito materialmente expresso, o verbo conjugado em P6 e a falta de uma referência precisa (quem é o grupo? Quais são seus supostos integrantes?) autoriza-nos a classificar o sujeito como indeterminado. Sucede, entretanto, que aqui o presente do indicativo com sujeito indeterminado em P6 aparece no início da oração, o que demonstra a possibilidade desse tipo de construção, apesar de nas demais tal não ter ocorrido.

O futuro do pretérito do indicativo também se fez presente, com duas ocorrências

(500) “ São declarações absurdas e mentirosas. Há muito tempo a Rocinha controla os vapores (vendedores de droga). Como **poderiam planejar** invasão de uma área de sua própria facção?(...)”, desabafou uma moradora (O DIA, 18 07 2008 Geral, p. 05)

Aqui há um verbo modal “poder” no qual se materializa morficamente a indeterminação com P6. Não se trata de uma denúncia, mas sim de uma verificação, de uma constatação, estruturada através de uma ‘pergunta retórica’. O agente parece referir-se a

“Rocinha” , sintagma que ocupa posição de agente, em outra oração, e não a de locativo, como seria de supor, por tratar-se de um lugar. Há aí um espécie de metonímia (talvez, um bando que atue na Rocinha seja representado por toda a localidade, o que pode estar investido de um juízo preconceituoso).

O futuro do pretérito, devido a sua natureza, se presta a aventar hipóteses, o que está consequente com a estruturação do raciocínio.

(501) A Prefeitura deveria mandar limpar os brinquedos das praças do Rio. A limpeza não pode ficar restrita à varrição e ao recolhimento do lixo. **Deveriam** também **lavar** diariamente todos os brinquedos, principalmente aqueles destinados às crianças pequenas. (O DIA, 19 07 2008 OPINIÃO- CARTAS, p. 08)

A indeterminação com P6 aqui se dá com o verbo *dever* (auxiliar e modal). De fato, a denúncia se dá sobre o ato de (não) se lavarem os brinquedos. A exemplo de 37, e como muitas das ocorrências do pretérito perfeito, o futuro do pretérito tem ocorrido no início de frases. Ele não levanta aqui, diferentemente do que ocorre em (37), uma hipótese, mas exprime um desejo, que, no caso, é viável, é possível de ocorrer (e é esta possibilidade um dos fatores que podem ser os motivadores da queixa), daí ser uma espécie de reivindicação.

No excerto acima, reclama-se da “Prefeitura”, que deveria “*mandar limpar*”, ou seja, mandar que limpassem, que se limpasse (o agente de limpar está indeterminado). Vejam-se os substantivos (abstratos) “*varrição*” e “*recolhimento*”, os quais também apagam, indeterminam o agente. De fato, faz-se um crítica à Prefeitura, por negligência; a crítica não parece recair sobre os que não varrem, já que as decisões sobre o que deve ou não ser “limpo” pertencem à Prefeitura.

O pretérito- mais –que- perfeito composto do modo indicativo ocorreu uma vez, em (492). Nota-se a plena coerência em seu uso, a indicar fato sucedido anteriormente ao que se está narrando. Nota-se, ainda, que o uso da forma composta do mais-que-perfeito do indicativo indica o distanciamento com um registro literário, sendo caracterizado por uma certa espontaneidade.

Em (502), notamos a indeterminação com P6 através do pretérito imperfeito do indicativo:

(502) O amigo Nelson Couto protestou: “Ela não gostava de político. **Deviam tê-la levado** para o Teatro João Caetano”, disse o líder da irreverente Confraria do Garoto. (O DIA, 21 07 2008 Geral, p. 05)

O imperfeito do indicativo se dá com o modal *dever*. Há, deveras, uma queixa, um protesto, como o dicendi “protestar” está indicando, apesar de , a seguir, ser introduzido um

outro dicendi (“disse”). A construção em negrito exprime um desejo que não foi realizado, ao contrário do que sucedeu em (501); ao que parece, talvez seja inviável a sua realização: é mais uma queixa do que um pedido

Há ainda a presença dos modos subjuntivo e imperativo em nosso corpus.

No modo subjuntivo, o presente ocorreu duas vezes.

(503) “ Espero que não me **julguem(...)**”, repetiu Teresa (O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 05)

(504) É mais um caso em que não basta prender o ladrão, mas impedir que **roubem** (O DIA, 17 07 2008 OPINIÃO- EDOTORIAL, p. 10)

Em (503), exprime-se um desejo, ao passo que em (504) há uma afirmação mais incisiva, como a indicar uma certa finalidade, um certo propósito.

Ainda no subjuntivo, ocorre duas vezes o pretérito imperfeito:

(505) Lindalva Francisca da Silva, 77 anos, também se emocionou ao falar do jeito com que o filho foi retirado do carro. “Só assisti àquelas imagens porque não acreditaria se me **contassem**. Arrancaram ele [SIC] do carro, jogaram no chão. Era um homem maravilhosos e foi tratado como bicho, o que é doloroso para uma mãe (...)”(O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 14)

(506) “ Relembramos as normas fundamentais da abordagem e do respeito à vida, massificando que a arma só deve ser usada em último caso. Quem sabe se, no caso desta semana, **pudessem esperar** um pouco mais para atirar?” indagou Leitão. (O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 14)

Em ambas as ocorrências há a elaboração de uma hipótese, algo que poderia ter ocorrido, mas não aconteceu. Em (505) há meramente uma hipótese, elaborada através do verbo transitivo direto e indireto “contar”: seu OD é o pronome ME, ao passo que o OI, subentende-se, são os fatos demonstrados nas imagens (ela “tinha que ver para crer”). Em (506), há a presença do modal querer, cujo sujeito indeterminado por P6, deveria ter esperado um pouco mais. É uma espécie de lamento, já que a espera por um momento mais propício não ocorreu. Em (506) há um dicendi – o verbo indagar, muito pertinente ao ato de lamentar, é uma pergunta-lamento.

No imperativo, ocorreu:

(507) A Porto da Pedra decidiu mergulhar na curiosidade: “Não me **proíbam** criar. Pois preciso curiar! Sou o país do futuro e tenho muito a inventar!” (O DIA, 23 07 2008

GERAL, p. 09)

Aqui há o uso do imperativo negativo

(508) Lei Seca Não Proíbe Ninguém de Beber

A Lei Seca não proíbe ninguém de beber, conforme reclamam os que gostam de tomar umas e outras. Proíbe apenas que peguem o carro e saiam por aí matando a família dos outros. **Encham** a cara à vontade, mas depois **escolham** ônibus, metrô ou táxi. (O DIA, 17 07 2008 OPINIÃO- Cartas, p. 10)

Em (508) há uma referência aos “que gostam de beber”, que é indeterminada, pois não há uma referência precisa, ela é muito vaga. Mas há um sujeito gramatical “os que gostam de beber” que é perfeitamente atribuível aos verbos em terceira pessoa. No entanto, de um ponto de vista semântico ocorre indeterminação do agente. O uso do imperativo, nos termos em negrito indica uma referência, provavelmente, aos “que gostam de beber”, o mesmo sucedendo com os verbos “pegar” e “sair”, que estão no presente do indicativo.

(509): Agora é que eu quero ver a indignação da sociedade, passeatas pela paz, **soltarem** pombinhas brancas, **fincarem** cruzeiros nas parias, essas coisas (O DIA, 21 07 2008 OPINIÃO- Cartas, p. 06)

Em (509) a indeterminação com P6 se dá com o chamado infinitivo impessoal, através dos verbos “soltar” e “fincar”, ambos transitivos diretos, com objetos diretos expressos por SNs. Há uma denúncia de um tipo de comportamento, ao mesmo tempo em que há uma espécie de desafio.

8.3 Conclusão

Nestes exemplos do corpus, pudemos notar uma acentuada preferência pelo uso do pretérito perfeito simples do modo indicativo na construção de orações com sujeito indeterminado por P6 . Vale ressaltar que este tempo verbal, ao lado do presente do indicativo é o mais frequente na indeterminação com P6, de acordo com os dados levantados nesta pesquisa.

O presente do indicativo como tempo simples também ocorreu na indeterminação dos sujeitos, ocorrendo também junto à noção de aspecto concluído progressivo iterativo (que se constrói pela locução: ESTAR + GERÚNDIO). Outrossim, ocorreram indeterminações do agente com o verbo e P6 (sujeito pleno “eles” materialmente expresso) no presente do indicativo, em que o aspecto era concluído progressivo cursivo.

A mesclagem de vozes também foi observada. A maioria das incidências de

indeterminação do sujeito com P6 se deu com o discurso direto. Nessas citações em discurso direto, predominou o tom de denúncia. Outrossim, percebemos que os verbos ‘dicendi’ não eram sempre totalmente isentos, mas costumavam refletir um juízo sobre o discurso citado.

No que se refere à transitividade verbal, notamos a predominância de verbos transitivos. Notamos também o uso de verbos modais atuando no processo de indeterminação do sujeito.

À guisa de conclusão, podemos afirmar que o sujeito é uma categoria sintática. Logo, a indeterminação do sujeito deve ser verificada sintaticamente. A presença de um sujeito pleno pode indeterminar o agente, mas por si só já determina, sintaticamente, o sujeito.

Notamos também a ocorrência de indeterminação do sujeito em P6 apenas na voz ativa, sendo apenas o papel semântico de agente encontrado em nosso corpus como indeterminado na P6.

O sujeito indeterminado com a terceira pessoa do plural, sempre caracterizado pelo traço [+HUMANO], mostrou-se ligado a um discurso de **denúncia**, na maioria de suas ocorrências.

TABELA 1

Tipologia de verbos Transitivos envolvidos com indeterminação em P6

CLASSIFICAÇÃO	TOTAL: 38	OCORRÊNCIAS
Verbos de Ação Resultativa	07	Planejar(37), fazer(15), fazer(18), fazer(22), fazer(24), abrir(25), fazer(29)
Verbos de Objeto Afetado	03	Lavar(38), matar(27), fraudar(31),
Verbos de Movimento	10	Atirar(14),arrancar(15),entregar(17), levar(39), fincar(46), arrancar(19), jogar(19), puxar(22), colocar(27), empurrar(28),
Verbos com Objeto de Extensão ou Escala	00	
Verbos de Posse	03	Soltar(46), roubar(41), oferecer(20)
Verbos de Atitude	04	Liberar(30),liberar(30),esperar,(43),atender(35), proibir(44),

Verbos de Percepção	02	detectar(16), reconhecer(21),
Verbos de Vontade, Emoção, Sentimento	01	Julgar(40)
Verbos de Comunicação Verbal	08	Contar(19), pedir(21), conversar(21), acusar(23), dizer(26), dizer(27), dizer(34), chamar(28),

TABELA 2

Verbos auxiliares modais envolvidos com a indeterminação do sujeito com P6

Verbo Modal	Total: 08	Ocorrências
querer	03	(21), (22), (30)
ter (que)	01	(36)
poder	02	(37), (43)
dever	02	(38), (39)

TABELA 3

Verbos auxiliares aspectuais envolvidos com a indeterminação do sujeito com P6

Verbo Aspectual	Total: 02	Ocorrências
estar		(30), (34)

TABELA 4

Tempos e Modos verbais envolvidos com a indeterminação do sujeito com P6

Modo Indicativo

Modo Indicativo	Total: 26	Ocorrências
Presente	06	De (30) a (36)
Pretérito Perfeito	16	De (14) a (29)
Pretérito-mais-que-perfeito composto	01	(27)
Futuro do Pretérito	02	(37) e (38)
Pretérito Imperfeito	01	(39)

TABELA 5

Modo Subjuntivo

Modo Subjuntivo	Total: 04	Ocorrências
Presente	02	(40) e (41)
Pretérito Imperfeito:	02	(19) e (43)

TABELA 6
Modo Imperativo

Modo Imperativo	Total: 01	Ocorrência
Imperativo Negativo	01	(44)

9. Conclusões

A necessidade de analisar a indeterminação quer do sujeito, quer do agente, tendo subsídios nas noções de tempo, modo, aspecto fica patente. Se o verbo é o núcleo da oração, não podemos prescindir de analisá-lo profundamente, em todas as suas nuances, para bem analisarmos o sujeito (bem como qualquer outro termo da oração).

Neste capítulo, em amostragem preliminar de nosso corpus, notamos a influência que a postura do enunciador perante seu próprio enunciado (a modalização) pode exercer nos processos de indeterminação. O mesmo pudemos verificar quanto ao aspecto e ao tempo. Notamos ainda o uso de alguns apostos, a reduzir o grau de indeterminação, ou melhor, a tentar reduzir o sentido de indeterminação do sujeito que se obtém com a primeira pessoa do plural usada em referência genérica.

Os resultados quantitativos de nosso *corpus* forma os seguintes:

Indeterminação por P4: 219 ocorrências

Indeterminação por referência genérica: 145 ocorrências

Indeterminação por infinitivo impessoal: 72 ocorrências

Indeterminação por pronome indefinido: 50 ocorrências

Indeterminação por P6: 48 ocorrências

Indeterminação com SE: 42 ocorrências;

Indeterminação por pronome pessoal: 52 ocorrências

Indeterminação por nominalização: 8 ocorrências

Indeterminação por A GENTE: 3 ocorrências

(10) Indeterminação por VOCÊ: 1 ocorrência

9.1 Resultados de indeterminação por P4

Dos dados acima, podemos notar que o processo de indeterminação do sujeito mais utilizado em cartas de leitores é a indeterminação pela primeira do plural (P4), ocorrendo 219 vezes. Esse tipo de indeterminação é do sujeito, ou seja, não nenhum item lexical (ainda que recuperável do contexto) que possa exercer a função de sujeito das oração. Seu emprego pode oferecer diferentes efeitos discursivos. Um deles é o enunciador superpor sua voz à voz de toda uma certa coletividade, a qual ele tem a pretensão de representar. Além disso, pode funcionar como hábil mecanismo discursivo de convencimento, poi que, se é certo que o enunciador, necessariamente, se inclui na coletividade representada pela primeira do plural, não é menos verdadeiro que inclui seus interlocutores. Dessa forma, essa estrutura de

indeterminação possibilita a criação de um efeito de 'verdade' de uma maneira menos formal que a indeterminação por SE.

A indeterminação por P4 se caracterizou, na maioria de suas ocorrências pelo presente do indicativo, com verbos transitivos diretos ou intransitivos; nas locuções verbais, predominou o infinitivo.

TABELA 7

Tempos e Modos verbais envolvidos com a indeterminação do sujeito com P4

Modo Indicativo

Modo Indicativo	Total: 188
Presente	144
Pretérito Perfeito	14
Pretérito Imperfeito	6
Pretérito Mais-Que-Perfeito	0
Futuro do Presente	16
Futuro do Pretérito	8

TABELA 8

Modo Subjuntivo

Modo Subjuntivo	Total: 12
Presente	4
Pretérito Imperfeito	4
Futuro	4

TABELA 9

Modo Imperativo

Modo Imperativo	Total: 05
Imperativo Afirmativo	4
Imperativo Negativo	1

TABELA 10

Transitividade Verbal

	Total: 203
Verbo Transitivo Direto	77
Verbo Transitivo Indireto	0
Verbo Transitivo Relativo	29
Verbo Intransitivo	77
Verbo Biobjetivo	0

Verbo de Ligação	20
------------------	----

TABELA 11

Formas Nominais em Locuções Verbais

Forma Nominal	Total: 94
Infinitivo	81
Particípio	7
Gerúndio	6

9.2 resultados da indeterminação por referência genérica

A segunda estrutura de indeterminação mais frequente foi a indeterminação por referência genérica, ocorrendo 145 vezes, a qual se constitui em indeterminação do agente, visto que há um sujeito materialmente exposto. Essa construção vale-se de palavras ou expressões de significação muito vaga, genérica, imprecisa, como, por exemplo, “o povo”, “as pessoas”, “o cidadão”, “o brasileiro”, etc. É de notar que para construir a referência genérica, o enunciador pode valer-se de sujeitos singulares (povo, cidadão, brasileiro) ou de sujeitos plurais (As pessoas, os políticos, etc.), os quais podem vir acompanhados ou não de determinantes, adjuntos e apostos.. O grau de indeterminação não parece ser influenciado pelo fato de o sujeito estar no singular ou no plural, nem pela presença ou ausência de determinantes. Contudo, a presença de apostos ou de adjuntos pode contribuir para a redução do grau de indeterminação, pois que são capazes de 'delimitar' a extensão a referência.

TABELA 12

Tempos e Modos verbais envolvidos com a indeterminação do sujeito por referência genérica

Modo Indicativo

Modo Indicativo	Total: 162
Presente	132
Pretérito Perfeito	15
Pretérito Imperfeito	8
Pretérito Mais-Que-Perfeito	0
Futuro do Presente	3
Futuro do Pretérito	4

TABELA 13

Modo Subjuntivo

Modo Subjuntivo	Total: 20
Presente	12

Pretérito Imperfeito	6
Futuro	1
Pret. Mais-que-perfeito	1

TABELA 14
Modo Imperativo

Modo Imperativo	Total: 1
Imperativo Afirmativo	1
Imperativo Negativo	0

TABELA 15
Formas Nominais em Locuções Verbais

Forma Nominal	Total: 94
Infinitivo	81
Particípio	7
Gerúndio	6

9.3 Resultados de indeterminação por infinitivo

A indeterminação por infinitivo impessoal, com 72 ocorrências, foi a terceira mais frequente. Constitui-se ela em indeterminação do sujeito. Por focalizar mais ao processo verbal do que ao seu agente, esse tipo de construção possui alto grau de indeterminação. Nota-se, em muitas das ocorrências que os infinitivos que realizam esse tipo de indeterminação, seguem preposições, principalmente, “de”, e “para”. Ressaltamos que nesse tipo de indeterminação não consideramos os infinitivos com sujeito cancelado, ou seja, cujo sujeito pudesse ser recuperado pelo contexto (chamado, em muitas gramáticas, de infinitivo pessoal ou flexionado), nem os infinitivos de locuções verbais (igualmente com sujeitos cancelados, sendo, nesses casos, chamados de “impessoais”, pelas análises mais tradicionais).

TABELA 16
Transitividade Verbal

	Total: 74
Verbo Transitivo Direto	55
Verbo Transitivo Indireto	4
Verbo Transitivo Relativo	8
Verbo Intransitivo	5

Verbo Biobjetivo	2
Verbo de Ligação	0

9.4 Resultados de indeterminação por pronome indefinido

Os pronomes indefinidos, realizadores de indeterminação do agente, foram o quarto procedimento de indeterminação mais frequente, totalizando 50 ocorrências. Esse tipo de indeterminação assemelha-se à indeterminação por referência genérica, não só pelo fato de ambas serem indeterminações do agente (não do sujeito), mas pelo fato de as expressões de referência genérica possuírem um valor de pronomes indefinidos. Dentre os indefinidos, destacaram-se os pronomes *quem* (28 ocorrências), *ninguém* (21 ocorrências), *alguém* (9 ocorrências), *todos* (8 ocorrências), *outros* (4 ocorrências), *alguns* (2 ocorrências) e *quais* (1 ocorrência)

TABELA 17

Tempos e Modos verbais envolvidos com a indeterminação por pronome indefinido
Modo Indicativo

Modo Indicativo	Total: 68
Presente	54
Pretérito Perfeito	8
Pretérito Imperfeito	2
Pretérito Mais-Que-Perfeito	0
Futuro do Presente	2
Futuro do Pretérito	2

TABELA 18

Modo Subjuntivo

Modo Subjuntivo	Total: 6
Presente	5
Pretérito Imperfeito	1
Futuro	0

TABELA 19

Modo Imperativo

Modo Imperativo	Total: 00
Imperativo Afirmativo	0
Imperativo Negativo	0

TABELA 20

Transitividade Verbal

	Total: 75
Verbo Transitivo Direto	46
Verbo Transitivo Indireto	0
Verbo Transitivo Relativo	9
Verbo Intransitivo	13
Verbo Biobjetivo	0
Verbo de Ligação	7

TABELA 21

Formas Nominais em Locuções Verbais

Forma Nominal	Total: 21
Infinitivo	13
Particípio	0
Gerúndio	8

9.5 Resultados de indeterminação por P6

Com 48 ocorrências a indeterminação pela terceira do plural, indeterminação do sujeito, foi o quinto processo de indeterminação mais frequente. As observações feitas no capítulo 4 desta dissertação foram elaborada a partir da análise do corpus. É de destacar, contudo, que esse processo de indeterminação foi superado pela indeterminação por P4, a qual, sequer, comparece nas gramáticas escolares e livros didáticos (ver item 8.6 desta dissertação). Os dados dessa análise forma declinados no capítulo anterior.

9.6 Resultados da indeterminação por SE

A indeterminação com Se foi o sexto caso mais frequente de indeterminação, com 42 ocorrências ao total. Como já analisado, trata-se de indeterminação do sujeito. Ressaltamos que, neste trabalho, desconsideramos a existência de uma voz passiva sintética. Inclusive, em nosso corpus, houve apenas um caso em que a concordância do verbo com o suposto sujeito da voz passiva sintética (ou melhor, a concordância do verbo com o objeto direto) sucedeu, apesar das várias construções com “verbo transitivo direto + SE + objeto direto (plural)” encontradas, que mantiveram o verbo no singular (o que é de destacar, pois que as cartas são

passíveis de edição pelo jornal). Ainda quanto à indeterminação por SE, destacamos a ocorrência 314.2, com o SE + gerúndio, em que o verbo 'tratar' realiza a significação impessoal. Note-se que a construção “em se tratando de” aparece em muitas gramáticas e manuais de língua portuguesa como “sujeito indeterminado”, o que não é confirmado neste trabalho (cf. Bechara, 2006). Em (273.1) “Que dificuldade para se **colocar** uma CPI **investigando** a Petrobrás” (Diário de São Paulo, 24/05/2009) (grifos meus), notamos o uso da construção “infinitivo + SE”, condenada por alguns gramáticos.

TABELA 22

Tempos e Modos verbais envolvidos com a indeterminação por SE

Modo Indicativo

Modo Indicativo	Total: 42
Presente	39
Pretérito Perfeito	3
Pretérito Imperfeito	0
Pretérito Mais-Que-Perfeito	0
Futuro do Presente	0
Futuro do Pretérito	0

TABELA 23

Modo Subjuntivo

Modo Subjuntivo	Total: 3
Presente	3
Pretérito Imperfeito	0
Futuro	0

TABELA 24

Modo Imperativo

Modo Imperativo	Total: 00
Imperativo Afirmativo	0
Imperativo Negativo	0

TABELA 26

Formas Nominais em Locuções Verbais

Forma Nominal	Total: 10
Infinitivo	7
Particípio	1
Gerúndio	2

9.7 Resultados da indeterminação por pronomes pessoais

Com 52 ocorrências, aparece a indeterminação por pronomes pessoais, indeterminação do agente. A indeterminação com o pronome “nós” (46 ocorrências) foi a mais frequente, o que corrobora o fato de a indeterminação com P4 ter sido a mais frequente de todo o corpus. A indeterminação com o pronome “eles” teve duas ocorrências e a indeterminação com o pronome “eu”, apenas uma. Vale ressaltar que esse tipo de indeterminação se caracteriza por um efeito de sentido em que se fala em tese, uma espécie de hipótese.

TABELA 27

Tempos e Modos verbais envolvidos com a indeterminação por pronomes pessoais

Modo Indicativo

Modo Indicativo	Total: 46
Presente	37
Pretérito Perfeito	2
Pretérito Imperfeito	2
Pretérito Mais-Que-Perfeito	0
Futuro do Presente	4
Futuro do Pretérito	1

TABELA 28

Modo Subjuntivo

Modo Subjuntivo	Total: 2
Presente	1
Pretérito Imperfeito	1
Futuro	0

TABELA 29

Modo Imperativo

Modo Imperativo	Total: 00
Imperativo Afirmativo	0
Imperativo Negativo	0

TABELA 30

Transitividade Verbal

	Total: 52
Verbo Transitivo Direto	37
Verbo Transitivo Indireto	0

Verbo Transitivo Relativo	5
Verbo Intransitivo	2
Verbo Biobjetivo	0
Verbo de Ligação	8

9.8 Resultados de indeterminação por nominalização

A indeterminação por nominalização é um processo de indeterminação do agente, em que o sujeito é representado por substantivo abstrato, derivado de verbo. Assim, temos: 'a construção da ponte', 'a poda de árvores', etc. Esse processo ocorreu 8 vezes, sendo a oitava mais frequente.

9.9 Resultados de indeterminação por *você* e *a gente*

Finalizando, temos a indeterminação pela expressão 'a gente' e pelo pronome 'você', com respectivamente, 3 e 2 ocorrências. Trata-se de processos de indeterminação do agente. Ao contrário do que sucede na oralidade, essas construções não aparecerem com expressividade em nosso corpus, possivelmente por tratar-se texto escrito. Cabe ressaltar que 'a gente' tem sido empregado por sinônimo de 'nós', na linguagem coloquial, não ocorrendo, entretanto, tal alternância em nosso corpus.

9.10 Considerações finais

Após o levantamento desses dados, cabe investigar mais detalhadamente quais verbos participam de que tipos de indeterminação. Seria interessante verificar quais verbos modais costumam aparecer nos processos de indeterminação do sujeito.

Outrossim, deve-se investigar mais detidamente os efeitos discursivos da indeterminação do sujeito ou do papel temático por ele exercido nos mais diferentes tipos de texto: o jornalístico, o literário, o discurso político, os textos acadêmicos ou de produção científica, etc.

Cabe, ainda, averiguar se a indeterminação ocorre com frequência em outra função sintática, como, por exemplo, os objetos, adjunto adnominal, etc. Se ocorrerem com frequência, cabe ainda verificar a importância do verbo nesses processos.

Deve-se também analisar o quanto os apostos e adjuntos adnominais contribuem para

reduzir (ou aumentar) o grau de indeterminação de certos SNs empregados em referência genérica.

Fica patente, contudo, a importância de analisar as relações sintático-semânticas nos processos de indeterminação do sujeito (ou da indeterminação de seu papel temático), considerando sempre os aspectos pragmático-discursivos envolvidos em sua produção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina: curso único e completo*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008a.
- _____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2008b.
- _____. *Iniciação à sintaxe do português*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Para uma gramática estrutural da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gernasa, 1975.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- _____. Evanildo. *Lições de português: pela análise sintática*. 18. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BELTRÃO, Eliana Santos; GORDILHO, Tereza. *Novo diálogo: língua portuguesa. 7º ano*. Edição renovada. São Paulo: FTD, 2008.
- _____. *Novo diálogo: língua portuguesa .6º ano*. Edição renovada. São Paulo: FTD, 2007
- BUENO, Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1944.
- CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.
- _____. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. *Construções e funções no discurso jornalístico: o processo cognitivo de mesclagem de vozes* In: AZEREDO, José Carlos de (org.). *Letras e comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, pp. 230-246.
- COSTA, Cibele Lopresti; LOUSADA, Eliane Gouvêa; SOARES, Jairo J. Batista; PRADO, Manuela. *Para viver juntos: português, 7º Ano: ensino fundamental*. São Paulo: Edições SM, 2008.

COSTA, Sônia Bastos Borba. *O Aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1990.

DUARTE, M.E.L. Do pronome nulo ao pronome pleno: trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas : UNICAMP, 1993, p. 107-128.

_____; LOPES, Célia Regina Dos Santos. *Realizaram, realizou-se ou realizamos...? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX*. In: _____ ; CALLOU, Dinah (orgs). *Para a História do Português Brasileiro Vol. IV: Notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2002, pp 155-165.

FERREIRA, Mauro. *Aprender e praticar gramática*. Edição Renovada. São Paulo: FTD, 2007.

FILLMORE, *Em Favor do caso* [The Case for the Case.], 1968 In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro, *A Semântica na linguística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, pp.275-365.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 1. ed. São Paulo: Ática , 2008.

FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo “gramática”?*. São Paulo: Parábola, 2006.

GASSER, Michael. *How language works*. 3.0 Edition. Indiana University:2006. Disponível em <www.indiana.edu/~hlw/Sentences/schemas.html>. Acesso em 30 mar. 2009.

GÓIS, C. *Método de análise*. 14 ed. Minas Gerais: Editora e propriedade do autor, 1947.

HAILER, Marco Antonio de Almeida; MASSONI, Maria Izabel; ARANHA, Solange. *Ponto de encontro: língua portuguesa, 7º Ano*. São Paulo: FTD, 2009 a.

_____. *Ponto de encontro: língua portuguesa, 8º Ano*. São Paulo: FTD, 2009 B.

HAVY, Amini Boainaim. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

HAWAD, Helena Feres. Tema, *Sujeito e Agente: A voz passiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional*. 2002, 152 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, .

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea*. 1 ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2003.

_____. Quarenta anos de nomenclatura gramatical brasileira. *Cadernos de língua portuguesa do instituto de letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.20-33, 1º semestre de 1999.

IKEDA, Sumiko Nishitani. O Pronome SE. *Cadernos Puc*, São Paulo, n. 5, p. 111-147, mar. 1980.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.

JUCÁ FILHO, C. *Curso de português*. São Paulo: [s.n.], 1954.

_____. *O fator psicológico na evolução sintática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas- Serviço de Publicações, 1971.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Novas lições de análise sintática*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1997.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Gramática crítica: o culto e o coloquial no português brasileiro-teoria e prática*. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 2007

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico*. 5. ed, São Paulo: Pioneira, 1978.

MACEDO, Walmirio. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1991.

MAIA, Jorge Roberto Nascimento. *Said Ali e o ideal de uma gramática pedagógica*. 1997. 115 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análises de textos de comunicação*. [tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha].4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCHETTI, Greta, STRECKER, Heid; CLETO, Mirella L. *Para viver juntos: português, 9.º ano: ensino fundamental*. São Paulo: Edições SM, 2008.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MESQUITA, Roberto Melo. *Gramática da língua portuguesa*. 5 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

MILANEZ, Wânia. [Dissertação de mestrado] *Recursos de indeterminação do sujeito*. Campinas: UNICAMP, 1982.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PASCHOALIN, Maria Aparecida; SPADOTO, Neusa Terezinha. *Gramática: teoria e exercícios*. Edição Renovada. São Paulo: FTD, 2008.

PENTEADO, Ana Elisa de Arruda; MARCHETTI, Greta; STRECKER, Heidi; SCOPACASA, Maria Virgínia; LOUSADA, Eliane Gouvêa. *Para viver juntos: português, 8º ano: ensino fundamental*. São Paulo: Edições SM, 2008.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940.

PEREIRA, José Reis. *Sintaxe estrutural*. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2000.

- PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- PONTES, Eunice Souza de Lima. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: editora Ática; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- RANAURO, Hilma. *O falar do Rio de Janeiro – um estudo de caso*. Livraria Editora Cátedra em convênio com Faculdades Integradas Castelo Branco. Rio de Janeiro: 1988.
- RESENDE, Viviane de Mello et al. Uma abordagem semântica para o problema da chamada voz passiva sintética. *Glaucks-revista de letras e artes: estudos lingüísticos*, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 218-224, jan./jun. 2004..
- RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 2006.
- RODRIGUES, Marcia Groppa. *Construção de voz na língua portuguesa: as implicações dos papéis semânticos de agente, paciente e conceitos correlatos*. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa)- Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SILVA, Augusto Soares da. *Linguagem, cultura e cognição, ou a linguística cognitiva*, In: _____, TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (orgs.), *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. Coimbra: Almedina, vol. I, 2004, pp.1-18. Disponível em < http://jcienciascognitivas.home.sapo.pt/05-11_silva.html>. Acesso em 30 Abr. 2009.
- SOUSA e SILVA, Maria Cecília Pérez de. *Linguística aplicada ao português*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 2000.
- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. *Gramática de hoje*. 6 ed. São Paulo: Scipione, 1999.
- TERRA, Ernani. *Curso prático de gramática; supervisão pedagógica José de Nicola*. Edição reformada. São Paulo: Scipione, 2006.
- TERSARIOL, Alpheu. *Português: leitura e gramática*. 3ºVolume. São Paulo: Didática Irradiante S.A., 1971.
- TORRALVO, Izeti Fragata; MINCHILLO, Carlos Cortez. *Linguagem em movimento: literatura gramática, redação: ensino médio, volume 2*. São Paulo: FTD, 2008.
- VILANOVA, José Brasileiro. *Aspectos estilísticos da língua portuguesa*. Recife: casa da Medalha, 1977.

ANEXO: CORPUS COMENTADO

A seguir, citamos as ocorrências que foram objeto de nossa pesquisa. Vale ressaltar que omitimos as ocorrências já analisadas e abordadas ao longo do trabalho. Nessa transcrição, destacamos os casos de indeterminação (do sujeito ou dos papéis semânticos exercidos pelo sujeito), os verbos que se lhes relacionem, apontando-lhes o tempo e a pessoa em que se encontram flexionados. Citamos também, no caso das indeterminações ‘semânticas’ por referência genérica, o núcleo do substantivo, seus adjuntos, determinantes, seu número e seu gênero. O mesmo sucedeu nas indeterminações por nominalização.

O realce que demos ao verbo se deve à nossa premissa de que ele é o núcleo da oração e de que é a partir dele que a oração e, pois, o enunciado se vai estruturando.

Outrossim, a algumas ocorrências transcritas, apusemos notas ou observações, analisando aspectos discursivos, semânticos ou mesmo o contexto sintático em que as indeterminações se deram.

Vale ratificar a terminologia adotada neste trabalho:

1) Indeterminação com P4: trata-se de indeterminação do sujeito, com verbo na 1.^a pessoa do plural, em referência genérica, sem sujeito expresso .

2) Indeterminação por P6: trata-se de indeterminação do sujeito, com verbo na 3.^a pessoa do plural, em referência genérica, sem sujeito expresso.

3) Indeterminação por Referência Genérica: uso de substantivos, com ou sem adjuntos, que, por sua natureza semântica, ou por seu uso discursivo, refira-se a seres humanos [+HUMANO] de forma imprecisa, vaga genérica; que tente ‘camuflar’ a identidade do sujeito atrás de nomes de grupos ou de instituições. Trata-se de indeterminação do papel temático exercido pelo sujeito, de ordinário, indeterminação do agente.

4) Indeterminação por Pronome Indefinido: por haver um pronome indefinido sujeito, consideramos indeterminação do papel temático. Qualquer pronome indefinido com sujeito de oração. Cabe observar as notas e observações que tecem comentários acerca de eventuais graus de indeterminação entre eles.

5) Indeterminação por pronomes demonstrativos de valor indefinido: é, na verdade, um subtipo da indeterminação com os indefinidos, destacados pela eventual confusão ou dúvida que possam suscitar; muito freqüentemente, aparecem ligados a orações adjetivas.

6) Indeterminação por Nominalização: mais um caso de indeterminação do papel temático. Constitui-se no uso de substantivos abstratos, comumente derivados de verbos, que expressam uma ação que teria sido realizada por seres humanos, ocultando-lhes a identidade;

7) Indeterminação por Pronome Pessoal: indeterminação do papel temático. Qualquer pronome pessoal usado em tom genérico, muito amiúde, hipotético, em tese.

8) Indeterminação por VOCÊ: indeterminação do papel temático; uso de VOCÊ em tom genérico ou hipotético (a exemplo da Indeterminação por Pronomes Pessoais).

9) Indeterminação por A GENTE: indeterminação do papel temático; semelhante ao anterior.

10) Indeterminação por Infinitivo Impessoal: indeterminação do sujeito;

11) Indeterminação por SE: indeterminação do sujeito;

12) Indeterminação por SE + Infinitivo Impessoal;

13) Indeterminação com P3: indeterminação do sujeito, com verbo na terceira pessoa do singular sem a palavra SE.

Trechos extraídos do *Corpus*

Jornal “O Globo” dia 10/02/09

1) A **informação** só nos **chega** pela imprensa, sem ela, o deputado Edmar Moreira continuaria encastelado no seu suntuosíssimo Monalisa, e também encastelado na Câmara dos Deputados como segundo vice-presidente e corregedor, apesar de uma folha corrida de dar inveja a muito criminoso procurado pela polícia.

1 A) Indeterminação do agente com nominalização (informação), verbo chegar na P3 do Presente do Indicativo

2) A **conclusão** a que **se chega** é que, se há **um político** com esse currículo exercendo cargos de tanta relevância e responsabilidade sem que **seus pares conheçam** o seu passado, quantos **outros** do mesmo nível **terão** funções e poderes imerecidos até que a imprensa, na sua ação democrática e sagrada, **informe** a população?

2 A) Indeterminação do agente com nominalização (conclusão), verbo ser na P3 do presente do Indicativo;

2 B) Indeterminação por SE, verbo chegar, P3 no presente do Indicativo;

2 C) Indeterminação por referência genérica (seus pares), verbo na P6 do Presente do

Subjuntivo;

2 D) Indeterminação por pronome indefinido(outros), verbo ter, futuro do presente do indicativo na P6

2 E) Indeterminação por Referência Genérica metonímica (imprensa), verbo informar na P3 do Presente do Subjuntivo

3) **Milhares de cidadãos** de baixíssima renda **continuam sendo** entrevistados pela **assistência social** da prefeitura com a expectativa de serem perdoadas as dívidas com o IPTU, mas **ninguém** tem logrado êxito.

3.1) Indeterminação por referência genérica (Milhares de cidadãos), locução verbal continuam sendo, auxiliar continuar na P6 do Presente do Indicativo e auxiliar ser no gerúndio;

3.2) Indeterminação com pronome indefinido ninguém, locução verbal tem logrado, verbo ter auxiliar e verbo principal lograr: pretérito perfeito composto do indicativo, em P3

4) Agora **vamos aguardar** mais uma decisão do nosso supremo Tribunal, por ocasião do **julgamento** do pedido que esse “inocente” diz que fará para mudar de partido.

4.1) Indeterminação por P4: locução verbal vamos aguardar, auxiliar ir e principal aguardar, valor de futuro do presente do indicativo;

5) A ação da imprensa privada tem complicado a vida de **quem quer fazer** falcatruas com o dinheiro público.

5.1) Indeterminação por pronome relativo quem, locução verbal quer fazer, verbo auxiliar querer em P3 do presente do indicativo, verbo principal fazer no infinitivo impessoal

6) Agora, **sabe-se** que tal castelo existe há mais de dez anos, tendo sido anteriormente um cassino, e que o deputado foi democraticamente eleito pelo povo, **que** de tudo **sabia**, e ainda teve trajetória de fulgurante sucesso como político e empresário.

6.1) Indeterminação por pronome “SE”, verbo saber, P3 do presente do indicativo;

6.2) Indeterminação por pronome relativo que de antecedente em referência genérica “povo”, agente da passiva na oração anterior, verbo saber na P3 do pretérito imperfeito simples do indicativo;

Jornal “O Dia” de 4/06/09

7) Ninguém sabe, ninguém viu.

7.1) Indeterminação por pronome indefinido ninguém, verbo saber, P3 presente do indicativo;

7.2) Indeterminação por pronome indefinido ninguém, verbo saber no pretérito perfeito do indicativo, em P3.

OBS.: Note-se que se trata de “chavão”, “frase feita”.

8) Veremos a mesma coisa que Edson Ezequiel fez deixando os gonçalenses na lama.

8.1) Indeterminação por verbo em P4, verbo ver, futuro do presente do indicativo

9) Gente, agora é bobagem, perda de energia e de neurônios, protestar e se aborrecer porque esta ou aquela capital brasileira ficou de fora da Copa do Mundo de 2014.

9.1) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo protestar; E

9.2) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo aborrecer-se, presentes em oração subjetiva.

OBS.: Note-se o vocativo genérico ‘gente’..

10) Precisamos é da união de todos.

10.1) Indeterminação por verbo em P4, verbo precisar, no presente do indicativo.

11) Os visitantes precisam constatar que os brasileiros têm capacidade e competência para realizar grandes eventos.

11.1) Indeterminação por palavra em referência genérica: “Os visitantes”, masculino plural, locução verbal ‘precisam constatar’, auxiliar precisar, em P6 do presente do indicativo, principal constatar;

11.2) Indeterminação por palavra em referência genérica: “os brasileiros”, masculino plural, verbo ter em P6 do presente do indicativo.

OBS.: Note-se que o segundo sujeito indeterminado está em uma Objetiva direta da principal, que contém o outro caso de indeterminação, ambos do mesmo tipo; conjunção integrante “QUE”.

12) Faculdade pública deveria ser um instrumento de ascensão social para quem não pode

pagar uma unidade particular.

12.1) Indeterminação com pronome relativo ‘quem’, locução verbal ‘pode pagar’, auxiliar poder em P3 no presente do indicativo, principal pagar.

OBS.: Notar que ‘faculdade pública’ não é indeterminação em referência genérica no singular, pois que o traço [+HUMANO] não é 'absoluto' – os membros que a integram, bem como seu aparato técnico, suas ferramentas, sua aparelhagem, as condições materiais, enfim, são relevantes)

13) Em vez de **deixar** que **políticos e ONGs decidam**, vamos **decidir** por **nós** mesmos se **queremos estabelecer** privilégios para uns poucos no Brasil.

13.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS (sujeito pleno), locução verbal ‘vamos decidir’, auxiliar vamos no presente do indicativo, em P4, e principal decidir, sem necessário valor de futuro, visto que pode ser interpretada como ‘decidamos’, isto é, um convide, uma conclamação;

13.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS (oculto), locução verbal, ‘queremos estabelecer’, verbo auxiliar querer em P4 do presente do indicativo e principal estabelecer.

OBS.: Note-se que esta oração é objetiva direta da anterior, que também contém indeterminação; conjunção integrante “SE”.

13.3) Indeterminação por P4, verbo deixar, infinitivo, sujeito cancelado.

13.4) Indeterminação por palavra em referência genérica plural “políticos” (sem artigo), verbo decidir em P6 do presente do subjuntivo;

13.5) Indeterminação por palavra em referência genérica plural “ONGs”, verbo decidir, em P6 do presente do subjuntivo;

Obs.: Note-se que 13.4 e 13.5 estão em objetiva direta que tem por principal a oração cujo sujeito é o infinitivo impessoal de 13.3. Note-se, outrossim, que ‘ONGs’ distingue-se de ‘faculdade Pública’, em 12, pela própria natureza dos verbos de que são sujeitos: o verbo ser, em 12, não é específico de seres humanos, ao contrário do verbo decidir, em 13, com nítido traço [+HUMANO].

Jornal “O Dia” de 5/06/09

14) E não **podemos esquecer** o mosquito da Dengue.

14.1) Indeterminação por P4, locução verbal ‘podemos esquecer’, auxiliar poder, em P4 do presente do subjuntivo; principal ‘esquecer’. Prevalece o valor temporal de presente.

15) O fato de **Cuba rejeitar voltar** para os quadros da Organização do Estados Americanos (OEA) **foi** um tapa na cara desses **caras** que se **acham** “o cara”.

15.1) Indeterminação por palavra singular em referência genérica- Cuba – locução verbal ‘rejeitar voltar’; verbo rejeitar (infinitivo) introduzindo oração objetiva direta reduzida de infinitivo, com o verbo voltar (infinitivo impessoal) de sujeito retomável, cognitivamente ‘Cuba’.

OBS.: Aplica-se a Cuba o mesmo que a ONGs em 13; tal se pode afirmar devido à natureza do verbo rejeitar; embora apenas o traço [+ANIMADO] lhe seja necessariamente atribuível, podemos, pelo contexto, ter certeza do traço [+HUMANO] – “o governo de Cuba rejeitou”, por exemplo

15.2) Indeterminação por pronome relativo “QUE”, sujeito, cujo antecedente é a expressão em referência genérica masculino plural “esses caras”, com determinante pronome demonstrativo ‘esses’, também em referência genérica, imprecisa, no contexto acima; verbo achar-se em P6 do presente do indicativo; verbo achar-se sinônimo de considerar-se, o que lhe confere, no exemplo, o traço [+HUMANO].

16) As tardes de domingo tornaram-se um inferno para os moradores da Rua Petrocochino, em Vila Isabel. (...) Não **conseguimos** mais **dormir**.

16.1) Indeterminação por P4, locução verbal ‘conseguir dormir’, auxiliar conseguir em P4 do presente do indicativo e principal dormir, havendo adjunto adverbial “mais” dentro da locução. Valor temporal de presente.

17) Pedestres não **têm** mais acesso a calçadas.

17.1) Indeterminação por palavra masculina plural sem determinante em referência genérica “Pedestres”, verbo ter, em P6 do presente do indicativo.

OBS.: Note-se que, a exemplo do sujeito ‘pedestres’, o complemento nominal ‘calçadas’ não tem determinante e está, também, no plural.

Jornal “O Dia” de 6/06/09

18) Servidores do Rio ficam sem casa própria.

18.1) Indeterminação com palavra masculina plural em referencia genérica sem determinante “Servidores do Rio”, verbo ficar, em P6 do presente do indicativo.

19) Isso pode durar mais de 30 minutos, até que, dependendo da nossa paciência, **desistamos** de **tentar** esta comunicação.

19.1) Indeterminação por P4, verbo desistir em P4 do presente do subjuntivo, introduzindo Objetiva indireta;

19.2) Indeterminação por P4, verbo tentar, infinitivo, sujeito cancelado, em oração que é objetiva indireta da anterior (19.1).

Obs: Notar que a indeterminação de 19.1 está em oração subordinada temporal introduzida pela locução conjuntiva ‘até que’ (temporal terminal, segundo Bechara).

20) Moradores da Maré querem paz.

20.1) Indeterminação com palavra masculina plural em referencia genérica, “Moradores da Maré”, sem determinante, verbo querer em P6 do presente do indicativo.

OBS.: Note-se a redução da ‘força’, do ‘grau de indeterminação’ pelo adjunto adnominal “da Maré”, que restringe, dentro do universo total de seres humanos, aqueles a que se refere o enunciado. Todavia, há aí, ainda assim, caráter indeterminado, pois que o enunciado ‘insinua’ que todos, indistintamente, que residem na Maré, “querem paz”.

Jornal “O Dia” de 7/06/09

21) A preocupação de **quem mora** nos arredores é que se transforme em um foco de insetos, incluindo o mosquito da dengue.

21.1) Indeterminação por pronome relativo ‘quem’, sem antecedente, verbo morar em P3 do presente do indicativo.

22) **Vislumbra-se** a campanha mais transgressora e suja dos últimos tempos, com o **esmagamento** do que resta de nossas instituições.

22.1) Indeterminação por SE, verbo vislumbrar na P3 do presente do indicativo;

22.2) Indeterminação por nominalização, substantivo abstrato ‘esmagamento’, derivado do verbo ‘esmagar’. Pelo contexto, pode-se-lhe atribuir o traço [+HUMANO], pois ‘campanha transgressora e suja’ refere-se a ação de seres humanos, a qual ‘esmagará’ as

instituições; trata-se de um plano abstrato, não uma ‘esmagamento’ físico.

23) O desaparecimento do avião da Air France revelou como **nós, brasileiros, somos** reféns da falta de seriedade das nossas chamadas autoridades e da falta de investimentos em setores essenciais

23.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de apostro, masculino plural, em referência genérica, sem determinante, verbo ser em P4 do presente do indicativo.

OBS.: Notar que apostro reduz o ‘grau de indeterminação’, pois que só se refere aos brasileiros; contudo é ainda assim mais forte que em 20 (moradores da Maré) pela ‘abrangência’.

24) Em primeiro lugar, **soubemos** que uma grande área de nosso litoral não é coberta por radares.

24.1) Indeterminação por P4, verbo saber, P4 do pretérito perfeito do indicativo, introduzindo objetiva direta, com integrante “que”.

OBS.: Note-se que o pronome ‘nosso’ contribui para reduzir o ‘grau de indeterminação’; provavelmente, P4 se refere aos que são do país que possuem aquele litoral, chamado de ‘nosso’. Podemos supor, com muita razão que é o litoral brasileiro. Contudo, percebe-se que a eventual redução da força indeterminadora é muito menor do que em 23, em que há um apostro ligado ao sujeito (genérico) NÓS.

25) Depois **vimos** um navio da marinha ser enviado do Rio de Janeiro porque não havia outros mais perto.

25.1) Indeterminação por P4, verbo ver, em P4 do Pretérito Perfeito do Indicativo.

26) Em seguida, **fomos informados** que os helicópteros da força naval brasileira não têm autonomia para ir além de 500 km da costa.

26.1) Indeterminação por P4, locução verbal ‘fomos informados’, auxiliar ser no pretérito perfeito do indicativo e particípio do principal informar, construção de ‘voz passiva’, a indicar indeterminação do sujeito e do paciente, o que foge ao protótipo de sujeito indeterminado (de ordinário, agente).

27) Por fim, **assistimos** ao espetáculo circense, com desculpas aos artistas de circo, encenado

pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, que envergonhou o Brasil perante o mundo.

27.1) Indeterminação por P4, verbo assistir no pretérito perfeito do indicativo, em p4.

JORNAL O DIA 30 DE JANEIRO DE 2009

28) **Quem** nada **fez**, não vai **fazer**, exceto **engordar** os cofres e **alimentar** o ego’.

28.1) Indeterminação por pronome indefinido quem, verbo fazer, P3 do pretérito perfeito do indicativo;

28.2) Infinitivo, verbo fazer, integrando locução verbal ‘vai fazer’, auxiliar ir em P3 do presente do indicativo; a locução tem valor temporal de futuro do presente do indicativo;

28.3) Infinitivo, verbo engordar; por coesão, podemos subentender a elipse do auxiliar ‘ir’, havendo aí, valor temporal de futuro.

28.4) Infinitivo, verbo alimentar; por coesão, podemos subentender a elipse do auxiliar ‘ir’, havendo aí, valor temporal de futuro.

Obs.: Note-se que as orações acima (28.3 e 28.4) são coordenadas entre si por adição.

29) **Vivemos** uma guerra urbana no Estado do Rio de Janeiro, e o **governo fica querendo** maquiuar.

29.1) Indeterminação por P4, verbo viver em P4 do presente do indicativo

29.2) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino singular em referência genérica (o governo), com determinante ‘o’, locução verbal ‘fica querendo’, verbo auxiliar ficar em P3 do presente do indicativo e principal querer no gerúndio. O valor temporal da locução é de presente do indicativo.

OBS.: Note-se que as orações acima são coordenadas.

30) **Precisamos** da ajuda das Forças Armadas, pois, em comunidades como Mangueira e Morro dos Macacos, os **bandidos estão** na frente da polícia em matéria de homens e armamentos.

30.1) Indeterminação por P4, verbo precisar, no presente do indicativo, em P4.

30.2) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural em referência genérica (bandidos), com determinante ‘os’, verbo estar em P6 do presente do indicativo.

Obs.: As orações acima estão coordenadas entre si; a primeira é assindética, ao passo

que a segunda é sindética explicativa.

31) **Passageiro** , sem opção, **paga** caro.

31.1) Indeterminação por substantivo masculino singular (passageiro) em referência genérica , sem determinante, verbo pagar em P3 do presente do indicativo.

JORNAL O GLOBO 2 DE FEVEREIRO DE 2009.

32) Não **podemos** mais **ver** passivamente e de mãos atadas por leis paternalistas **bandidos** (ou melhor , terroristas) **fazendo** o que **querem** quando **querem**, **ferindo** cidadãos comuns e **modificando** a rotina das cidades.

32.1) Indeterminação por P4, locução verbal ‘podemos ver’, verbo auxiliar poder em p4 do presente do indicativo, verbo principal ver no infinitivo impessoal. O adjunto adverbial ‘mais’, a permear a locução reforça a noção de aspecto.

32.2) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural sem determinante em referência genérica (bandidos), retificado pelo também masculino plural sem determinantes ‘terroristas’.É sujeito das seguintes orações:

32.2.1) verbo fazer no gerúndio;

32.2.2) verbo querer em P6 do presente do indicativo;

32.2.3) verbo querer em P6 do presente do indicativo;

32.2.4) verbo ferir no gerúndio;

32.2.5) verbo modificar no gerúndio;

Obs.: Note-se que 32.2.2 é adjetiva, subordinada a 32.2.1; 32.2.3 é subordinada temporal de 32.2.2; 32.2.1, 32.2.4 e 32.2.5 são coordenadas entre si, todas com gerúndio. É de notar, nesse período que só estão flexionados em pessoa verbos em orações subordinadas.

33) Estarrecidos **ficamos** com a informação de que apenas um braço do Poder Legislativo , o **Senado Federal**, **tem** sob sua tutela 6.500 servidores e **administra** um orçamento anual de Porto Alegre com 1, 7 milhões de habitantes.

33.1) Indeterminação por P4, locução verbal ‘invertida’ ‘estarrecidos ficamos’; segundo Azeredo, poderíamos analisar da seguinte sorte: verbo ficar em p4 do presente do indicativo, considerando o particípio ‘estarrecidos’ como adjetivo;

33.2) Indeterminação substantivo masculino próprio singular com determinante ‘o’ (Um braço do Poder Legislativo) em referência genérica, verbos:

33.2.1) verbo ter em P3 do presente do indicativo;

33.2.2) verbo administrar em P3 do presente do indicativo.

Obs: as orações acima são coordenadas entre si (adição)

Note-se que há um aposto “o Senado Federal”, também masculino singular com determinante . O traço [+HUMANO] é defensável pois “Poder” é exercido por homens; o verbo ter tem como adjunto adverbial ‘sob sua tutela’, também indicador de [+HUMANO]; outrossim, administrar pressupõe um agente humano. Dessa sorte, ao se dizer “Senado Federal”, possivelmente, se está referindo aos senadores, ou àqueles que compõem o “Senado”. Não há menção

34) Trata-se de absoluta inversão de valores morais, éticos e financeiros, porquanto esse (SIC) **país**, conforme a errônea expressão adverbial de um presidente que sente azia quando lê, **deixa** à mingua a educação , a saúde e a segurança, em verdadeira agressão ao **povo que** efetivamente **trabalha** e se **sacrifica** para **manter** os seus os seus empregos cada vez mais escassos.

34.1) Indeterminação por substantivo masculino plural em referência genérica (país’, com determinante ‘esse’). Verbo deixar em P3 do presente do indicativo;

34.2) Indeterminação por relativo que, cujo antecedente é o substantivo masculino singular com determinante ‘o’ (povo); verbos:

34.2.1) verbo trabalhar em P3 do presente do indicativo;

34.2.2) verbo sacrificar-se em P3 do presente do Indicativo;

34.2.3) verbo manter, infinitivo.

Obs.: Note-se trabalha e sacrifica-se estão flexionados em P3, coordenados entre si; manter está em uma reduzida final, cuja principal é a oração de ‘sacrifica’.

Note-se , outrossim, que ‘trata-se’ não é indeterminação

35) Prova que **chegamos** a um ponto—até em razão da crise sistêmica do modelo neoliberal da economia, levando camada dos excluídos para a marginalidade – em que algo de estruturalmente profundo tem que ser feito.

35.1) Indeterminação com P4, verbo chegar, em p4 do presente do indicativo;

36) Trata-se de uma vila modesta que é habitada por profissionais liberais com alvará para escritórios, tem um estilo pobre, tendo sido construída nos anos 40 , como tantas vilas de

Botafogo.

OBS.: Apenas ilustra uma construção em que não há indeterminação, conforme nota de 34.

37) Estamos nos aproximando do carnaval e não **gostaríamos** que **os turistas saíssem** com uma má impressão da Cidade Maravilhosa.

37.1) Indeterminação por P4, locução verbal ‘estamos (nos) aproximando’, verbo auxiliar ‘estar’ em p4 do presente do indicativo e principal aproximar no gerúndio (notar a colocação pronominal);

37.2) Indeterminação por P4, verbo gostar em p4 do futuro do pretérito do indicativo;

37.3) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural em referência genérica, com determinante ‘os’ (turistas), verbo sair em p6 do presente do subjuntivo.

OBS.: 37.3 é subordinada substantiva objetiva indireta de 37.2.

38) Enquanto aguardamos, temos que **conviver** com a absurda situação de, a qualquer hora, **sermos** importunados com a barulheira

38.1) Indeterminação por P4, verbo aguardar em P4 do presente do indicativo

38.2) Indeterminação por P4, locução verbal ‘temos que conviver’, verbo auxiliar ‘ter’ em p4 do presente do indicativo e principal conviver no infinitivo impessoal, valor temporal da locução: presente.

38.3) Indeterminação por P4, infinitivo pessoal, verbo ser (trata-se de adjetiva reduzida)

Obs.: Note-se que 38.1 é subordinada temporal de 38.2, que é principal de 38.3 também.

JORNAL O DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2009

39) Se falam sério em choque de ordem na cidade **deveriam instalar** mais banheiros químicos públicos para os blocos de rua.

39.1) Indeterminação por P6, verbo falar em p6 do presente do indicativo, em subordinada condicional (conjunção ‘SE’);

39.2) Indeterminação por P6, locução verbal ‘deveriam instalar’, verbo auxiliar ‘dever’ em P6 do futuro do pretérito do indicativo; verbo principal ‘instalar’ no infinitivo;

Obs.: Note-se que 39.2 é principal de 39.1. Observe-se, outrossim, o contexto de crítica, de denúncia, típico da Indeterminação por P6.

40) **Ninguém sabe** se é verdade o caso da brasileira que **teria sido atacada** por Skinheads na Suíça, mais não dá para **esquecer** que **eles são** uns bárbaros xenófobos.

40.1)_ Indeterminação por pronome indefinido ninguém, verbo saber em p3 do presente do indicativo;

40.2) Indeterminação por pronome relativo cujo antecedente é o feminino ‘a brasileira’, singular com determinante, em referência genérica. Todavia, o grau de indeterminação é reduzido pela presença do artigo definido; trata-se de indeterminação por ser uma vaga e imprecisa referência. Locução verbal ‘teria sido’, voz passiva, verbo auxiliar ter em P3 do futuro do pretérito do indicativo, a indicar modalização, verbo ser no particípio e atacada no particípio.

40.3) Indeterminação por infinitivo impessoal ‘esquecer’, presente na reduzida de infinitivo, final.

40.4) Indeterminação por pronome pessoal ‘eles’, retomando, por coesão, o masculino plural genérico ‘Skinheads’, sem determinante, verbo ser em P6 do presente do indicativo.

Obs.: Notar que 40.4 é objetiva direta de 40.3.

41) **Quem não conhece, pensa tratar-se** de um país desenvolvido, com excelente serviço de saúde, escola de grande qualidade e segurança nota 10.

41.1) Indeterminação por pronome indefinido ‘quem’, verbos:

41.1) conhecer em P3 do presente do indicativo;

41.2) verbo pensar em P3 do presente do indicativo

Obs: infinitivo, verbo tratar-se, objetiva direta reduzida tem caráter impessoal, conforme exemplos acima.

42) **Ninguém contesta** o direito ao trabalho, mais os logradouros públicos são de todos e é dever da prefeitura **mantê-los** limpos e desimpedidos.

42.1) Indeterminação por pronome indefinido ninguém, verbo ‘contestar’ em P3 do presente do indicativo;

42.2) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo manter, introduzindo predicativo

do objeto.

JORNAL O DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2009

43) Acho que **o governo deveria é pagar** os atrasados dos 28;86 por cento aos funcionários **que estão** há mais de 15 anos **esperando**.

43.1) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino singular com referente 'o' (governo), em referência genérica, locução verbal 'deveria pagar', verbo dever em P3 do futuro do pretérito do indicativo, principal pagar no infinitivo (com palavra de realce 'é', cf. Azeredo);

43.2) Indeterminação por pronome relativo que, cujo antecedente é o substantivo masculino plural, com determinante 'os' (funcionários):

43.2.1) verbo estar em P6 do presente do indicativo com verbo na 1 pessoa do singular;

43.2.2) verbo esperar no gerúndio;

44) **Precisamos acabar** com essa farra do boi.

44.1) Indeterminação por P4, locução verbal 'precisamos acabar', auxiliar 'precisar' em p4 do presente do indicativo e principal acabar no infinitivo impessoal, valor temporal de presente à locução.

45) **Qualquer jogador** ou **técnico** só **fala** em **ganhar** de duzentos para cima.

45.1) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino singular em referência genérica (jogador), com pronome indefinido 'qualquer' adjunto, reforçando a indeterminação, verbos:

45.1.1) verbo falar em P3 do presente do Indicativo;

45.1.2) ganhar, infinitivo impessoal (em objetiva direta reduzida);

45.2) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino singular em referência genérica (técnico), com pronome indefinido 'qualquer' adjunto, reforçando a indeterminação, retomável por coesão, verbos:

45.2.1) verbo falar em P3 do presente do Indicativo;

45.2.2) ganhar, infinitivo impessoal (em objetiva direta reduzida);

Obs.: Os sujeitos acima estão coordenados entre si (alternativa).

JORNAL O DIA 24 DE DEZEMBRO DE 2009

46) Aliás, **algumas pessoas já** têm em casa o chamado KIT apagão , para qualquer eventualidade.

46.1) Indeterminação com substantivo feminino plural, com pronome indefinido ‘algumas’ a reduzir, um pouco, sua referência genérica.; verbo ter me P6 do presente do indicativo.

47) Trata-se de um escândalo, uma vergonha, uma total falta de respeito com os contribuintes.

Obs.: Trata-se mais uma construção impessoal com “tratar-se de”.

48) **Cruzar** o espaço parece um filme de terror em 3D.

48.1) Indeterminação por infinitivo impessoal , verbo cruzar, núcleo da oração subjetiva.

49) **Fizeram** “maquiagem” no local, mas tudo voltou ao que era .

49.1) Indeterminação por P6(verbo fazer no pretérito perfeito do indicativo, em P6; notar o tom de denúncia).

50) Como presente de ano novo, **nós, cariocas, recebemos** um talão do IPTU

50.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo receber em P4 do pretérito perfeito do indicativo. Notar também o tom de denúncia.

OBS.: Note-se o aposto “cariocas”, a reduzir a força indeterminadora do “NÓS”.

51) Antes de **criarem** taxas, **deveriam fiscalizar** o roubo de energia.

50.1) Indeterminação por P6, verbo criar no infinitivo pessoal;

50.2) Indeterminação por P6, locução verbal deveriam fiscalizar, auxiliar dever em P6 do futuro do pretérito do indicativo e principal fiscalizar no infinitivo impessoal; valor temporal, futuro do pretérito; note-se a modalização.

52) **A maioria dos moradores de comunidade** tem ar condicionado, e **eu não posso ligar** o meu, pois a conta vai para o espaço.

52.1) Indeterminação por referência genérica, substantivo feminino singular, verbo ter em p3 do presente do indicativo, com determinante ‘a’ (maioria). Observa-se que seus adjuntos adnominais retiram-lhe parte de sua força indeterminadora. O próprio substantivo ‘maioria’ já não se presta à máxima indeterminação, por excluir em si a generalização.

52.2) Indeterminação por pronome pessoal EU. Locução verbal ‘posso ligar’, auxiliar poder em P1 do presente do indicativo, principal ligar, no infinitivo impessoal. Pode-se dizer que é um EU genérico, podendo ser deveras qualquer um que se lhe pusesse no lugar.

JORNAL O GLOBO de 6/05/09

53) **Convenhamos**: o nome do partido é pomposo: Partido do movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

53.1) Indeterminação por P4, verbo convir, em p4 do presente do imperativo afirmativo.

54) Se esse é o preço da governabilidade, **precisamos repensar** no real significado do que é **fazer** política neste país.

54.1) Indeterminação por P4, locução verbal ‘precisamos repensar’, auxiliar precisar em p4 do presente do indicativo, principal repensar no infinitivo impessoal.

55) **Sustentar** este modelo indeterminante não proporcionará ao nosso país os avanços que **todos nós desejamos**.

55.1) Indeterminação com infinitivo impessoal, verbo sustentar;

55.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, com pronome indefinido adjunto ‘todos’, reforçando a indeterminação, verbo desejar em P4 do presente do indicativo.

56) A grandeza de um país se mede, entre outros fatores pelos seus líderes, e lamentavelmente, não **temos liderança** que **represente** o bem comum. **Gerem** o estado so em causa própria e **nós, brasileiros resignados, vamos sobrevivendo**.

56.1) Indeterminação por SE, verbo medir em p3 do presente do indicativo;

56.2) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo, em P4;

56.3) Indeterminação por pronome relativo ‘que’, cujo antecedente é o substantivo feminino singular sem determinante em referência genérica ‘liderança’, verbo representar no presente do subjuntivo.

56.4) Indeterminação por P6, verbo gerir em p6 do presente do subjuntivo.

56.5) Indeterminação por P4, locução ‘vamos sobrevivendo’, verbo ir em p3 do presente do indicativo, sobrevivendo, principal, no gerúndio; valor temporal da locução: principal. Note-se-lhe o aposto (brasileiros resignados) a reduzir o grau de indeterminação.

57) Com relação às tesouradas na Infraero, essa palavra moralização é que é a grande diferença. Se realmente **tivesse** vontade de **moralizar**, **teria** que **tirar** esse partido de base aliada, mas como entre **fazer** política e **fazer** lingüiça não existe diferença sem essa “carne” não **se governa**.

57.1) Indeterminação por verbo em P3, verbo ter, p3 do imperfeito do subjuntivo;

57.2) Indeterminação por P3, verbo ‘moralizar’, infinitivo, sujeito cancelado;

57.3) Indeterminação por P3, locução verbal “teria que tirar”, verbo ter no futuro do pretérito do indicativo em p3, principal tirar no infinitivo impessoal;

57.4) Indeterminação por infinitivo impessoal (fazer);

57.5) Indeterminação por infinitivo impessoal (fazer);

57.6) Indeterminação por SE, verbo governar em p3 do presente do indicativo.

58) Agora , a gente **passa** a entender melhor uma das causas do caos aéreo, felizmente controlado pela firmeza e coragem deste brigadeiro Nicácio, com o aval do ministro Nelson Jobim. É de dirigentes assim que **o país** precisa nesse momento. **O povo brasileiro agradece**.

58.1) Indeterminação por “A Gente”, locução verbal ‘passa a entender’, verbo passar em p3 do presente do indicativo, principal entender no infinitivo impessoal.

58.2) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino singular em referência genérica (povo), com determinante “o” e adjunto adnominal “brasileiro”; verbo agradecer em p3 do presente do indicativo.

59) **Ameaça** não é coerente com tal ideologia. Ou essa é só brincadeirinha do tipo “**toma lá dá**” cá um humorístico de TV que até combina ? Por que será que **aliados disputam** ministérios de maior orçamento e cargos comissionados (...) ? Como desde já **ameaçar** – termo torturante – não **apoiar** tal candidatura em 2010 com raciocínio no mesmo diapasão?E

são essa as nossas ‘**excelências**’**que** há pouco **discutiam** a farra das passagens aéreas pagas com o nosso dinheirinho .

59.1) Indeterminação por nominalização (ameaça), verbo SER, P3 do presente do indicativo;

59.2) Indeterminação por P3, verbo tomar no presente do indicativo;

59.3) Indeterminação por P3, verbo dar no presente do indicativo;

59.4) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural sem determinante em referência genérica, verbo disputar em p6 do presente do indicativo;

59.4) Indeterminação por infinitivo impessoal (ameaçar)

59.5) Indeterminação por infinitivo impessoal (apoiar)

59.6) Indeterminação por pronome relativo ‘que’, cujo antecedente é o feminino singular em referência genérica ‘excelências’ , com determinante ‘esses’, verbo discutir no pretérito imperfeito do indicativo.

60) Como se não **bastassem** Sarneys, Renans, Barbalhos e outros, **aparecem** Zoghbis e Agacilis.

60.1) Indeterminação por referência genérica, com Substantivo masculino próprio pluralizado (Sarneys), verbo bastar em P6 do imperfeito do subjuntivo;

60.2) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino próprio pluralizado (Renans), verbo bastar em P6 do imperfeito do subjuntivo;

60.3) Indeterminação por referência genérica, com Substantivo masculino próprio pluralizado (Barbalhos), verbo bastar em P6 do imperfeito do subjuntivo;

60.4) Indeterminação por referência genérica, com pronome indefinido substantivo masculino plural ‘outros’.

60.5) Indeterminação por referência genérica, com Substantivo masculino próprio pluralizado (Zoghbis), verbo aparecer em P6 do presente do indicativo;

60.6) Indeterminação por referência genérica, com Substantivo masculino próprio pluralizado (Agacilis), verbo aparecer em P6 do presente do indicativo;

70) Quanto mais se **mexe**, mais fede.

70.1) Indeterminação por SE, verbo mexer em p3 do presente do indicativo;

71) E ainda **temos que ouvir** o presidente Lula falar em hipocrisia da mídia.

71.1) Indeterminação por P4, locução verbal ‘temos que ouvir, auxiliar ter em p4 do presente do indicativo, principal ouvir no infinitivo impessoal.

72) Agora que está havendo uma redução na farra das passagens aéreas no Congresso, **vemos** uma diminuição da farra nas nomeações da Infraero, desencadeada pelo brigadeiro Nicácio.

72.1) Indeterminação por P4, verbo ver no presente do indicativo

73) Se **técnicos tivessem** assumido a gestão no passado provavelmente não **teríamos** assistido as tragédias com os aviões da Gol e Tam.

73.1) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural ‘técnicos’ sem determinante, em referência genérica, locução verbal ‘tivessem assumido’, pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo;

73.2) Indeterminação por P4, verbo ter em p4 do futuro do pretérito do indicativo.

74) Parabéns, brigadeiro, é de pessoas como o senhor que **precisamos** na administração pública.

74.1) Indeterminação por P4, verbo precisar no presente do indicativo.

75) Até quando **vamos conviver** com esta prática politiqueria que só traz prejuízo ao país?

75.1) Indeterminação por P4, locução verbal ‘vamos conviver’, auxiliar ir em p4 do presente do indicativo e principal conviver no infinitivo impessoal.

76) **Nós, eleitores, esperamos** que o presidente Lula não se intimide com as ameaças do PMDB.

76.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de aposto ‘eleitores’, verbo esperar em p4 do presente do indicativo.

77) Depois **dizem** que o senhor Jarbas, que acusou os parlamentares do partido de **estarem** sempre envolvidos com algum tipo de corrupção, não tem razão alguma.

77.1) Indeterminação por P6, verbo dizer em p6 do presente do indicativo;

77.3) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural com determinante ‘os’ em referência genérica (parlamentares) seguido de adjunto adnominal ‘do partido’, verbo estar, infinitivo pessoal, p6.

78) **Descobrimos** por que os aeroportos brasileiros não funcionam e alguns, como o Internacional do RJ, estão caindo aos pedaços.

78.1) Indeterminação por P4, verbo descobrir no pretérito perfeito do indicativo.

79) A Infraero é um imenso cabide de empregos, onde **protegidos políticos encontram** um pouso tranqüilo.

79.1) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural ‘protegido, em referência genérica, sem determinante, com adjunto adnominal ‘políticos’, verbo encontrar em P6 do presente do indicativo.

Nota: infraero, aqui, não creio que se possa chamar “indeterminação por referência genérica”, pois não é só ao conjunto dos membros que se refere, mas à benefícios e condições materiais no trabalhar.

80) E ainda **pensam** em **trazer** para o Rio as Olimpíadas de 2016.

80.1) Indeterminação por P6, verbo pensar no presente do indicativo;

80.2) Indeterminação por P6, verbo trazer, infinitivo, sujeito cancelado.

81) Será que com essa turma **conseguiremos resolver** todos os problemas dos aeroportos?

81.1) Indeterminação por P4, auxiliar conseguiremos no futuro do presente em p4 e principal resolver no infinitivo impessoal.

82) Não é nada disso, **senta** que o leão é manso (...) Era disso que **precisávamos**

82.1) Indeterminação por P3, imperativo, verbo sentar;

82.2) Indeterminação por P4, verbo precisar, no pretérito imperfeito do indicativo.

83) Infelizmente, hoje **vivemos** uma crise e o Irã é um parceiro comercial.

83.1) Indeterminação por P4, verbo viver, no presente do indicativo.

84) Na verdade, sem hipocrisia, **quem** se **preocupa** muito com o seu holocausto **acaba esquecendo** o do outro.

84.1) Indeterminação por pronome indefinido ‘quem’, verbo preocupar-se, p3 do presente do indicativo;

84.2) Indeterminação por pronome indefinido 'quem', verbo auxiliar acabar, p3 do presente do indicativo, principal esquecer no gerúndio.

Jornal FOLHA de SÃO PAULO de 6/05/09

85) A intertextualidade entre as matérias é fundamental para que **nós, alunos, possamos trazer** o aprendizado escolar para o nosso cotidiano.

85.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS seguido de aposto (alunos), verbo principal poder no presente do indicativo (p4) e auxiliar trazer no infinitivo impessoal.

86) Não **teremos** mais as graduações em histórias , geografia , ou filosofia apenas graduação em humanas.

86.1) Indeterminação por P4, verbo ter no futuro do presente do indicativo.

87) Ora, se as sessões do STF forem editadas , e não mais transmitidas ao vivo, **teremos** a sensação de manipulação e de censura prévia.

87.1) Indeterminação por P4, verbo ter no futuro do presente do indicativo;

JORNAL O DIA, 6 DE MAIO DE 2009-

88) Não dá para **deixar** uma criança num lugar sem segurança adequada .

88.1) Indeterminação por infinitivo impessoal (deixar), em oração final reduzida de infinitivo.

89) **Afirmaram** que a justiça é cega.

89.1) Indeterminação por P6, verbo afirmar no pretérito perfeito do indicativo.

90) Nem **pode se acreditar** nisto visto que aparentemente deve ter problemas de locomoção , em função de sua morosidade.

90.1) Indeterminação por SE verbo poder em p3 do presente do indicativo e principal acreditar, infinitivo impessoal.

91) Como **impedir que** no próximo ano , quando haverá eleições gerais,esses dois dados se contaminem gerando uma indesejável exploração política.

91.1) Indeterminação por infinitivo impessoal (impedir).

92) **Falta** de ética deixa população sufocada.

92.1) Indeterminação por nominalização (falta de ética), verbo deixar em P3 do presente do indicativo;

93) **Câmara vota** contra os interesses do eleitor.

93.1) Indeterminação por feminino singular sem determinante, em referência genérica (Câmara), verbo votar, em p3 do presente do indicativo

94) **Vereadores** que **ganham** fortunas para **representar** o povo **usam** de seus mandatos para **prejudicar** seus eleitores e todo um município.

94.1) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural sem determinante em referência genérica (vereadores), verbo usar em p6 do presente do indicativo.

94.2) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural sem determinante em referência genérica (vereadores), verbo representar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado, em reduzida final de infinitivo.

94.3) Indeterminação por pronome relativo cujo antecedente é o substantivo em referência genérica 'vereadores';

94.4) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural sem determinante em referência genérica (vereadores), verbo prejudicar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado, em reduzida final de infinitivo.

OBS.: Notar as relações de subordinação entre as orações acima.

95.) Não **temos** como **fazer** algo?

95.1) Indeterminação por P4, verbo ter no presente do indicativo.

95.2) Indeterminação por infinitivo (fazer)

96) **Estudantes precisam ter** mais matérias.

96.1) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural sem determinante em referência genérica (estudantes); locução verbal, verbo precisar (auxiliar) no presente do indicativo; verbo auxiliar infinitivo ter.

JORNAL O DIA de 31/01/09

97) A resposta, **nós, trabalhadores e aposentados, podemos dar** no dia das eleições, ao PT e a sua base de apoio, pelo fator e aumento devido.

97.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de aposto “trabalhadores e aposentados”, locução verbal auxiliar poder no presente do indicativo, P4 e principal dar (infinitivo)

98) **Temos** direito de **saber** se é racionamento, vandalismo ou incompetência da Light.

98.1) Indeterminação por P4, verbo ter no presente do indicativo;

98.2) Indeterminação por P4, verbo saber, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

99) Como o tempo para defesa é de 15 dias, **ninguém consegue**.

99.1) Indeterminação por pronome indefinido ‘ninguém’ (ind pronomes indefinidos), verbo conseguir, P3 do presente do indicativo

100.) **Nós, moradores, sofremos** com o risco de dengue.

100.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de aposto ‘moradores’, verbo sofrer em P4 do presente do indicativo.

JORNAL EXTRA de 4/02/09

101) Não **devemos depender** da sorte, o melhor é **estudar** mesmo, nisso concordo plenamente com ele.

101.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar dever em p4 do presente do

indicativo, principal depender no infinitivo;

101.2) Indeterminação por infinitivo impessoal (estudar)

JORNAL O DIA de 24/05/09

102) Como **moram** na Barra, não sabem o que o povo **sofre** nos ônibus na Via, que além dos engarrafamentos é feia e suja.

102.1) Indeterminação por P6, verbo morar, presente do indicativo;

102.3) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino singular com determinante “o” (povo) , verbo sofrer em p3 do presente do indicativo.

103) Enquanto não **acabarem** com o voto secreto, **estamos** na miséria crescente de vez.

103.1) Indeterminação por P6, verbo acabar, futuro do subjuntivo (subordinada temporal);

103.2) Indeterminação por P4, verbo estar no presente do subjuntivo.

104) **Esses que berram e gritam** em nosso favor só **resgatam** sua credibilidade **fazendo** o seguinte: **exijam** que o esperto presidente bote em votação o fim do voto secreto, essa excrescência imoral que não existe em nenhum país minimamente decente em todo mundo.

104.1) Indeterminação por pronome ‘demonstrativo’ com valor indefinido antecedente do pronome que , sujeito dos verbos berrar e gritar e resgatar em p6 do presente do indicativo;

104.2) Indeterminação por pronome ‘demonstrativo’ ESSES com valor indefinido antecedente do pronome relativo sujeito QUE, verbo fazer, no gerúndio (sujeito correferente).

105) **Somos** cerca de 25 milhões e **votamos**.

105.1) Indeterminação por P4, verbo ser no presente do indicativo;

105.2) Indeterminação por P4, verbo votar no presente do indicativo.

106) Só **recebemos** promessas

106.1) Indeterminação por P4, verbo receber no presente do indicativo.

107) **Esperamos** que a ministra não aja como criança.

107.1) Indeterminação por P4, verbo agir no presente do indicativo.

108) **Faz-se** mister que se **cuide** primeiro.

108.1) Indeterminação por SE, verbo fazer em p3 do presente do indicativo;

108.2) Indeterminação por SE, verbo cuidar, p3, imperativo afirmativo.

109) Será que **ninguém ganha** nada com isso?

109.1) Indeterminação por pronome indefinido 'ninguém', verbo ganhar no presente do indicativo, p3.

JORNAL FOLHA DE S. PAULO de 15/05/09

110) Que depois não **venham reclamar** se os militares a **fecharem** para dedetização.

110.1) Indeterminação por P6, locução verbal verbo auxiliar vir, presente do subjuntivo, verbo principal reclamar no infinitivo;

110.2) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural em referência genérica (militares) , com determinante ("os") , verbo fechar, infinitivo impessoal.

JORNAL FOLHA DE S PAULO de 13/05/09

111) **Temos** que **dar** um basta nessa hipocrisia, nessa bandalheira (ind 1ª p do plural)

111.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ver em p4 do presente do indicativo, principal dar no infinitivo.

112) Será que **os** que **criticam gostariam** de **trocar** de lugar.

112.1) Indeterminação por o demonstrativo de valor indefinido "OS", antecedente do relativo sujeito QUE, verbo criticar no presente do indicativo;

112.2) Indeterminação por o demonstrativo de valor indefinido "OS", antecedente do relativo sujeito QUE, verbo gostar no futuro do pretérito do indicativo;

112.3) Indeterminação por o demonstrativo de valor indefinido "OS", antecedente do relativo sujeito QUE, verbo trocar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

FOLHA de S PAULO de 12/05/09

113) Não **vamos permitir** que **aqueles** que **deveriam representar** as nossas aspirações **usem** o poder a eles delegado pelo voto para **alijar os eleitores**, os reais donos do poder, da responsabilidade e do direito de **definir** os rumos do país.

113.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo ir (auxiliar) , presente do indicativo, p4, principal permitir no infinitivo impessoal;

113.2) Indeterminação por demonstrativo de valor indefinido “AQUELES”, de valor indefinido, antecedente do relativo sujeito QUE, locução verbal, auxiliar dever no futuro do pretérito em P3, principal representar, no infinitivo;

113.3) Indeterminação por demonstrativo AQUELES, de valor indefinido, verbo usar em p6 do presente do subjuntivo;

113.4) Indeterminação por demonstrativo AQUELES de valor indefinido, verbo alijar, infinitivo, sujeito cancelado, em, reduzida final;

113.5) Indeterminação por referência genérica, “os eleitores”, substantivo masculino plural, com determinante “os”, seguido do aposto “os reais donos do poder”, verbo definir, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

114) **Sabendo nós** que a gripe suína é tão letal como a gripe comum, o que é mais grave: **pegar** gripe ou **contrair** dengue ou febre amarela?

Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo saber no GERÚNDIO;

Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo pegar;

Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo contrair

115) **Estamos criando** um preconceito injusto contra os mexicanos, **transformando-os** nos leprosos do nosso século.

115.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar estar em p4 do presente do indicativo, verbo principal criar no gerúndio;

115.2) Indeterminação por P4, verbo transformar, gerúndio (sujeito correferente)

JORNAL FOLHA DE S PAULO de 10/05/09

116) Quando **vemos** no Congresso escandaloso, com **alguns envolvidos simulando** choro ao **discursar, alegando** arrependimento, enquanto **os outros dizem** que **estão se lixando** para opinião pública porque se **reelegem** do mesmo jeito, **devemos pensar e acabar** com as

reeleições.

116.1) Indeterminação por P4, verbo ver no presente do indicativo;

116.2) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural em referência genérica, adjunto pronome indefinido alguns, verbo simular, no gerúndio, sujeito correferente;

116.3) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural em referência genérica, adjunto pronome indefinido alguns, verbo discursar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

116.4) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino plural em referência genérica, adjunto pronome indefinido alguns, verbo alegar, gerúndio, sujeito correferente;

116.5) Indeterminação por pronome indefinido masculino plural, verbo dizer, em p6 do presente do indicativo;

116.6) Indeterminação por pronome indefinido outros (elíptico), locução verbal, auxiliar estar em p6 do presente do indicativo, verbo principal lixar-se no gerúndio;

116.7) Indeterminação por pronome indefinido 'outros', elíptico, verbo reeleger-se em p6 do presente do indicativo;

116.8) Indeterminação por P4 (coordenadas – adição):

116.8.1) locução verbal auxiliar dever em p4 do presente do indicativo, verbo principal pensar no infinitivo;

116.8.2) locução verbal, auxiliar dever em p4 do presente do indicativo, verbo principal acabar no infinitivo;

117) Se **olharmos** os componentes do Congresso, **veremos** que todas essas benesses foram idealizadas por raposas incrustadas no poder há várias legislaturas que criaram para si todas as mordomias.

117.1) Indeterminação por P4, verbo olhar no infinitivo

117.2) Indeterminação por P4, verbo ver no futuro do presente do subjuntivo;

117.3) Indeterminação por referência genérica, substantivo feminino plural sem determinantes, em referência genérica, materializada pelo pronome 'que', verbo criar em P6 do pretérito perfeito do indicativo.

118) Como **ficaremos nós, eleitores, seremos** obrigados a **oficializar** a permanência ad perpetuo dos maus elementos que hoje **fingem** nos **representar**.

118.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de aposto (eleitores), verbo ficar no futuro do presente do indicativo;

118.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, elíptico, verbo ser, futuro do presente do indicativo;

118.3) Indeterminação por referência genérica (substantivo masculino plural,) “maus elementos” (note-se o adjunto “maus”), retomado pelo pronome relativo sujeito QUE, verbo fingir, em P6 do presente do indicativo

118.4) Indeterminação por referência genérica (substantivo masculino plural,) “maus elementos” (note-se o adjunto “maus”), retomado pelo pronome relativo ‘que’, verbo auxiliar fingir, em P6 do presente do indicativo; verbo principal representar no infinitivo;

118.5) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo oficializar, infinitivo, sujeito cancelado.

119) Não **poderemos fazer** uma faxina para **extirpar** os maus elementos que estão pouco se **lixando** para nossa opinião?

119.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar poder no futuro do presente do indicativo, principal fazer no infinitivo;

119.2) Indeterminação por P4, verbo extirpar, infinitivo, sujeito cancelado;

119.3) Indeterminação por referência genérica (substantivo masculino plural,) “maus elementos” (note-se o adjunto “maus”), materializada pelo pronome relativo ‘que’, locução verbal, verbo auxiliar estar, em P6 do presente do indicativo, verbo principal lixar-se, no gerúndio;

120) Como **poderemos nos insurgir** contra tal reforma?

120.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar poder no futuro do presente do indicativo, verbo principal insurgir no infinitivo impessoal;

121) **Teremos de engolir** mais uma manobra espúria (ind 1ª p do plural)

121.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ter no futuro do presente do indicativo (preposição ‘DE’), verbo principal engolir no infinitivo impessoal.

122) **Vamos ter** campanhas “**denuncie** seu vizinho fumante”?

122.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal ter no infinitivo impessoal (valor temporal da locução: futuro do

presente);

122.2) Indeterminação por imperativo (afirmativo) em P3, verbo denunciar;

OBS.: Notar a polifonia que se estabelece dentro desse exemplo. Tanto na ‘voz’ do enunciador, quanto na que ele cita, há processos de indeterminação do sujeito.

JORNAL O GLOBO de 7/05/09

123) **Acabam** de certa forma **todos sendo** coniventes com esses atos.

123.1) Indeterminação por pronome indefinido ‘todos’, masculino plural, locução verbal, verbo auxiliar acabar em P6 do pretérito perfeito do indicativo e principal ser no gerúndio.

124) **Ninguém merece!**

124.1) Indeterminação por pronome indefinido ‘ninguém’, verbo merecer no presente do indicativo em P3.

125) **O povo cansou** de tanta picaretagem!

125.1) Indeterminação por Referência Genérica, substantivo masculino singular, com determinante (“o povo”), verbo cansar em P3 do presente do indicativo.

JORNAL O GLOBO de 8/05/09

126) Afinal, a única verdade dita pelo desrespeitoso senhor é que ele e seus pares **fazem**, **fazem...** e **alguns de nós,, do povo continuamos** reelegendo-os.

126.1) Indeterminação (parcial) ‘ele (desrespeitoso senhor) e seus pares (este sim, em referência genérica)’, verbos fazer em P6 do presente do indicativo, repetido de forma enfática (vejam-se, também, as reticências);

126.2) Indeterminação por pronome indefinido plural alguns, com redução da força indeterminadora pela expressão “de nós”, locução verbal, auxiliar continuar em P4 do presente do indicativo e principal reeleger no gerúndio.

NOTA.: Note-se que a própria força indeterminadora de ‘alguns’ é menor que a de outros indefinidos, pois que é um recurso de não-generalização; ao contrário, parece referir-se

apenas a um pequeno número . Pode, pois, constituir-se em recurso ‘politicamente correto’, ‘educado’, ‘polido’, ‘diplomático’. É uma possibilidade de modalização da indeterminação.

127) Se com **a imprensa denunciando** todos esses escândalos, falcatruas e desvios de condutas daqueles **que** nos **representam estamos** nesse desconforto, **imagine** se não **contássemos** com ela.

127.1) Indeterminação por referência genérica (a imprensa), feminino singular, com determinante, verbo denunciar no gerúndio;

127.2) Indeterminação por pronome demonstrativo de valor indefinido, masculino plural, materializada pelo relativo ‘que’, verbo representar em P6 do presente do indicativo;

127.3) Indeterminação por P4, verbo estar no presente do indicativo;

127.4) Indeterminação por imperativo (afirmativo), verbo imaginar em P3;

127.5) Indeterminação por P4, verbo contar no imperfeito do subjuntivo;

128) A nossa esperança é que o **Supremo Tribunal Federal possa agilizar** as oito ações a que o deputado responde **colocando** um término na sua carreira política..

128.1) Indeterminação por referência Genérica (STF), verbo auxiliar poder em P3 do presente do indicativo, principal ‘agilizar’ no infinitivo;

128.2) Idem, gerúndio verbo colocar.

129) O **povo** que se **lix**.

129.1) Indeterminação por Referência Genérica, substantivo masculino singular, com determinante(“o povo”), verbo lixar-se em P3 do presente do subjuntivo.

130) Nós **merecemos** esse Congresso!

130.1) Indeterminação por SE, verbo notar em p3 do presente do indicativo .

131) Esse é o país que **estamos construindo**.

131.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar estar no presente do indicativo, principal construir no gerúndio;

132) **Estamos** diante de um cretinismo que agride todos os brasileiros, **que** para essa figura de folhetim não **passam** de uma massa de otários e idiotas , **que** sempre **manterão** seus mandatos.

132.1) Indeterminação por P4, verbo estar no presente do indicativo;

132.2) Indeterminação por Referência Genérica “todos os brasileiros”, composta de pronome indefinido ‘todos’, substantivo masculino plural brasileiros, com determinante ‘os’, materilizada pelo relativo ‘que’, verbo passar em P6 do presente do indicativo;

132.3) Indeterminação por referência genérica “uma massa de otários e idiotas”, objeto indireto da oração anterior, também com indeterminação, materializada pelo relativo ‘que’, verbo manter no futuro do presente do indicativo.

133) **Vamos parar de votar** nestes sem ética!

133.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ir no presente do indicativo (p4), auxiliar parar no infinitivo e principal votar (infinitivo), predominando a noção de ‘imperativo’.

Notar o uso do demonstrativo em referência genérica, fora da função de sujeito.

134) **O povo tem de lutar** para **acabar** com as reeleições, em todos os níveis , de qualquer candidato.

134.1) Indeterminação por Referência Genérica, substantivo masculino singular, com determinante (“o povo”), locução verbal, auxiliar ter (de) no presente do indicativo (P3), principal lutar no infinitivo impessoal;

134.2) Indeterminação por Referência Genérica, substantivo masculino singular, com determinante (“o povo”), verbo acabar, infinitivo, sujeito cancelado.

135) **Acordem!**

135.1) Indeterminação por imperativo afirmativo (P6), verbo acordar..

136) **Sabe-se** que são necessários três dias para que se **conheçam** os resultados das análises. Hoje mesmo o Ministro da Saúde nos informou da existência de quatro casos comprovados de gripe suína em nosso país sendo que **três pacientes** já **foram** para casa e **um** continua internado.

136.1) Indeterminação por SE, verbo saber em P3 do presente do indicativo;

136.2) Indeterminação por SE, verbo conhecer em P6 (concordância normativa da VPS);

136.3) Indeterminação por referência genérica (três pacientes), adjunto adverbial numeral três, trata-se de referência vaga, imprecisa, verbo ir em P6 do pretérito perfeito do

indicativo;

136.4) Indeterminação por referência genérica (três pacientes), adjunto adverbial numeral “um”, verbo continuar em P3 do presente do indicativo.

Note-se que a Indeterminação por NUMERAL, nesses exemplos, não se refere à generalidade dos seres, mas a uma quantidade certa e precisa; contudo, a identidade é ignorada.

JORNAL O GLOBO 14 DE MAIO DE 2009

137) **Vamos parar de brincar** com as nossas leis e **valorizar** o ser humano **que paga** pesados impostos para **ficar vendo** corporativismo e falcatuas.

137.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ir no presente do indicativo, auxiliar parar no infinitivo, principal brincar no infinitivo;

137.2) Idem, infinitivo do principal valorizar;

137.3) Indeterminação por referência genérica (ser humano), materializada pelo relativo ‘que’, verbo pagar em P3 do presente do indicativo.

137.4) Idem, locução verbal auxiliar ficar no infinitivo, principal ver no gerúndio.

138) **Nossa elite** é literalmente de **matar**.

138.1) Indeterminação por referência genérica (Nossa elite), feminino singular ‘elite’, adjunto possessivo ‘nossa’, verbo ser em P3 do presente do indicativo;

138.2) Indeterminação por infinitivo impessoal ‘matar’.

139) **Nossa sociedade mergulhou** numa anomia sem esperança.

139.1) Indeterminação por referência genérica (Nossa sociedade), feminino singular ‘sociedade’, adjunto possessivo ‘nossa’, verbo mergulhar em P3 do pretérito perfeito do indicativo.

140) É melhor os **afastarmos** assim.

140.1) Indeterminação por P4 verbos afastar no infinitivo pessoal.

141) **Nossos políticos sabem** , e nisso **têm** razão , que **um povo educado e saudável** não os

elegeriam nunca.

141.1) Indeterminação por referência genérica (nossos políticos), substantivo masculino plural, adjunto adnominal pronome possessivo nossos.

141.2) Indeterminação por referência genérica (um povo educado e saudável), com redução da força indeterminadora pelos adjuntos, verbo eleger em P6 do futuro do pretérito do indicativo.

OBS.: Notar a silepse de número em 141.2

142) **Aguardamos** explicações mais convincentes das autoridades, e não conversa fiada.

142.1) Indeterminação por P4, verbo aguardar no presente do indicativo..

JORNAL O GLOBO 13 DE MAIO DE 2009

143) Ou então **continuaremos convivendo** com a insegurança nos vôos e os desastres aéreo , além dos demais problemas criados pela incompetência dos antigos gestores.(ind 1ª p do plural)

143.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar continuar no futuro do presente do indicativo, verbo principal conviver no infinitivo (valor temporal futuro do presente);

144)**Somos** Inúteis (ind 1ª p do plural)

144.1) Indeterminação por P4, verbo ser no presente do indicativo.

145) O que **estamos vendo** não é filme , é real e está acontecendo com o povo brasileiro.

145.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ser no presente do indicativo, principal ver no gerúndio.

146)**Vamos** para as ruas , revolução já!

146.1) Indeterminação por P4, verbo ir, no presente do indicativo

147) **Queremos** o fim dessa mordomia.

147.1) Indeterminação por P4, verbo querer no presente do indicativo.

JORNAL O GLOBO 12 DE MAIO DE 2009

148) **Espera-se** que **a sociedade esclarecida reaja** de modo coercitivo, **usando** todos os meios necessários.

148.1) Indeterminação por SE, verbo esperar no presente do indicativo;

148.2) Indeterminação por referência genérica (a sociedade esclarecida), substantivo feminino singular, com determinante, verbo reagir, em p3 do presente do subjuntivo;

148.3) Indeterminação por referência genérica (a sociedade esclarecida), substantivo feminino singular, com determinante, verbo usar, no gerúndio;

149) **Vamos reagir** contra mais um roubo em cima da população honesta e trabalhadora.

149.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ir no presente do indicativo, principal reagir no infinitivo (valor temporal: imperativo).

150) A bem da verdade, **nós, os consumidores**, é que **somos** as Genis dessa história.

150.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de aposto (os consumidores), verbo ser no presente do indicativo.

151) Se **formos** às origens, **veremos** que **as sociedades** se **organizaram** e como **precisavam** de serviços que atendessem à coletividade **escolheram**, entre os seus, alguns **que** lhes **prestassem** esses serviços.

151.1) Indeterminação por P4, verbo ir no futuro do subjuntivo

151.2) Indeterminação por P4, verbo ver no futuro do presente do indicativo;

151.3) Indeterminação por referência genérica (as sociedades), substantivo feminino plural, com determinante, verbo organizar-se, em p3 do pretérito perfeito do indicativo;

151.4) Indeterminação por referência genérica (as sociedades), substantivo feminino plural, com determinante, verbo precisar, em p3 do pretérito imperfeito do indicativo;

151.5) Indeterminação por referência genérica (as sociedades), substantivo feminino plural, com determinante, verbo escolher, em p3 do pretérito perfeito do indicativo

151.6) Indeterminação por pronome indefinido plural (alguns), retomado pelo relativo 'que', verbo prestar, no imperfeito do subjuntivo.

152) **Precisamos** também **saber quem** não **comparecerá**, em apoio ao Lula, que diz que tudo faz, mas aos aposentados só prejudica.

152.1 Indeterminação por P4 , locução verbal, auxiliar precisar no presente do indicativo, principal saber no infinitivo;

152.2) Indeterminação por pronome indefinido (QUEM), verbo comparecer no futuro do presente do indicativo;

JORNAL O GLOBO de 9/05/09

153) **Torçamos** para que **todos colaborem**.

153.1) Indeterminação por P4, verbo torcer em p4 do imperativo afirmativo

153.2) Indeterminação por pronome indefinido plural (TODOS), retomado, verbo colaborar, no presente do subjuntivo

154) Não **vamos aceitar** esse absurdo, e **vamos fazer** a maior contestação já vista em todos os tempos.

154.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ir no presente do indicativo;

154.2) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ir no presente do indicativo, principal fazer no infinitivo;

OBS.: Notar que a própria conjunção “E” contribui para estabelecer um valor de futuro do presente em ambos os casos acima (não de imperativo)

155) Não **podemos esperar** tanto.

155.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar poder no presente do indicativo e principal esperar no infinitivo.

156) E isso deveria servir para que **fizéssemos** uma reavaliação de nós mesmos , antes até de **passar** a limpo nossos representante.

156.1) Indeterminação por P4, verbo fazer no imperfeito do subjuntivo

156.2) Indeterminação por P4, verbo passar no infinitivo, sujeito cancelado.

157) Será que **vamos dar** outro tiro no pé?

157.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ir no presente do indicativo, principal dar no infinitivo (valor temporal: futuro do presente)

158) É, galera, **precisamos desenvolver** novos hábitos.

158.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar precisar no presente do indicativo, principal desenvolver no infinitivo.

OBS.: Note-se que o VOCATIVO ‘Galera’, possui, aqui, o sentido de ‘referência genérica’.

JORNAL O GLOBO 11 DE MAIO 2009

159) Quando **pensamos** que há escândalos suficientes , imoralidades em profusão cabeça de nossos políticos , **eles** nos **surpreendem, superam-se , conseguem atingir** a perfeição em nos **envergonhar**.

159.1) Indeterminação por P4, verbo pensar no presente do indicativo

159.2) Indeterminação por referência genérica (nossos políticos), retomado pelo pronome pessoal ELES, substantivo masculino plural, verbos surpreender e superar em p6 do presente do indicativo; locução verbal, auxiliar conseguir em p6 do presente do indicativo, principal atingir no infinitivo;

160) E o tal direito sagrado de voto, ato em que **escolhemos** na solidão da urna o nome de nossa preferência .

160.1) Indeterminação por P4., verbo escolher no presente do indicativo

161) **Querem** nos **tirar** a possibilidade de **nós mesmos** - apesar de eternos incompetentes para tal- **decidirmos quais serão** os corruptos da vez.

161.1) Indeterminação por P6, locução verbal, verbo QUERER em P6 do presente do indicativo, verbo principal tirar no infinitivo;

161.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo decidir, infinitivo pessoal;

161.3) Indeterminação por pronome indefinido plural QUAIS, verbo SER no futuro do presente do indicativo;

162) **Nós todos temos** muito a **agradecê-lo** , bem como **reconhecer** sua discrição e competência.

162.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de pronome indefinido ‘todos’, verbo ter no presente do indicativo;

162.2) Indeterminação por Pronome Pessoal NÓS, verbo agradecer no infinitivo

impessoal, sujeito cancelado;

162.3) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo reconhecer no infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

163) Alguém surpreso com políticos **que** “se **lixam**” para a cidadania.

163.1) Indeterminação por referência genérica (políticos), substantivo masculino plural, verbo lixar-se no presente do indicativo, retomado pelo relativo ‘que’;

164) **Vivemos** delicado momento ; a informação , essência da democracia , paradoxalmente traz conteúdo que contribui mais para deformar do que formar princípios (ind 1ª p do plural)

164.1) Indeterminação por P4, verbo viver, no presente do indicativo.

165) Afinal, **quem paga** impostos somos nós , e não eles.

165.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo pagar em p3 do presente do indicativo;

166) E **precisamos descansar** . (ind 1ª p do plural)

166.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar precisar no presente do indicativo, verbo principal descansar no infinitivo (valor temporal: presente)

167) **Pode-se encontrar** por toda região uma população de rua **que vai chegar** à casa de três dígitos em breve.

167.1) Indeterminação por SE, locução verbal, verbo auxiliar poder, em p3 do presente do indicativo, verbo principal esperar no infinitivo;

167.2) Indeterminação por referência genérica (uma população de rua), substantivo feminino plural, retomada pelo relativo ‘que’, locução verbal, auxiliar ir em p3 do presente do indicativo e principal chegar no infinitivo (tempo: futuro);

168) Aqui , se **fala** ao celular ao **dirigir** , não se **obedece** aos sinais , não **se usa** cinto de segurança , enfim é uma bagunça generalizada, e o pior é que não **se vê** na cidade nenhuma de conscientização.

- 168.1) Indeterminação por SE, verbo falar, p3 do presente do indicativo
- 168.2) Indeterminação por SE, verbo obedecer, em p3 do presente do indicativo;
- 168.3) Indeterminação por SE, verbo usar, em p3 do presente do indicativo;
- 168.4) Indeterminação por SE, verbo ver, em p3 do presente do indicativo;
- 168.5) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo dirigir;

169) **Ninguém** toma providências para **favorecer** os pedestres.

- 169.1) Indeterminação por pronome indefinido ‘ninguém’, verbo tomar no presente do indicativo;
- 169.2) Indeterminação por pronome indefinido ‘ninguém’, verbo passar no infinitivo, sujeito cancelado.

JORNAL O GLOBO de 10/05/09

170) É assustador **ver** o que nosso voto impensado criou : criminosos e aproveitadores de todos os credos, profissões e raças **que** agora **debocham** de nós, certos de seu poder infinito.

- 170.1) Indeterminação por Infinitivo Impessoal, verbo ver;
- 170.2) Indeterminação por referência genérica (criminosos e aproveitadores de todos os credos, profissões e raças) substantivos masculinos plurais, retomados pelo relativo ‘que’, verbo debochar em p3 do presente do indicativo;

171) **Deveríamos ter** pedido a ficha corrida, o nada consta, o psicotécnico.

- 171.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar dever no futuro do pretérito do indicativo, verbo principal ter no infinitivo (valor temporal: futuro do pretérito)

172) Quanto a **nós**, no Brasil de verdade, **pagamos** as contas e nos **preparamos** para, no ano que vem, **votarmos** nos filhos de amigos, no mais bonitinho, no que **o pastor indicou**, para sempre.

- 172.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo pagar no presente do indicativo;
- 172.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo preparar no presente do

indicativo;

172.3) Indeterminação por pronome pessoal NÓS (implícito), verbo votar no infinitivo pessoal;

172.4) Indeterminação por referência genérica, substantivo masculino (o pastor), singular, com determinante (“o”), verbo indicar em p3 do pretérito perfeito do indicativo;

Jornal folha de são Paulo de 7/05/09

173) O comportamento dos Legislativos brasileiros todos não **faz sorrir** amarelo, **provocamos** um **choro** amargo.

173.1) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo sorrir;

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DE 8/05/09

174) Ou **alguém acha** que **banqueiros e empresários financiam** campanhas sempre movidos pelo ideal democrático?

174.1) Indeterminação por pronome indefinido (ALGUÉM), verbo achar em p3 do presente do indicativo;

174.2) Indeterminação por referência genérica (banqueiros e empresários), substantivos masculinos plurais, verbo financiar em p6 do presente do indicativo.

175) **Temos** um grande orgulho de **contribuir** com esse resultado (ind 1ª p do plural)

175.1) Indeterminação por P4, verbo ter no presente do indicativo;

175.2) Indeterminação por P4, verbo contribuir, infinitivo, sujeito cancelado

176) **Quem sabe** assim **poderemos dar** a nossa resposta e **deixar embaraçada** juridicamente essa turma **que diz** não **ligar** para a opinião pública e **que acha** que quanto mais **a imprensa bate**, mais **eles se reelegem**.

176.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar poder no futuro presente do indicativo, verbo principal dar no infinitivo (valor temporal:futuro do presente)

176.2) locução verbal, verbo auxiliar (elíptico) poder no futuro presente do indicativo, verbo principal deixar no infinitivo (valor temporal: futuro presente)

176.3) Indeterminação por pronome indefinido (QUEM), verbo saber em p3 do presente do indicativo;

176.4) Indeterminação por referência genérica (essa turma) substantivo feminino singular, retomado pelo pronome 'que', verbo dizer em p3 do presente do indicativo; verbo ligar em infinitivo impessoal; verbo achar em p3 do presente do indicativo;

176.5) Indeterminação por referência genérica (a imprensa), substantivo feminino singular, verbo bater em p3 do presente do indicativo;

176.6) Indeterminação por Pronome pessoal ELES, verbo reeleger, em p6 do presente do indicativo;

OBS.: Note-se que ELES e 'essa turma', possuem o mesmo 'referente' (indeterminado, vago, impreciso), embora, sintaticamente, não se relacionem (não concordem).

JORNAL O DIA 4/02/09

177) Estou aqui para expressar minha indignação sobre como **estão tratando** o caso dos donativos.

177.1) Indeterminação por P6, locução verbal, auxiliar estar no presente do indicativo, principal tratar no gerúndio;

178) Mais não vi **quem trabalhou** na triagem dos donativos **dar** seu testemunho.

178.1) Indeterminação por pronome indefinido 'quem', verbo trabalhar em p3 do pretérito perfeito do indicativo;

178.2) Indeterminação por pronome indefinido (elíptico) verbo dar no infinitivo pessoal

179) **O contribuinte merece saber** o custo desse primeiro passeio de 2005.

179.1) Indeterminação por referência genérica (O contribuinte), substantivo masculino singular, locução verbal, verbo merecer em p3 do presente do indicativo, principal saber no infinitivo;

180) **Roubam** nossos direitos e **omitem-se** no que nos é devido, como saúde e alimentação.

180.1) Indeterminação por P6, verbo roubar no presente do indicativo;

180.2) Indeterminação por P6, verbo omitir no presente do indicativo;

181) Não **somos** nem informados de quanto será a correção de nossos proventos.

181.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ser no presente do indicativo, verbo principal informar no particípio (valor temporal: presente), voz passiva.

182) Se fosse feita pesquisa sobre a ajuda às escolas de samba, certamente **diriam** que o dinheiro poderia ser mais bem utilizado.

182.1) Indeterminação por P6, verbo dizer no futuro do pretérito do indicativo;

183) Do que adianta **exibir-se** em curto período e **ficar** o ano inteiro sofrendo.

183.1) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo exibir;

183.2) Indeterminação por infinitivo impessoal verbo ficar..

184) **Pedimos** providências .

184.1) Indeterminação por P4, verbo pedir, no presente do indicativo.

JORNAL O DIA 23/05/05

185) Se **juntarmos** os milhões que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva distribuiu para festividades promovidas pela Central única dos Trabalhadores, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores, Movimento dos sem-terra e os sem teto, União Nacional dos Estudantes, ONGs e outras cujos comandos tem líderes sindicais. **Chegamos** à conclusão que o desejo dele e da cambada **que** o segue é sacrificar aposentados e pensionistas

185.1) Indeterminação por P4, verbo chegar, no presente do indicativo.

185.2) Indeterminação por referência genérica (cambada), substantivo feminino singular, retomada pelo pronome relativo 'que', verbo seguir em p3 do presente do indicativo

186) **O parlamentar confunde** eleitor com bobo da corte.

186.1) Indeterminação por referência genérica (o parlamentar), substantivo masculino singular, verbo confundir em p3 do presente do indicativo.

187) E mais uma vez, **o governo alardeia** que não tem dinheiro para **pagar** aquilo que é direito de **quem trabalhou e contribuiu** para a previdência.

187.1) Indeterminação por referência genérica (o governo), substantivo masculino

singular, verbo alardear, em p3 do presente do indicativo;

187.2) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo trabalhar em p3 do presente do indicativo; verbo contribuir em p3 do presente do indicativo.

187.3)) Indeterminação por referência genérica (o governo), substantivo masculino singular, verbo pagar, infinitivo, sujeito cancelado.

188) **Vamos erguer** muro a pretexto de **barrar** a expansão das favelas e **impedir** a entrada de bandidos.

188.1) Indeterminação por P4, , verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal erguer no infinitivo (valor temporal: futuro do presente);

188.2) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar precisar no presente do indicativo (elíptico), verbo principal impedir no infinitivo (valor temporal: futuro do presente)

188.3) Indeterminação por P4, verbo barrar, infinitivo, sujeito cancelado.

188.4) Indeterminação por P4, verbo impedir, infinitivo, sujeito cancelado.

JORNAL O DIA DE 25/05/09

189) A revolta dos passageiros em um ônibus no Jardim Botânico é o resultado que já **esperávamos** há muito tempo (ind 1ª p do plural)

189.1) Indeterminação por P4, verbo esperar no pretérito imperfeito do indicativo.

190) **Quem** não tem é o povão.

190.1) Indeterminação por pronome indefinido 'quem', verbo ter em p3 do presente do indicativo;

Obs.: Notar eventual possibilidade de 'expressão de realce' "é...quem".

191) A edição passada do debate da página de opinião de O DIA, sexta-feira, sobre homofobia , foi importante para que **toda a sociedade fique sabendo** que **existimos e exigimos** respeito e os direitos pela Constituição que **temos**.

191.1) Indeterminação por P4, verbo existir, no presente do indicativo;

191.2) Indeterminação por P4, verbo exigir, no presente do indicativo.

191.3) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo;

191.4) Indeterminação por referência genérica (toda a sociedade), substantivo

feminino singular, pronome indefinido ‘toda’, reforçando a indeterminação, locução verbal, verbo auxiliar ficar no presente do subjuntivo, verbo principal saber, no gerúndio.

192) Ela diz que todos **somos** iguais diante da lei, mas, na prática alguns direitos nos são amputados.

192.1) Indeterminação por pronome indefinido ‘todos’, verbo ser em P4, presente do indicativo.

193) **Queremos ter** direitos também e não só deveres .

193.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar querer no presente do indicativo, verbo principal ter no infinitivo (valor temporal: presente)

194) **Pagamos** impostos e não **temos** um mínimo de respeito.

194.1) Indeterminação por P4, verbo pagar, no presente do indicativo

194.2) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

195) Impossível de se **aceitar e acreditar** nisso.

195) Indeterminação por “Infinitivo Pessoal + SE”, verbo aceitar;

196) Indeterminação por “Infinitivo Pessoal +SE”, verbo acreditar.

196) Tal medida deixou em polvorosa centenas de servidores e vendedores de imóveis conforme **pode se assistir** na unidade da Previ-Rio.

196.1) Indeterminação por SE, locução verbal, verbo poder (auxiliar) em p3 do presente do indicativo, verbo principal assistir, no infinitivo impessoal.

JORNAL O GLOBO DE 24/05/09

197) Em minha opinião, os argumentos dos **que combatem** o voto em lista não procedem.

197.1) Indeterminação por demonstrativo ‘aqueles’, retomado pelo relativo ‘que’, verbo combater no presente do indicativo;

198) Pelo teor das últimas cartas, **nota-se** uma reação mais consistente contra a farra com o dinheiro público na Ilha da Fantasia (Brasília).

198.1) Indeterminação por SE, verbo notar em p3 do presente do indicativo

199) **O desprezo** pela ética e pela dignidade por parte daqueles **que** lá **foram** colocados pelo

nosso voto **equivale** a uma bofetada no eleitor.

199.1) Indeterminação por nominalização, substantivo abstrato ‘desprezo’, derivado do verbo ‘desprezar’, verbo equivaler em p3 do presente do indicativo.

199.2) Indeterminação por demonstrativo ‘aqueles’, retomado pelo relativo ‘que’, locução verbal, verbo auxiliar SER em P6 do pretérito perfeito do indicativo, principal colocar no particípio, Voz Passiva.

200) **O Congresso Nacional** realmente **está** se **lixando** para o povo.

200.1) Indeterminação por referência genérica (“O Congresso Nacional”), substantivo masculino singular, com determinante “o” e adjunto adnominal (Nacional), locução verbal, verbo auxiliar estar no presente do indicativo, verbo principal lixar-se no gerúndio (valor temporal: presente).

201) Aliás, já passou da hora de **irmos** as ruas **exigir** no mínimo respeito nossa inteligência e, se necessário, **defenestrá-los** já que não **são** dignos dos cargos que **ocupam**.

201.1) Indeterminação por P4, verbo ir, infinitivo impessoal;

201.2) Indeterminação por P4, verbo exigir, infinitivo, sujeito cancelado;

201.3) Indeterminação por P4, verbo defenestar, infinitivo cancelado;

201.4) Indeterminação por P6, verbo ser, presente do indicativo;

201.5) Indeterminação por P6, verbo ocupar, no presente do indicativo

OBS.: 201 é continuação de 200, daí se falar em Indeterminação por P6 em 201.4 e 201.5.

202) **Congressista** tem que **pagar** para **viver**, como nós **fazemos**.

202.1) Indeterminação por referência genérica (“Congressista”), substantivo masculino singular, locução verbal, verbo auxiliar ter em p3 do presente do indicativo, verbo principal pagar no infinitivo (valor temporal: presente);

201.1.2) infinitivo impessoal ‘viver’

202.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo fazer, p4 do presente do indicativo.

203) Não se **pode** mais **conviver** com essa ganância sem limites.

203.1) Indeterminação por SE, locução verbal, verbo auxiliar poder em p3 do presente do indicativo, verbo principal conviver no infinitivo.

204) E **nós**, como **ficamos** ?

204.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo ficar no presente do indicativo.

205) **Votamos** em vossas excelências **imaginando que seriam** nossos representantes **defendendo** assunto de nosso interesse.

205.1) Indeterminação por P4, verbo votar, no pretérito perfeito do indicativo.

205.2) Indeterminação por referência genérica (“vossas excelências”), substantivo masculino plural, retomado pelo relativo QUE, verbo ser em p6 do futuro do pretérito do indicativo;

205.2.1) verbo defender, gerúndio.

206) Durante o período Imperial , **acharam** um feito de **estabelecer** uma taxa pelo uso privado desses espaços, o que transformou muitos dos terrenos da Marinha em fonte de renda. (ind 3ª p do plural/ infinitivo impessoal)

207) **Olhem** as nossas escolas particulares (ind IMPERATIVO 3ª p do plural)

208) **Paguemos** a nossa dívida histórica com os nossos irmão mestiços, **façamos** a cota racial para **incentivar** um apoio mais do que merecido e necessário.

208.1) Indeterminação por P4, verbo pagar no imperativo afirmativo;

208.2) Indeterminação por P4, verbo fazer, no imperativo afirmativo;

208.3) Indeterminação por P4, verbo incentivar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

209) Agora **querem** me **ensinar** que existe a discriminação social do bem (contra brancos) e do mal (contra negros) (ind 3ª p do plural)

210) Passado quase três anos, **vemos** que tudo foi em vão (ind 1ª p do plural)

210.1) Indeterminação por P4, verbo ver, no presente do indicativo.

211) A coisa piorou de tal maneira que **ninguém** tem mais coragem de **passar** na linha vermelha.

211.1) Indeterminação por pronome indefinido NINGUÉM, verbo ter, p3 do presente do indicativo;

211.1.2) verbo passar, infinitivo impessoal.

212) Os casos mortais por dengue em nosso estado foram maiores do que aqueles **que morreram** vítimas da gripe suína em todo o mundo.

212.1) Indeterminação por demonstrativo ‘aqueles’, retomado pelo relativo ‘que’, verbo morrer em p6 do pretérito perfeito do indicativo;

213) **Vamos torcer** para que o mesmo aconteça nos demais estados, inclusive na rede federal, ampliando o número de doadores. Em Santa Catarina, o custo do plantão é de apenas 3% da folha salarial dos nosocômios.

213.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal torcer no infinitivo (valor temporal: futuro do presente)

JORNAL O DIA , 12 DE MAIO DE 2009

214) **Somos** só para **pagar** impostos e na hora do voto também.

214.1) Indeterminação por P4, verbo, verbo ser, no presente do indicativo.

214.1.2) Indeterminação por infinitivo, verbo pagar.

215) **Nós** é que **precisamos saber** onde **eles estão** e o que **estão fazendo**.

215.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, locução verbal, verbo precisar no presente do indicativo, verbo principal saber no infinitivo;

215.2) Indeterminação por pronome Pessoal ELES, verbo estar no presente do indicativo;

215.2.2) locução verbal, verbo auxiliar estar em p6 do presente do indicativo e verbo principal fazer no gerúndio

216) Afinal de contas, **somos nós** mesmos que **vamos pagar**.

216.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal pagar no infinitivo (valor temporal: futuro do presente), materializado pelo pronome relativo ‘que’;

216.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo ser no presente do indicativo.

217) **Nós, moradores da Fazenda Botafogo**, já não **agüentamos** mais tanta ineficiência

da Light.

217.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, acompanhado de aposto (“moradores da Fazenda Botafogo”), verbo agüentar, no presente do indicativo.

218) Não **querem saber** da opinião dos eleitores, como disse o deputado Sérgio Moraes.

218.1) Indeterminação por P6, locução verbal, auxiliar QUERER, presente do indicativo, principal saber, infinitivo impessoal.

JORNAL O DIA 10 DE MAIO DE 2009

219) Porque **nossos políticos** não **colocam** chips na testa para **podermos monitorá-los e acabar** com a farra das bolsas e viagens.

219.1) Indeterminação por P4, locução verbal “podermos monitorá-los”, verbo poder no infinitivo pessoal e verbo monitorar no infinitivo impessoal.

219.2) Indeterminação por P4, locução verbal (implícita), verbo poder no infinitivo impessoal (P4) e verbo acabar no infinitivo impessoal.

219.3) Indeterminação por referência genérica (“Nossos políticos”), substantivo masculino plural, com pronome demonstrativo adjetivo ‘nossos’, verbo colocar em P6 do presente do indicativo.

JORNAL O DIA 9 DE MAIO DE 2009

220) **Queremos** a verdade, a devolução do que foi roubado e, se for o caso, a prisão.

220.1) Indeterminação por P4, verbo querer, no presente do indicativo.

221) **Pagamos** impostos para isso.

221.1) Indeterminação por P4, verbo pagar, no presente do indicativo.

JORNAL O DIA 11 DE MAIO DE 2009

222) Não **agüentamos** mais.

222.1) Indeterminação por P4, verbo agüentar, no presente do indicativo.

223) E **temos** a sensação de que a tendência é ainda piorar.

223.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

224) Nunca **temos** uma resposta plausível.

224.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

225) **Todos nós temos** conhecimento de que **tais políticos são** exploradores do erário.

225.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, acompanhado do indefinido ‘todos’ verbo ter no presente do indicativo;

225.2) Indeterminação por referência genérica, “tais políticos”, masculino plural, adjunto ‘tais’, reduzindo o grau de indeterminação.

JORNAL O DIA 8 DE MAIO DE 2009

226) E ainda **temos** que **correr** do Leão.

226.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ter (que) no presente do indicativo, verbo principal correr no infinitivo (valor temporal: presente)

227) **Esperamos** que **os deputados recusem** essa pouca vergonha.

227.1) Indeterminação por P4, verbo esperar, no presente do indicativo .

227.2) Indeterminação por referência genérica (os Deputados), masculino plural, com determinante, verbo recusar, p6 do presente do subjuntivo.

JORNAL O DIA DE 7/05/09

228) **Deveríamos decidir** principalmente os salários desta rapaziada, pois a farra e a irresponsabilidade com o nosso dinheiro não têm precedente.

228.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar dever no futuro do pretérito do indicativo, verbo principal decidir no infinitivo (valor temporal: futuro do pretérito)

229) **Vamos dar** um basta nisso e **mudar** este Brasil já (ind 1ª p do plural)

229.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal dar no infinitivo (valor temporal: futuro do presente);

229.2) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir (elíptico) no presente do indicativo, verbo principal mudar no infinitivo (valor temporal: futuro do presente);

230) **Precisamos** de técnico grande! (ind 1ª p do plural)

230.1) Indeterminação por P4, verbo precisar, no presente do indicativo.

JORNAL O GLOBO DE 15/05/09

231) **Fala-se** tanto na nova gripe e nada se **faz** por ela.

231.1) Indeterminação por SE, verbo falar em p3 do presente do indicativo;

231.2) Indeterminação por SE, verbo fazer em p3 do presente do indicativo.

232) **Esperamos** que o Congresso **rejeite** essa proposta.

232.1) Indeterminação por P4, verbo esperar, no presente do indicativo.

232.2) Indeterminação por referência genérica (o Congresso), substantivo masculino, singular, com determinante “o”, verbo rejeitar em p3 do presente do subjuntivo.

233) **Você**, após mais de 35 anos de trabalho, se **aposenta** e **aplica** o seu FGTS na poupança da própria Caixa, **acreditando** na segurança, embora **saiba** que existem aplicações mais rentáveis.

233.1) Indeterminação por VOCÊ, verbos:

233.1.1) aposentar-se, p3 do presente do indicativo;

233.1.2) aplicar, p3 do presente do indicativo;

233.1.3) acreditar, gerúndio;

233.1.4) saber, p3 do presente do subjuntivo.

JORNAL O DIA DE 14/05/09

0

JORNAL DIÁRIO DE S. PAULO DE 7/05/09

234) Não **vemos** imputadas as responsabilidades aos responsáveis pela ausência de uma política educacional no ensino público estadual.

234.1_ Indeterminação por P4, verbo ver, no presente do indicativo.

235) **Soma-se** tudo isso e **enxerga-se** o resultado na divulgação do Enem.

235.1) Indeterminação por SE, verbo somar em p3 do presente do indicativo;

235.2) Indeterminação por SE, verbo enxergar em p3 do presente do indicativo

JORNAL DIÁRIO DE S. PAULO DE 8/05/09

236) **Precisamos verificar** esse descaso, porque o socorro oferecido pelos resgates nas ruas da Zona Sul fica bastante comprometido com a demora de viaturas que estão no hospital, de duas a três horas paradas, sem a menor necessidade (ind 1ª p do plural)

236.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar precisar no presente do indicativo, verbo principal verificar no infinitivo (valor temporal presente);

JORNAL DIÁRIO DE S PAULO DE 9/05/09

237) **Os aposentados, idosos, a melhor idade**, como agora **são** chamados, só **usufruem** de prioridades nas filas dos bancos.

237.1) Indeterminação por referência genérica: “Os Aposentados” (masculino plural, com determinante “os”), “idosos” (masculino plural, sem determinante), “a melhor idade” (feminino singular com determinante “a” e adjunto adnominal). Verbos:

237.1.1) SER em P6 do presente do indicativo;

237.1.2) USUFRUIR em p6 do presente do indicativo.

Nota: as expressões genéricas “aposentados”, “idosos” e “a melhor idade” são apresentadas como ‘sinônimas’. Todavia, podemos interpretar “a melhor idade” como aposto de “os aposentados” e de “idosos”.

238) **Arrozeiros expulsos de Roraima** não **merecem** a menor consideração do governo, nem sequer indenização.

238.1) Indeterminação por referência genérica “arrozeiros”, substantivo masculino plural, sem determinante, verbo merecer, em p6 do presente do indicativo.

DIÁRIO DE S PAULO DE 10/05/09

239) **Procura-se** o governador de SP, o prefeito da cidade, o subprefeito de Mogi Mirim e os vereadores do Morro do Índio, **que vieram** aqui **buscar** votos antes da eleição.

239.1) Indeterminação por SE, verbo procurar em p3 do presente do indicativo;

OBS.: Em 239.1 o verbo ficou no singular, não ocorrendo a concordância prevista pela suposta VPS.

240) **Temos** muitos semáforos desnecessários.

240.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo

Obs.: notar a semelhança com as construções impessoais. (“temos” como eventual sinônimo de “tem”, “há”)

241) **Estamos** em uma zona limítrofe, com quatro municípios (São Paulo, Embu Guaçu, Embu das Artes e Itapeverica da Serra) (ind 1ª p do plural)

241.1) Indeterminação por P4, verbo estar, no presente do indicativo.

242) **Ninguém sabe** onde **vamos votar** assim.

242.1) Indeterminação por pronome indefinido NINGUÉM, verbo saber, p3 do presente do indicativo;

242.2) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar IR, presente do indicativo, principal votar, no infinitivo (valor temporal: futuro do presente)

243) **Quem paga** a conta dos danos?

243.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo pagar em p3 do presente do indicativo.

DIÁRIO DE SP DE 11/05/09

244) Como o **nosso Congresso Nacional** é um gigante queijo suíço da ganância e da alienação em relação ao dinheiro público, agora precisa o procurador geral **fazer** uma auditoria nos planos de saúde do Congresso, pois sem sombra de dúvida, mais pepinos, e dos mais grossos, vão aparecer.

244.1) Indeterminação por referência genérica “o nosso congresso nacional” (substantivo masculino singular, com determinante “o” e adjuntos adnominais (‘nosso’ e ‘nacional’)), verbo SER em p3 do presente do indicativo;

245) **Precisamos passar** o Congresso a limpo ou **fechá-lo** para umas merecidas férias de

vergonha na cara.

245.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar precisar no presente do indicativo, verbo principal passar no infinitivo (valor temporal presente);

245.2) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar precisar no presente do indicativo, verbo principal fechar no infinitivo (valor temporal presente);

246) Além disso **precisamos** urgentemente **acabar** com os oligarcas mor.

246.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar precisar no presente do indicativo, verbo principal acabar no infinitivo (valor temporal presente);

247) Que **todos estejamos** a salvo desse mal!

247.1) Indeterminação por pronome indefinido 'TODOS', verbo estar no presente do subjuntivo .

OBS.: Note-se a silepse de pessoa; pode-se, até mesmo, subentender o pronome NÓS ('todos nós').

248) **Ninguém** mais **segura** o Brasil .

248.1) Indeterminação por pronome indefinido (NINGUÉM), verbo segurar em p3 do presente do indicativo.

249) O que nos faltava, finalmente **atingimos**.

249.1) Indeterminação por P4, verbo atingir, no pretérito perfeito do indicativo.

DIÁRIO DE SÃO PAULO 12 DE MAIO DE 2009

250) **Queremos avisar** a CET que na Av . General Penha Brasil, na zona norte , nas duas pistas, no sentido bairro / centro, do número 1.800 até o 3.500 diariamente, em qualquer horário **nós , pedestres, somos obrigados a arriscar** a vida por causa dos carros estacionados sobre as calçadas e passeios, mesmo com placas de proibido **estacionar** em vários locais.

250.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de aposto ("pedestres"), locução verbal, verbo ser no presente do indicativo, verbo obrigar no particípio – Voz Passiva – verbo arriscar no infinitivo impessoal;

250.2) Indeterminação por infinitivo impessoal., verbo estacionar, em oração subjetiva

OBS.: Notar em 250.2 o grau maximamente indeterminado com o infinitivo impessoal, como demonstrado em “proibido estacionar”, em orações subjetivas.

DIÁRIO DE SÃO PAULO 13 DE MAIO DE 2009.

251) Antes que algum acidente aconteça **solicitamos** as devidas providências e atenção das autoridades para **resolver** o problema e que o local cause menos riscos a população.

251.1) Indeterminação por P4, verbo solicitar, no presente do indicativo.

251.2) Indeterminação por referência genérica, “as autoridades”, substantivo feminino plural, verbo resolver, infinitivo, verbo cancelado;

DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 14/05/09

252) **Governantes** se **lixam** com problemas do povo.

252.1) Indeterminação por referência genérica “governantes”, substantivo masculino plural, sem determinantes, verbo lixar-se, em p6 do presente do indicativo.

253) Agora, **temos** também problemas terríveis em São Paulo, na educação e na saúde.

253.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

Obs.: Notar a eventual semelhança com construções ‘impessoais’.

254) **Deixando** de **jogar**, **o profissional sente quebra** do ritmo de jogo e a nenhum deles é benéfico **ser poupado**.

254.1) Indeterminação por referência genérica “o profissional”, substantivo masculino, singular com determinante “o”; verbos:

254.1.1) locução verbal ‘deixando de jogar’, auxiliar deixar (de) no gerúndio e principal jogar no infinitivo;

254.1.2) verbo sentir em p3 do presente do indicativo;

Obs.: Notar que “a nenhum deles” refere-se a “profissional”, ou seja, retoma-se uma palavra singular por outra plural; trata-se, evidentemente, de uma caso de silepse de número, o que ratificar a noção de indeterminação.

255) Além disso, **entrar** com o time reserva não deixa de ser falta de consideração com os torcedores, **que vão** a campo para **ver** os titulares.

255.1) Indeterminação por Infinitivo Impessoal, verbo entrar;

255.2) Indeterminação por referência genérica, “torcedores”, masculino plural com determinante “os”, retomado pelo pronome relativo sujeito QUE, locução verbal, auxiliar IR em p3 do presente do indicativo e principal VER no infinitivo impessoal (valor temporal: futuro do presente)

DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 15/005/09

256) E lembrar que sou do tempo em que quando **alguém** via um policial **borrava-se** nas calças.

256.1) Indeterminação por pronome indefinido ALGUÉM, verbos:

256.1.1) VER em p3 do pretérito imperfeito do indicativo;

256.1.2) BORRAR-SE, em p3 do pretérito imperfeito do indicativo.

257) **Éramos** felizes e não **sabíamos** (ind 1ª p do plural)

257.1) Indeterminação por P4, verbo ser no pretérito imperfeito do indicativo;

257.2) Indeterminação por P4, verbo saber no pretérito imperfeito do indicativo.

FOLHA DE SÃO PAULO DE 7/05/09

258) **Desculpem**, já **sei** , então não seria Brasil.

258.1) Indeterminação por P6, verbo desculpar, imperativo afirmativo.

259) Claro, **ninguém é** de ferro.

259.1) Indeterminação por pronome indefinido ALGUÉM, verbo SER em p3 do presente do indicativo.

260) **Lembram** quando, há pouco tempo, **tivemos de pagar** viagens de nossos “experts” em educação para **descobrirem** qual era o segredo do ensino médio de altíssima qualidade da Finlândia?

260.1) Indeterminação por P6, verbo “lembrar” no presente do indicativo;

260.2) Indeterminação por P4, locução verbal “tivemos de pagar”, auxiliar TER (de) em p4 do pretérito perfeito do indicativo e principal “pagar”, no infinitivo impessoal;

260.3) Indeterminação por referência genérica, “nossos “experts””, masculino plural, com adjunto ‘nossos; anglicismo (há a forma portuguesa “expertos”), verbo descobrir no infinitivo pessoal.

261) O custo político para **quem mexe** na poupança é elevadíssimo.

261.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo MEXER em p3 do presente do indicativo.

JORNAL EXTRA 8/02/09

262) **Querem colocar** essa responsabilidade somente na conta da polícia.

262.1) Indeterminação por P6, locução verbal, ‘querem colocar’, auxiliar querer em p6 do presente do indicativo e principal colocar no infinitivo impessoal.

263) O que nós **merecemos** é um salário digno, para **investirmos** na nossa educação e na educação de nossos dependente;

263.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo merecer no presente do indicativo

263.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo investir, no infinitivo pessoal.

JORNAL O DIA 12/02/09

264) Ano que vem **teremos** eleições.

264.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no futuro presente do indicativo .

Obs.: Notar a eventual semelhança com construções impessoais.

265) Em relação à carta enviada pelo leitor Emmanuel Alexander Baltz, a decisão do presidente do TJ é mais que acertada, pois **vivemos** em um Estado laico, não **sendo** correto **ostentar** símbolos religiosos em prédios públicos.

265.1) Indeterminação por P4, verbo viver, no presente do indicativo.

265.2) Indeterminação por gerúndio, verbo SER;

265.3) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo OSTENTAR.

266) **Os moradores, que pagam** taxa de iluminação, **pedem** providências à prefeitura.

266.1) Indeterminação por referência genérica “os moradores”, masculino plural com determinante “os”, verbo pedir em P6 do presente do indicativo;

266.2) Indeterminação por referência genérica “os moradores”, masculino plural com determinante “os”, retomado pelo relativo sujeito QUE, verbo pagar em p6 do presente do indicativo.

JORNAL O DIA 19/11/09

267) Até parece que não foi no governo do partido que **tivemos** o maior apagão da história, com racionamento de energia.

267.1) Indeterminação por P4, verbo ter no pretérito perfeito do indicativo;

JORNAL DIÁRIO DE S PAULO 23/05/09

268) **Quem sabe**, Sr João, um dia **seremos** atendidos.

268.1) Indeterminação por P4, verbo ser, no futuro do presente do indicativo

268.2) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo saber em p3 do presente do indicativo.

Obs.: Notar em 268.2 a possibilidade de tratar-se de expressão cristalizada.

268) Isso sem **falar** na perturbação do sossego público causada pelos bares localizado nos números 26 A e 36 B.

268.3) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo falar.

269) **Quem diria**, o senador Eduardo Suplicy (PTSA), o politicamente correto, defensor dos pobres e oprimidos, dos sequestradores e que tais, usou sua cota pessoal de passagens aéreas para **custear** viagens de sua namorada a Paris.

269.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo dizer em p3 futuro do pretérito indicativo.

Obs.: Notar, a exemplo de 268.2 a possibilidade de tratar-se de expressão cristalizada.

270) Agora que vem à tona toda bandalheira com o dinheiro do contribuinte **sabe-se** que **a maioria dos parlamentares usou e abusou** das cotas de passagens, **dando** a quem bem **entendesse**.

270.1) Indeterminação por SE, verbo saber em p3 do presente do indicativo ;

270.2) Indeterminação por referência genérica “a maioria dos parlamentares”, feminino singular (maioria), artigo definido “a”, adjunto ‘dos parlamentares’, verbos:

270.2.1) ‘usar’ em p3 do pretérito perfeito do indicativo;

270.2.2) ‘abusar’ em p3 do pretérito perfeito do indicativo;

270.2.3) ‘dar’ no gerúndio;

270.2.4) ‘entender’ no imperfeito do subjuntivo.

271) O que **podemos esperar** quando o chefe mandatário do país confessa que pagou passagens a seus companheiros sindicalistas sem o menor constrangimento.

271.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar poder no presente do indicativo, verbo principal esperar no infinitivo (valor temporal presente);

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DE 23/05/09

272) **Considerar** obtusa a idéia de que decisão Judicial não **se discute** , **cumpre-se**.

272.1) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo considerar;

272.2) Indeterminação por SE, verbo discutir em p3 do presente do indicativo

272.3) Indeterminação por SE, verbo cumprir em p3 do presente do indicativo

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 24/05/09

273) Que dificuldade para se **colocar** uma CPI **investigando** a Petrobrás.

273.1) Indeterminação por “SE + Infinitivo Impessoal”, verbo colocar;

273.2) Indeterminação por Referência Genérica (CPI), verbo investigar no gerúndio.

274) **Alguém tem** dúvida do porquê?

274.1) Indeterminação por pronome indefinido ALGUÉM, verbo ter em p3 do presente do indicativo.

275) Como **estamos** no país do **faz** de conta que existem leis, esse facínora travestido de autoridade vai ficar numa boa e **quem perdeu** seus entes queridos que se **exploda**.

275.1) Indeterminação por P4, verbo estar, no presente do indicativo

275.2) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbos:

275.2.1) perder em p3 do pretérito perfeito do indicativo;

275.2.2) explodir em p3, no presente do subjuntivo

276) **Ninguém suporta** mais tanta impunidade, **ninguém quer** mais proteções e vantagens para uns poucos.

276.1) Indeterminação por pronome indefinido, verbos:

276.1.1) suportar, em p3 do presente do indicativo;

276.1.2) querer, em p3 do presente do indicativo.

277) Se isso não acontecer, daqui a pouco **todo mundo vai querer fazer** Justiça com as próprias mãos e **ninguém vai ter** moral para **falar** nada.

277.1 Indeterminação por referência genérica “todo mundo” (pronome indefinido ‘todo’ e substantivo ‘mundo’), locução verbal, auxiliar IR em p3 do presente do indicativo, principal querer e fazer no infinitivo impessoal (valor temporal: futuro do presente);

277.2) Indeterminação por pronome indefinido NINGUÉM, locução verbal, auxiliar ir em p3 do presente do indicativo e principal ter, no infinitivo (valor temporal: futuro); verbo falar, infinitivo pessoal.

278) **Vamos parar de brincar** com as leis e **valorizar o ser humano que é** honesto, **trabalha** e **paga** pesados impostos para **ficar vendo** esse tipo de corporativismo e corrupção política.

278.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo auxiliar parar (de) verbo principal brincar no infinitivo (valor temporal imperativo);

278.2) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir (implícito) no presente do indicativo, verbo principal valorizar no infinitivo (valor temporal futuro do presente);

278.3) Indeterminação por referência genérica “o ser humano”, substantivo masculino singular com determinante “o”, adjunto “humano”, verbos:

278.3.1) SER, cujo sujeito é o relativo QUE, o qual tem por antecedente a expressão genérica acima.

278.3.2) verbo trabalhar em p3 do presente do indicativo;

278.3.3) verbo pegar em p3 do presente do indicativo;

278.3.4) locução verbal ficar vendo.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 25/05/09

279) Até agora não **apareceu ninguém da CET** para **fazer** a avaliação.

279.1) Indeterminação por pronome indefinido NINGUÉM, verbos:

279.1.1) aparecer em p3 do pretérito perfeito do indicativo;

279.1.2) fazer, infinitivo pessoal.

JORNAL O GLOBO DE 25/05/09

280) E com que surpresa, não **comparamos** o teto sugerido para os gastos dos parlamentares.

280.1) Indeterminação por P4, verbo comparar no pretérito perfeito do indicativo.

281) Não se **conhece** no Brasil peessoa de bem **que queira** se **filiar** a esses verdadeiros Institutos de Malandragem.

281.1) Indeterminação por SE, verbo conhecer em p3 do presente do indicativo;

281.2) Indeterminação por referência genérica, “peessoa de bem”, substantivo feminino singular, retomado pelo relativo QUE, locução verbal, auxiliar querer no presente do subjuntivo e principal filiar-se no infinitivo impessoal.

282) As convicções do Presidente Lula são realmente de deixar qualquer cidadão irritado, mesmo aquele **que** não **entende** nada de política econômica.

282.1) Indeterminação por pronome demonstrativo de valor indefinido ‘aquele’, retomado pelo relativo QUE, verbo entender em p3 do presente do indicativo.

283) Nosso presidente, num mandato de quase oito anos, passeia no AeroLula, sempre nas nuvens ()

284) No caso da CPI da Petrobrás, na briga do governo com a oposição, **quem leva** a pior é o povo.

284.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo levar em p3 do presente

do indicativo.

286) Se já não bastasse toda poluição sonora, **vivemos** com mais alguns excessos sonoros, que nos obrigam a viver com mais barulho .

286.1) Indeterminação por P4, verbo viver, no presente do indicativo.

287) A falta de civilidade com que **o usuário de ônibus no Rio** é tratado demonstra a sociedade em que **vivemos**.

287.1) Indeterminação por P4, verbo viver, no presente do indicativo

287.2) Indeterminação por referência genérica “o usuário de ônibus”, masculino singular com determinante “o” e adjunto “de ônibus”, SER (p3 do presente do indicativo) e tratar no participio, Voz Passiva.

288) Os crimes tornam-se cada vez mais violentos

289) **Alega-se** despreparo do Judiciário no caso de instituição da pena capital.

289.2) Indeterminação por SE, verbo alegar em p3 do presente do indicativo

290) Não **podemos esquecer** que **a votação entrou** em pauta no dia 13/05 e , num passe de mágica **foi** transferida para o próximo dia 26.

290.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar poder no presente do indicativo, verbo principal esquecer no infinitivo (valor temporal presente);

290.2) Indeterminação por nominalização (votação), verbo entrar, p3 do pretérito perfeito do indicativo; voz passiva (foi transferida), valor temporal de passado.

291) Patriotismo, nesse caso, é **torcer** pelo melhor de nossas empresas , e que **estas tragam** lucros para o país seja lá em qual língua for.

291.1) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo ‘torcer’.

JORNAL O DIA 26/02/09

292) **Sai prefeito, entra prefeito e ninguém se digna a tratar** a Av. Rio Branco com atenção merecida, como espaço procurado por foliões.

292.1) Indeterminação por referência genérica (prefeito), masculino singular sem

determinante, verbos

292.1.1) sair, p3 do presente do indicativo;

292.1.2) verbo entrar em p3 do presente do indicativo;

292.2) Indeterminação por pronome indefinido NINGUÉM, verbo dignar-se, p3 do presente do indicativo; tratar, infinitivo impessoal.

293) Cabe a **nós**, no Brasil, **escolhermos** bons governantes para que **estes evitem** a saída dos brasileiros para outros países.

293.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo escolher no infinitivo pessoal;

293.2) Indeterminação por referência genérica (“Bons Governantes”), substantivo masculino plural, retomado pelo dêitico anafórico “esses”, verbo evitar em p6 do presente do subjuntivo.

294) Na praia, não há cestos de lixo, e o único espaço de lazer que **chamam** de praça, precisa de reforma.

294.1) Indeterminação por P6, verbo chamar no presente do indicativo.

JORNAL O DIA DE 28/05/09

295) **Temos** o direito de **saber** o que há por trás de tantas dificuldades impostas para a instituição da mesma, de tanto bate-boca e acusações entre governo e **oposição**, **diz querer apurar** as denúncias.

295.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

295.2) Indeterminação por P4, verbo saber, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

295.3) Indeterminação por referência genérica ‘oposição’, feminino singular sem determinante, verbos:

295.3.1) verbo dizer, p3 do presente do indicativo;

295.3.2) locução verbal, querer apurar, auxiliar querer e principal apurar, amos no infinitivo.

296) Onde tanto dinheiro é aplicado, se não **vemos** retorno à altura

296.1) Indeterminação por P4, verbo ver, no presente do indicativo.

297) **Congresso tem** o direito e o dever de **investigar**.

297.1) Indeterminação por referência genérica, ‘congresso’, masculino singular sem determinante, verbo ter em p3 do presente do indicativo; verbo investigar no infinitivo impessoal.

JORNAL O DIA 30 DE MAIO DE 2009

298) Em democracia, há que haver, oposição atuante , ou não **estamos** em uma democracia?

298.1) Indeterminação por P4, verbo estar, no presente do indicativo .

299) Agora , os **que** não **gostam** dos bichanos **ficaram** mais a vontade para **exterminá-los** com essa desculpa esfarrapada.

299.1) Indeterminação por pronome demonstrativo “os”, retomado pelo relativo sujeito QUE, verbos:

299.1.1) gostar em p6 do presente do indicativo;

299.1.2) ficar em p6 do pretérito perfeito do indicativo

299.1.3) exterminar, infinitivo pessoal.

300) Para todos os **que** ainda **acreditam** no atual congresso, **a pergunta que** não quer **deixar calar:** que congresso é esse , onde **o comandante tem** um dinheiro extra guardado em sua conta e ainda **tem** a coragem de **dizer** que não **sabia** que **estava recebendo ?**

300.1) Indeterminação por pronome indefinido todos e demonstrativo “os”, retomados pelo relativo sujeito QUE, verbo acreditar em p6 do presente do indicativo.

300.2) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo calar;

300.3) Indeterminação por referência genérica, ‘o comandante’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbos:

300.3.1) ter, p3 do presente do indicativo (2 ocorrências);

300.3.2) dizer, infinitivo, sujeito cancelado;

300.3.3) saber, pretérito imperfeito do indicativo;

300.3.4) locução verbal, auxiliar estar no pretérito imperfeito, principal receber no infinitivo;

301) Cachorro pode transmitir raiva e leptospirose se tiver infectado e morder alguém:

cavalos possuem carrapatos, que podem ser extremamente perigosos ()

JORNAL O DIA 31 DE MAIO DE 2009

302) Não **podemos esquecer** as infelizes contratações feitas.

302.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar poder no presente do indicativo, verbo principal esquecer no infinitivo (valor temporal presente);

303) Não **aparece ninguém** lá .

303.1) Indeterminação por pronome indefinido NINGUÉM verbo aparecer em p3 do presente do indicativo, sujeito posposto.

304) Na falta de punição efetiva para os homicidas do trânsito **criou-se** uma lei que afronta o direito individual.

304.1) Indeterminação por SE, verbo criar em p3 do pretérito perfeito do indicativo.

305) **Estamos** numa democracia ou num Estado totalitário?

305.1) Indeterminação por P4, verbo estar, no presente do indicativo .

306) **Falam** que cotas reduzem a dívida social com os negros e pobres.

306.1) Indeterminação por P6, verbo falar, no presente do indicativo.

307) **Quem passa** pelo Alto da Boa Vista **sabe** que os ônibus das linhas 225, 233 ,e 234 , da mesma empresa , vivem quebrando .

307.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbos:

307.1.1) passar, presente do indicativo;

307.1.2) saber, presente do indicativo.

JORNAL O DIA 2 DE JUNHO DE 2009

308) Do jeito que **estão querendo fazer**, daqui a pouco não vai mais existir mérito em **passar** em concurso público.

308.1) Indeterminação por P6, locução verbal, auxiliar estar, presente do indicativo,

auxiliar querer no gerúndio, principal fazer, no infinitivo;

308.2) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo passar.

309) Mais impostinhos para **nós , otários, pagarmos** .

309.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido do aposto “otários”, verbo pagar no infinitivo pessoal;

310) No Rio , **nós já pagamos** um dos maiores IPVA e um dos maiores ICMSs.

310.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo pagar no presente do indicativo.

311) E , aqui embaixo, **quem paga** não tem direito a nada.

311.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo pagar no presente do indicativo.

312) Existem coisas no Brasil que não **entendemos**.

312.1) Indeterminação por P4, verbo entender, no presente do indicativo. (ind 1ª p do plural)

313) Se tem **alguém acreditando** na CPI **que vai investigar** denúncias contra a Petrobrás **podem acreditar** também em Papai Noel.

313.1) Indeterminação por pronome indefinido ALGUÉM, verbo acreditar, gerúndio;

313.2) Indeterminação por referência genérica, CPI, feminino singular, com determinante ‘a’, retomado pelo relativo sujeito QUE, locução verbal, auxiliar IR (p3 presente do indicativo), principal investigar no infinitivo (valor temporal: futuro);

313.3) Indeterminação por P6, locução verbal, auxiliar poder, presente do indicativo e principal acreditar.

Obs.: É de notar que ‘alguém’ é retomado por P6, silepse de número que demonstra a intuição do enunciador da correspondência ‘semântica’ de indeterminação entre eles.

JORNAL O DIA 3/06/09

314) A tragédia que ocorreu no Air France, do Rio para Paris, onde **pereceram 228 seres humanos**, nos mostra a fragilidade das aeronaves , mesmo em se **tratando** de transporte dito

seguro, como os aviões.

314.1) Indeterminação por referência genérica ‘228 seres humanos’, masculino plural (seres), adjuntos: numeral e adjetivo, p6 do pretérito perfeito do indicativo, verbo perecer,.

314.2) SE + GERÚNDIO, verbo tratar: impessoalidade, oração sem sujeito.

315) Se depender de nossos vereadores , o metrô não chegará tão cedo a Barra da Tijuca ()

316) **O povo** que se **dane**.

316.1) Indeterminação por referência genérica ‘o povo’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbo danar-se, p3 do presente do subjuntivo.

317) **Vamos acabar** com esta mentalidade ultrapassada.

317.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal acabar no infinitivo (valor temporal imperativo);

JORNAL O DIA 1 DE JUNHO 2009

318) É lamentável que **uma bióloga** se **sujeite** a **participar** da elaboração de uma lista racionaria e preconceituosa, na qual plantas e animais são considerados invasores, agressores e culpados pelo que vem ocorrendo ‘a biodiversidade em nosso estado.

318.1) Indeterminação por referência genérica, ‘uma bióloga’, feminino singular, com determinante ‘uma’, verbo ‘sujeitar-se’ no presente do subjuntivo e participar, no infinitivo.

319) **Quem questiona** o regime e a religião do monarca **é** preso .

319.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo questionar, p3 do presente do indicativo; verbo ser, p3 do presente do indicativo.

320) O Presidente Lula disse que o Brasil pode ser diferente se não **elegermos** mais vigaristas

320.1) Indeterminação por P4, verbo eleger, futuro do subjuntivo;

JORNAL O DIA 29 DE MAIO 2009

321) O que **devemos esperar** de um **senado que** tem Sarney, Renan e Collor.

321.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar dever no presente do indicativo, verbo principal esperar no infinitivo (valor temporal presente);

321.2) Indeterminação por referência genérica ‘um senado’, masculino singular, com determinante ‘um’, retomado pelo relativo sujeito QUE, verbo ter, p3 do presente do indicativo.

322) **Nossos Algozes ocupam** cargos poderosos, como a presidência da República e o Ministério.

322.1) Indeterminação por referência genérica ‘nossos algozes’, masculino plural (algozes), adjunto ‘nossos’, p6 do presente do indicativo, verbo ocupar.

323) **Alguém acha** que esse quadro muda em 2010?

323.1) Indeterminação por pronome indefinido ALGUÉM, verbo achar, p3 do presente do indicativo.

324) O secretário de saúde alega que a dívida do ex-prefeito Washington Reis, **Pasmem!**

324.1) Indeterminação por P6, verbo pasmar, imperativo afirmativo

Obs.: Notar que não se trata de um uso ‘prototípico’ do imperativo; assemelha-se, bastante, a um sentido de um ‘interjeição’.

325) **Poderemos repetir a** tragédia que aconteceu com o menino atropelado na calçada no Méier se não **arranjarem** um jeito de **alargar** a de Jacarepaguá.

325.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar poder no futuro do presente do indicativo, verbo principal repetir no infinitivo (valor temporal futuro do presente);

325.2) Indeterminação por P6, verbo arranjar, futuro do subjuntivo.

325.3) Indeterminação por P6, verbo alargar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

326) **A população precisa** de bom atendimento.

326.1) Indeterminação por referência genérica ‘a população’, feminino singular, com determinante ‘a’, verbo precisar, p3 do presente do indicativo.

327) Em sua consciência, **pode alguém concordar** com os confrontos nas favelas do Rio, **envolvendo** policiais e traficantes, vitimados e inocentes e **colocando** a Cidade Maravilhosa em péssimo conceito no mundo civilizado.

327.1) Indeterminação por pronome indefinido ALGUÉM, locução verbal, auxiliar poder, p3 do presente do indicativo, principal concordar no infinitivo.

327.2) Indeterminação por nominalização, ‘confrontos’, sujeito dos verbos, no gerúndio, envolver e colocar.

328) **Nós, moradores da Rua Mearim no Grajaú, gostaríamos de saber** porque a **prefeitura podou** apenas uma árvore da rua.

328.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de aposto (“moradores da Rua Mearim no Grajaú”), locução verbal ‘gostaríamos de saber’, verbo gostar (de) no futuro do pretérito do indicativo, verbo saber no infinitivo impessoal;

328.2) Indeterminação por referência genérica ‘a prefeitura’, feminino singular, com determinante ‘a’, verbo podar em p3 do pretérito perfeito do indicativo.

JORNAL O DIA 26 DE MAIO DE 2009

329) **Trocaram** os postes do Parque do Museu da República, **mudando** o projeto original sob alegação de que **precisariam mudar** as lâmpadas para **melhorar** a iluminação e **estender** o horário de funcionamento.

329.1) Indeterminação por P6, verbo trocar no pretérito perfeito do indicativo;

329.2) Indeterminação por P6, verbo mudar, no gerúndio;

329.3) Indeterminação por P6, locução verbal, verbo auxiliar precisar no futuro do pretérito do indicativo e verbo principal mudar no infinitivo impessoal;

329.4) Indeterminação por P6, verbo estender, no infinitivo impessoal, sujeito cancelado;

329.5) Indeterminação por P6, verbo melhorar, no infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

330) Agora como informam placas colocadas no local já **falam** em novas mudanças e alteração do horário de funcionamento das 22 para as 20Hs.

330.1) Indeterminação por P6, verbo falar no presente do indicativo.

331) Daqui a pouco , **vão acabar voltando a fechar** às 18 h , **limitando** o acesso dos visitantes.

331.1) Indeterminação por P6, locução verbal, IR (p6 do presente do indicativo), ACABAR (infinitivo) , VOLTAR (gerúndio) FECHAR (infinitivo) (valor temporal: futuro)

331.1) Indeterminação por P6, verbo limitar, gerúndio.

JORNAL O DIA 16 DE MAIO DE 2009

332) **Todo mundo lembra** daquele deputado que estava se lixando para nós.

332.1) Indeterminação por referência genérica ‘todo mundo’, substantivo masculino ‘mundo’, e pronome indefinido ‘todo’, verbo lembrar, em p3 do presente do indicativo.

333) Há muito tempo **pedimos** um semáforo para a Estrada do Cabuçu em frente à Escola Municipal Professor Gonçalves em Campo Grande .

333.1) Indeterminação por P4, verbo pedir, no pretérito perfeito do indicativo.

JORNAL O DIA 17 DE MAIO DE 2009

334) **A sociedade exige saber quem facilitou** a saída do assassino da prisão.

334.1) Indeterminação por referência genérica ‘a sociedade’, feminino singular, com determinante ‘a’, locução verbal, verbo auxiliar exigir, p3 do presente do indicativo, verbo principal saber, no infinitivo;

334.2) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo facilitar, p3 do pretérito perfeito do indicativo.

JORNAL O DIA 19 DE MAIO 2009

335) Mas , na minha opinião de homossexual , trabalhadora , cumpridoras dos meus deveres como cidadã, **precisamos** de muito mais apoio por parte de todos os nossos governantes.

335.1) Indeterminação por P4, verbo precisar, no presente do indicativo.

JORNAL O DIA 20 DE MAIO DE 2009

336) **Cobramos** providências urgentes.

336.1) Indeterminação por P4, verbo cobrar, no presente do indicativo.

337) **Pedimos** providência à prefeitura de Nova Iguaçu para **acabar** com a bagunça na Rua Manoel Lopes Ferreira em Comendador Soares.

337.1) Indeterminação por P4, verbo pedir, no presente do indicativo.

337.2) Indeterminação por referência genérica, (prefeitura de Nova Iguaçu), verbo acabar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

JORNAL O DIA 21/05/09

338) **Quem** foi contra a CPI **deveria ficar** de fora.

338.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo ser, p3 do pretérito perfeito do indicativo;

338.2) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, locução verbal, verbo auxiliar dever, p3 do futuro do pretérito do indicativo, verbo principal ficar, no infinitivo impessoal.

339) **Garantiríamos** assim que as “pizzas” estariam definitivamente abolidas de nossas legislativas.

339.1) Indeterminação por P4, verbo garantir, futuro do pretérito do indicativo.

JORNAL O DIA DE 22/05/09

340) Nós **moradores da Rua Senador Nabuco**, em Vila Izabel, **sofremos** com a falta de água toda vez que chove.

340.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de aposto (“moradores da Rua Senador Nabuco”) verbo sofrer no presente do indicativo.

341) **Gostaríamos** de **saber** qual a ligação entre as chuvas com a interrupção do fornecimento de água.

341.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar gostar (de) no futuro do pretérito do indicativo, verbo principal saber no infinitivo (valor temporal futuro do pretérito);

JORNAL O GLOBO DE 16/05/09

342) Nosso presidente solta uma frase “**vamos mexer** na poupança” em meio a um discurso.

342.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do

indicativo, verbo principal mexer no infinitivo (valor temporal futuro do presente);

343) **Quem sabe não venhamos a ter** na Petrobrás o mesmo processo saneado que **estamos presenciando** na Infraero.

343.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar vir (a) no presente do subjuntivo, verbo principal terno infinitivo (valor temporal presente do subjuntivo);

343.2) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ESTAR, presente do indicativo, principal presenciar, gerúndio;

343.3) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo saber em p3 do presente do indicativo.

OBS.: Pode-se ler 343.3 como expressão cristalizada.

344) **Estamos ficando** tão pequenos (ind 1ª p do plural)

344.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar estar no presente do indicativo, verbo principal ficar no gerúndio (valor temporal presente);

JORNAL O GLOBO DE 17/05/09

345) **Nós, cidadãos**, não arrostamos ninguém muito pelo contrário, **somos afrontados** todo o tempo pelos “arrostadores da república”.

345.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido do aposto “cidadãos”, verbo arrostar no presente do indicativo;

345.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido do aposto “cidadãos”, locução verbal, verbo auxiliar SER em p4 do presente do indicativo, verbo principal ‘afrontar’ no particípio – Voz Passiva.

346) Quando **elegemos** um parlamentar, **imaginamos** um homem ousado, republicano, patriota, um espírito afeiçoado às novas idéias, mais na verdade **são** afeiçoados ao seus interesses particulares (ind 1ª p do plural// 3. pessoa do plural retomando o genérico parlamentar, com silepse de número)

346.1) Indeterminação por P4, verbo eleger, no presente do indicativo;

346.2) Indeterminação por P4, verbo imaginar, no presente do indicativo.

347) **Vamos exigir** respeito e contra-partida **dos que deveriam** nos **representar**.

347.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal exigir no infinitivo (valor temporal futuro do presente);

347.2) Indeterminação por pronome demonstrativo ‘os’, retomado pelo relativo sujeito QUE, locução verbal, auxiliar dever, futuro do pretérito do indicativo, p6, verbo principal representar, no infinitivo impessoal.

348) Seria de bom alvitre que **nossos parlamentares, nosso governo mudasse** esta situação ou realmente **vamos acreditar** que **estão se lixando** para o povo.

348.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal acreditar no infinitivo (valor temporal futuro do presente);

348.2) Indeterminação por referência genérica ‘nosso governo’, masculino singular, adjunto ‘nosso’, verbo mudar em p3 do imperfeito do subjuntivo;

348.3) Indeterminação por P6, locução verbal, auxiliar estar em p6 do presente do indicativo, principal lixar-se, no gerúndio.

OBS.: Notar que ‘nossos parlamentares’ está também em referência genérica, mas a concordância só de dá com ‘nosso governo’; outrossim, 348.3 (P6) retoma, de alguma sorte, as expressões genéricas de 348.1 e 348.2.

JORNAL O GLOBO DE 18/05/09

349) Nunca **tivemos** uma situação como a que **vivemos** agora no Rio, e penso que **as autoridades não estão conseguindo manter** a ordem pública.

349.1) Indeterminação por P4, verbo ter, pretérito perfeito do indicativo;

349.2) Indeterminação por P4, verbo viver, no presente do indicativo.

349.3) Indeterminação por referência genérica “as autoridades”, feminino plural, com determinante ‘as’ , locução verbal, auxiliar estar em p6 do presente do indicativo, conseguir no gerúndio e principal manter no infinitivo.

350) **Quem não está “se lixando”** para nós, o povo ?

350.1) Indeterminação por pronome indefinido ‘QUEM’, locução verbal, auxiliar estar, p3 do presente do indicativo e principal lixar-se, no gerúndio.

351) Então **paga-se** um pedágio caro, mas não **temos** segurança, conforto e **somos obrigados** a **enfrentar** constantes engarrafamentos.

351.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ser no presente do indicativo, verbo principal obrigar no particípio (valor temporal presente)- Voz Passiva-

351.2) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

351.3) Indeterminação por P4, verbo enfrentar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

351.4) Indeterminação por SE, verbo pagar em p3 do presente do indicativo

OBS.: Notar que a referência genérica se inicia pelo SE, sendo 'retomada' por verbos em P4.

JORNAL O GLOBO DE 20/05/09

352) **Temos** que **aposentar** a instalação da CPI da Petrobrás .

352.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ter (de) no presente do indicativo, verbo principal aposentar no infinitivo (valor temporal presente);

353) Chega de moleza, **vamos cobrar** transparência .

353.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal cobrar no infinitivo (valor temporal imperativo);

354) Não tem problema: **a gente paga** tudo mesmo

354.1) Indeterminação por A GENTE, verbo pagar em p3 do presente do indicativo,.

355) **Estamos** às vésperas de uma CPI, provavelmente, mais um espetáculo circense.

355.1) Indeterminação por P4, verbo estar, no presente do indicativo.

356) O pior é que a queda no lucro foi de 29% e **nós somos** tascados (SIC) em mais de 91%.

356.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo SER no presente do indicativo, verbo 'tascar' (SIC) no particípio – Voz passiva.

357) No passado, **dizíamos** que “ou **o Brasil acaba** com as saúvas, ou **as saúvas acabam** com o Brasil.

357.1) Indeterminação por P4, verbo dizer, no pretérito imperfeito do indicativo.

357.2) Indeterminação por referência genérica 'o Brasil', masculino singular, com determinante 'o' verbo acabar em p3 do presente do indicativo;

357.3) Indeterminação por referência genérica, 'as saúvas', feminino plural, determinante 'as', verbo acabar em p6 do presente do indicativo;

358) Não **podemos concordar** é que **eles** ainda **queiram ofender** a nossa inteligência.

358.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar poder no presente do indicativo, verbo principal concordar no infinitivo (valor temporal presente);

358.2) Indeterminação por pronome pessoal ELES, locução verbal, auxiliar querer, p6 do presente do subjuntivo e principal ofender, no infinitivo.

JORNAL O GLOBO DE 19/05/09

359) Para isso **foram** eleitos, **possuem** várias mordomias e **são pagos** com os nossos recursos.

359.1) Indeterminação por P6, verbos:

359.1.1) locução verbal 'foram eleito', voz passiva, pretérito perfeito;

359.1.2) verbo possuir, presente do indicativo;

359.1.3) locução verbal, 'são pagos', voz passiva, presente.

360) Como o dinheiro é nosso, fica evidente que **a Petrobrás pisa** em ovos em suas colaborações, e **temos** o direito de **saber** quais **são** esses ovos preciosos.

360.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo ; verbo saber, infinitivo.

360.2) Indeterminação por referência genérica, 'a Petrobrás', feminino singular, determinante 'a' , verbo pisar no presente do indicativo.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DE 19/05/09

FOLHAS DE SÃO PAULO 19 DE MAIO DE 2009

361) **Cumprimentamos** a FOLHA pelo editorial ' Socorro ao Professor' (Opinião) , 17 / 05 / 2009) . Ele reflete uma posição que também é nossa: sem valorização e reconhecimento social do professor não **pode pensar** em soluções eficazes para as violências nas escolas.

361.1) Indeterminação por P4, verbo cumprimentar, no presente do indicativo.

361.2) Indeterminação por P3, locução verbal, auxiliar poder, presente do indicativo, principal pensar, no infinitivo.

FOLHA DE SÃO PAULO 20 DE MAIO DE 2009

362) O mais “engraçado “ é que **ouvimos** mais os políticos **evitar** a CPI do que a própria Petrobrás.

362.1) Indeterminação por P4, verbo ouvir, no presente do indicativo.

362.2) Indeterminação por referência genérica, ‘os políticos’, masculino plural, determinante ‘os’, verbo evitar, infinitivo pessoal.

363) **As propostas de mudanças** no processo seletivo para ingresso na universidade **são** a chave única de **sepultarmos** o ensino médio mecânico, disposto a tornar nossos cidadãos desde a infância, verdadeiras máquinas de marcar X.

363.1) Indeterminação por P4, verbo sepultar, infinitivo pessoal.

363.2) Indeterminação por nominalização “as propostas”, verbo ser, p6 do presente do indicativo.

FOLHA DE SÃO PAULO 16/ 05 / 2009

364) **Deveríamos mudar** o velho ‘jargão’ de que a ‘ **a justiça tarda** mais **não falha** ‘ para ‘**a justiça falha** , porque **tarda**‘.

364.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar dever no futuro do pretérito do indicativo, verbo principal mudar no infinitivo (valor temporal futuro do pretérito);

364.2) Indeterminação por referência genérica, ‘a justiça’, feminino singular, com determinante ‘a’, verbos tardar e falhar em p3 do presente do indicativo (4 ocorrências totais).

365) **Entende-se** claramente que já há verbas disponíveis para a demanda que a nova lei irá gerar .

365.1) Indeterminação por SE, verbo entender em p3 do presente do indicativo .

FOLHA DE SÃO PAULO 17/ 05 / 2009

366) Se **olharmos** o atual congresso, jamais **poderemos vislumbrar** melhoras na educação, porquanto **um povo mais bem educado** jamais **permitirá** esse atual lixo político que **está acabando** com nossa esperança de um dia **figurarmos** entre os países

com melhor educação.

366.1) Indeterminação por P4, verbo olhar, futuro do subjuntivo;

366.2) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar poder, futuro do presente do indicativo, e principal vislumbrar (infinitivo impessoal);

366.3) Indeterminação por referência genérica ‘um povo mais bem educado’, masculino singular, determinante um, adjunto ‘mais bem educado’, verbo permitir, p3 do futuro do presente do indicativo;

366.4) Indeterminação por referência genérica ‘esse atual lixo político’, masculino singular (lixo), locução verbal, auxiliar estar em p3 do presente do indicativo e principal acabar no gerúndio;

366.5) Indeterminação por P4, verbo figurar, no infinitivo pessoal.

367) Por um acaso **alguém vai** ao cinema para **analisar se** o roteiro do filme tem bases científicas .

367.1) Indeterminação por pronome indefinido ALGUÉM, verbo IR, p3 do presente do indicativo, verbo analisar, no infinitivo.

368) **Façamos** então um retorno aos primórdios: a volta do império da força.

368.1) Indeterminação por P4, verbo fazer, no imperativo afirmativo.

FOLHA DE SÃO PAULO 18/05/09

369) Já **vimos** esse filme.

369.1) Indeterminação por P4, verbo ver, no pretérito perfeito do indicativo.

370) **Gasta-se** tempo, saliva e dinheiro, enquanto Lula viaja embalado na sua imensa popularidade.

370.1) Indeterminação por SE, verbo gastar em p3 do presente do indicativo .

OBS.: Novamente, não ocorreu a concordância com a VPS.

JORNAL O GLOBO DE 22/05/09

371) A verdade é que **muitos cidadãos**, principalmente os sem-terra, **utilizam-se** para se **manter** e sequer **trabalham** o que faz com que esse programa que deveria auxiliar corra o risco, se é que assim já não está, de virar uma moléstia para os cofres públicos .

371.1) Indeterminação por referência genérica ‘muitos cidadãos’, masculino plural, adjunto pronominal indefinido ‘muitos’, verbo utilizar-se em p6 do presente do indicativo; verbo manter-se, no infinitivo; verbo trabalhar, p6 do presente do indicativo.

372) **Pague-se** ao trabalho o que lhe é devido na atualidade da economia , e todas as bolsas serão em pouco tempo dispensáveis.

372.1) Indeterminação por SE, verbo pagar em p3 do imperativo afirmativo.

373) Prezada Dilma Russel, se **fôssemos**, de modo jocoso , **valorizar**, a vida, **repetiríamos** o cômico de televisão ao **dizer** “saúde é o que interessa”.

373.1) Indeterminação por P4, verbo repetir, no futuro do pretérito do indicativo;

373.2) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no imperfeito do subjuntivo, verbo principal valorizar no infinitivo (valor temporal imperfeito do subjuntivo);

373.3) Indeterminação por referência genérica, “o cômico de televisão”, verbo dizer, no infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

374) **A oposição sabe** disso e, é enlouquecida para **tomar-lhe** o poder, **tenta** de toda maneira **destroná-lo**.

374.1) Indeterminação por referência genérica ‘ a oposição’, feminino singular, determinante ‘a’, verbo saber, p3 do presente do indicativo; verbo SER, p3 do presente do indicativo; verbo tomar, infinitivo pessoal; verbo tentar, p3 do presente do indicativo; verbo destronar, infinitivo.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DE 22/05/09

375) A quem e por que não interessa uma CPI na estatal?

375.1) Aqui, “CPI” é sinônimo de investigação, não havendo relação metonímica de Indeterminação por parlamentares que a compõem.

376) Por que não **copiamos** essa lei inglesa?

376.1) Indeterminação por P4, verbo copiar, no presente do indicativo.

377) **Precisamos lutar** para reverter esse quadro e **fazer** com que os hospitais universitários voltem a ser as referências nacionais da medicina.

377.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar precisar no presente do indicativo, verbo principal lutar no infinitivo (valor temporal presente);

377.2) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar precisar (elíptico) no presente do indicativo, verbo principal fazer no infinitivo (valor temporal presente);

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 16/05/09

378) Como disse certa vez **um político** “**quem** dá tiro para matar leva bala para morrer” (SIC)

378.1) Indeterminação por referência genérica ‘um político’ masculino singular, determinante ‘um’, verbo dizer, p3 do pretérito perfeito do indicativo;

378.2) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbos dar, p3 do presente do indicativo; verbo matar, no infinitivo, verbo levar, p3 do presente do indicativo; verbo morrer, no infinitivo.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DE 21/05/09

379) Enquanto isso, as cervejarias se **unem**, os grandes bancos **compram** os pequenos ou se **fundem**, supermercados grandes **compram** os pequenos e **ficaremos** na mão de uns três ou quatro.

379.1) Indeterminação por P4, verbo ficar, no futuro do presente do indicativo

379.2) Indeterminação por referência genérica, ‘as cervejarias’, feminino plural, determinante ‘as’, verbo unir, p6 do presente do indicativo.

379.3) Indeterminação por referência genérica ‘os grandes bancos’, masculino plural, determinante ‘os’, adjunto ‘grandes’, verbo comprar, p6 do presente do indicativo; verbo fundir-se, p6 do presente do indicativo;

379.4) Indeterminação por referência genérica, ‘supermercados’, masculino plural, sem determinante, verbo comprar, p6 do presente do indicativo.

380) Agora, a Perdigão e a Sadia se unem e **os seus dirigentes juram** de pé juntos que **nós consumidores** não **seremos** prejudicados .

380.1) Indeterminação por referência genérica “seus dirigentes”, verbo jurar, p6 do presente do indicativo;

380.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de APOSTO (“consumidores”), locução verbal, voz passiva, SER (p4 do futuro do presente), prejudicar, no

particípio.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 18/05/09

381) Não **falo** com você

382) **Nós, servidores aposentados da educação**, não **recebemos** o mesmo tratamento do pessoal em atividade.

382.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido de aposto (“servidores aposentados da educação) verbo receber no presente do indicativo.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 17/05/09

383) **Todos devem estar pensando** que **os nossos congressistas tomarão** vergonha

383.1) Indeterminação por pronome indefinido TODOS, locução verbal, auxiliar dever, p6 do presente do indicativo, estar, infinitivo, principal pensar, no gerúndio;

383.2) Indeterminação por referência genérica, “os nossos congressistas”, masculino plural, determinante ‘os’, adjunto ‘nossos’, verbo tomar, em p6 do futuro do presente do indicativo.

384) Todos os pacientes **que procuram** os hospitais **são** atendidos .

384.1) Indeterminação por referência genérica ‘todos os pacientes’, masculino plural, determinante ‘os’, indefinido adjunto ‘todos’, retomada por relativo sujeito QUE, verbo procurar, p6 do presente do indicativo; Voz Passiva, ser (p6 do presente do indicativo), atender no particípio.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 20/05/09

385) **Lembrem-se**, congressistas e magistrados, que poderiam ser seus filhos no carro atingido.

385.1) Indeterminação por referência genérica, cf. vocativo “congressistas e magistrados”, verbo lembrar-se, em P6 do imperativo afirmativo;

386) Acho que **essa minoria de artistas precisa ter** o pensamento de que a nudez é arte , mais se passa do limite torna-se baixaria ou descartável.

386.1) Indeterminação por referência genérica “essa minoria de artistas”, feminino singular, determinante ‘a’, adjunto ‘de artistas’ (redução do grau de indeterminação), locução verbal, auxiliar precisar, p3 do presente do indicativo, principal ter, no infinitivo.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO 19/05/09

387) Só com olhar cuidadoso para o meio ambiente **encontraremos** respostas para tantas tragédias, pois a natureza nos dá o sinal: **respeitem** o solo, o lugar onde **vivem**, seu quintal seus rios enfim seu arredor.

387.1) Indeterminação por P4, verbo encontrar, no futuro do presente do indicativo

387.2) Indeterminação por P6, verbo respeitar, imperativo afirmativo; verbo viver, presente do indicativo.

388) **Cuide** do que **é** seu e **dê** exemplo aos outros

388.1) Indeterminação por P3, verbo cuidar, imperativo afirmativo; verbo dar, imperativo afirmativo.

389) **Quem sabe** assim **nós** nos **sentiremos** menos idiotas.

389.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo sentir-se no futuro do presente do indicativo

389.2) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, VERBO SABER EM P3 DO PRESENTE DO INDICATIVO.

Obs.: Notar a eventual gramaticalização da expressão “quem sabe”.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 21/05/09

390) **A maior parte** dos fumantes não **vai arrumar briga**; mas **percebe** que tem gente interessada em **enviesar** a discussão.

390.1) Indeterminação por referência genérica, “a maior parte dos fumantes”, feminino singular, determinante “a”, adjuntos ‘maior’ e ‘dos fumantes’ (redutores do grau de indeterminação), verbos:

390.1.1) locução verbal, auxiliar ir (p3 do presente do indicativo), arrumar infinitivo (valor temporal: futuro do presente);

390.1.2) verbo perceber, p3 do presente do indicativo.

390.2) Indeterminação por referência genérica, “gente”, feminino singular, sem

determinante, verbo enviar, no infinitivo.

Obs.: Gente, aqui, assemelha-se à expressão coloquial ‘neguinho’.

391) A educação infantil é uma questão que exige não apenas investimentos, mas seriedade de **quem comanda** a área.

391.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo comandar, p3 do presente do indicativo.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO DE 22/05/09

JORNAL O GLOBO, 21 / 05 / 2009

392) **Todo mundo sabe** que o correto não é **dar** o peixe e sim **ensinar pescar**.

392.1) Indeterminação por referência genérica, ‘todo mundo’, masculino singular, pronome indefinido adjunto ‘todo’, verbo saber, p3 do presente do indicativo;

392.2) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo dar;

392.3) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo ensinar;

392.4) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo pescar.

Obs.: Note-se que os sujeitos de 392.3 e de 392.4, ambos indeterminados, referem-se a pessoas distintas: há aquele que ensina a pescar e o que aprende a pescar, daí o desmembramento da locução nesta análise.

393) E o ‘bolsa esmola’ cada vez cresce mais e **serão mais desocupados, vagabundos, lavadores de parabrisa e flanelinhas atrevidos, mendigos, ladrões e outros**, sustentados com o nosso dinheiro para **aumentar** a inquietação das peessoas de bem **que querem** apenas **viver** em paz.

393.1) Indeterminação por referência genérica, ‘desocupados’, masculino plural sem determinante, verbo SER, p6 do presente do indicativo.

393.2) Indeterminação por referência genérica, ‘vagabundos’, masculino plural, sem determinante verbo SER, p6 do presente do indicativo.

393.3) Indeterminação por referência genérica, ‘lavadores de parabrisa’, masculino plural sem determinante, com adjunto ‘de parabrisa’ (reduzidor do grau de indeterminação) verbo SER, p6 do presente do indicativo.

393.4) Indeterminação por referência genérica, ‘flanelinhas atrevidos’, masculino

plural, sem determinante, adjunto ‘atrevidos’ (reduzidor do grau de indeterminação) verbo SER, p6 do presente do indicativo.

393.5) Indeterminação por referência genérica, ‘mendigos’, masculino plural, sem determinante, verbo SER, p6 do presente do indicativo.

393.6) Indeterminação por referência genérica, ‘ladrões’, masculino plural, sem determinantes, verbo SER, p6 do presente do indicativo.

393.7) Indeterminação por pronome indefinido, ‘OUTROS’, masculino plural, verbo SER, p6 do presente do indicativo.

393.8) Indeterminação por referência genérica, “desocupados, vagabundos, lavadores de parabrisa e flanelinhas atrevidos, mendigos, ladrões e outros” verbo aumentar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

393.9) Indeterminação por referência genérica, ‘as pessoas de bem’, feminino plural, determinante ‘as’, adjunto ‘de bem’, retomado pelo relativo sujeito QUE, locução verbal, auxiliar QUERER, p6 do presente do indicativo e principal viver, no infinitivo impessoal.

394) **Merecemos** também.

394.1) Indeterminação por P4, verbo merecer, no presente do indicativo .

395) Quem **viver verá**.

395.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo viver, infinitivo.

396) Já **imaginaram** se fosse feita uma CPI no Congresso Nacional ?

396.1) Indeterminação por P6, verbo imaginar, pretérito perfeito do indicativo.

JORNAL O DIA 13 / 02 / 2009

397) **O eleitor deve** , cada vez mais , **desconfiar** de candidatos, principalmente à presidência

397.1) Indeterminação por referência genérica, ‘o eleitor’, masculino singular, determinante ‘o’, locução verbal, verbo auxiliar dever, p3 do presente do indicativo e verbo principal desconfiar, no infinitivo.

398) **Temos de gritar:** fora Lula.

398.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ter (de) no presente do

indicativo, verbo principal gritar no infinitivo (valor temporal presente);

JORNAL O DIA 11 / 02 / 2009

399) **Moradores de favela impediram** assalto .

399.1) Indeterminação por referência genérica, ‘moradores, masculino plural, sem determinante, adjunto ‘de favela’, verbo impedir, p6 do pretérito perfeito do indicativo.

JORNAL EXTRA , 23 /12 2009

400) Nós **moradores estamos** sempre **tapando** buracos .

400.1) Indeterminação por pronomes pessoais NÓS, seguido do aposto moradores, locução verbal, verbo estar no presente do indicativo, verbo tapar no gerúndio

JORNAL O DIA 22 / 12/ 2009

401) **Imagem** como ficam as vias no horário do rush.

401.1) Indeterminação por P6, verbo imaginar, imperativo afirmativo.

402) **Pedimos** providências urgentes para a CET – RIO.

402.1) Indeterminação por P4, verbo pedir, no presente do indicativo.

403) Não **temos** culpa se as ruas estão esburacadas.

403.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

404) Obras deixam esgoto **vazando** em Nilópolis ()

Na avenida Getúlio de Moura, perto da estação de trens de Nilópolis, **fizeram** uma obra para colocação de manilhas.

404.1) Indeterminação por P6, verbo fazer, pretérito perfeito do indicativo.

405) **Alunos têm** dificuldade na travessia, principalmente em dias chuvosos.

405.1) Indeterminação por referência genérica ‘alunos’, masculino plural, sem

determinante, verbo ter, p6 do presente do indicativo.

JORNAL O DIA DE 22/02/09

406) **Os políticos** não se **mexem** e **a prefeitura** não se **posiciona** .

406.1) Indeterminação por referência genérica ‘os políticos’, masculino plural, com determinante ‘os’, verbo mexer-se, p6 do presente do indicativo;

406.2) Indeterminação por referência genérica ‘a prefeitura’, feminino singular, com determinante ‘a’, verbo posicionar-se, p3 do presente do indicativo.

407) Antes da instalação de aparelhos de ar-condicionado nas escolas estaduais, como prometeu essa semana o governador Sérgio Cabral, **faz-se** necessário **proibir** a superlotação das salas de aula.

407.1) Indeterminação por infinitivo impessoal (proibir);

Obs.: Atentar para o fato de que o SE em “faz-se” não implica em indeterminação do sujeito, assemelhando-se às construções do tipo “trata-se de”, “torna-se” (423)

408) **Temos**, em média, um policial para cada grupo de 1.458 habitantes.

408.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

409) É lamentável o que aconteceu aos vigias da super- via, mas quando **fazem** o mesmo com os camelôs, **ninguém** reclama.

409.1) Indeterminação por P6, verbo fazer, presente do indicativo;

409.2) Indeterminação por pronome indefinido NINGUÉM, verbo reclamar, p3 do presente do indicativo.

410) **Cidadão paga** pelo que não **recebe** .

410.1) Indeterminação por referência genérica ‘Cidadão’, masculino singular, sem determinante, verbo pagar, p3 do presente do indicativo; verbo receber, p3 do presente do indicativo.

411) **O povo** que **precisa usar** a Rio-Santos para **trabalhar** ou **viajar** **está sofrendo** muito.

411.1) Indeterminação por referência genérica ‘o povo’, retomado pelo relativo sujeito QUE, masculino singular, com determinante ‘o’, locução verbal, auxiliar precisar, p3 do presente do indicativo, principal usar, infinitivo;

411.2) Indeterminação por referência genérica ‘o povo’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbo trabalhar, no infinitivo.

411.3) Indeterminação por referência genérica ‘o povo’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbo viajar, no infinitivo

411.4) Indeterminação por referência genérica ‘o povo’, masculino singular, com determinante ‘o’, locução verbal, auxiliar estar p3 do presente do indicativo, principal sofrer no gerúndio.

JORNAL O DIA DE 15/05/09

412) **Os tricolores querem saber** qual o segredo para **afastar** do time o Mariano e o Edcarlos.

412.1) Indeterminação por referência genérica ‘os tricolores’, masculino plural, com determinante ‘os’, locução verbal, verbo auxiliar querer, p6 do presente do indicativo , verbo principal saber, infinitivo.

412.2) Indeterminação por referência genérica ‘os tricolores’, masculino plural, com determinante ‘os’, verbo afastar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

JORNAL O DIA 13/05/09

413) **Os políticos que temos são** fruto da **falta** de consciência dos eleitores.

413.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

413.2) Indeterminação por referência genérica ‘os políticos’, masculino plural, com determinante ‘os’, verbo ser, p6 do presente do indicativo;

414) **Exigimos** que seja cassado por falta de decoro parlamentar, mal versação de fundos públicos, uso indevido de verba indenizatória.

414.1) Indeterminação por P4, verbo exigir, no presente do indicativo.

JORNAL O DIA ,08 / 06 / 2009

415) **O passageiro fica** refém de regras.

Indeterminação por referência genérica ‘o passageiro’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbo ficar, p3 no presente do indicativo.

416) E até que se **prove** o contrário, foi o mau tempo a causa do acidente do avião da Air France.

416.1) Indeterminação por SE, verbo provar em p3 do presente do subjuntivo.

417) **Pedimos** em nome de todos os **que estão** no banco de reserva **aguardando** providências do Ministério da Saúde, que se **faça cumprir** a Constituição.

417.1) Indeterminação por P4, verbo pedir, no presente do indicativo.

417.2) Indeterminação por SE, locução verbal ‘fazer cumprir’, fazer no imperativo afirmativo, cumprir no infinitivo

417.3) Indeterminação por pronome indefinido ‘todos os’, retomado pelo pronome relativo sujeito QUE, locução verbal, auxiliar estar em p6 do presente do indicativo e principal aguardar no gerúndio.

418) Aos **que criticam** a existência de Forças Armadas em tempo de paz, fica patente, especialmente em casos de acidentes, como o recente da aeronave da Air France que fazia a linha RIO-PARIS, a importância dessas Forças.

418.1) Indeterminação por pronome demonstrativo, retomado pelo relativo QUE, verbo criticar, p6 do presente do indicativo;

419) Para **quem** não **sabe** o que é o inferno informo que é **ter** um templo da Assembléia de Deus como vizinha.

419.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo saber, p3 do presente do indicativo;

419.2). Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo ter.

420) **Os caras berram** como se **fossem** donos do mundo e como se Deus fosse surdo.

420.1) Indeterminação por referência genérica ‘os caras’, masculino plural, com determinante ‘os’, verbo berrar, p6 do presente do indicativo;

420.2) Indeterminação por referência genérica ‘os caras’, masculino plural, com determinante ‘os’, verbo SER, p6 do imperfeito do subjuntivo.

421) É preciso **investigar** o Programa de Despoluição do Baía de Guanabara (PDBG).

421.1) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo investigar.

422) **Podas** de árvores **são** necessárias nas ruas adjacentes a rua do Catete, no bairro de mesmo nome.

422.1) Indeterminação por nominalização, verbo ser, p6 do presente do indicativo.

423) **Torna-** se necessária **a execução** urgente desse serviço

423.1) Indeterminação por nominalização, ‘a execução’, verbo tornar, p3 do presente do indicativo

Nota: ver nota em 407.

JORNAL O GLOBO 23 / 05 / 2009

424) **O governo quer** agora **pagar** bônus aos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) para **agilizar** as obras do PAC , atualmente em ritmo de tartaruga.

424.1) Indeterminação por referência genérica ‘o governo’, masculino singular, com determinante ‘o’, locução verbal, verbo auxiliar querer, p3 do presente do indicativo, principal pagar, no infinitivo;

424.2) Indeterminação por referência genérica ‘o governo’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbo agilizar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

425) **A decisão** do governo federal em propor o pagamento do bônus aos funcionários do Dnit que cumprem suas metas de trabalho é uma prova cabal da falência do serviço público, ou seja, **o servidor público federal, sabidamente o melhor emprego do mundo** (altos salários, estabilidade, aposentadoria integral e outras benesses) não **tem** qualquer obrigação de **cumprir** suas tarefas, e agora, se o **fizer, terá** direito a gordos bônus, provavelmente maiores que os salários integral de qualquer empregado de empresa privada que cumpre rigorosamente seus deveres, sob pena de demissão

425.1) Indeterminação por nominalização ‘a decisão’, verbo ser, p3 do presente do indicativo; infinitivo, verbo propor;

425.2) Indeterminação por referência genérica ‘os funcionários’, masculino plural, com determinante ‘os’, retomado pelo relativo QUE, verbo cumprir, p6 do presente do

indicativo ;

425.3) Indeterminação por referência genérica ‘o servidor público federal’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbo ter, p3 do presente do indicativo;

425.4) Indeterminação por referência genérica ‘o servidor público federal’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbo cumprir, infinitivo;

425.5) Indeterminação por referência genérica ‘o servidor público federal’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbo fazer, p3 do futuro do subjuntivo;

425.6) Indeterminação por referência genérica ‘o servidor público federal’, masculino singular, com determinante ‘o’, verbo ter, p3 do futuro do presente do indicativo;

425.7_) Indeterminação por referência genérica ‘qualquer empregado de empresa privada’, pronome indefinido ‘qualquer’, substantivo masculino singular ‘empregado’, adjunto ‘de empresa privada’, retomado pelo relativo QUE, verbo cumprir, p3 do presente do indicativo.

426) Será que **somos** melhores que os políticos que tanto **criticamos**?

426.1) Indeterminação por P4, verbo SER, presente do indicativo;

426.2) Indeterminação por P4, verbo criticar, presente do indicativo;

427) Interessante o argumento do governo para **evitar** a CPI da Petrobrás.

427.1) Indeterminação por referência genérica, “o governo”, masculino singular, verbo evitar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

428) Em 2010, não **vamos** nos **esquecer** que, se dependesse desse partido, a empresa não seria mais nossa.

428.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo IR presente do indicativo, infinitivo esquecer (valor temporal: futuro do presente).

429) **Alguém tenha** a fineza de **chamar** a polícia.

429.1) Indeterminação por pronome indefinido NINGUÉM, verbo ter, p3 do presente do subjuntivo;

429.2) Indeterminação por pronome indefinido, NINGUÉM, verbo chamar no infinitivo

430) Após ampla discussão no congresso acerca da farra das passagens, **tomou-se** a decisão

de **cortar** gastos, até porque **a Câmara estava ficando** com a imagem desgastada diante da opinião pública.

430.1) Indeterminação por SE, verbo tomar em p3 do pretérito perfeito do indicativo;

430.2) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo cortar;

430.3) Indeterminação por referência genérica ‘a câmara’, feminino singular, com determinante ‘a’, locução verbal, verbo auxiliar estar, p3 do pretérito imperfeito do indicativo, verbo principal ficar, no gerúndio;

OBS.: 430.2: eventual cancelamento do indeterminado por SE.

431) Infelizmente, **corremos** novamente o risco de daqui a algum tempo **lermos** a notícia de que **parentes de políticos viajaram** ao exterior com cota aérea da Câmara.

431.1) Indeterminação por P4, verbo correr, no presente do indicativo;

431.2) Indeterminação por P4, verbo ler, infinitivo pessoal;

431.3) Indeterminação por referência genérica ‘parentes de políticos’, masculino plural, sem determinante, adjunto ‘de políticos’, verbo viajar, p6 do pretérito perfeito do indicativo

432) Com as últimas exigências de cargos na Petrobrás ,o **PMDB consolidou** sua repugnante vocação de partido-empresa **que se propõe** a terceirizar serviço político.

432.1) Indeterminação por referência genérica PMDB, masculino singular, sem determinante, verbo consolidar, p3 do pretérito perfeito do indicativo; verbo propor-se p3 do presente do indicativo.

433) É desanimador **constatar** que quando **poucos políticos sérios exigem** medidas que desvendem a caixa preta da Petrobrás , cujo ralo da corrupção deve ser muito maior que o imaginável , **surge a súcia do PMDB cobrando** antecipadamente cargos para **defender** o governo , em detrimento do interesse maior do país.

433.1) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo constatar;

433.2) Indeterminação por referência genérica ‘poucos políticos sérios’, masculino plural, adjuntos ‘poucos’ e ‘sérios’, verbo exigir, p6 do presente do indicativo

433.3) Indeterminação por referência genérica ‘ a súcia do PMDB’, feminino singular, com determinante ‘a’, adjunto ‘súcia’, verbo surgir, p3 do presente do indicativo; verbo cobrar, gerúndio; verbo defender, infinitivo.

434) Caso se **confirme** , nos restará apenas o consolo da repugnância por esses parlamentares.

434.1) Indeterminação por SE, verbo confirmar em p3 do presente do subjuntivo.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO 06 / 06 / 2009

435) **Nós , o povo** , já não somos tão estúpido assim, como esse tal deputado diz, e o lixo se encontra na Câmara, com os tantos casos de corrupção que **vimos** nos últimos tempos.

435.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido do aposto “o povo”, verbo ser no presente do indicativo;

435.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS (implícito), seguido do aposto “o povo”, verbo ver no pretérito perfeito do indicativo

436) Um dia essa mamata acabará, pois não **agüentamos** mais.

436.1) Indeterminação por P4, verbo agüentar, no presente do indicativo.

437) Só nos resta **desejar** que venha logo o apocalipse , quando o dinheiro e o poder financeiro de nada valerão.

437.1) Indeterminação por P4, verbo desejar, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

438) Será que **nós, os eternos credores de precatórios, idosos ou não** , **podemos criar** um SPC ou SERASA com a finalidade de **apressarmos** a cobrança de que nos é de direito?

438.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido do aposto ‘os eternos credores de precatórios, idosos ou não’, locução verbal, auxiliar poder no presente do indicativo e principal criar no infinitivo .

439) Então por que não **temos** a quem **recorrer**.

439.1) Indeterminação por P4, verbo ter, no presente do indicativo.

439.2) Indeterminação por P4, verbo recorrer, infinitivo impessoal, sujeito cancelado.

440) **Espera-se** que **alguém** se **manifeste**.

440.1) Indeterminação por SE, verbo esperar em p3 do presente do indicativo;

440.2) Indeterminação por pronome indefinido ALGUÉM, verbo manifestar-se

441) **Precisa-se** de mais rondas da polícia, principalmente quando trânsito está congestionado, pois facilita a ação de marginas.

441.1) Indeterminação por SE, verbo precisar em p3 do presente do subjuntivo.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DE 25/05/09

442) Ontem foi escrito um dos mais importantes capítulos da maravilhosa história do Brasil no esporte a motor ()

443) Já passava do momento da **sociedade discutir** os excessos que não poupam ninguém em busca de audiência e lucros.

443.1) Indeterminação por referência genérica ‘a sociedade’, feminino singular, com determinante ‘a’, verbo discutir, infinitivo.

444) Será que **a próxima medida será podermos** fotografar os motoqueiros **que trafegam** pela calçada para “**fugir**” dos automóveis parados no farol.

444.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar poder no infinitivo impessoal, verbo principal fotografar no infinitivo (valor temporal presente);

444.2) Indeterminação por referência genérica ‘os motoqueiros’, masculino plural, determinante ‘os’, retomado pelo relativo QUE, verbo trafegar em p6 do presente do indicativo; verbo fugir, no infinitivo..

445) Se isso acontecer **voltaremos** a um regime ditatorial sendo, talvez, o exemplo mais parecido os governos de Getúlio Vargas de 1930 a 1945.

445.1) Indeterminação por P4, verbo voltar, no futuro do presente do indicativo.

446) Onde **vamos parar**.

446.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal parar no infinitivo (valor temporal futuro do presente);

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO DE 24/05/09

447) Finalmente **temos** um secretário de Segurança em SP que enxerga o que **todos nós já sabíamos**: o maior problema de bandidagem é aquela praticada por pessoas **que** justamente **são pagas para evitá-la**.

447.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo ter, presente do indicativo;

447.2) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, adjunto pronome indefinido ‘todos’, verbo saber, pretérito imperfeito do indicativo;

447.3) Indeterminação por referência genérica ‘pessoas’, feminino plural, relativo QUE, voz passiva em p6 do presente do indicativo; verbo evitar, no infinitivo.

448) Pelos últimos acontecimentos a que **temos** assistido, o Brasil necessita urgentemente ser passado limpo.

448.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ter, no presente do indicativo, verbo principal assistir, no particípio; valor temporal: pretérito perfeito composto do indicativo.

449) É grosseiro e repugnante **vermos** como a falta de ética na política permite que **usem** uns aos outros e a nós, os pagadores de exorbitantes impostos, como se **fôssemos** todos coisas e não pessoas.

449.1) Indeterminação por P4, verbo ver, infinitivo impessoal;

449.2) Indeterminação por P6, verbo usar, presente do subjuntivo;

449.3) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, seguido do aposto ‘os pagadores exorbitantes de impostos’, verbo ser, imperfeito do subjuntivo.

JORNAL O DIA 09 / 02 / 2009

450) **Exigem** que os estados brasileiros se responsabilizem pela crise .

450.1) Indeterminação por P6, verbo exigir, presente do indicativo.

451) **Cobram** tudo.

451.1) Indeterminação por P6, verbo cobrar, presente do indicativo.

452) Porque não **cobram** do setor privado ?

452.1) Indeterminação por P6, verbo cobrar, presente do indicativo.

453) Se **estivéssemos** no governo do intelectual FHC , já **tínhamos ido** à bancarrota .

453.1) Indeterminação por P4, verbo estar, no imperfeito do subjuntivo.;

453.2) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ter, no pretérito imperfeito do indicativo, verbo principal ir, no particípio; valor temporal: pretérito mais- que

–perfeito composto do indicativo.

454) Será que **teremos** que **votar** em mágicos, porque nunca tem dinheiro para nada ?

454.1) Indeterminação por P4, locução verbal, auxiliar ter, futuro do presente do indicativo, principal votar, infinitivo.

455) **Tratar** como crime o que, em muitos segmentos, é hábito comum e **agir** como na época da Lei Seca e de Al Capone.

455.1) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbos tratar e agir.

456) Copa do Mundo é bom divertimento , **todos gostamos e assistimos**, mas existem várias prioridades para o povo .

456.1) Indeterminação por pronome indefinido ‘**TODOS**’, silepse de pessoa, verbos gostar e assistir em p4 do presente do indicativo;

JORNAL O DIA 06 / 02 / 2009

457) Na terra de Barak Obama , **ninguém assume** cargo público com ficha suja.

457.1) Indeterminação por pronome indefinido **NINGUÉM**, verbo assumir, presente do indicativo, p3.

JORNAL O DIA , 25 / 12 /2008

458) **Temos** que **ter** vergonha de nossos políticos de cabo a rabo .

458.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ter (que) no presente do indicativo, verbo principal ter no infinitivo (valor temporal presente);

459) Eleitores , **vamos nos lembrar** disso nas próximas eleições e **pensar** neles antes de **votar**.

459.1) Indeterminação por P4, locução verbal, verbo auxiliar ir no presente do indicativo, verbo principal lembrar no infinitivo (valor temporal futuro do presente);acompanhado de vocativo ‘eleitores’)

460) O que **vemos** nas cidades que recebem este dinheiro é absurdo e , agora , com essas enchentes isto fica claro.

460.1) Indeterminação por P4, verbo ver, no presente do indicativo.

JORNAL O DIA ,26 / 01 / 2009

461) **Quem paga** pelo desperdício ?

461.1) Indeterminação por pronome indefinido QUEM, verbo pagar, p3 do presente do indicativo;

462) **Carioca sofre** com chuva e desculpas .

462.1) Indeterminação por referência genérica, ‘carioca’, masculino, singular, sem determinante, verbo sofrer, presente do indicativo, em p3.

463) A festa é maravilhosa , mas , sem a presença do poder político, o que **temos** vivido é engarrafamentos , ataques de pivetes , dificuldades para **sair ou entrar** e muita , muita sujeira pela rua.

463.1) Indeterminação por P4, locução verbal , verbo auxiliar ter, no presente do indicativo, verbo principal viver, no particípio; valor temporal: pretérito perfeito composto do indicativo.

463.2) Indeterminação porinfinitivo , verbos sair e entrar.

O JORNAL O DIA 03 / 02 / 2009

464) Não era isso que **esperávamos** do presidente Lula , que joga para a platéia e consegue altos índice de aprovações nas pesquisas, mas **nós** não **conseguimos pagar** as contas e **compramos** cada vez menos remédios

464.1) Indeterminação por pronome pessoal NÓS, verbo esperar, pretérito imperfeito do indicativo; locução verbal, auxiliar conseguir, p4 do presente do indicativo, principal pagar, no infinitivo impessoal,; comprar, p4 do presente do indicativo.

JORNAL EXTRA 28 / 01 / 2009

465) Nosso presidente é um homem abençoado por Jesus Cristo .Que não **procuremos** os defeitos nos seus trabalhos , **os pobres têm** que **ter** poder de compras para a economia caminhar e o PAC é tudo de bom .

465.1) Indeterminação por P4, verbo procurar, no imperativo negativo;

465.2) Indeterminação por referência genérica, “os pobres”, masculino plural, determinante “os”, locução verbal, auxiliar ter, p6 do presente do indicativo, principal ter, no

infinitivo.

466) Já **pedimos** providência, mas , até o momento , não **foi enviada uma equipe** para **tapá-lo**.

466.1) Indeterminação por P4, verbo pedir, no pretérito perfeito do indicativo;

466.2) Indeterminação por referência genérica ‘nenhuma equipe’, feminino singular, adjunto pronominal indefinido ‘nenhuma’, voz passiva, pretérito perfeito do indicativo; verbo tapar no infinitivo.

JORNAL O DIA 28 / 01 / 2009

467) Tem trabalhador **que** não **tem** dinheiro nem para passagem .

467.1) Indeterminação por referência genérica, ‘trabalhador’. masculino singular , sem determinante, retomado pelo relativo sujeito QUE, verbo ter, p3 do presente do indicativo.

468) **Aposentados pagam** pela mordomia

468.1) Indeterminação por referência genérica “aposentados”, masculino plural, sem determinante, verbo pagar, p6 do presente do indicativo.

JORNAL O DIA 7 / 02 / 2009

469) **Cidadão deve ajudar** o choque de ordem .

469.1) Indeterminação por referência genérica “cidadão”, masculino singular, sem determinante, locução verbal, auxiliar dever, p3 do presente do indicativo e principal ajudar, no infinitivo.

470) **Ouvidoria** que não **ouve** mais ninguém .

470.1) Indeterminação por referência genérica ‘ouvidoria’, retomado pelo relativo sujeito QUE , verbo ouvir, p3 do presente do indicativo.

471) **Os idosos** não **estão recebendo** mais os remédios em casa .

471.1) Indeterminação por referência genérica (OS IDOSOS), substantivo masculino plural, com determinante (‘os’), locução verbal, auxiliar estar em P6 do presente do indicativo, principal receber no gerúndio.

JORNAL O DIA 2 / 02 / 2009

472) **Eleitor prejudica** os aposentados.

472.1) Indeterminação por referência genérica (ELEITOR), substantivo masculino singular sem determinante, verbo prejudicar em p3 do presente do indicativo(ind pal genéricas)

473) **O trabalhador que votou** neles **será** o aposentado de amanhã .

473.1) Indeterminação por referência genérica (O TRABALHADOR), verbo ser em p3 do futuro do presente do indicativo;

473.2) Indeterminação por referência genérica (O TRABALHADOR) , materializada pelo relativo 'que', verbo votar em p3 do pretérito perfeito do indicativo.

474) **Fala-se em criar** novos municípios e estados para **dar-lhes** progresso .

474.1) Indeterminação por SE, verbo falar em p3 do presente do indicativo;

474.2) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo criar;

474.3) Indeterminação por infinitivo impessoal, verbo dar .

OBS.: eventual cancelamento do indeterminado por SE em 474.2 e 474.3.

475) **Ninguém agüenta** mais **ouvir e ler** sobre desvio de dinheiro e perda de materiais , como remédios.

475.1) Indeterminação por pronome indefinido (NINGUÉM), locuções verbais, auxiliar agüentar em p3 do presente do indicativo, principais ouvir e ler no infinitivo.

JORNAL O DIA 19 / 02 / 2009

476) **Povo precisa ser** mais participativo.

476.1) Indeterminação por referência genérica, (POVO), masculino singular sem determinante, locução verbal, auxiliar precisa em p3 do presente do indicativo e principal ser no infinitivo impessoal

477) **Exigimos** ação !

477.1) Indeterminação por P4, verbo exigir no presente do indicativo.

478) Espero que **a prefeitura faça** sua parte , pois , para isso , **pagamos** impostos .

478.1) Indeterminação por P4, verbo pagar no presente do indicativo

478.2) Indeterminação por referência genérica (A PREFEITURA), substantivo feminino singular com determinante, verbo fazer em p3 do presente do subjuntivo.

479) “Por que **atiraram** na nossa direção?”, revoltou-se a viúva

480) “ Era uma pessoa íntegra e o que mais me machucou foi ver o jeito como ele foi tratado: **arrancaram** meu filho do carro como se fosse um saco de lixo. Nunca vou esquecer aquela cena triste que me fez perder meu bem mais precioso. **Fizeram** uma covardia com ele” desabafou Lindalva, com uma foto do casamento na mão (O DIA, 18 07 2008 Geral, p. 06)

481) “ Quando **detectaram** o problema, passei a fazer três sessões de hemodiálise por semana(..)” disse (O DIA, 18 07 2008 Saúde, p. 14)

482) “ (..) Comprei banana e me **entregaram** laranja”, reclamou o administrador Ruymarra. (O DIA, 21 07 2008 Geral, p. 03)

483) “ Ouvia conversas, mas nada disso foi discutido na associação. **Fizeram** tudo às escondidas(...)”, ponderou o dirigente (O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 08)

484)Lindalva Francisca da Silva, 77 anos, também se emocionou ao falar do jeito com que o filho foi retirado do carro. “Só assisti àquelas imagens porque não acreditaria se me contassem. **Arrancaram** ele [SIC] do carro, **jogaram** no chão. Era um homem maravilhosos e foi tratado como bicho, o que é doloroso para uma mãe (...)”(O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 14)

485) “ O salário que **ofereceram** foi muito bom em termos de Brasil(...)”(O DIA, 17 07 2008 ATAQUE, p. 06)

486) O embaixador classificou o episódio como “incidente sério”. “ Não **reconheceram** minhas credenciais(...)”, afirmou. “Entrei na sala e me **pediram** rudemente para sair. Tendo me identificado como embaixador, não **quiseram** conversar comigo(...)”(O DIA, 19 07 2008 MUNDO, p. 13)

487) “**Fizeram** tanta propaganda que os preços estavam baixos e agora **querem** puxar nosso tapete” (O DIA, 19 07 2008 ECONOMIA, p. 15)

488) “Defendo o projeto há quatro anos. É legítimo, não é eleitoreiro. O presidente Lula falava do Bolsa Família em 2006, e não o **acusaram** de nada”, disse o senador (O DIA, 19 07 2008 PAÍS, p. 20)

489) (...) Natalino entrou no plenário descontrolado, com as mãos levantadas exibindo as algemas. “Sou inocente, **fizeram** uma covardia”, gritou ele(...) (O DIA, 24 07 2008 GERAL, p. 14)

490) Ao lado do senador, estavam,além da vereadora Lílian Sá, eleita com 5 mil votos

na comunidade, os candidatos Nilo e Tânia Bastos (PRB), que resumiu o espírito da campanha: “Já que **abriram** espaço, a gente vai subindo...” (O DIA, 24 07 2008 PAÍS, p. 26)

491) Ao comprar um medicamento na Drogaria Pacheco do Largo do Machado, fiquei constrangido quando o vendedor pôs o remédio a ser comprado numa bolsa vermelha da rede, fechada por um mecanismo que só poderia ser aberto no pagamento. **Disseram** que era norma da casa. (O DIA, 23 07 2008 OPINIÃO- CARTAS, p. 08)

492) “**Disseram** que haviam matado um traficante, **colocaram** coisas na roupa dele. Meu filho não era isso. Quando a gente vai confiar de novo em um policial? Que seja feita a justiça”, lamentou a evangélica Sandra de Souza Marins, que em maio perdeu o filho(..) (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 16)

493) “Me **empurraram**, me **chamaram** de tudo quanto é nome. O sargento que matou meu filho já está solto, apesar de ter sido condenado a 12 anos”, diz. (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 16)

494) Hoje a cidade me aplaude. Até museu **fizeram** para preservar a minha história”, disse certa vez a humorista [Dercy Gonçalves] (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 14)

(495) A espera de quatro horas aumentou ainda mais o sofrimento da mulher, Graciela Aparecida Bernardo.“Quero apenas enterrar meu marido. Isso é o mínimo. Não **estão liberando** o corpo dele no IML porque **querem liberar** os dois PMs primeiro (...)”, disse . (O DIA, 18 07 2008 Geral, p. 05)

(496)A impunidade que impera no País não pode passar despercebida como se não fosse problema nosso. Quando **fraudam** os cofres públicos, o reflexo se dá no cotidiano da população (O DIA, 21 07 2008 OPINIÃO- Artigo de Tico Santa Cruz, p. 06)

Eles contam com a apatia do povo que se esforça para conseguir pagar as contas e dedica o tempo livre a esquecer o mal que lhes aflige. Eles conhecem o gado que estão criando faz tempo. Eles identificam uma classe intelectual que cansou de lutar e uma classe artística preocupada somente com seus brilhantes umbigos. (IBDEM)

(497) (...) disse ele [Fábio Gordo] , que garantiu ser promotor de eventos e alegou inocência da acusação de homicídio.“Não matei ninguém, como **estão dizendo**. Eu ia me apresentar na delegacia esta semana”. (O DIA, 23 07 2008 GERAL, p. 05)

(498)Venho constantemente reclamando ao Disque –Luz sobre uma poste na rua Coimbra da Luz que está com a lâmpada queimada há quase uma ano! Uma funcionária disse que era melhor reclamar com a ouvidoria. Acontece que lá não **atendem** o telefone. Como ficam os moradores? (O DIA, 23 07 2008 GERAL, p. 04)

(499) O delegado Marcus Neves, que investiga milícias na Zona Oeste, acredita que só

em Campo Grande grupo do vereador Jerônimo Guimarães Filho, o Jerominho, fature R\$ 2 milhões por mês. “Nem todo dinheiro vai direto para o cofre. **Têm** que pagar os funcionários e as propinas para servidores”, afirma. (O DIA, 20 07 2008 GERAL, p. 20)

(500) “ São declarações absurdas e mentirosas. Há muito tempo a Rocinha controla os vapores (vendedores de droga). Como **poderiam planejar** invasão de uma área de sua própria facção?(...)”, desabafou uma moradora (O DIA, 18 07 2008 Geral, p. 05)

(501) A Prefeitura deveria mandar limpar os brinquedos das praças do Rio. A limpeza não pode ficar restrita à varrição e ao recolhimento do lixo. **Deveriam** também **lavar** diariamente todos os brinquedos, principalmente aqueles destinados às crianças pequenas. (O DIA, 19 07 2008 OPINIÃO- CARTAS, p. 08)

(502) O amigo Nelson Couto protestou: “Ela não gostava de político. **Deviam tê-la levado** para o Teatro João Caetano”, disse o líder da irreverente Confraria do Garoto. (O DIA, 21 07 2008 Geral, p. 05)

(503) “ Espero que não me **julguem**(...)”, repetiu Teresa (O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 05)

(504) É mais um caso em que não basta prender o ladrão, mas impedir que **roubem** (O DIA, 17 07 2008 OPINIÃO- EDOTORIAL, p. 10)

(505) Lindalva Francisca da Silva, 77 anos, também se emocionou ao falar do jeito com que o filho foi retirado do carro. “Só assisti àquelas imagens porque não acreditaria se me **contassem**. Arrancaram ele [SIC] do carro, jogaram no chão. Era um homem maravilhosos e foi tratado como bicho, o que é doloroso para uma mãe (...)”(O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 14)

(506) “ Relembramos as normas fundamentais da abordagem e do respeito à vida, massificando que a arma só deve ser usada em último caso. Quem sabe se, no caso desta semana, **pudessem esperar** um pouco mais para atirar?” indagou Leitão. (O DIA, 17 07 2008 GERAL, p. 14)

(507) A Porto da Pedra decidiu mergulhar na curiosidade: “Não me **proíbam** criar. Pois preciso curiar! Sou o país do futuro e tenho muito a inventar!” (O DIA, 23 07 2008 GERAL, p. 09)

(508) Lei Seca Não Proíbe Ninguém de Beber

(509): Agora é que eu quero ver a indignação da sociedade, passeatas pela paz, **soltarem** pombinhas brancas, **fincarem** cruces nas parias, essas coisas (O DIA, 21 07 2008 OPINIÃO- Cartas, p. 06)